

Composto e impresso na  
**COMPANHIA EDITORIAL PAULISTA - C O M E P E**  
Rodovia Presidente Dutra, km 396 - Guarulhos  
Estado de São Paulo

Diretor da "Casa de Ruy Barbosa", historiador e professor de História, membro ilustre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, orientador da coleção Brasileira (em cuja direção sucedeu a Fernando de Azevedo), advogado, homem de letras, de cultura invulgar e polimorfa — eis retratado, em poucas linhas, o autor deste livro.

Há cerca de meio século venho acompanhando, bem de perto, a vida de Américo Jacobina Lacombe. Os olhos azuis claros detonam sua ancestralidade gaulesa, de que o sobrenome paterno bem o confirma. O sobrenome materno relembra um colégio afamado e, mais que isto, toda uma geração de educadores, que teve como "cabeça" Dona Isabel Jacobina Lacombe, cuja cultura humanística forjou-se no tradicional "Colégio Progresso", rigorosamente estruturado nos melhores padrões ingleses, vigentes no crepúsculo do Segundo Império e no alvorecer da República.

Embora velhos laços de amizade já existissem entre as famílias a que pertencemos, foi somente em 1927 que nossos caminhos se cruzaram, calouros ambos da então Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, sediada à Rua do Catete.

Américo Jacobina Lacombe já vivia em febril atividade, como até hoje. Embora tão jovem, secretariava Eptácio Pessoa, chefe da delegação brasileira à Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos. Como aluno, fez parte do restrito grupo dos que, de 1927 a 1931, obtiveram distinção em todas as cadeiras. Como cristão, vivia às voltas com a Ação Universitária Católica, frequentava o Centro Dom Vital, convivia com Alceu de Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo e o Padre Leonel Franca. A este propósito, devo fazer uma confissão de público: graças a seu exemplo, a seu destemor, difundindo a doutrina de Cristo, consegui vencer o quase invencível respeito humano típico de quem tinha apenas 17 anos e retornei ao aprisco, ao tradicional redil construído por meus pais e meus avós, e no qual espero viver até que soe o deradeiro instante.

Muito de acordo com seu temperamento, desde logo viu-se atraído, ainda acadêmico, para um grupo pequenino, que de início não passava de 10% dos colegas de turma da Faculdade. Grupo de estudantes que pretendia levar a sério o que se ensinava no velho e desajeitado casarão da Rua do Catete. Estudantes que desejavam realmente estudar, debatendo temas do curso, com base nos livros fun-

FICHA CATALOGRÁFICA

[Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte, Câmara Brasileira do Livro, SP]

L146i Lacombe, Américo Jacobina, 1909 —  
Introdução ao estudo da história do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.  
(Brasília, 349)

Bibliografia.

1. Brasil — História — Estudo e ensino 2. Brasil — História — Fontes 3. Brasil — História — Historiografia 4. Brasil — História — Sociedades etc. I. Título. II. Série.

73-1078

CDD — 981.0077  
— 981.0002  
— 981.006  
— 981.007

Índices para o catálogo sistemático:

1. Centros de história: Brasil 981.006
2. Ensino de história: Brasil 981.007
3. Estudo e ensino de história: Brasil 981.007
4. Fontes: Brasil: História 981.0002
5. Fontes históricas: Brasil 981.0002
6. Historiografia: Brasil 981.0077
7. Metodologia: História do Brasil 981.0077
8. Sociedades de história: Brasil 981.006



*Obra publicada  
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. Miguel Reale

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO EDITORIAL:

Presidente — Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). Membros: Prof. Dr. A. Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Instituto de Ciências Biomédicas), Prof. Dr. Irineu Strenger (Faculdade de Direito) e Prof. Dr. Pêrsio de Souza Santos (Escola Politécnica).

Coleção Johann Becker

Introdução ao estudo  
da  
HISTÓRIA DO BRASIL

BRASILIANA

*Volume 349*

\*

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Coleção Johann Becker

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE



Introdução ao estudo  
da  
HISTÓRIA DO BRASIL

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

09 JUN. 2006



710011366

|   |            |
|---|------------|
| <b>UFRJ</b><br><b>MUSEU NACIONAL</b> *<br><b>BIBLIOTECA</b> |            |
| N.º   | DATA       |
| 303   | 05/06/2006 |
| N.º   | 408717     |
| N.º   | A          |

*Direitos desta edição reservados*  
COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
Gusmões, 639 — 01212-S. Paulo, SP

1974

Impresso no Brasil



## S U M Á R I O

|  |     |
|--|-----|
| <i>Introdução</i> .....                    | XI  |
| 1 — Fontes Históricas .....                | 1   |
| 2 — Setores da História .....              | 68  |
| 3 — Disciplinas Auxiliares .....           | 98  |
| 4 — Elaboração da História do Brasil ..... | 122 |
| 5 — Centros de Atividade Histórica .....   | 130 |
| 6 — Ensino da História .....               | 145 |
| 7 — Historiografia brasileira .....        | 160 |
| 8 — Conclusões .....                       | 204 |

**SIGLAS**  
usadas no presente trabalho

|        |   |
|--------|---|
| ABL    | — Academia Brasileira de Letras   |
| ABN    | — <i>Anais da Biblioteca Nacional</i>   |
| CBPE   | — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais                                   |
| CEN    | — Companhia Editora Nacional  |
| HAHR   | — <i>Hispanic-American Historical Review</i>                                    |
| IAHGP  | — Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano                   |
| IBPE   | — Instituto Brasileiro de Pesquisas Educacionais                                |
| IGHB   | — Instituto Geográfico e Histórico da Bahia                                     |
| IHGB   | — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro                                   |
| IHGSP  | — Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo                                 |
| INEP   | — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos                                     |
| INL    | — Instituto Nacional do Livro   |
| IPHAN  | — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                        |
| MEC    | — Ministério da Educação e Cultura  |
| MHN    | — Museu Histórico Nacional  |
| MRE    | — Ministério das Relações Exteriores  |
| ONICOM | — Organização Nacional do International Council of Museums                      |
| PUF    | — Presses Universitaires de France  |
| RIAHGP | — <i>Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano</i> |
| RIGHB  | — <i>Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia</i>                   |
| RIGHMB | — <i>Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil</i>         |
| RIHGB  | — <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>                 |
| RIHGSP | — <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo</i>               |
| RPHAN  | — <i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i>                   |
| SEDES  | — Société Éducative d'Enseignement Supérieur                                    |
| UNESCO | — United Nations Educational Scientific and Cultural Organization               |

## INTRODUÇÃO

*As dificuldades da elaboração deste trabalho explicam certas falhas de que se ressentiu. Resulta ele, inicialmente, de um esboço feito em 1956, para um manual destinado a professores, instantaneamente solicitado por Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que planejara, com larga visão, uma grande coleção de instrumentos de trabalho para estudiosos que não dispõem dos recursos bibliográficos dos grandes centros.*

*Dá a preocupação acentuadamente didática e as recomendações de ordem prática.*

*A indicação das fontes documentais e bibliográficas, a princípio sumária, foi consideravelmente acrescida com o aproveitamento de notas acumuladas desde os bancos universitários, visando a um eventual auxílio ao pesquisador. Quando elas começaram a ser reunidas, não havia nenhum trabalho no gênero entre nós. Apesar das valiosas contribuições ultimamente aparecidas, pareceu ao autor, por sua própria e dura experiência, que nunca será demasiado oferecer, ao que se inicia nos estudos históricos, elementos informativos no gênero. Dá, por outro lado, o desenvolvimento que parecerá excessivo das fontes de informação.*

*Quanto à orientação geral, o autor previne pura e lisa-mente o leitor de que assumiu conscienciosamente a cadeira de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Introdução ao estudo  
da  
HISTÓRIA DO BRASIL

damentais, nas apostilas, nas lições dos mestres.

Américo Jacobina Lacombe passou a fazer parte daquilo que, a princípio, se chamou *Centro Acadêmico Jurídico Utilitário* (cujas siglas justificam o nome de CAJU, como passou a ser conhecido). O mesmo *Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos*, mais tarde *Centro de Estudos Jurídicos e Sociais* — responsável pela publicação de um boletim de estudos e de uma revista de debates, organizador de minucioso esquema para um inquérito sociológico a respeito do Brasil, que não tardou a receber a “bênção” de Oliveira Vianna.

O *Caju*... que Vicente Chermont de Miranda fundou e que um grupo de jovens ajudou a sustentar e a dar vida. Grupo de que faziam parte, além de Lacombe, nomes que mais tarde haveriam de projetar-se com destaque, como San Tiago Dantas, Octavio de Faria, Antonio Gallo-tti, Gilson Amado, Almir de Andrade, Hélio Vianna, Thiers Martins Moreira, Plínio Doyle, Deocleciano Martins de Oliveira, Clovis Paulo da Rocha, Henrique de La Rocque Almeida, Maria Luiza Bittencourt e outros, muitos outros.

Foi esse o Américo Jacobina Lacombe que conheci diuturnamente, durante quatro anos. Depois, o grupo do “Caju” se dissolveu, cada um tomou seu rumo. Deu ele ao Brasil brilhantes advogados, homens de letras, magistrados, sociólogos, professores, um membro da Academia Brasileira de Letras, um famoso bibliófilo, até um ministro de Estado (que quase chegou a ser Primeiro-Ministro de nossa efêmera República Parlamentarista).

O autor de *Introdução ao estudo da História do Brasil* assim se formou, nos anos cruciais da mocidade; cresceu, agigantou-se, no panorama cultural do país. E, com justiça, ocupa os altos postos, a que honra com sua presença. O presente volume é bem a prova da mão de mestre que o escreveu, da cultura histórica acumulada em longos anos de magistério: as fontes históricas, os setores e as disciplinas auxiliares da História; a elaboração da História do Brasil, os centros de atividade histórica, o ensino da História, a Historiografia brasileira — tudo isso acompanhado de exaustiva bibliografia, geral e especial.

Este depoimento termina aqui, porque não pretende ser uma biografia, muito menos um panegírico. Apenas fatos, talvez por muitos ignorados; lembranças brotadas do coração, que as guardou com o carinho e o afeto que merecem.

## 1 — FONTES HISTÓRICAS

INTRODUÇÃO — FONTES — ARQUIVOS — BIBLIOTECAS — MUSEUS.

### *Abordagem do assunto*

1. O sentimento inicial que o professor de História deve despertar nos alunos é o de respeito pela matéria, considerada como ciência. Nada poderá concorrer mais para isso do que ir desfazendo a noção de que a história não passa de um relato que lhes é imposto em nome de uma sociedade em que eles não se incorporaram. Seria de toda vantagem que eles tivessem, logo que possível, a noção da complexidade da elaboração da história, de crítica objetiva e da participação que poderão trazer à ciência. Para isso nada melhor do que entrarem logo em contato com alguns textos<sup>(1)</sup>.

1. A literatura didática estrangeira é abundante em textos documentais em torno dos quais se pode tecer um comentário vivo. No Brasil só agora começam a aparecer publicações de tal gênero, tão úteis ao ensino. Mencionaremos o livro de Therezinha de CASTRO, *História documental do Brasil*, São Paulo, Distribuidora Record (1969), e o de Edgard CARONE, *A primeira república (1889-1930). Texto e contexto*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. Na bibliografia francesa: André NOUSCHI, *Le commentaire de textes et de documents historiques*, Paris, Nathan, 1969; C. FOHLEN & J. R. SURATTEAU, *Textes d'histoire contemporaine*, Paris, SEDES, 1967 (Regards sur l'histoire: I. Sciences auxiliaires); Michel DEVÈZE & Roland MARX, *Textes et documents d'histoire moderne e conseils pratiques aux étudiants*, Paris SEDES, 1967 (Regards sur l'histoire. I. Sciences auxiliaires). Textos de historiadores, organizados em torno de temas filosóficos, encontram-se na excelente coletânea portuguesa de Antônio QUADROS e Pinharanda GOMES, *A teoria da história em Portugal*, I. *O conceito da história*, II. *A dinâmica da história*, Lisboa, Espiral (1968), 2 vols. Nos EUA: ROBINSON & BEARD,

Está claro que a oportunidade de tal experiência depende de condições pessoais. A maioria dos alunos nos cursos ginsiais não tem ainda lastro capaz de permitir qualquer divagação fora do roteiro traçado pelo compêndio. “A narrativa histórica, centralizada em torno de um meio concreto, é a única acessível aos jovens”, diz um especialista em pedagogia da ciência<sup>(2)</sup>. “Só com o passar dos tempos e procedendo com prudência, poder-se-ão abordar os temas de nações, estados, regimes e relações internacionais. Mais tarde poder-se-á chegar até a história das idéias das ciências, das religiões e das instituições. A da economia e das finanças exige maior maturidade”<sup>(3)</sup>. “Nada poderia ser mais nefasto”, continua o mesmo autor, “do que uma elevação prematura do nível do ensino. A média dos alunos não consegue acompanhar o professor. Perde o estímulo pelo estudo. Com os melhores poderá ocorrer que se habituem a falar daquilo que não entendem e cometam graves erros. Será difícil corrigi-los mais tarde. O perigo imediato neste nível de ensino não é, pois, a história fática, mas a história integral”<sup>(4)</sup>. “São os alunos”, conclui prudentemente o experiente pedagogo, “que determinarão o nível do ensino e não a boa vontade, posto que louvável, de um professor desejoso de elevá-lo ao máximo”<sup>(5)</sup>. “Nos anos finais do ensino secundário a capacidade intelectual dos alunos, a cultura que eles adquirem de outras fontes, dão ensejo a estudos históricos mais aprofundados, próprios a complementar os conhecimentos e a situá-los dentro de uma civilização”<sup>(6)</sup>.

De qualquer modo convém que o ensino se limite a noções essenciais e claras, sem se insistir na terminologia.

*Readings in modern european History*, 2 tomos, Boston, Ginn, 1908; A. Curtis WILGUS, *Readings in Latin American Civilization*, Nova York, Barnes e Noble, 1946.

2. Marcel REINHARD, *L'enseignement de l'histoire*, 1.<sup>a</sup> ed., Paris, PUF, 1957; 2.<sup>a</sup> ed., aumentada, 1967, p. 33. Daí a preferência para iniciar-se a aproximação com a história pelo método biográfico, recomendado por tantos metodologistas.

3. *Ib.*

4. *Ib.*, p. 38.

5. *Ib.*, p. 40.

6. REINHARD, *op. cit.*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 41. Roland MOUSNIER & Denis HUISMAN, *L'art de la dissertation historique*, 2.<sup>a</sup> ed., Paris, SEDES, 1965. (Há neste livro muitos conselhos práticos para a elaboração de trabalhos históricos escolares.)

2. A primeira observação que deve ser feita é relativa à elaboração científica dos ensinamentos. Observar que os fatos, antes de serem incorporados aos compêndios, foram objeto de uma análise. Os alunos de cursos primário e ginásial limitam-se a saber que os compêndios são feitos através de consultas a tratados. Será conveniente que ao entrarem no segundo ciclo já venham a travar conhecimento de como se fazem os tratados, como se processa o trabalho do pesquisador e tenham uma noção do que são as fontes da história<sup>(7)</sup>.

## Testemunho

3. A respeito do testemunho, primeira fonte da história, será interessante provocar uma experiência: um depoimento pessoal acerca de um incidente próximo, para focalizar o grande manancial da ciência histórica. Se houver dois testemunhos, e forem contraditórios, é o caso de tirar proveito para mostrar que cabe precisamente ao historiador valer-se de fontes diversas e, muitas vezes divergentes, para criticá-las e elaborar com elas uma versão ou uma conclusão contrastada com elementos fornecidos pela ciência da história. Poder-se-á chegar a uma conclusão negativa e consignar-se a impossibilidade de um resultado positivo.

Os debates sob a orientação do professor, discreta mas eficaz, terão a vantagem de habituar os alunos à discussão ordenada. Ainda que não seja possível empregar os rígidos dispositivos parlamentares, habitua os alunos a exprimirem-se com clareza e método, ao mesmo tempo a moderarem o temperamento, desenvolvendo o espírito de argumentação. Em regra o debate bem orientado “aguça-lhes a inteligência, a energia mental e o esforço despendido nunca é desperdiçado. A classe permanece em geral extremamente atenta durante um debate ordeiro. Até os mais tardos ficam alerta e ardendo por colaborar no campo da destreza”<sup>(8)</sup>.

7. Encaramos aqui o assunto exclusivamente do ponto de vista da história do Brasil. V. Jônatas SERRANO, *Como se ensina história*, São Paulo, Melhoramentos (1935), esp. cap. XI, p. 6 e cap. XIV, p. 76.

8. São as conclusões ainda válidas de um velho e precioso livrinho sobre a prática do ensino de história, de Calvin Noyes KENDALL & Florence Elisabeth STRYKER, *History in the elementary school*, Cambridge (EUA), Houghton Mifflin, 1918, p. 105.



Para dar uma aplicação prática e de interesse para o Brasil será curioso focalizar um episódio bastante conhecido e ler alguns testemunhos diretos. Por exemplo: o episódio do *grito do Ipiranga* segundo os relatos do major Francisco de Castro Canto e Melo<sup>(9)</sup>; o do barão de Pindamonhangaba (Manuel Marcondes de Oliveira Melo)<sup>(10)</sup>; o do padre Belchior Pinheiro de Oliveira<sup>(11)</sup>.

O cotejo das “variantes entre as narrações das testemunhas de vista ou de ouvido, que são inevitáveis, ocorrendo em todas as ocasiões em que a elas se faz apelo”, como observa Oliveira Lima, pode dar lugar a úteis observações sobre a crítica do testemunho<sup>(12)</sup>. Desmonta-se, assim, a famosa anedota atribuída a Sir Walter Raleigh, descrente da ciência histórica ao observar o desentendimento das testemunhas de um fato próximo. Fosse ele um autêntico historiador, e teria feito a crítica de cada testemunho e explicado a causa das distorções.

## Documento

4. Do testemunho direto, passa-se ao exame dos testemunhos reduzidos a escrito, às memórias, diários e correspondências. Chegamos, assim, a travar conhecimento com o documento.

9. Publicado no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, n.º 14, de 14 de janeiro de 1865 e reproduzido por MELO MORAIS no *Brasil histórico*, ano II, 1865, n.º 56, e na *História do Brasil-reino e do Brasil-império*, Rio de Janeiro, 1871, I, p. 381.

10. MELO MORAIS, *Hist. do Brasil-reino e do Brasil-império*, p. 382, e, do mesmo autor, *A independência e o império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1877, p. 73, completado com a narrativa que ocorre na memória do seu genro, o desembargador João Marcondes de Moura ROMEIRO, “De Dom João VI à independência”, apresentada ao I Congresso de História Nacional, 1914 (tomo especial da RHGB, I, p. 1.504).

11. Paulo Antônio do VALLE, *História da independência. As testemunhas do Ypiranga*, São Paulo, 1854. Todos estes documentos estão reunidos na compilação feita por ASSIS CINTRA, *Dom Pedro I e o grito da independência*, São Paulo, Melhoramentos, 1921, mas sem as indicações bibliográficas precisas.

12. “Ninguém vê ou se recorda das cousas exatamente como os outros”, continua o grande professor da Universidade Católica de Washington, “havendo que proceder por uma seleção criteriosa. Este caso [do grito da

Cabe ao professor de história despertar no aluno o cuidado com os documentos em geral, ensinando a ver neles o material de trabalho por excelência. Será preciso, desde logo, chamar a atenção para o fato de que até os bilhetes poderão vir a ser fontes preciosas de estudo, visto como ninguém sabe o papel destinado no futuro aos contemporâneos. Deverá chamar a atenção para a importância que têm, para a reconstituição de uma época, os diários e cartas, mesmo que os signatários não tenham atingido as culminâncias da sociedade. Infelizmente a vida normal de uma família, que resistiu a séculos de transformações, ou de uma casa comercial, que não sofreu nenhum golpe, ao contrário do que se pensa, costuma deixar perecer ou dispersar os arquivos<sup>(13)</sup>. Urge, então, especialmente num país em que os hábitos de família se transformam rapidamente, despertar o interesse pelo papel, pelo documento, e incentivar os alunos a se transformarem em defensores dos valores históricos para, no futuro, servirem ao estudo da época em que agora vivem.

A defesa dos arquivos particulares deve ser o resultado de um estado de espírito cultivado desde a escola. Os arquivos das grandes casas religiosas, das instituições onde se recebem hóspedes, das empresas comerciais e industriais, podem, às vezes, trazer esclarecimentos importantes à história. “Mas não são facilmente

independência] é um dos raros em que as variantes são mínimas e sem importância”. OLIVEIRA LIMA, *O movimento da independência*, São Paulo, 1922, p. 322.

13. É Marc BLOCH, em seu célebre ensaio *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* (Paris, 1949, p. 30), que observa: as famílias que emigraram durante a Revolução Francesa e cujos arquivos, conseqüentemente, não foram recolhidos a uma repartição pública, em regra destruíram seus documentos ou dispersaram-nos durante os séculos XIX e XX, enquanto as que pereceram tiveram os seus papéis recolhidos aos depósitos oficiais. A desgraça de alguns constituiu a salvação para a história. O mesmo se aplica aos estabelecimentos comerciais. Se Mauá não fosse forçado a defender-se num processo de falência não teríamos tido conhecimento de muitos documentos fundamentais para nossa história econômica. E sobre ele próprio pairariam sempre graves dúvidas.

A noção de que o documento vale, não isoladamente, mas no conjunto a que pertence, com o qual tem de ser relacionado, é das mais importantes para a compreensão deles. “Sabeis que um documento só, pode induzir ao erro”, disse o papa Pio XII dirigindo-se aos historiadores do mundo inteiro, “mas não uma coleção completa de arquivos”. PIO XII, *Discours de Sa Sainteté le Pape Pie XII au Xème Congrès International des Sciences Historiques*, Cidade do Vaticano, 1955, p. 23.

acessíveis, salvo se tiverem sido confiados aos depósitos legais oficiais. Podem ser, em certos casos, as relíquias de família dos alunos. Estes terão assim, despertado por elas, um interesse espontâneo e até poderão fazer em torno das mesmas um estudo especial, caso tenham importância para a coletividade”(14).

O amor pelos documentos locais e pelos monumentos do passado por parte de um cidadão bem formado pode obviar calamidades contra a cultura. Um só homem de senso evitou, numa assembléia delirante, a destruição da catedral de Chartres, já decidida pelo comité revolucionário local(15).

A conservação dos registros civis é imprescindível para a história social, que extrai deles elementos essenciais. É o que concluiu, com um apelo caloroso às autoridades, uma assembléia de especialistas reunida recentemente em França(16).

Entre nós o abandono de cartórios eclesiásticos, que até a república desempenharam papel oficial, e mesmo dos notariais, é verdadeira calamidade que está longe de provocar uma reação razoável por parte das classes pretendidamente cultas.

### *História local*

5. O interesse pelo documento histórico em geral pode ser despertado por um documento de família devidamente valorizado por um estudo feito em classe. O conhecimento dos antepassados, até duas ou três gerações, a utilização de velhos álbuns de família, podem despertar o espírito histórico(17).

“A criança adquire a noção do passado ao apoiar-se em suas próprias lembranças; familiariza-se com a distância no tempo pela observação do meio em que vive: Uma data inscrita no reservatório d'água recém-instalado, o exame da casa da Câmara local,

14. Paul MARÉCHAL, *Comment enseigner l'histoire locale et régionale*, Paris, F. Nathan (1956), p. 138. Do mesmo autor: *L'initiation à l'histoire par le document. Le sens du passé*, Paris, Service d'Édition et de Vente des Publications de l'Éducation Nationale, 1956.

15. É o que prova o mesmo autor na primeira obra citada, p. 136.

16. *Histoire sociale. Sources et méthodes*, Colloque de l'École Normale Supérieure de Saint-Cloud (1965), Paris, PUF, 1967, p. 293.

17. C. P. HILL, *Suggestions on the teaching of History*, UNESCO, 1953, p. 49.

que parece ter seus cinquenta anos, mas cuja disposição, esculturas e campanário indicam origem mais remota”(18). Esta preocupação de despertar o gosto pela história partindo da curiosidade pelos monumentos e objetos próximos é uma constante na pedagogia universal. Na publicação resultante da pesquisa promovida pela UNESCO, foi um traço que ressaltou da experiência educativa de várias nações(19).

18. É observação do mesmo especialista [P. MARÉCHAL] no capítulo “Histoire locale et monographies” na obra coletiva coordenada por J. JOSSERAND, *L'enseignement de l'histoire*, Paris, Bourrebeï, 1951 (Cahiers de pédagogie moderne), p. 128.

19. UNESCO, *History, Geography and Social Sciences, A Summary of School Programmes on Fifty-Three Countries*, Paris, 1953. Assim, na Austrália, os programas de história iniciam-se com a “local history”; na Áustria com a “detailed study of the locality”; no Canadá, mais expressivamente, com “The family and its activities, other families, helpers of the family”; na própria França, outrora tão ciosa de sua padronização pedagógica, com a “local and national history”. A Alemanha recomenda especialmente aos mestres: “beginning with local history”. Na Grécia recomenda-se: “The children's attention is drawn to the position of the school and the home.” Na Itália os professores são induzidos a começarem o ensino da história “through the observation of physical and social feature of the locality”. No Japão os programas declaram expressivamente: “The home environment and its world background” serão pontos de partida para os estudos históricos. A Noruega insiste no “study of the neighbourhood”. Na Suíça iniciam-se os estudos históricos e geográficos com a “family life”. Na Inglaterra aconselha-se: “The background of study is usually the neighbourhood”. Finalmente, na maior parte dos programas americanos proclama-se que dos estudos históricos e geográficos “the focus is the family and school life”.

Não se poderá chamar de novidade tal doutrina. Em 1883, reunindo o que de melhor havia na pedagogia do tempo, já dizia Rui BARBOSA: “Quando o homem abre os olhos à vida do conhecimento das criaturas que o circundam é que passa a ajuizar das que lhe não caem debaixo dos olhos; assim como antes de senhorear-se, pelos fatos contemporâneos, da idéia perfeita do tempo atual, não lhe seria possível pensar no pretérito, e entrever o futuro. Daí a convicção em que hoje se acham todos os educadores de mérito, não só de que a pátria deve constituir o centro de toda a história na escola, senão também, como se faz na Alemanha, de que o ensino deve começar por falar às crianças no círculo social que imediatamente as envolve, na história, já não da sua província, mas da sua comuna, da sua cidade, da sua aldeia, da sua escola, até, sendo possível, das famílias em cujo grêmio vive o aluno. Este vem a ser, de mais a mais, o meio de inspirar-lhe o

E não somente a motivação do ambiente servirá para o início do estudo da história local, mas ainda a história contemporânea e nacional servirá de incentivo para o percurso pelo passado. Que um filósofo conceba uma linha da evolução humana a partir da pré-história e abrangendo os diversos ciclos da humanidade, é compreensível. Mas que um jovem, que ainda não sabe como funcionam as instituições de seu próprio país, possa considerar “mestra da vida” a descrição das instituições persas e egípcias, é difícil de aceitar. Isso já foi dito por um velho e esquecido historiador português, e com muita propriedade: “Julgou-se que a história do passado anunciaria o futuro, o que era um conceito absurdo, porque não há, nunca houve, nunca haverá na história um fato que integralmente se repita. Disse-se que o passado era a lição do presente, quando o presente é que é lição do passado. Quer dizer que eu, pela história antiga, não fico habilitado a entender a história moderna. Ao contrário, pela história moderna, é que me habilito e entendo a história antiga. De maneira que, pedagogicamente, redundava num contra-senso ensinar a história aos rapazes como ela se ensina em toda parte do mundo, isto é, começando-se pelos egípcios, ou pelos gregos e romanos. Quando deveria ser ao invés; dever-se-ia, para ensinar a história de Portugal, por exemplo, fazer a história de Portugal constitucional, nas suas leis, nas suas instituições, na sua vida econômica, moral e religiosa. Fácil seria, então a transição para o Portugal do absolutismo; mostrar-se-lhe-ia com simplicidade a passagem, por exemplo, da propriedade parcelarizada atual para o anterior regime de contrato, da herança igual pelos filhos para o privilégio dos morgados etc. Ir-se-ia do conhecido para o desconhecido e seguir-se-ia do desconhecido próximo, mais acessível, por mais semelhante, para o desconhecido remoto, menos acessível, por menos parecido. Agora, como se faz? Põe-se em frente do aluno, de chofre, a república romana, dê-se o caso. Que acontece? Que o estudante, para entender alguma coisa, tem de imaginar forçosamente o mundo romano à laia do mundo atual português que ele conhece; e daí derivam erros e incongruências que cumpriria presumir”<sup>(20)</sup>.

gosto da ciência do passado.” *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*, Parecer e projeto, Rio de Janeiro, 1883, p. 205.

20. Sampaio BRUNO, “Portugal e a guerra das nações”, Porto, 1906. *Apud* Antonio QUADROS e Pinharanda GOMES, *A teoria da história em Portugal*, I, p. 45.

Este contato com o depoimento histórico é facilitado enormemente, se iniciarmos o estudo de qualquer período com a leitura de diários e memórias de contemporâneos. O diário de Rebouças, as memórias do visconde de Taunay, algumas páginas da *Minha formação*, de Nabuco, poderão dar uma idéia do interesse e do prazer que representam a recordação histórica de uma grande personalidade.

Do documento particular passar-se-á ao estudo do documento público. Não convém entrar no estudo árido de suas classificações propostas pelos clássicos alemães<sup>(21)</sup>. O melhor será obter alguns diplomas, patentes, escrituras e autos, antigos e modernos, exibí-los perante os alunos, ressaltando as características formais dos documentos públicos, que revestem uma feição prescrita pela lei, ou pela praxe, a fim de preencher o requisito da notoriedade.

6. Do contato com o documento passar-se-á a um âmbito mais vasto, chamando a atenção para a informação que nos advém

21. Dispensamo-nos de mencionar as grandes obras de metodologia e teoria da história, já que nosso livro se destina exclusivamente à história do Brasil. Limitamo-nos a mencionar, na bibliografia brasileira: José Honório RODRIGUES, *Teoria da história do Brasil*, São Paulo, 1949 (2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1957, Col. Brasileira; 3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1969, Col. Brasileira); Roberto Piragibe da FONSECA, *Programa e brevíário de propedêutica e de metodologia da história* (Curso professado em 1943 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 1953; do mesmo autor: *Vade-mecum de teoria da história*, Rio de Janeiro, 1958 (Separata de *Verbum*); *Metodologia da história*, Rio de Janeiro, 1959 (Separata de *Verbum*). Os três trabalhos foram fundidos num só: *Manual da teoria da história. Metafísica e lógica da história*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1967. Acrescentem-se os seguintes: José Van Den BESSELAAR, *As interpretações da história através dos séculos*, vol. I, São Paulo, Herder, 1957; vol. II, 1958 (Coleção da *Rev. de História*). Do mesmo autor: *Introdução aos estudos históricos*, São Paulo, 1956 (Coleção *Rev. de Hist.*, 2.<sup>a</sup> ed., Herder, 1958). Posterior a este é a obra de Jean GLÉNISSON, com a colaboração dos professores Pedro Moacyr CAMPOS e Emília Viotti da COSTA, *Iniciação aos estudos históricos*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961 (Col. História Geral das Civilizações). Sobre o conceito da história, v. João Camilo de OLIVEIRA TORRES, *Teoria geral da história*, Petrópolis, Vozes, 1963.

O precursor destes estudos no Brasil foi o professor Afonso d'Escragonle TAUNAY que proferiu, em 1911, abrindo os cursos da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, uma conferência sobre "Os princípios gerais da moderna crítica histórica", RHHGSP, vol. XVI, 1914, p. 323.

dos monumentos em geral, das inscrições e mesmo das construções. Finalmente a tradição oral, que pode constituir fonte válida de história, desde que devidamente depurada.

### *Heurística*

7. Não há trabalho mais cansativo na pesquisa histórica em nosso país do que a coordenação das fontes, ou *heurística*. Por isso, é preciso habituar os estudantes em seus trabalhos, primeiro a seguirem uma orientação sistemática nas pesquisas; segundo a habitua-rem-se a mencionar *sempre* as fontes consultadas, não só para facilitação dos continuadores, mas ainda para comprovação da honestidade das citações.

Para o estudo da heurística da história do Brasil, logicamente deveremos começar pelo estudo dos arquivos. A consciência de que a conservação dos documentos é uma necessidade de interesse geral custa muito a surgir na formação do espírito nacional. Nossas tradições neste sentido são negativas. Entre os planos dos incon- fidentes mineiros, deduz-se pelos depoimentos, estava o de “quei- mar todos os cartórios para começar vida nova”<sup>(22)</sup>. Em algumas guerras civis, especialmente no sul, os revolucionários promoveram a destruição sistemática dos arquivos locais, para fazer desaparecer os últimos sinais da vida anterior. O simples abandono é respon- sável por desaparecimentos calamitosos de papéis.

22. Lúcio José dos SANTOS, “A inconfidência mineira”, RIBGB, *Congresso Internacional de Hist. da América*, 1922, t. III, 1927, p. 271. As primeiras coleções arquivísticas no Brasil foram organizadas empiricamente. Só recentemente começou-se a formar aquilo que um trabalho da maior lucidez sobre o problema chamou de “consciência arquivológica”. Waldemar Tavares PAES e Antônio HOUAISS, “As fontes arquivais brasileiras”, *Actas do III Colóquio Intern. de Estudos Luso-brasileiros* (Lisboa, 1957), vol. II, Lisboa, 1960, p. 361. Este trabalho é um grito de alarma da inteligência brasileira e termina por um apelo às autoridades federais, estaduais e municipais, no sentido de “propiciar o máximo de atenção a todos os acervos arquivais do Brasil, assistindo, na hierarquia político-administrativa, todas as instâncias e escalões já com recursos materiais, já com ajuda técnica e de pessoal especializado formado”. Igualmente v. Antônio HOUAISS, *Sugestões para uma política da língua*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1960, p. 184. É contudo lamentável que, ainda recentemente,

O aluno já terá conhecimento do progresso que representou para a ciência histórica a formação dos grandes acervos europeus. Para a história do Brasil, convém dar preliminarmente uma pequena informação dos arquivos portugueses. Para uso dos pesquisadores aqui faremos um exame dos principais acervos<sup>(23)</sup>.

um arquivo da importância como o do Ministério da Fazenda tenha sido quase totalmente malbaratado.

23. Uma vista geral das valiosas coleções portuguesas essenciais para o historiador brasileiro encontra-se em Pedro CALMON, "Arquivos portugueses e história brasileira", RHBG, vol. 192 (1946), Rio de Janeiro, 1948, p. 134. Uma boa resenha bibliográfica sobre os arquivos e bibliotecas de Portugal encontra-se em "Quadro sinótico das bibliotecas, arquivos e cartórios do país", *Boletim da classe de letras da Academia das ciências*, vol. XIII, 1919, e em Bailey W. DIFFIE, "Bibliography of the principal published guides to portuguese archives and libraries", nas *Actas do colóquio intern. de estudos luso-brasileiros*, Vanderbilt University Press, Nashville, 1935, p. 181. Um esboço excelente do conteúdo dos arquivos foi feito por Virgínia RAU, "Arquivos de Portugal", *ib.*, p. 189. Há um importante estudo de Gabriel PEREIRA sobre os "Arquivos nacionais", nos *trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, vol. V, p. 73, e um excelente estudo de Antônio FERRÃO, "Da necessidade de estudar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros os documentos relativos à história de Portugal", *ib.*, p. 154, com boas referências aos arquivos portugueses. V. ainda: Manuel Nunes DIAS, "Alguns arquivos portugueses que importam ao Brasil", *Rev. de Hist.*, São Paulo, n.º 16, X-XII, 1953, p. 445. Mas acima de tudo, v. o *Guia da bibliografia histórica portuguesa*, da Academia Portuguesa da História, vol. I, fasc. 1, Lisboa, 1959 (Bibliografia, mss. e fontes). O estudo do general Antônio de SOUSA JÚNIOR, "Manuscritos do Brasil nos arquivos de Portugal", publicado na RHBMB, n.º 49, 1965, ainda que incompleto, é de grande utilidade. Foi elaborado para o Departamento Cultural do Itamarati e visava a um plano sistemático de catalogação e publicação, infelizmente não posto em execução. Consideravelmente ampliado apareceu em nova feição: *Manuscritos do Brasil nos arquivos de Portugal e Espanha*, Rio de Janeiro, Impr. do Exército, 1969. Mais recentemente, apresentou, como resultado de uma pesquisa proporcionada pela Fundação Calouste Gulbenkian, o Sr. Corcino Medeiros dos SANTOS um relatório sobre "o Brasil nos arquivos portugueses", *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, janeiro de 1972, p. 12.

É preciso mencionar o importantíssimo *Boletim da Filmoteca Ultramarina portuguesa*, iniciado em 1954 e que já conta mais de três dezenas de volumes. Publica o catálogo dos microfilmes colhidos em arquivos da



## Torre do Tombo

8. O arquivo mais famoso de Portugal, e de importância primacial para o Brasil é o da Torre do Tombo, que tem este nome por ter tido outrora sua sede numa torre do castelo de São Jorge. Está hoje instalado numa ala do palácio de São Bento, sede da Assembléia Nacional, antigo mosteiro beneditino. É o arquivo mais trabalhado por uma série de investigadores brasileiros, a partir de Varnhagen<sup>(24)</sup>. Nele se encontra a carta de Pero Vaz de Caminha

Europa, Ásia e África relativos à colonização portuguesa. Uma cópia de cada microfilme é depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, de que adiante se tratará, e onde se poderão obter as reproduções. Há muitos que interessam diretamente ao Brasil.

Importantes são também as contribuições trazidas pelos catálogos comemorativos de exposições históricas e bibliográficas. Assim, a *Exposição histórica comemorativa do tricentenário da Restauração pernambucana, 1654-1954*, Lisboa, Secretariado Nac. de Inform. cult. popular e turismo, 1954; *Exposição histórica comemorativa do IV centenário da fundação de São Paulo, 1554-1954*, Lisboa, Comissão do IV Cent. de S. Paulo, 1954; *Catálogo da exposição comemorativa do IV centenário da fundação do Rio de Janeiro*, Lisboa, 1965; *Catálogo da exposição cartográfica e iconográfica comemorativa do V centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Arquivo hist. ultram., 1968. O Secretariado Nacional de propaganda de Portugal publicou entre 1944 e 1949 um boletim: *Documentos dos arquivos portugueses que importam ao Brasil*, Lisboa, 32 números, infelizmente interrompido.

24. Sobre esse arquivo escreveram: Antônio BAIÃO, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1929; João Martins da Silva MARQUES, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1935. V. ainda as referências em José Carlos de MACEDO SOARES, *Fontes da história da igreja católica no Brasil*, São Paulo, 1954, p. 94 e Luís Camilo de OLIVEIRA NETO, "Documentos preciosos sobre a formação do Brasil", em *O jornal*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1938; bem como o trabalho "A coleção especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo", na *Revista portuguesa de história*, Coimbra, t. III, 1947; João Pedro RIBEIRO, *Memórias autênticas para a história do Real arquivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1819; Antônio BAIÃO (de colaboração com Pedro de AZEVEDO), *O arquivo da Torre do Tombo, sua história, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, Academia de Estudos Livres, 1905; A. Mesquita FIGUEIREDO, *Arquivo nacional da Torre do Tombo; Roteiro prático*, Lisboa, 1922; João Martins da Silva MARQUES, *Index indicum*, 1.º vol., Lisboa, 1935 (*Ethnos*, vol. 1). Mencione-se ainda o capítulo referente a esse

sobre o descobrimento do Brasil, a cópia da *História do Brasil*, de autoria de Frei Vicente do Salvador, e muitos outros documentos fundamentais para o conhecimento de nossa terra. Não há um índice geral, mas cerca de 600 índices parciais. Nas várias coleções (*Corpo cronológico* <sup>(25)</sup>; *Chancelarias reais* <sup>(26)</sup>; *Mercês, Cartórios do Santo Ofício, Ordens militares, Documentos judiciários, Gavetas* <sup>(27)</sup> etc.) guardam-se incalculáveis documentos essenciais para

arquivo na obra do dr. A. da SILVA REGO, *Lições de metodologia e crítica história*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1969 (Col. Ciências Sociais, 2), p. 47. Os índices, todos parciais, estão alguns publicados: *Índice geral dos documentos registrados nos livros das chancelarias existentes no real arquivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1841; *Inventário dos livros das portarias do reino* (vol. I, 1639-1653), Lisboa, 1909; vol. II, 1912; *Inventário dos livros de matrícula dos moradores da casa real*, vol. I (1641-1681), Lisboa, 1911; vol. II (1640-1744), Lisboa, 1917.

Em 1845, em virtude de uma proposta de Antônio Joaquim de Melo, na Assembléia legislativa o Governo de Pernambuco mandou extrair daquele arquivo algumas cópias de documentos relativos à província. Daí resultaram as publicações da *Descrição de Pernambuco com parte da sua história e legislação até o governo de D. Marcos de Noronha em 1746 e mais alguns documentos até 1758, nos Anais da Bibl. Nac.*, vol. XXVIII, de 1908, e a *Narrativa histórica das calamidades de Pernambuco sucedidas desde 1707 até o de 1715, com a notícia do levante dos povos de suas capitanias, 1749*, na RIHGB, t. 53, parte 2.<sup>a</sup>, 1890.

25. O *Corpo cronológico* (I, II e III partes) é uma das mais ricas coleções. Encontram-se ali, em ordem cronológica, documentos sobre os mais variados assuntos e relativos à Metrópole e ao Ultramar, bem como ao estrangeiro. Dele publicou-se um *Índice geral dos documentos contidos no Corpo cronológico existente no Real arquivo da Torre do Tombo*, t. I, Lisboa, 1893. Pode-se consultar José PESSANHA, "Sumários do Corpo cronológico", *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*, I (1914-1915) e II (1952-1956). V., ainda, SILVA REGO, *op. cit.*, p. 48. A 1.<sup>a</sup> parte contém 16.214 documentos, a 2.<sup>a</sup>, 63.970 e a 3.<sup>a</sup>, 2.718.

26. As Chancelarias reais compreendem documentos a partir de D. Afonso Henriques. Nesta coleção estão inúmeros diplomas legais relativos ao ultramar. V. Luís Fernando de Carvalho DIAS, "O ultramar português nas chancelarias régias (D. Manuel I até a Restauração)", *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, XI, t. I. V. SILVA REGO, *op. cit.*, p. 49.

27. A coleção chamada das Gavetas é semelhante ao Corpo cronológico. O Centro de Estudos Históricos, subsidiado pela Fundação Calouste

noossos estudos. Em diferentes missões de pesquisadores, o Brasil obteve importantes coleções de cópias desses documentos<sup>(28)</sup>. Urge a preparação de um guia dos manuscritos brasileiros, com as cotas exatas das espécies e indicação da eventual publicação<sup>(29)</sup>.

Gulbenkian, iniciou a publicação integral de todos os documentos da coleção relativos ao ultramar e estrangeiro. Quanto aos outros publicam-se os sumários. Já apareceram 7 volumes. O 1.º abrange as gavetas 1 e 2 (1960); o 2.º as gavetas 3 a 12 (1962); o 3.º a gaveta 16 e parte da 17 (1967) e o 7.º ainda a gaveta 17 (1968). Para o Brasil estes volumes têm trazido inúmeras revelações. SILVA REGO, *op. cit.*, p. 49.

28. José Honório RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*, Rio de Janeiro, INL, 1952 (segunda ed., São Paulo, CEN, 1969, Col. Brasileira, grande formato, vol. XX), RIHGB, t. 67, 1903, vol. 109.

29. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo apresenta sérias dificuldades ao pesquisador. A propósito do assunto, escreveu o historiador brasileiro José Antonio GONSALVES DE MELLO: "As condições de trabalho ali, em que pese o fato de ser o arquivo nacional português — são más, ao contrário de todos os outros de Portugal. Não há, por exemplo, iluminação elétrica, nem o leitor tem acesso à sala dos catálogos — que devem ser requisitados para consulta, com imensa perda de tempo para os consulentes, inconveniente ainda, além de moroso, o sistema vigente para a leitura de papéis avulsos. Essas falhas, aliás, foram debatidas longamente por historiadores portugueses e estrangeiros presentes ao III Colóquio de Estudos Luso-brasileiros, reunido em Lisboa em outubro de 1957". *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*, Recife, 1959, p. 16.

No mesmo sentido manifesta-se um eminente pesquisador e historiador francês: "Les archives nationales portugaises sont très difficiles à utiliser: le manque d'espace, les heures peu nombreuses d'ouverture, la vetusté des catalogues, l'absence d'une salle de lecture munie des ouvrages de référence les plus indispensables en font pour le chercheur étranger un labyrinthe, où il ne manque pas de se perdre malgré l'obligeance et le dévouement du personnel." Frédéric MAURO, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII siècle*, Paris, 1960, p. XII-XIII.

Os próprios portugueses reconhecem tais deficiências, que aliás não se verificam em outras instituições do país. "O defeito principal da Torre do Tombo — do qual decorrem todos os outros — é o de ter parado no tempo. Atrasou-se, portanto, em relação ao desenvolvimento e às necessidades da investigação histórica". Luís Ferrand de ALMEIDA, "Torre do Tombo", *Revista portuguesa de história*, Coimbra, t. VIII, p. 364.

Tal como se deu, porém, com a Biblioteca Nacional de Lisboa, hoje magnificamente instalada, é de se esperar que, em breve, o maior tesouro



## Arquivo Histórico Ultramarino

9. Outro arquivo, riquíssimo de informações sobre o Brasil, é o *Arquivo Histórico Ultramarino* (antigo Arquivo Histórico Colonial), composto fundamentalmente de papéis do antigo Conselho Ultramarino, de que adiante se tratará. Está instalado no palácio da Ega, à Junqueira. Possui cerca de 200.000 documentos avulsos e 300.000 códices. É a coleção “mais opulenta em dados e notícias para a história do Brasil colonial”<sup>(30)</sup>. Dos documentos brasileiros desse arquivo há um índice organizado por Castro e Almeida, publicado em vários volumes integrais dos *Anais da Biblioteca Nacional* (vols. XXXI, XXXII, XXXIV, XXXVI, XXXVII, XXXIX,

da documentação portuguesa estará a par das grandes instituições semelhantes do mundo. Para compreensão da complexidade dos acervos do arquivo, ver ainda: Alfredo PIMENTA, “Para a história do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Subsídios para a história de Portugal. Textos e juízos críticos*, Lisboa, Ed. Europa, 1937, p. 301; Luís Camilo de OLIVEIRA NETO, “Notícias antigas do Brasil, 1531-1551” (docs. pertencentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, conferidos por João Martins da Silva MARQUES, com ementas e explicações de Rodolfo GARCIA), *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LVII, p. 5-28. Ainda não foi concluído um catálogo dos documentos relativos ao Brasil neste arquivo, em elaboração sob os auspícios do Instituto de Alta Cultura (José Honório RODRIGUES, *op. cit.*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 103).

30. Rodolfo GARCIA, “Explicação”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LXI (1939), Rio de Janeiro, p. 61.

“Talvez ao Novo Mundo os arquivos portugueses dêem a ilusão de fabulosa riqueza”, diz Vitorino Magalhães GODINHO, “mas a quem está na Europa eles dão a certeza de serem pobres. Pobres porque as grandes coleções que seriam indispensáveis para a construção histórica, tal como hoje a entendemos, desapareceram ou só chegaram até nós de forma fragmentária. No Arquivo Nacional as coleções foram constituídas sem qualquer critério de homogeneidade. As mais importantes: o Corpo Cronológico e as Gavetas, englobam documentos de todas as procedências geográficas, desde Antuérpia a Macau, desde Goa à Bahia, desde Angola ao Mediterrâneo, documentos de todas as naturezas possíveis — cartas de quitação da Casa da Rainha, representações dirigidas ao Conselho Real, cartas particulares, que sei eu. Ora, como encontrar, no meio de todo esse acervo heterogêneo, os documentos que interessam a uma pesquisa sistemática? A situação, sob este aspecto é quase desesperadora.” “A historiografia portuguesa. Orientações, problemas, perspectivas”, *Revista de História*, São Paulo, n.º 21-22, janeiro-junho, 1955, p. 1.

XLVI e L). Tal índice, porém, abrange apenas 128 caixas das 1.204 caixas e maços relativos ao Brasil.

O *Boletim do Arquivo Histórico Colonial*, vol. 1, 1950, inicia-se com uma excelente exposição acerca da “Organização dos serviços do Arquivo Histórico Colonial” pelo seu incansável diretor, Dr. Alberto Iria. O Arquivo Histórico Colonial foi criado em 1931. A ele se incorporaram os documentos do antigo Conselho Ultramarino (Arquivo de Marinha e Ultramar) e os do antigo Ministério das Colônias, além de acervos provenientes de instituições oficiais e particulares. Segundo a relação publicada pelo Dr. Iria, o acervo referente ao Brasil consta de 385 caixas e 819 maços de que só uma pequena parte está catalogada e uma ínfima, publicada. No referido boletim encontra-se uma transcrição de alguns documentos sobre o Brasil. Um índice das consultas do Conselho da Fazenda, existentes no mesmo arquivo (1622-1652), foi publicado por Luís Camilo de Oliveira Neto, no número LVIII dos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. Há um “Catálogo de documentos sobre a história de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, elaborado pelo Governo português e publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração do IV Centenário da Fundação de São Paulo”, tomo especial da RIHGB, 1956-1959, 15 vols., sendo dois de índices. Note-se que boa parte da documentação do Conselho Ultramarino encontra-se ainda entre os “Documentos portugueses”, do Arquivo Nacional brasileiro, de que adiante se tratará. Os seus arquivos acompanharam o Príncipe regente. Entre os papéis avulsos existentes no Arquivo Ultramarino está a “Relação dos livros embarcados”<sup>(31)</sup>.

Nos *Anais do 1.º Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, realizado em Washington em 1950, figuram duas memórias de uma insigne pesquisadora, D. Luísa Fonseca, em sumário: “Algumas sugestões de assuntos brasileiros no Arquivo Histórico Colonial” e “Mapas e plantas do Brasil do arquivo de desenhos da direção da arma de engenharia, Arquivo Histórico Colonial”. Ainda recentemente publicou o Dr. Alberto Iria um “Inventário geral dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil. Fontes para a história luso-brasileira”<sup>(32)</sup>. Estão no mesmo arquivo não só os processos referentes

31. Marcelo CAETANO, *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua história*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, p. 54.

32. *Studia*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, n.º 18, VIII, 1966.

à administração brasileira, mas ainda as “Consultas” (que então tinham o sentido que hoje damos aos “Pareceres”) do Conselho Ultramarino<sup>(33)</sup>.

33. José Honório RODRIGUES, *As fontes da história do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, 1950, p. 12; do mesmo autor, *A pesquisa histórica no Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1969, p. 103; Gwendolin B. COBB, “Bancroft library microfilm. Portugal and her empire”, *Hispanic American Historical Review*, fevereiro de 1954, relaciona os documentos que reproduziu em 100.000 microfímes. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui grande partes destes microfímes, obtidos por intercâmbio; Alberto IRIA “A Bahia no Arquivo histórico colonial de Lisboa. Notas de heurística e arquivologia”, *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. II, p. 15 (Tomo especial da RHGB, 1950).

Outros catálogos parciais do mesmo arquivo são os de Cândido da Silva TELXEIRA, *Index indicum do Arquivo Histórico Colonial*, 1947 (Descrição dos vários cartórios); Luísa da FONSECA, “O Maranhão. Roteiro dos papéis avulsos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial”, *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, t. XI, p. 197; “Índice do código das mercês gerais”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LVIII, 1936, p. 337 (Códices de 1644 até 1824); “Índice dos documentos relativos ao Brasil pertencentes ao Arquivo Histórico Colonial de Lisboa”, *Ib.*, vol. LXI, 1939, p. 59; Luísa da FONSECA, “Índice abreviado dos documentos do século XVIII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa”, *Anais do 1.º Congresso de História da Bahia*, 1949, Bahia, 1950, t. II, p. 7. (Compreende 20 caixas de documentos avulsos da Bahia, do séc. XVIII); Maria Isabel de ALBUQUERQUE, “Documentos de interesse biográfico para a Bahia”, *Ib.*, p. 475; da mesma autora: “Navegação entre Portugal e Bahia de 1801 a 1808. Documentos do Arquivo colonial”, *Ib.*, p. 465.

O inventário das chamadas “consultas mistas”, códices 13 a 29, está publicado na *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, de 1951 a 1956 (n.º 1 a 16, com falhas). Uma coleção de cópias desses documentos encontra-se no arquivo do IHGB, RHGB, t. 86.

Uma importante contribuição para a história artística do Brasil é a relação comentada de documentos relativos aos “Monumentos construídos pelos portugueses no Brasil”, organizada pela catalogadora Anêmona Xavier de Bastos FERRER e publicada na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1961, p. 231. Abrange a correspondência administrativa, as consultas e os planos de inúmeros monumentos arquitetônicos.

O acervo do arquivo se enriquece continuamente. Importantes documentos sobre o final da era colonial foram adquiridos recentemente. V. *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I, 1960, p. 63.

## *Biblioteca Nacional de Lisboa*

10. A Biblioteca Nacional de Lisboa, em sua secção de manuscritos, é riquíssima de documentos que interessam ao Brasil, especialmente pela sua chamada "Coleção Pombalina", devidamente inventariada, e pela coleção de códices de Alcobaça<sup>(84)</sup>. A biblioteca achava-se mal instalada no antigo convento de São Francisco, adaptado para suas novas funções. Um novo edifício, rigorosamente a par das mais recentes exigências da biblioteconomia moderna, ergueu-se agora ao Campo Grande. É dos mais perfei-

Quando o arquivo ainda pertencia à Biblioteca Nacional de Lisboa, publicou-se uma série de inventários: *Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional. A — Inventários* — 1. Códices do extinto Conselho Ultramarino (estudo e notas de M. A. Hedwig FITZLER). 2. Códices vindos de Moçambique, por iniciativa de A. ENNES. 3. Códices do Arquivo de Marinha. Publicados e anotados por Ernesto ENNES, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1928. (Compreende 1.305 códices.)

A RIHGB, n.º 259 (1963, 2.º trimestre), publicou um precioso índice das cópias das Consultas do Conselho Ultramarino existentes em seu arquivo, imprescindível para o estudo de qualquer assunto a respeito da fase final do período colonial.

34. Sobre esta instituição, v. Raul PROENÇA. "A Biblioteca Nacional, breves noções históricas e descritivas", *Publicações da Biblioteca Nacional*, vol. I, Lisboa, 1918. Sobre os documentos de interesse para o Brasil, v. "Inventário de documentos inéditos de interesse para a história de São Paulo — Biblioteca Nacional de Lisboa. Fundo geral", por Eurípedes Simões de PAULA, *Revista de história*, São Paulo, 1952, vol. IV, n.º 9-12. V. ainda: Xavier da CUNHA, "Biblioteca Nacional de Lisboa" (tese), *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, vol. V, p. 69.

Da Coleção Pombalina, que tão de perto toca ao Brasil, foram publicados dois catálogos: *Impressos*, Lisboa, 1888, e *Manuscritos*, Lisboa, 1889. Em 1938, o prof. Luís Camilo de OLIVEIRA NETO organizou uma lista de verbetes referentes ao Brasil em códices do Fundo geral, não inventariados. Sob o título de "Verbetes para a história do Brasil" estão publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. II (1929), Rio, 1938 (há separata). Do mesmo acervo é o "Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa", organizado por Carlota Gil PEREIRA, também publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 75 (1955).

tos do mundo. Para a construção deste edifício fizeram-se estudos sistemáticos em vários países pelo diretor do estabelecimento<sup>(35)</sup>.

### *Outros arquivos portugueses*

11. Outros arquivos históricos e instituições científicas portuguesas devem ser mencionados. Assim a Biblioteca da Ajuda, especialmente a Chancelaria de Filipe II<sup>(36)</sup>; o arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>(37)</sup>; o Arquivo histórico militar<sup>(38)</sup>,

35. Manuel Santos ESTEVENS, *Bibliotecas e arquivos do Reino Unido, Eire, Bélgica, Holanda e França*, I. Generalidades, Coimbra, 1953 (Faculdade de Letras da Universidade). O plano e a justificativa da nova construção encontra-se em Porfírio Pardal MONTEIRO, *Extractos da memória descritiva da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1961. (Reimpressão da revista *Binário*, n.º 36, 1961.)

36. Carlos Alberto FERREIRA, *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946. Organizado pelo mesmo autor desta obra, v. *Índice dos documentos relativos à América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1968. Este valioso instrumento de trabalho foi obtido pelo então diretor do Arquivo Nacional prof. José Honório Rodrigues. A Biblioteca (com valiosa coleção de manuscritos) está instalada junto ao Palácio real da Ajuda. É a continuadora da velha livraria da corte, desaparecida no terremoto de 1755. Dela foi diretor Alexandre Herculano. A coleção "Jesuítas na Ásia" já foi microfilmada (62 códices). O Centro de Estudos Históricos está publicando um *Guia dos manuscritos da Ajuda*. O 1.º vol. é de 1966.

37. Luís Teixeira de SAMPAIO, *O arquivo histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, 1926 (Separata do Arquivo de História e Bibliografia, vol. II). Além do histórico do arquivo contém uma útil lista dos representantes diplomáticos portugueses no estrangeiro e dos estrangeiros em Portugal de 1640 a 1834. Uma parte considerável dos arquivos diplomáticos portugueses permaneceu no Rio de Janeiro ao se retirar a Corte para a Europa. Constituem a coleção "Documentos portugueses" de nosso Arquivo Nacional, de que adiante se tratará.

38. Coronel Henrique de Campos FERREIRA LIMA, *Documentos manuscritos e cartográficos relativos ao Brasil que existem no Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1942 (Separata do Congresso do Mundo Português, vol. XI, Lisboa, 1940). V. ainda: *Catálogo da exposição bibliográfica e iconográfica de alguns documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Militar em junho de 1940, organizada por ocasião da visita da embaixada*



o Arquivo distrital e a Biblioteca de Évora, muito freqüentados por brasileiros<sup>(39)</sup>; e o Arquivo da Universidade de Coimbra, onde além dos documentos escolares de cerca de 3.000 brasileiros, há valiosos manuscritos<sup>(40)</sup>.

12. Muitos outros arquivos portugueses mereceriam menção neste estudo, como os do Porto<sup>(41)</sup>, de Braga<sup>(42)</sup>, de repartições

*especial brasileira às comemorações centenárias de Portugal*, s.l. e s.d. (mimeogr.). Criado em 1911, este arquivo só foi organizado em 1921. Publica útil Boletim. Deste arquivo foram obtidos muitos documentos de que se valeu o prof. Brás do AMARAL para elaborar a sua *História da independência na Bahia*, Salvador, 1922. Uma parte do Arquivo Militar vinda com a corte em 1808, achava-se no Arquivo Histórico do Itamarati. Sobre o assunto escreveu o embaixador Luís NORTON uma minuciosa *Notícia sobre o Arquivo militar encontrado no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, Rio de Janeiro, 1938. Foi devolvido a Portugal em 1940. V. *Arquivo Histórico do Itamarati*, pte. III, 30, p. 127.

39. Sobre os ms. relativos ao Brasil, v. o tomo I do trabalho de J. H. da CUNHA RIVARA, *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca pública eborense*, Lisboa, 1850, 4 tomos. A biblioteca de Évora foi fundada em 1815 por Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, franciscano, bispo de Beja e arcebispo de Évora, que também organizou a biblioteca do convento de Jesus, hoje pertencente à Academia das Ciências de Lisboa. O arquivo distrital de Évora (anexo à biblioteca) é um dos mais ricos na categoria.

40. A obra clássica sobre a universidade é a de Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1892-1902, 4 vols. É muito criticada pelos numerosos enganos. Consulte-se, assim, a moderna obra de Mário BRANDÃO e Manuel Lopes de ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra, esboço de uma história*, Coimbra, 1937. A Universidade está publicando, em uma série de volumes, o *Catálogo dos manuscritos*. Sobre os estudantes brasileiros há um utilíssimo índice, em Francisco MORAIS, *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*, Coimbra, 1949. O arquivo da Universidade funciona também como arquivo distrital, aliás dos mais bem instalados. Os *Acta universitatis conimbrigenis*, sob a direção dos profs. Joaquim de Carvalho, Manuel Lopes de Almeida e Mário Brandão têm divulgado trabalhos e documentos. V. ainda Francisco MORAIS, *Catálogo dos manuscritos da biblioteca geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil*, Coimbra, 1941.

41. O Arquivo municipal do Porto é dos mais ricos e bem organizados. Seu índice foi elaborado em 1795 pelo maior diplomata português que foi João Pedro RIBEIRO, *Índice chronologico dos documentos mais notaveis que se achavam no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto quando*,

públicas especializadas<sup>(43)</sup>, além de inúmeros arquivos particulares de casas nobres e famílias ligadas ao Brasil. É praticamente

*por ordem régia, o examinou, no ano de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro, natural da mesma cidade, Prefácio e notas de J. A. Pinto FERREIRA, Porto, Gabinete de História da cidade, 1951 (Documentos e memórias para a história do Porto). Sobre os documentos que especialmente se referem ao nosso país, v. MAGALHÃES BASTOS, Alguns documentos de interesse para a história do Brasil, Manuscritos da Biblioteca municipal do Porto, Coimbra, 1953. Acha-se publicado o Catálogo dos mss ultramarinos da Biblioteca Municipal do Porto, Lisboa, 1938. (Publicação do 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo.)*

42. O Arquivo municipal de Braga publica, desde 1935, um Boletim e, desde 1949 uma revista: *Brachara Augusta*. A ele foram incorporados os arquivos de ordens religiosas que tiveram casas no Brasil.

43. Assim, a Alfândega de Lisboa dispõe de um rico arquivo de grande interesse para a história econômica do Brasil. Francisco Bilard da FONSECA, *O arquivo geral da Alfândega de Lisboa*, Lisboa, 1950 (Separata dos *Anais das bibliotecas e arquivos*).

O arquivo do Ministério das Obras Públicas é riquíssimo em documentos e compreende vários núcleos ali reunidos. Sobre ele v. o livro de seu diretor Mário Alberto NUNES COSTA, *Biblioteca e arquivo do Ministério das Obras Públicas*, Lisboa, 1958. No Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (1960), apresentou o mesmo autor uma "Nota sobre alguns documentos relacionados com a expansão ultramarina portuguesa" (*Atas do congresso*, v. 2.ª pte., p. 35-40).

Entre esses núcleos documentais está o Arquivo da Superintendência Geral dos Contrabandos (1771-1834). Sobre ele v. a nota que o mesmo diretor escreveu no *Boletim Internacional de bibliografia luso-brasileira*, Fundação Calouste Gulbenkian, IV (1963), p. 115. Desse arquivo ainda publicou o diretor um inventário preliminar que se encontra na *Revista portuguesa de história*, IX, 1960, p. 325. Aí se encontram os originais das chamadas "Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com seus domínios e nações estrangeiras", base para o estudo do tráfico colonial, é verdade que desfalcadas por lamentável incêndio ocorrido em 1821, mas reconstituídas por ordem da Regência, bem como o registro da saída e despachos dos navios que demandavam o Brasil.

Interessam-nos ainda os arquivos do Conselho de Guerra (1640-1834), o do Correio-mor (1790-1834), o da Junta dos Três Estados (1641-1813). Sobre o arquivo do Conselho de Estado escreveu uma memória o conde de TOVAR, "O arquivo do Conselho de Estado", *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1961, série II, vol. 11.

impossível completar uma relação dos importantes mananciais históricos para temas brasileiros existentes em Portugal.

O arquivo do Ministério das Finanças, criado em 1937, é de tipo misto (histórico e administrativo). Ali figuram os cartórios das antigas companhias de comércio, interessando diretamente ao Brasil, à África portuguesa, à Índia e Macau. Também tem promovido cuidadas publicações.

O arquivo da Casa da Moeda é particularmente precioso. Contém os livros de registros de diplomas régios além de uma série de contratos e privilégios. Interessam-nos acima de tudo os livros de entrada de ouro e prata dos séculos XVI ao XIX.

O da Câmara municipal de Lisboa é imprescindível para a história econômica de Portugal. Contém alguns documentos sobre o primeiro século da história brasileira, como os sobre o movimento dos navios entrados e saídos no século XVIII.

O judiciário, chamado Arquivo dos Feitos Findos, mereceu um inventário. João Jardim de VILHENA, "Documentos respeitantes ao Brasil e existentes no Arquivo dos Feitos Findos (1683-1900)", *O Instituto*, Coimbra, vol. 85, 1933.

Os arquivos de Goa não estão mais na posse de Portugal. Mas o *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, já referido, contém um catálogo de documentos microfilmados e possíveis de obter-se através do Arquivo Histórico Ultramarino. O dr. Panduronga PISSURENCAR é autor de um trabalho sobre "A presença do Brasil no Arquivo Histórico de Goa", publicado nas *Atas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, II, Lisboa, 1960, p. 349. No *Boletim geral das colônias*, março de 1951, n.º 301, o mesmo autor publicou um "Roteiro do cartório geral da Índia".

Também os documentos de Macau mereceram publicação, à parte, pelo Centro de Estudos Históricos, sediado no Arquivo Histórico Ultramarino. Na coleção da Filmoteca Ultramarina, há separatas dos tomos 25, 31 e 32, organizadas por Luís Gonzaga GOMES, Lisboa, 1963-1966. Há diversas referências ao Brasil.

Os documentos de Moçambique foram relacionados pelo Centro de Estudos Históricos. FRANCISCO SANTANA, *Documentação avulsa moçambicana* do Arquivo Histórico Ultramarino, I, Lisboa, 1964. Verifica-se aí a existência de documentos do mais alto interesse para o Brasil, como os que comprovam um movimento de adesão à independência do Brasil e as provas de um intenso comércio, em parte de contrabando. Do mesmo Centro provém a coleção bíblique (português e inglês): *Documentos sobre portugueses em Moçambique e na África central (1497-1840)*, 5 vols., 1962-1966.

O Museu de Angola possui excelente arquivo histórico que contém peças que merecem conhecimento por parte de brasileiros. Carlos Dias

## *Arquivos europeus e americanos*

13. Em outros países europeus existem documentos importantes para pesquisadores brasileiros<sup>(44)</sup>. Assim, na Espanha<sup>(45)</sup>, o Archivo General de Indias, em Sevilha — fundamental para a

COIMBRA, *Livros de "Ofícios para o reino" do Arquivo Histórico de Angola*, Luanda, Publicação do Museu de Angola, 1959. Além de referências a muitos brasileiros que ali exerceram importantes funções, há dados importantes sobre o comércio com a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Como se disse de início, muitas famílias conservam arquivos preciosos. Poucos estão abertos ao público e raros inventariados. O mais importante a este respeito é o dos duques de Cadaval. Virgínia RAU e Maria Fernanda Gomes da SILVA, *Os manuscritos da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 2 vols., 1956-1958.

O arquivo Lavradio-Rio Maior, cujo inventário sumário encontra-se na RIHGB, tomo 97 (1925), p. 495, é hoje o Arquivo do Cosme Velho, pertencente ao historiador Marcos Carneiro de MENDONÇA, que já tem feito valiosas publicações aproveitando o rico material.

O arquivo da Casa de Mateus foi adquirido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Pertenceu ao Morgado de Mateus (Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão) que foi governador de São Paulo no século XVIII. V. Hélio VIANNA, *São Paulo no arquivo de Mateus*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969 (Coleção Rodolfo Garcia).

A descentralização do sistema arquivai português faz com que muitos fundos ainda não tenham sido relacionados. Assim, poderíamos enumerar os arquivos da Direção da Arma de Engenharia, da Faculdade de Medicina de Lisboa, da Marinha, do Ministério do Interior, do da Justiça, do Governo civil de Lisboa, da Imprensa Nacional, do Hospital São José, da Junta de Crédito Público, da Misericórdia de Lisboa, da Patriarcal, do mosteiro de São Vicente de Fora, do Tribunal de Contas, da Academia de Belas-artes e da Assembléa Nacional. (V. Joaquim LEITÃO, *O Palácio de São Bento*, Lisboa, 1945 (Catálogo de mss., p. 107).

44. Este assunto constituiu o tema n.º 1 da secção VII do III Colóquio Intern. de Estudos Luso-brasileiros, em Lisboa, 1957 (vol. II, Lisboa, 1960): "Reconhecimento dos fundos arquivísticos estrangeiros que interessam ao Brasil, a Portugal e suas províncias ultramarinas". Aí se encontra o exaustivo trabalho de A. H. de Oliveira MARQUES sobre a "Documentação sobre Portugal em arquivos hanseáticos alemães" e uma nota do mesmo autor sobre o fundo de história de Portugal na Biblioteca Ibero-americana de Berlim. Do mesmo assunto tratou Luís SILVEIRA, *Portugal nos arquivos do estrangeiro. I. Manuscritos portugueses na Biblioteca estadual de Hamburgo*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1946. O trabalho mais antigo a este respeito é o de Antônio BALÃO, *Os arquivos da história de Portugal no estrangeiro*,

história da América em geral<sup>(46)</sup>; o Archivo general de Simancas, em Valladolid<sup>(47)</sup>; o Archivo Histórico Nacional de Madrid<sup>(48)</sup>.

Coimbra, 1916. Na obra organizada por D. H. THOMAS e L. M. CHASE, *Guide to the Diplomatic Archives of the Western Europe*, Filadélfia, 1959, há uma parte relativa a Portugal elaborada por Manuel da Silveira CARDOSO. Há uma sùmula dos arquivos europeus que possuem documentos de interesse para a América Latina em geral, na parte preliminar do livro de Ernesto de la Torre VILLAR, *Las fuentes francesas para la historia de México y la guerra de intervención*, México, Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística, 1962.

45. Sobre os arquivos da Espanha há obras gerais como a de FOUCHÉ-DELEOSC, *Manuel de l'hispanisant*, 2 vols., Nova York, Bruges, 1920-1924; José Torre REVELLO, *Los archivos españoles*, Buenos Aires, Imprenta de la Universidad, 1927; Francisco Sintes y OBRADOR, *Guia de los archivos de Madrid*, Madrid, 1952; José Tudela de LA ORDEN, *Los manuscritos de América en las bibliotecas de España*. Madrid, Ed. de Cultura Hispánica, 1954; Julian PAZ, *Catálogo de los manuscritos de América existentes en la Biblioteca Nacional de Madrid*, Madrid, 1953. Acrescente-se o *Guia del lector de la Biblioteca Nacional de Madrid*, Historia, organización y fondos, Madrid, 1952, e Robert RICARD, *Documents des bibliothèques espagnoles relatifs au Brésil*, Coimbra, 1924.

Sobre a biblioteca e arquivo do Palácio real há um catálogo de Jesus Dominguez BORDONA, *Catálogo de la Bibl. de Palacio*, t. IX — Manuscritos de América, Madrid, 1935. Outros dados complementares encontram-se em Ricardo DONOSO; *Fuentes documentales para la historia de la independencia de América*, México, Instituto Pan-americano de Geografía e Historia 1960 (Publicação n.º 233), Roscoe R. HILL, *Descriptive Catalogue of the documents relating to the History of the United States in the "Papeles procedentes de Cuba" deposited in the Archivo General de Indias at Seville*, Washington, 1916; Eugenio Larrabure y UANANUE, *El archivo de Indias y la biblioteca colombina de Sevilla, Reseña de sus riquezas bibliográficas*, Barcelona, 1914 (Edição francesa, Paris, 1914); William R. SHEPHERD, *Guide to the materials for the History of the United States in Spanish Archives* (Simancas, The Archivo historico nacional and Seville), Washington, D.C., Carnegie Institut of Washington, 1907; Pedro Torres LANZAS e German LÁ TORRE, *Archivo general de Indias. Quadro general de la documentación*, Sevilla, 1918; Francisco Rodriguez MARIN, *Guia histórica y descriptiva de los archivos, bibliotecas y museos arqueológicos de España*, Madrid, 1916 (vol. I Archivo histórico nacional); F. MARTIN ARRABEL, *Archivos españoles: su origen y su historia*, Madrid, 1892.

46. A maior pesquisa realizada no Arquivo das Índias, por sugestão da Comissão de estudos de textos de história, do Brasil é a de João Cabral

de MELLO NETO, *O Arquivo das Índias e o Brasil. Documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*, Rio de Janeiro, Ministério das Rel. Ext., 1966, com uma introdução de José Honório Rodrigues, onde se faz uma síntese das pesquisas até agora empreendidas nos arquivos espanhóis e seus resultados. Está em preparo um novo volume contendo a bibliografia e o indispensável índice remissivo. Os *Anais do Museu Paulista* (Ipiranga), vol. I, 1922, II, 1925, V, 1931 e XIII, 1949, publicaram muitos documentos relativos às bandeiras, precedidos de uma nota do insigne historiador Afonso d'Escragnolle TAUNAY sobre "Documentação espanhola". No último desses volumes há um índice geral e uma explicação do chefe da secção histórica, Tito Lívio FERREIRA. Ainda que o arquivo não disponha de um catálogo geral, há vários catálogos parciais e guias que facilitam a pesquisa, como o de José Torre REVELLO, *El archivo general de Índias de Sevilla*, Buenos Aires, 1929; José María de Le Peña y CAMARA, *Archivo de Índias de Sevilla. Guia del visitante*, Madri, 1958. Nele pesquisaram Rodolfo R. Schuller e Pedro Souto Maior, conforme consigna José Honório RODRIGUES, *Pesquisa histórica no Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1969 (Coleção Brasileira), p. 91-93. Os inventários do primeiro encontraram-se na Biblioteca Nacional e a relação das pesquisas do segundo na RIHGB, tomo 81 (1918).

Há ainda elementos importantes a pesquisar no *Catálogo de los fondos americanos del Archivo de Protocolos de Sevilla*, tomos I, II e III, Século XVI, Madri, Companhia Ibero-Americana de Publicaciones (Instituto Hispanocubano de História de América, Sevilha).

47. No Arquivo real de Simancas, apesar da centralização empreendida com a criação do Arquivo das Índias, em Sevilha, ainda restam muitas peças essenciais para a história da colonização brasileira. (V.: *Dirección General de Archivos y Bibliotecas. Guia del Archivo General de Simancas*, Madrid, 1958.) Sobre ele há dois trabalhos portugueses que interessam o nosso país: J. M. Queirós VELLOSO, *O Arquivo Geral de Simancas, sua importância capital para a história portuguesa*, Coimbra, 1923; Padre Francisco Manuel ALVES, *Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à história portuguesa*, Coimbra, 1933. Nele está elaborando pesquisas, por ordem do Itamarati, o pesquisador Eliseu de Araújo Lima. Ali pesquisou ativamente Varnhagen em 1946. Segundo ele passam de 100.000 os documentos sobre nossos limites: (J. Honório RODRIGUES, *A pesquisa hist.*, p. 47.) A relação das cópias de mss. extraídas por ordem de Varnhagen está na nossa Biblioteca Nacional. (*Id.*). Entre as suas vinte e cinco coleções, têm especial interesse as relativas à "Casa e Pessoas Reais", sec. IX (Reinos de Hungria e Portugal), à "Secretaria da Guerra" (América: guerra com Portugal) e a sec. VI "Secretaria de Estado" (Série IX — Negociações com Portugal) e a sec. XIII "Mercês e despachos, entre os quais para as Índias e Brasil-(1585-1668)".

Na Holanda, em que pesquisaram proveitosamente Joaquim Caetano da Silva e José Higinio Duarte Pereira, há acervos preciosos como o Arquivo Real da Haia e o Antigo Arquivo de Amsterdã<sup>(49)</sup>.

48. No Archivo Histórico Nacional, de Madrid, realizou proficuas pesquisas o enviado do Itamarati Eliseu de Araújo Lima, apresentando um nutrido índice inédito (9 vols.), extratando e copiando, ainda, documentos, conforme o trabalho de María del Carmen Pescador de HOYO, *Documentos de Indias, Siglos xv-xix. Catálogo de la serie existente en la sección de Diversos*, Madrid, 1954. O mesmo pesquisador fez extratos e cópias de documentos relativos ao Brasil conforme o catálogo elaborado por Antonio Rodrigues MOÑINO, "Catálogo de los documentos de América existentes en la colección de jesuitas en la Academia de la Historia", publicado nos *Estudios hispano-americanos. Homenaje e Hernan Cortés en el IV centenario de su muerte*, Badajoz, 1948, bem como os de Julian PAZ e J. Domingues BORDONA, acima citados. Também pesquisou no Museu Naval, extratando e copiando documentos segundo o trabalho de Vicente VELA, *Índice de la colección de documentos de Fernandez de Navarrete que posee el Museu Naval*, Madrid, Instituto Histórico, 1946.

49. Os arquivos holandeses contêm documentos obviamente de grande interesse sobre a conquista do Brasil no século XVII. P. M. NETSCHER, para elaborar o seu trabalho *Les hollandais au Brésil*, Haia, 1853, pesquisou somente o arquivo dos Estados Gerais, os mesmos que Varnhagen deve ter percorrido. Desses papéis tirou muitas cópias o historiador brasileiro Joaquim Caetano da Silva, que as enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde constituem 8 vols. encadernados. Mas o arquivo da velha Companhia das Índias Ocidentais, onde estavam os papéis relacionados com a administração da conquista, só depois de 1856 foram incorporados ao Arquivo Real e só vieram a ser estudados por José Higinio Duarte Pereira durante sua proficua missão. Foram em grande parte copiados e estão entregues à guarda do IAHGP. Na Holanda também pesquisou, com menor proveito, Pedro Souto Maior. Estes são os dados fornecidos na concisa introdução heurística de Herman WÄTJEN, em seu livro *O domínio colonial holandês no Brasil*, traduzido por P. C. UCHOA CAVALCANTI, São Paulo, 1938 (Brasília). Wätjen teve à sua disposição os papéis de uma e outra fonte. Sobre as cópias de uma coleção pouco aproveitada até então, trazidas por José Higinio Duarte Pereira (as Atas), elaborou José Antônio Gonsalves de MELLO o seu estudo, *Tempo dos flamengos*, Rio de Janeiro, 1947 (Col. Documentos Brasileiros). Na obra citada de José Honório Rodrigues sobre a *Pesquisa histórica*, estão expostos largamente os resultados das diversas missões. Há uma publicação oficial bastante completa: *De Rijksarchieven in Nederland, Overzicht van de inhoud van de Rijksarchiefbewaarplaatsen*, Haia,

Em Viena, onde existe abundante material resultante das expedições científicas no início do século XIX, e documentos históricos por causa das ligações dinásticas entre a Áustria e o Brasil, ainda há muito que pesquisar<sup>(50)</sup>.

1953. Os documentos do Arquivo Real da Haia estão parcialmente relacionados quanto ao Brasil: "Catálogo dos documentos sobre o Brasil", ABN, 72 (1953), p. 215.

50. Os arquivos do antigo Império austríaco possuem farta documentação sobre o Brasil, não só porque foi um dos maiores centros de atividade da diplomacia européia, exatamente no período do Brasil-reino e Brasil-império, como em virtude das relações de família, derivadas do casamento do príncipe D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina. Ainda recentemente um trabalho de pesquisa arquivística revelou aspectos novos deste contato: Ezekiel Stanley RAMIREZ, *As relações entre a Áustria e o Brasil*, tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe, São Paulo, 1968 (Brasiliana).

O arquivo de Viena tem fornecido, ainda ultimamente, precioso material para pesquisas históricas a investigadores latino-americanos. María del Carmen VELASQUEZ, *Documentos para la historia de México en colecciones austriacas*, México, 1963. O inventário do arquivo está publicado: *Inventar das Wiener Haus, Hof, und Staatsarchivs. 4. Gesamtinventar des Wiener Haus, Hof, und Staatsarchivs aufgebaut der Geschichte des Archivs und Seiner Bestände*. Herausgegeben unter Mitwirkung von L. Gross, J. K. Mayr, J. Seidl, F. Antonius, F. V. Reihöl, O. Schmid, P. Klettler, O. Brunner, F. Huter, W. Latzke und W. Kraus von L. Bittner, Wien, verlag Adolf Holzhausens Nachfolger, 1936, 5 tomos.

Não há muito reuniu-se em exposição pública o precioso material restante do antigo Museu Brasileiro, que resultou das expedições científicas austríacas do princípio do século: *Brasilianische Museum. Sonderausstellung des Naturhistorischen Museums in Wien*, Viena, 1954, ilustr.

Um estudo geral sobre os arquivos públicos e privados na Áustria encontra-se em "Archive" no *Jahrbuch der österreichischen Wissenschaft*, publicado pela Academie der Wissenschaften, Viena, 1954.

Sobre os papéis brasileiros, v. o discurso de recepção no Instituto Histórico por Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, na RIHGB, t. 87, 1920, p. 406.

51. A maior pesquisa realizada em arquivos franceses, na qual temos bastante interesse, foi feita pelos EUA: Waldo G. LELAND, *Guide to Materials for American History in the Libraries and Archives of Paris*, vol. I. Libraries, Washington, Carnegie Institution, 1943; Waldo G. LELAND, John G. MENG e Abel DOYSIE, *Guide to Materials for the American History in the Libraries and Archives of Paris*, vol. II. Archives of the Ministry of



14. Na França<sup>(51)</sup>, na Itália<sup>(52)</sup>, na Inglaterra<sup>(53)</sup>, no Vaticano<sup>(54)</sup>, nos países escandinavos<sup>(55)</sup>, Rússia<sup>(56)</sup>, Alemanha<sup>(57)</sup>, Suíça<sup>(58)</sup>, em quase todos os países da Europa<sup>(59)</sup> e da América<sup>(60)</sup>, existem, pelo menos, os despachos diplomáticos de seus representantes no Brasil, contendo depoimentos sobre acontecimentos históricos. Dentro do mundo civilizado, portanto, todos os países precisam colaborar para obterem documentação de primeira ordem.

foreign Affairs, Washington, Carnegie Institut, 1943. Trata-se de um trabalho em profundidade e de imprescindível consulta para uma pesquisa.

É também útil a consulta a uma obra muito anterior, mas ainda válida: A. Morel FATIO, *Catalogue des manuscrits espagnols et portugais de la Bibliothèque nationale*, Paris, 1881-1882.

Sobre Portugal há o trabalho do Visconde de SANTARÉM, *Notícia dos manuscritos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal e à história e literatura do mesmo país que existem na Biblioteca Real de Paris e outras da mesma capital e nos arquivos de França*, Lisboa, 1827. É imprescindível uma consulta ao trabalho de Joaquim Veríssimo SERRÃO, "Manuscritos das bibliotecas públicas de França referentes a Portugal", *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. iv (1963), p. 277-448.

Há referências ao Brasil e aos domínios portugueses em muitos trabalhos de pesquisa sobre a América Latina. Assim, v. Julian PAZ, *Catálogos de documentos españoles existentes en el archivo del Ministerio de Negocios Extranjeros de Paris*, Madrid, 1932. (Dos volumes relativos a outros arquivos foi excluída a parte referente à América.)

V. ainda: G. Desdevises du DEZERT, *Les sources manuscrites de l'histoire de l'Amérique latine de la fin du XVIII siècle (1760-1870)*, *Nouvelles archives des missions scientifiques et littéraires*, Paris, 1914.

A riqueza da Biblioteca Nacional de Paris em manuscritos americanos está longe de ser entrevista através de inúmeros catálogos parciais enumerados por Ernesto de la Torre VILLAR, *Las fuentes francesas para la historia de México*, cit. Sobre eles trabalhou, entre outros, Charles de LA RONCIÈRE, revelando preciosidades. V. *Catalogue des manuscrits américains de la Bibliothèque Nationale*, Paris, 1925.

Os arquivos franceses que estão submetidos a uma regulamentação complexa, mas eficiente, foram estudados na obra clássica de LANGLOIS e STEIN, *Les archives de l'histoire de France*, Paris, 1891. Há uma publicação sistemática: *Etat des inventaires des Archives nationales, départementales, communales et hospitalières au 1<sup>er</sup> janvier, 1937*, Paris, 1938, xv — 703 p. Para compreensão do sistema arquivístico francês é utilíssima a consulta à publicação: *Archives. I. Les archives: organisation, méthodes, techniques*.

II. *Les archives: recherche, enseignement, documentation*. Número especial da L'Éducation nationale (1962). Para uma aproximação do tema — fontes francesas da História do Brasil — é também útil o catálogo *France-Bésil*, Avant-propos de Charles BRAIBANT, 24 mai-27 juin 1955, Hôtel de Rohan, Paris, 1955, ilustr. (Braibant é o diretor dos arquivos de França).

Os Arquivos da Marinha são ricos em documentos sobre as expedições ao Brasil. Têm inventários em boa parte publicados (*Inventaire des Archives de la Marine*, 7 vols., Paris, 1885-1913, e G. BOURGIN, *Inventaire sommaire des archives modernes de la Marine*, Paris, 1914). Na Biblioteca do Ministério da Marinha há também manuscritos relativos à América, estudados por Charles de LA RONCIÈRE, *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques de la Marine*, Paris, Plon, 1907, com suplemento publicado em 1924.

Mencionem-se ainda os arquivos militares, hoje instalados no castelo de Vincennes.

Sobre os mss. existentes nas bibliotecas públicas, há um extenso catálogo: *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques de France*, 28 vols., Paris, 1911. Para as bibliotecas departamentais havia já publicados, em 1962, 48 vols.

A biblioteca de Sainte Geneviève, dirigida por longo tempo pelo brasileiro Ferdinand DENIS, tem um importante fundo de mss. brasileiros devidamente inventariados pelo pesquisador Cícero DIAS, por incumbência do Itamarati. Infelizmente a coleção particular de DENIS se dispersou em leilão, após sua morte. Em todas as demais bibliotecas públicas francesas, a Mazzarina, do Arsenal e do Instituto de França, existem mss. cujo catálogo menciona E. de la Torre VILLAR (*op. cit.*). O arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, além da correspondência diplomática, contém a série *Memórias e documentos*. Há catálogos publicados: *Archives du Ministère des Affaires Étrangères. Etat numérique des fonds de la correspondance politique, de l'origine à 1871*, Paris, 1936, além de catálogos parciais.

52. Os fundos bibliográficos e arquivísticos italianos são de organização complexa, dada a formação dificultosa que teve a unidade do país. A obra de G. OTTINO e G. FUMAGALLI, *Biblioteca bibliografica italiana*, Roma, 1889, dá um panorama do patrimônio nacional no assunto. Sobre documentos americanos em geral: v. Paolo REVELLI, *Terre d'America e Archivi d'Italia*, Milão, 1926. Há ainda a publicação oficial: *Gli archivi di Stato italiani. Ministero dell'Interno. Ufficio centrale degli Archivi di Stato*, Bolonha. Completa-a o trabalho: *Archivi di Stato al 1952*, Roma, 1954.

Contêm boas referências ao Brasil o catálogo elaborado por Carl RUSSEL FISH, *Guide to materials for American History in roman and other italian archives*, Washington, Carnegie Institution, s.d.; Antonio Elias de MOLINS, "Catálogo de los manuscritos españoles, portugueses... de las

bibliotecas de Roma”, *Revista crítica de historia y literatura española, portuguesa y hispano-americana*, VIII (1902).

Sobre a famosa Biblioteca Ambrosiana, de Milão, há a obra de seu diretor Achille RATTI (depois papa, com o nome de Pio XI): *Guida sommaria per i visitatori della biblioteca Ambrosiana e delle collezioni annessa*, Milão, 1907.

Da Biblioteca Nacional de Nápoles há um estudo especial acerca dos manuscritos: Alfredo MIOLA, *Notizie di manoscritti neo-latini; Parte prima: Mss. francesi, provenzali, spagnoli, catalani, portoghesi della Bibl. Nazionale di Napoli*, Nápoles, 1895. Sobre o arquivo de Estado de Nápoles, escreveu o general F. de Paula CIDADE um útil estudo, “Alguns arquivos europeus”, publicado na RIGHMB, n.º 46 (1964).

53. A Inglaterra centralizou os seus serviços de arquivo no reinado da rainha Vitória, criando o *Public Record Office* (Arquivo Nacional), sob a direção do *Master of the rolls* (espécie de Guarda-mor dos arquivos). Esta repartição controla tanto os arquivos judiciários como os administrativos. Como é natural, contém esse depósito oficial uma respeitável soma de documentos relativos ao Brasil, quer no setor diplomático, quer no naval (repressão ao tráfico, etc.). Os arquivos ingleses são exclusivamente de papéis oficiais. Os americanos do Norte têm elaborado excelentes inventários de documentos relativos a seu país, como o de Charles M. ANDREWS, Charles O. PAULLIN e Frederic L. PAXSON. Os guias, organizados pelos funcionários, são excelentemente elaborados e permitem uma consulta frutífera.

Os manuscritos e as coleções particulares encontram-se especialmente nas bibliotecas das grandes universidades e nos opulentos depósitos de mss. do British Museum. Ali trabalhou o erudito espanhol Pascual de GAYANGOS e elaborou um *Catalogue of the manuscripts in the spanish language in the British Museum*, Londres, 4 vols., 1875-1893. Nele se encontram várias peças relacionadas com o Brasil. Sobre os portugueses trabalhou Frederico Francisco de LA FIGANIÈRE, autor de um *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico, em que também se dá notícia dos manuscritos estrangeiros relativos à história civil, política e literária de Portugal e seus domínios, e se transcrevem na íntegra alguns documentos importantes e curiosos*, Lisboa, 1853. Este trabalho foi a base das pesquisas brasileiras nesse acervo. Sobre ele elaborou Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *Succinta indicação de alguns manuscritos importantes, respectivos ao Brasil e Portugal, existentes no Museu Britannico em Londres e não compreendidos no catálogo de Figanière, publicado em Lisboa em 1853, ou simples aditamento ao dito catálogo*, Havana, 1863.

Anos depois retomou a pesquisa Manuel de OLIVEIRA LIMA, “Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres”, RIHGB, t. 65, 2.ª pte., Rio de Janeiro,

1903. Ainda mais tarde voltou a lavrar no mesmo terreno o conde de TOVAR, *Catálogo dos manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Londres, 1932.

Há uma utilíssima publicação: *List of record depositories in Great Britain*. *British Record Association, Report from committees*, Londres, 1956.

54. O arquivo do Vaticano constitui, naturalmente, uma fonte inestimável para pesquisas históricas, especialmente para países católicos, ainda mais o Brasil que nunca teve solução de continuidade em suas relações com a Santa Sé. Os documentos que pertenciam a fundos diversos foram centralizados por LEÃO XIII em 1881, abertos à consulta pública e entregues à direção de eminentes historiadores. A obra clássica sobre o arquivo do Vaticano é a de H. A. FINK, *Das Vaticanische Archiv. Einführung und die Bestände und ihre Erforschung*, 2.<sup>a</sup> ed., Roma, 1951. Superou de muito a obra anterior de G. BROM, *Guide aux archives du Vatican*, Roma, 1910. A direção do arquivo tem publicado sucessivos guias: *Sussidi per le consultazione dell' Archivio Vaticano*, Roma, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1926, 1937, 1947.

Os papéis que mais interessam ao Brasil são os da divisão *Archivio della Segreteria di Stato*, especialmente os da nunciatura em Lisboa (mais de duas centenas de volumes) e nunciatura do Rio de Janeiro, além da coleção *Affari di America*. Nestes fundos têm sido feitas importantes pesquisas que serão oportunamente referidas. V. o discurso de Jerônimo de Avelar FIGUEIRA DE MELO sobre o arquivo do Vaticano na RHGB, t. 87, p. 411 (1920).

55. Sobre os arquivos dos países escandinavos há excelente pesquisa de Magnus MÖRNER, *Fuentes para la historia de Ibero-América conservadas en Suecia*, trad. do sueco por Ester Pastor LOPEZ, Estocolmo, publicado sob os auspícios da UNESCO, do Conselho Internacional de Arquivos e do Conselho de Investigações Humanísticas da Suécia, 1968 (Arquivo Nacional da Suécia, Guia de fontes para a história da Ibero-América-Escandinávia). Verifica-se que o primeiro país que atraiu a atenção dos suecos na América Latina foi o Brasil. A correspondência do ministro sueco no Rio de Janeiro em 1808 (J. A. KANTZOW), desconhecida totalmente, tanto em Portugal quanto no Brasil, foi publicada na RHGB, vol. 276, VII-IX de 1967, cedida pelo Instituto Ibero-americano de Estocolmo. Note-se que a Suécia e Noruega estiveram unidas, em união pessoal, de 1814 a 1905. Eram comuns aos dois países, tanto a administração dos negócios estrangeiros quanto a representação diplomática. Se bem que os arquivos suecos não devam conter material que modifique fundamentalmente os resultados das investigações atuais, podem complementar muitos pontos já elaborados, como se verifica pela correspondência acima citada, competentemente anotada pelo embaixador Joaquim de Sousa LEÃO FILHO.

Há muitas narrativas de expedições marítimo-comerciais e de cônsules suecos na Bahia, Pernambuco, Santos, Porto Alegre, Florianópolis e Rio de Janeiro.

Nos documentos da Casa Real há cartas da imperatriz D. Amélia, irmã da rainha da Suécia.

Do mesmo erudito Magnus MÖRNER, *Quelques documents sur l'émanicipation hispano-américaine recueillis dans les archives suédoises*, Estocolmo, Biblioteca do Instituto de Estudos Ibero-americanos da Escola de Ciências econômicas, 1960. (Trad. para o espanhol, Madri, Ed. Guadarrama, 1961.) Sobre estes documentos elaboraram-se várias pesquisas enumeradas pelo professor José Honório RODRIGUES, *loc. cit.*, p. 221.

Dos documentos de Copenhague dá notícia Ruth Lapham BUTLER em "Latin-american manuscripts in the Royal library at Copenhagen", *Handbook of Latin-American Studies*, 1936, p. 482-487.

56. Sobre os arquivos russos, v. Frank A. GOLDBERGER, *A guide to materials for American History in russian archives*, Washington, D. C., Carnegie Institut, 1917 (Carnegie Institut of Washington, publ. n.º 239). Recentemente publicou Boris SCHNAIDERMAN, "Documentos russos sobre o Brasil", *Revista de história*, São Paulo, n.º 67, VII-IX, 1966.

57. Sobre os arquivos alemães, v. Victor LOEWE, *Das Deutsche Archiwesen. Sein Geschichte und Organisation*, Breslau, 1971.

58. Sobre os arquivos suíços, Albert B. FAUST, *Guide to materials for American History in swiss and austrian archives*, Washington, D. C., Carnegie Institut of Washington, 1916 (publ. n.º 220).

59. Os Estados Unidos dotaram o Governo com um dos mais perfeitos sistemas arquivísticos do mundo. O *National Archives* é realmente um órgão centralizador e sistematizador da documentação nacional. V.: *Guide to the records in the National Archives*, Washington, The National Archives, 1948. Há ainda uma série de úteis publicações para uso dos funcionários: *National Archives, Handbook of procedures*, Washington, The National Archives, 1952. Sobre o Brasil: *Referente Information Papers*, n.º 8. *Materials in the National Archives relating to Brazil*, Washington, National Archives, 1942. Além disso o Arquivo Nacional americano microfilmou em grande parte (e fornece aos consulentes) a correspondência diplomática e consular. A lista dos microfilmes está publicada. H. Stephen HILTON, *Preliminary inventory of the records of the office of Inter-american affairs*, Washington, The National Archives, 1952.

Para a história religiosa, v. os catálogos: Paul J. FOLK, *Catholic archives of America*, 1915; William L. LALLOU, *The Archives of the American Catholic Historical Society*, Filadélfia, 1915. Preciosos elementos se encontram no livro de Henry Tutney BEERS, *Bibliographies in American History (Guide to materials for research)*, Nova York, 1942.

15. Convém ressaltar perante os alunos às imensas vantagens para a pesquisa histórica representadas pelo progresso da fotografia e os modernos processos de reprografia. Missões científicas que necessitariam anos de penosos trabalhos, ocupando dezenas de copistas, reúnem hoje material contido em inúmeros volumes manuscritos em poucos dias de atividade, de que resultam cópias evidentemente mais seguras e contidas em pequenos rolos

Para situar os vários centros de pesquisa de história e civilização latino-americana nos Estados Unidos é de grande utilidade o *Handbook of hispanic source materials and research organizations in the United States*, organizado pelo prof. Ronald HILTON, 2.<sup>a</sup> ed., Stanford University Press, Califórnia, 1956.

A pesquisa de fontes européias para a história americana tem sido a mais sistemática e completa. A planificação dessas pesquisas está estudada por José Honório RODRIGUES na *Pesquisa histórica no Brasil*, cit., p. 222. O trabalho se processou em três etapas: 1.<sup>o</sup> — a elaboração de um guia dos arquivos oficiais americanos: C. H. VAN TYNE & Waldo G. LELAND, *Guide of the archives of the government of the United States in Washington*, Washington, D. C., 1904; 2.<sup>o</sup> — a elaboração de uma lista de mss. já constantes dos catálogos publicados: *List of manuscripts concerning american history preserved in european libraries and noted in their published catalogues and similar printed lists*, Washington, D. C., 1926; 3.<sup>o</sup> — a microfilmagem em massa de documentos. Foi a mais perfeita e organizada pesquisa até hoje realizada, com o concurso de vultosas doações da Fundação Carnegie e do milionário John D. Rockefeller.

Ao lado dessa pesquisa geral, que transformou Washington no maior repositório de documentação histórica do continente, o erudito Waldo G. LELAND também publicava, com o auxílio da Carnegie Institution, os guias a que nos referimos ao tratar da documentação francesa.

60. Um estudo geral dos arquivos latino-americanos é o de Roscoe R. HILL, *The National Archives of Latin America*, Cambridge, Mass., 1945. Do mesmo autor: "Latin-American Archivology — 1951-1953", *HAHR*, vol. 39, 2, p. 256. Um exame exaustivo das fontes arquivais do continente foi realizado por Lino Gomez CANEDO, *Los archivos de la historia de América*, Período colonial espanhol, México, D. F., Instituto Panamericano de Geografia e História, 1961. (Comisión de Historia, n.<sup>o</sup> 87.) Após estudar os arquivos espanhóis passa a estudar os arquivos e bibliotecas hispano-americanos: México, América Central, Antilhas, Colômbia, Equador, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile e Rio da Prata. No seguinte volume estuda as fontes existentes nos arquivos dos Estados Unidos e nos países europeus (exceto Espanha). Sobre o mesmo assunto: María Castelo de ZAVALA, *Noticia sobre algunos archivos hispano-americanos*, México, 1947.

de microfímes. Quando se imagina o que custavam os imensos sacrifícios representados pelas excursões dos antigos cronistas à cata de documentação, ou, mais modernamente, as missões como as que o Brasil mandou à Europa, vê-se que facilidades os modernos mecanismos oferecem aos pesquisadores. Nada melhor para despertar o interesse pelo assunto do que exibir alguns microfímes de documentos, incentivando o gosto pela leitura direta da peça que conserva a grafia e as fórmulas primitivas<sup>(61)</sup>.

16. A fim de promover o interesse pelos depósitos arquivais brasileiros nada melhor do que promover, quando possível, uma visita a uma instituição local. Os alunos de história devem sentir-se ligados aos grandes centros de documentação histórica de sua terra e, conhecendo o seu funcionamento, tornarem-se colaboradores permanentes de seu enriquecimento. Muitas vezes a intervenção pessoal do estudioso impede a perda de uma peça ou a dispersão de um arquivo. Aqui reunimos alguns apontamentos tendo em vista a dificuldade em que se encontra, muitas vezes, o professor, em reunir os dados para uma exposição<sup>(62)</sup>.

17. As primeiras medidas legais de proteção dos documentos oficiais foram o decreto de 10 de janeiro de 1825 (completado pelo de 2 de janeiro de 1838 de que adiante se tratará), ordenando que fossem recolhidos à Corte os documentos que importassem à nossa história.

61. Para elaborar o primeiro volume de seus imponentes *Anais eclesiásticos*, publicado em 1588, BARONIUS, patrono dos historiadores católicos, que se propôs a responder à *História eclesiástica*, editada por uma equipe luterana em Magdeburgo, passou vinte e cinco anos em pesquisas pessoais, indo de bispado em bispado, de convento em convento, a fim de reunir a documentação, totalmente dispersa. Georges GOYAU, "Le catholicisme et l'histoire", introdução à secção "História" de *Ecclesia*, Encyclopédie populaire de connaissances religieuses, dirigida pelo padre R. AINGRAIN, Paris, 1928, p. 307. A respeito da técnica da microfilmagem, suas vantagens e seus perigos, v. o estudo do P.º Arnaldo BRUXEL, S. J., "A filmoteca histórica do Instituto Anchietano de Pesquisas", *Pesquisas*, Porto Alegre, Inst. Anch. de Pesq., I, 1957, p. 14.

62. Uma pequena, mas precisa vista dolhos sobre os depósitos arquivais do Brasil, "país de arquivos desbaratados", na expressão de Afonso d'Escragnolle TAUNAY no discurso de recepção de Rodolfo GARCIA na Academia Brasileira, encontra-se em Roger BASTIDE, "Les archives du Brésil", nas *Atas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1953, p. 217. V. ainda Cláudio GANNS, "Contribuição dos arquivos e instituições culturais brasileiras para o estudo da

O maior centro de documentação arquivai do Brasil é o Arquivo Nacional, localizado desde 1907 à praça da República, no antigo edificio do Museu Nacional. Previsto na Constituição do Império (art. 70) e referido em todas as leis votadas pela Assembléa Constituinte<sup>(63)</sup>, foi estabelecido no Regulamento n.º 2, expedido ao tempo da regência de Araújo Lima, em 2 de janeiro de 1838. Funcionou algum tempo na rua da Guarda Velha (atual 13 de Maio), na Praça do Comércio (atual 2.º Tribunal do Júri), na Secretaria do Império, na casa de Albino dos Santos Pereira, no convento de Santo Antônio, num edificio dos irmãos terceiros da Ordem do Carmo, ao lado da antiga igreja de Nossa Senhora

história nacional”, RIHGB, tomo 209 (1950), p. 214. Os pesquisadores no Brasil, diz BASTIDE, chocam-se com dois fatos: 1) a dificuldade de obtenção de novos documentos em consequência da dispersão deles e da falta de classificação nos arquivos públicos; 2) a idéia de que a época contemporânea não pertence à história, donde certo desprezo consequente pelos documentos recentes, preciosos, entretanto, não só para o historiador como para o sociólogo.

A grande tarefa da geração, em matéria de arquivos, seria pois: 1) a publicação sistemática de um catálogo crítico dos documentos, que permita ao pesquisador saber onde se encontra o material necessário para o trabalho a empreender; 2) para a execução deste trabalho, a criação de cursos especiais nas faculdades de filosofia e letras, que forneçam ao país arquivistas paleógrafos capazes de levar a cabo o trabalho preliminar de classificação e de crítica. Ao menos que se permita aos estudantes estagiarem nos arquivos oficiais como condição para obter o doutorado, o que permitiria a execução do serviço de classificação e catalogação sem ônus para as finanças públicas. Traça depois, BASTIDE, o plano de uma campanha para criação de um movimento entre os universitários em favor das pesquisas arquivais. É lamentável verificar quão pouco foi realizado neste terreno.

Uma bibliografia sumária acerca dos arquivos principais do Rio de Janeiro encontra-se em Cláudio GANNS, “Rumo para pesquisas no arquivo do Instituto Histórico e Geogr. Brasileiro”, Contribuição para o III Colóquio intern. de Estudos Luso-brasileiros, de Lisboa (setembro de 1957), RIHGB, n.º 237 (1957), p. 213.

63. Todas as leis da Assembléa Constituinte, promulgadas por D. PEDRO I em 20 de outubro de 1823, terminam com a expressão: registrem-se na Chancelaria, remetendo-se os exemplares a todos os lugares a que se costumam remeter “até que se estabeleça o Arquivo Público”. *Câmara dos deputados, Exposição comemorativa do centenário da 1.ª constituinte do Brasil*, Rio de Janeiro, 1923.



do Parto (atual rua Rodrigo Silva). Suas publicações já atingiram mais de sessenta tomos, além de várias publicações especiais<sup>(64)</sup>.

As instalações eram obviamente insuficientes para as funções que o Arquivo devia desempenhar. Mas um grande esforço e boa vontade dos funcionários compensavam as deficiências materiais. A impressão que do serviço recebeu o barão de Koseritz, em visita ao Rio de Janeiro, ao tempo da direção do conselheiro Machado Portela (um dos mais esforçados, ao tempo do Império), foi a melhor possível. “Com o conhecimento mais direto dos funcionários daqui, a minha consideração pelo funcionalismo brasileiro subiu muito.” O Arquivo estivera ao abandono quase 30 anos. “Espaço, pessoal e recursos são limitados. Mas com pouco soube Portela realizar muito, pois todo o Arquivo, que enche cinco salas, está em perfeita ordem e classificado na melhor forma”<sup>(65)</sup>.

Esta tradição de boa vontade tem perdurado, graças a Deus. Mas era preciso dar à Nação e ao Governo a noção de que a guarda dos papéis não é uma questão de sentimentalismo, mas de interesse público. A renovação da mentalidade arquivística, empreendida sob a orientação do professor José Honório Rodrigues, tinha que logicamente começar pela formação de um corpo de técnicos à altura dos conhecimentos especializados, tal como são aplicados nos grandes países. Daí a importância dos cursos ministrados no Arquivo por alguns grandes nomes de fama internacional.

18. As principais linhas dessa direção imposta ao Arquivo ressaltam do Relatório em que justifica seu plano diretor<sup>(66)</sup>. As observações ali feitas a respeito da função eminentemente administrativa dos arquivos oficiais, — o que não exclui, é bem de ver, a existência de “atividades históricas”, — são, sem dúvida precedentes. A falta de orientação predominava em todas as repartições congêneres. O Professor José Honório Rodrigues procurou traçar uma política centralizadora em matéria de arquivos, esboçando um histórico da repartição e seus problemas e iniciando uma campanha naquele sentido.

64. *Arquivo Nacional. Índice das publicações*, Rio de Janeiro, 1944; Pandiá H. de Tautphoeus CASTELO BRANCO, *Subsídios para a história do Arquivo Nacional*, vol. I, 1937 (único aparecido) (*Publicações*, vol. xxxv).

65. Carl von KOSERITZ, *Imagens do Brasil*, tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de MELO FRANCO, São Paulo, Martins, 1943 (*Biblioteca Histórica Brasileira*, XIII), p. 181.

66. José Honório RODRIGUES, *A situação do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1959.

Ao mesmo diretor devem-se um novo Regimento (Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1960) e uma série de publicações que resultam dos cursos ministrados, importantes para a transformação do ambiente não somente naquela casa, mas em vários outros centros do país. Assim é que foi traduzido o clássico livro de T. R. Schellenberg<sup>(67)</sup>.

67. T. R. SCHELLENBERG, *Manual de arquivos*, trad. de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. (Com uma introdução do diretor J. H. Rodrigues sobre os cursos e o autor.)

Deste livro, disseminador de princípios básicos de arquivologia, foi feita 2.ª edição pelo Arquivo Público da Bahia, Salvador, s.d. (Publicações do Arquivo Público da Bahia, n.º 2), o que prova a repercussão da campanha.

— Do mesmo autor: *A avaliação dos documentos públicos modernos*, trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

— Do mesmo autor: *Arquivos privados e públicos: arranjos e descrições*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1962.

Outros trabalhos da mesma série:

Oliver W. HOLMES, *A avaliação e preservação dos arquivos de negócios*, e Bertrand GILLE, *Os arquivos privados e econômicos*, trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. (Com uma introdução do diretor José Honório Rodrigues sobre o problema dos arquivos das empresas no Brasil.)

R. MARQUANT, *Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais* ["Les archives et les recherches modernes économiques et sociales"], publ. no *Boletim do iv Congresso internacional de arquivos*, Estocolmo, 1960], tradução de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, 1960.

J. MÜLLER, J. A. FEITH e R. FRUIN, *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. [Tradução da obra *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archiven*, publ. em 1898], tradução de Manuel A. Wanderley, Rio de Janeiro, 1960. (Trata-se de obra clássica alemã, traduzida e adaptada para arquivos franceses e belgas.)

Seguem-se vários pequenos estudos de grande utilidade para os que lidam com papéis:

1) *Preparo de inventários preliminares*, 1959 [Circulares de informação técnica, do Arquivo Nacional dos EUA].

2) *Princípios de arranjo*, 1959 [Circular n.º 18 do Arquivo Nacional dos EUA].

3) Jacques LEVRON, "Le triage des archives"; Jacqueline MADY, "Le versement des services centraux aux Archives Nationales". [Artigos publicados em *La Gazette des archives*], Rio de Janeiro, 1959.

4) Ernst POSNER, *Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa* ["Some aspects of Archival Development since the French Revolution", artigo em *The American Archivist*, VI — 1940], trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, 1959.

5) Michel DUCHEIN, *A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos*. ["La collaboration entre les services administratives et les archives", artigo de *La Gazette des archives*, I — 1957], trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, 1959.

6) Herman KAHN e Randolph W. CHURCH, *Os arquivos públicos e bibliotecas* ["Librarians and Archivists — Some Aspects of their Partnership" e "The relationship between Archival Agencies and Libraries", artigos publicados em *The American Archivist*, 1943-1944], trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, 1960.

7) Robert H. BAHMER e Ernst POSNER, *Os arquivos nacionais dos Estados Unidos* ["The National Archives after 20 Years" e "The National Archives and the Archival Theorist", artigos em *American Archivist*, 1955], trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, 1960.

8) Ricardo FILANGIERE, *Os arquivos privados* ["Les archives privées", publicado em *Archivum*, 1956], trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, 1960.

9) T. R. SCHELLENBERG, *O preparo de listas de maços de documentos* ["The Preparation of Lists of Record Items", publicado no *The National Archives, Staff information papers*, n.º 17, XI — 1959], trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, 1960.

10) T. R. SCHELLENBERG, *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*. "Archival Problems of the Federal Government of Brazil", Relatório apresentado ao diretor do Arquivo Nacional, trad. de Leda Boechat Rodrigues, Rio, 1960. (Relatório de uma visita pessoal do vice-diretor do Arquivo Nacional dos EUA e professor da American University, de Washington, acerca do problema arquivístico brasileiro. O mesmo professor realizou uma série de conferências e cedeu os direitos de uma série de publicações.)

11) J. MADY e R. H. BAUTIER, *Os arquivos e os documentos públicos modernos* ["Les archives et les papiers administratifs modernes", trabalho apresentado à 2.ª Conferência Internacional da *Table ronde des archives*], trad. de Marilena Barbosa Vieira, Rio de Janeiro, 1960.

12) Odon de SAINT BLANQUAT, *O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades*, ["Le problème des versements dans les archives des grandes villes", publicado em *La Gazette des archives*, 1956], trad. de Marilena Barbosa Vieira, Rio de Janeiro, 1960.

13) Robert H. LAND, *O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos* [The National Union Catalog of Manuscript collections", publicado em *The American Archivist*, 1954], trad. de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, 1960.

19. Outro valioso depósito arquivado do Rio de Janeiro é a seção de manuscritos da Biblioteca Nacional. Fundada em 1810 por Dom João VI, era a própria biblioteca do rei, que a abriu ao público em 1811. É considerada hoje a maior da América do Sul e edita duas importantes coleções: os *Anais*, que já atingiram 88 volumes, fora os avulsos, e os *Documentos históricos* (atualmente suspensa), que atingiram 110 tomos<sup>(68)</sup>. A sua seção de manuscritos, entre inúmeras preciosidades, contém o arquivo das mer-

14) Ken MUNDEN, *Regras de catalogação da divisão de documentos departamentais* ["Cataloging Rules in the Departamental Records Branch"], publicado em *The American Archivist*, 1956], trad. de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, 1960.

15) Howard H. PEKHAM e Bell Irvin WILEY, *O registro nacional de manuscritos* ["Manuscript Repositories and the National Register" e "Historians and National Register", publicados em *American register*, 1954], trad. de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, 1960.

16) Curtis GARRISON e Dorothy ARBAUCH, *Coleção de manuscritos, documentos de arquivo e filmes* ["The Relation of Historical Manuscripts to Archival Materials" e "Motion Picture and the Future Historian", publicados em *The American Archivist*, 1939], trad. de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, 1960.

17) Henri Boullier de BRANCHE, *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, Rio de Janeiro, 1960 (O autor, diretor dos arquivos de Sarthe-Le Mans, colaborou num curso de aperfeiçoamento de arquivos e dirigiu um grupo de trabalho que preparou o *Inventário sumário da Secretaria de Marinha*).

18) Henri CHERNIER, *As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais* [publicado em *La Gazette des archives*, 1959], trad. de Marilena Barbosa Vieira, Rio de Janeiro, 1960.

19) Hilary JENKINSON, *O arquivista inglês. Uma nova profissão* [Trad. de "The english archivist, a new profession", conferência proferida no curso de *Archive Administration*, no University College, Londres, 1947], trad. de Manuel A. Wanderley, Rio de Janeiro, 1960.

20) Etienne SABBE, *Os arquivos dos estados* [Trabalho publicado em *Archivum*, rev. intern. sob os auspícios da UNESCO e do Conselho Intern. de Arquivos, 1960], trad. de Manuel Adolfo Wanderley, Rio de Janeiro, 1963.

21) Roberto FAVREAU e F. R. J. VERHOEVEN, *Arquivos na França e na Malásia*, Rio de Janeiro, 1970.

Toda esta série de publicação, denominada "Publicações técnicas", é precedida de prefácios do diretor. Não há exemplo de reforma tão intensa e sistematicamente preparada.

cês, do antigo Ministério da Justiça, sob a denominação de “Documentos biográficos”, que fornecem dados preciosos para a história do Reino e do Império<sup>(69)</sup>.

20. Para a história diplomática, o nosso maior patrimônio é o Arquivo histórico do Itamarati<sup>(70)</sup>, ao qual foram incorporados alguns arquivos particulares de valia, como o do barão do Rio Branco<sup>(71)</sup>.

21. Para a história militar o fundo principal é o Arquivo do Exército<sup>(72)</sup>. Só agora se reorganiza o Arquivo da Marinha<sup>(73)</sup>. O do Ministério da Educação e Cultura teve uma triste história<sup>(74)</sup>. De outros ministérios e serviços não há notícia pormenorizada<sup>(75)</sup>.

68. Os dois primeiros volumes da série *Documentos históricos* compõem-se de documentos do Arquivo Nacional. Do terceiro em diante passou a publicar documentos da Biblioteca Nacional.

69. J. A. Teixeira de MELLO, “Resumo histórico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, ABN, vol. XIX — 1897. E ainda: *Biblioteca Nacional. Sesquicentenário, 1810-1960*. Guia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, MEC, 1960; Manuel S. CARDOZO, “The National Library of Brazil”, HAHB, vol. XXVI, n.º 4, 1946.

70. Tem catálogo publicado em vários volumes: *Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Histórico do Itamaraty*, Parte I. Correspondência com introdução do embaixador Heitor Lyra, Rio de Janeiro, 1952. Este volume compreende a relação da correspondência passiva e ativa da Secretaria de Estado, com as missões diplomáticas, repartições consulares, adidos, inspetores, missões especiais, congressos e conferências internacionais, organismos internacionais, governos estrangeiros, representações estrangeiras, poder legislativo, poder judiciário, presidência, ministérios, governos locais. Acham-se publicados também: 1) a Parte III 30. (Coleções especiais) *Documentação anterior a 1822*, com introdução do embaixador José Carlos de Macedo Soares, Rio de Janeiro, 1957. (Contém muitos autógrafos da família real, a correspondência de estadistas do tempo do Reino-Unido e cópias de arquivos estrangeiros de interesse para o Brasil. Ressente-se, porém, de imprecisão nas indicações das peças.) 2) Parte III 33. *Comissões e tribunais mistos*: a) Tráfico de negros e bloqueios; Comissão mista Brasil-Grã-Bretanha; b) Guerra da independência. Comissão mista Brasil-Portugal, com prefácio do embaixador Vasco T. Leitão da Cunha, Rio de Janeiro, 1968. (Contém ainda documentos relativos às presas feitas durante a guerra da Cisplatina, não indicados no título.) Parte III 34. *Arquivos particulares: barão da Ponte Ribeiro*, Apresentação do embaixador Maurício Nabuco, Rio de Janeiro, 1965. (Compreende o arquivo

de Duarte da Ponte Ribeiro, barão da Ponte Ribeiro, adquirido pelo ministro Otávio Mangabeira.) Parte III 34. *Arquivo particular do barão do Rio Branco*, 2.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, 1967. (Este catálogo teve uma edição anterior com o título de *Arquivo do barão do Rio Branco*, concluído pelo embaixador Aluizio Napoleão, Rio de Janeiro, 1951.) Parte III, 35, *Pareceres do Conselho de Estado*. 36. *Documentos históricos* (1.<sup>a</sup> série e 2.<sup>a</sup> série), Introdução do ministro Horácio Láfer, Rio de Janeiro, 1960. (Compreende muitos documentos avulsos da Casa Imperial, membros da Família Imperial e altas personalidades, sem sistematização.) (Os pareceres do Conselho de Estado foram também objeto de outra publicação: Sérgio CORREA DA COSTA, *Pareceres do Conselho de Estado e do Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1842-1889*, Rio de Janeiro, 1942.)

O Ministério das Relações Exteriores publicou também os documentos do arquivo através de uma série: os *Annaes do Itamaraty*, dos quais apareceram os vols. 1.<sup>o</sup> — 1936, 2.<sup>o</sup> — 1937, 3.<sup>o</sup> — 1938, 4.<sup>o</sup> — 1938, 6.<sup>o</sup> — 1942 e 7.<sup>o</sup> — 1942. Esta publicação esteve sob a direção do historiador Aurélio Porto. Compreendem esses volumes a correspondência dos encarregados de negócios do Brasil em Montevidéu, a do nosso agente diplomático em Buenos Aires, depois plenipotenciário no Paraguai. O vol. v não foi distribuído. O vi e o vii contêm os documentos relativos à ocupação da Cisplatina. (Correspondência de Lecor.)

Uma outra série de publicações do Arquivo do Itamaraty começou a ser feita pela Comissão de Estudos de Textos de História do Brasil, com o nome de *Documentos diplomáticos*. Compõem-na os textos das missões especiais que constituem um setor próprio no acervo histórico. Apareceram até o presente: *A missão Pimenta Bueno, Introdução* por Pedro Freire Ribeiro, Rio de Janeiro, 1965 e *Documentos*, Rio de Janeiro, 1966: a *Missão Bellegarde ao Paraguai (1849-1852)*, vol. I. Exposição de antecedentes e notas por José Antônio Soares de Sousa, Rio de Janeiro, 1968; vol. II. *Histórico da missão e notas*, por José Antônio Soares de Sousa, Rio de Janeiro, 1968; vol. III, 1971.

Sobre a posição do arquivo no quadro da Secretaria de Estado, v. Marcos ROMERO, *História da organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, MRE, 1951.

O Ministério publicou em 1922 a coleção dos documentos relativos às negociações para o reconhecimento da independência do Brasil, prefaciados, os documentos de cada missão, por um membro do quadro da antiga Secretaria de Estado. É um conjunto excelente de estudos, alguns dos quais foram posteriormente desenvolvidos. O título geral é *Arquivo diplomático da independência*. Coletânea de documentos históricos autorizada por S. Ex.<sup>a</sup> o dr. J. M. Azevedo Marques, MRE, Rio de Janeiro, 1922-1925, 6 vols.

A Comissão de Estudos de Textos de História do Brasil, tem publicado, desde o 2.º semestre de 1943, uma série de opúsculos com a *Bibliografia de História do Brasil*, 14 até 1958.

Como instrumentos de trabalho, além da divulgação de documentos, mencionem-se alguns modelares, de grande importância: *Ministros e altos funcionários da antiga repartição dos Negócios estrangeiros depois Repartição das Relações Exteriores do Brasil e membros do extinto Conselho de Estado* (1808-1910), Rio de Janeiro, 1910. [Há nova edição atualizada: *Ministros e altos funcionários da antiga repartição dos Negócios estrangeiros depois Ministério das Relações Exteriores — e membros do extinto Conselho de Estado* (1808-1939), Rio de Janeiro, 1939]; Raul Adalberto de CAMPOS, *Relações diplomáticas do Brasil, contendo os nomes dos representantes diplomáticos do Brasil no estrangeiro e os dos representantes diplomáticos dos diversos países no Rio de Janeiro de 1808 a 1912*, Rio de Janeiro, 1913; José Manuel Cardoso de OLIVEIRA, *Atos diplomáticos do Brasil, Tratados do período colonial e vários documentos desde 1493*, coordenados e anotados por . . . , 2 vols., Rio de Janeiro, 1912; Raul Adalberto de CAMPOS, *Legislação Internacional do Brasil*, Rio de Janeiro, 1929; Hildebrando ACCIOLY, *Atos internacionais vigentes no Brasil*, Rio de Janeiro, 1927 [2.ª ed., 2 vols., 1936]; Rubens Ferreira de MELLO, *Textos de direito internacional e de história diplomática de 1815 a 1949*, Rio de Janeiro, 1950. Do mesmo autor: *Dicionário de Direito internacional público*, Rio de Janeiro, 1962.

71. V., além do catálogo publicado pelo Itamarati: Mário de VASCONCELLOS, "Os arquivos do Itamaraty", na obra *Motivos de história diplomática do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930; Aluizio NAPOLEÃO, *Os arquivos particulares do Itamaraty*, Rio de Janeiro, 1940; Heitor LYRA, "Manuscritos diplomáticos portugueses no Arquivo do Itamaraty", em *História diplomática e política internacional*, Rio de Janeiro, Civilização, 1941.

72. O Arquivo do Exército, localizado no Quartel-General, à praça da República, contém os documentos relativos ao pessoal que compunha a oficialidade da tropa de linha. Sua organização é relativamente recente. O que se chamava antigamente Arquivo Militar, criado em 1808, não passava de um depósito cartográfico. General F. de Paula CIDADE, "Arquivo militar e Arquivo do Exército, um equívoco", *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1958. Do mesmo autor: *Síntese de três séculos de literatura militar*, Rio de Janeiro, 1959 (especialmente p. 529-533, onde se narram os esforços do autor e do coronel Jônatas do Rego Monteiro para reconstituir o acervo de documentos, dispersos pelas unidades e destruído em grande parte, pelo fogo por ordens expressas do governo. O núcleo do acervo esteve mesmo entregue à Limpeza Pública e só por um milagre escapou de completa destruição). O coronel Laurênio LAGO, antigo diretor da Secretaria de Estado da Guerra, e conhecedor profundo do arquivo, fez várias publicações biográficas e documentais extraídas desse rico acervo. Mencionem-se as seguintes: *Relação*

*nominal dos generais efetivos do exército brasileiro*, Rio de Janeiro, 1938; *Brigadeiros e generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*, Dados biográficos, 1808-1831, Rio de Janeiro, Imp. militar, 1938; *Conselheiros de guerra, vogais e ministros do Conselho supremo militar. Ministros do Supremo tribunal militar*, Dados biográficos, 1808-1943, Rio de Janeiro, Imp. militar, 1944. Apesar de prejudicado, contém material importantíssimo.

73. O antigo Arquivo Naval acha-se disperso, parte no Arquivo Nacional e parte no IHGB. Em 1937 foi criada, pelo Decreto-lei n.º 101, no Ministério da Marinha, a Divisão de História Marítima do Brasil, com sede no Ministério da Marinha e constituindo uma divisão técnica do Estado Maior da Armada. Esta divisão, entregue à chefia do comandante Dídio Iratim Afonso da Costa, iniciou logo a publicação de uma série de volumes, hoje 22, sob o título de *Subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, Imp. naval, 1938, contendo preciosos dados históricos. Organizou-se depois o Serviço de Documentação da Marinha, composto de quatro secções: 1) História marítima do Brasil; 2) Biblioteca da Marinha; 3) Arquivo histórico, e 4) *Revista Marítima Brasileira*. Compõe-se hoje de seis secções, acrescentando o Museu e os Serviços gerais. O serviço está inteligentemente reunindo o acervo documental através da microfilmagem das peças, sem promover sua transferência imediata. Adquiriu também o arquivo particular do marquês de Tamandaré, devidamente coordenado pelo escritor Raul Lima. As publicações, ainda que não sistemáticas, são de indiscutível utilidade. A revista que substituiu os antigos *Subsídios* é a *Navigator*, em moldes modernos e excelentemente organizada.

74. O arquivo do Ministério da Educação e Cultura, a princípio Ministério da Educação e Saúde, fundado em 1931, compreendia não só os papéis internos de serviço da Secretaria de Estado, mas ainda os arquivos de estabelecimentos de ensino extintos que ali eram depositados por disposição legal. Incendiou-se durante o Estado Novo. As perdas para a história da educação são incalculáveis.

75. O arquivo do antigo Ministério da Justiça (distinto do Ministério do Império, correspondente ao do Interior no princípio da República) está em parte no Arquivo Nacional. Mas os requerimentos de mercês, com o nome de *Documentos biográficos* estão, como já se disse, na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional. O arquivo do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas foi vendido a peso, como papel velho. Alguns curiosos da história puderam adquirir alguns processos, mas simplesmente pela curiosidade de conterem autógrafos de valor como os pareceres de Machado de Assis, funcionário e diretor daquela secretaria. V.: Thiers Martins MOREIRA, "Machado de Assis versus Boynton", *Revista da Sociedade dos amigos de Machado de Assis*, n.º 8, IX — 1968, p. 6. Com o da Fazenda passou-se coisa semelhante. Os arquivos judiciais não obedecem



22. Em cada Estado da Federação, em cada município, em cada catedral, há de haver um arquivo digno de ser visitado e prestigiado. Em alguns estados há instituições notáveis, centros de documentação e publicação de primeira ordem. Na administração do Arquivo Nacional do professor José Honório Rodrigues, mediante convênio com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, foi incumbido o professor Guy de Holanda de elaborar um inquérito geral dos arquivos brasileiros. O relatório desse trabalho permanece inédito<sup>(76)</sup>.

até agora a uma política segura. Estão em parte no Arquivo Nacional, em parte nas secretarias dos tribunais, em parte nos cartórios.

76. Sobre os arquivos locais brasileiros v. Roscoe R. HILL, "Latin American Archivalogy" (1953-1954), na revista *The Americas*, órgão da Academy of American Franciscan History, vol. XIII, n.º 1, VII — 1955.

GUANABARA. O antigo *Distrito Federal*, hoje Estado da Guanabara, dispunha de um arquivo razoavelmente organizado. Apesar do incêndio que destruiu a Câmara Municipal em 20 de julho de 1790 (VIEIRA FAZENDA, "Antigualhas e memórias", RHBG, t. 86, p. 328), ainda conserva um depósito respeitável de documentos. Suas instalações eram boas. Mas têm piorado lamentavelmente. Entre 1894 e 1897, sob a direção de MELO MORAIS F.º publicaram-se quatro volumes sob o título de *Arquivo do Distrito Federal*, revista de documentos para a história do Rio de Janeiro, cujo índice foi elaborado por F. A. de NORONHA SANTOS (1919). Entre 1950 e 1954 apareceu nova série de cinco volumes com o mesmo título, com menos capricho na apresentação e deficiências técnicas. Algumas publicações avulsas têm grande valor para pesquisas. Assim: Eduardo TOURINHO [coordenador e anotador], *Autos de correições de ouvidores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Prefeitura do D. F., Diretoria de Estatística e Arquivo, I vol., 1624-1699, 1929; II vol., 1700-1747, 1931; III vol., 1748-1820. *Ordens e provisões reais*, livros 1 a 3 (1566-1590), 2 vols., Rio de Janeiro, 1928-1929. *Livro do tomo das terras da cidade do Rio de Janeiro*, trasladado da medição, em 1753, pelo ouvidor-geral dr. Manuel Monteiro de Vasconcelos, com uma introdução de J. da COSTA FERREIRA, Rio de Janeiro, 1930. *Índice comentado dos dois livros sob o título Ordens Régias*, com extrato dos assuntos por ordem cronológica (1662-1790), Rio de Janeiro, 1927. Merecem especial referência as publicações especiais comemorativas da Independência, em fólio máximo e com fac-símiles dos documentos: *Centenário do Fico*, fac-símiles dos documentos do Senado da Câmara, janeiro a agosto de 1822. Coleção do Arquivo municipal, *Documentos da Independência*, vol. I. Aclamação e coroação do Príncipe D. Pedro I; vol. II. Adesão das províncias no norte; vol. III. Atos do governo e adesão das províncias do sul; vol. IV. Adesão das províncias cen-

trais; vol. v. Assembléa Constituinte e Constituição do Império, Adesão das províncias, Rio de Janeiro, 1922.

SÃO PAULO. O arquivo do Estado de São Paulo, criado em 1842 é riquíssimo, apesar das vicissitudes por que passou. Publica importantes séries de documentos: *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, que já ultrapassa 79 tomos (de 1895 a 1955); os *Inventários e testamentos*, com cerca de 39 tomos (1920-1954); as *Sesmarias* (1921-1944), 6 vols., os *Documentos avulsos de interesse para a história e costumes de São Paulo*, 3 vols., 1954; a *Divisão judiciária e administrativa do Estado de São Paulo*, 1936; o *Catálogo dos manuscritos e impressos*, 1908; o *Histórico do Arquivo*, 1908; além do *Boletim*, 12 vols. (O vol. 11 contém o Curso de Paleografia ministrado em 1952.) V. Ubirajara Dolácio MENDES, *Pequeno histórico e prontuário do Arquivo do Estado de São Paulo*, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953; Antônio Paulino de ALMEIDA, *O Arquivo público do Estado e sua contribuição à história de São Paulo*, São Paulo, 1948; e M. R. da Cunha RODRIGUES, "O Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo", *Revista de História*, n.º 50, 1962, p. 475.

A prefeitura do município de São Paulo, por intermédio da Divisão de Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, fez publicar as *Atas da câmara da vila de Santo André da Borda do Campo* (1555-1558), 1 vol.; as *Atas da Câmara de São Paulo*, 61 vols.; o *Registro geral da Câmara de São Paulo*, com 38 vols. (1583-1863) e as *Datas de terra*, com 20 vols. (1562-1863). A *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* é uma das publicações históricas de maior importância no país. Nela, além de se prosseguir na publicação das atas da Câmara Municipal, têm-se editado as ordens régias e papéis avulsos de várias épocas. Péricles da Silva PINHEIRO, "Algumas fontes para o estudo da história de São Paulo", *Ensaios paulistas*, contribuição de *O Estado de S. Paulo* às comemorações do iv centenário da cidade de São Paulo, São Paulo, Anambi, 1958, p. 81. Acrescente-se uma série não menos importante: *Documentário histórico*, vol. I, 1950 (vol. xxxix da coleção do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo), sob a direção de Nuto SANT'ANA. Deste mesmo historiador: *São Paulo histórico*, 6 tomos, São Paulo, Departamento de Cultura, 1937-1944.

MINAS GERAIS. Ainda que pouco dotado, o Arquivo Público Mineiro, contém algumas peças fundamentais de história colonial. Sua *Revista*, que já atingiu 25 vols., contendo preciosidades, não constitui, porém, um modelo de técnica historiográfica. O índice publicado pela direção é mesmo um modelo de incompreensão do assunto (*Índice geral da Rev. do Arquivo Público Mineiro* (1 — 1896 a xviii — 1913), organizado por Theophilo Feu de CARVALHO, Belo Horizonte, 1914). O apêndice, contendo a lista geral e

completa das pessoas que obtiveram sesmarias no “Estado [sic] de Minas Gerais desde 1710 a 1835” é de uma confusão babélica. Por isso mesmo o Arquivo Nacional fez publicar em sua série “Instrumentos de trabalho”, um novo Índice da mesma revista, Organizado por Lygia Nazareth FERNANDES, Rio de Janeiro, 1960, bastante melhorado. Sobre a importância deste arquivo, v. Aurélio Pires, “O Arquivo Público Mineiro”, *O Jornal*, n.º especial dedicado a Minas Gerais, Rio de Janeiro, 1929. Na mesma publicação há um artigo de ESCRAGNOLLE DÓRIA, “As riquezas do Arquivo Público Mineiro”. V. ainda: Elmar G. QUEIROGA, “Arquivo Público Mineiro”. *Revista do Instituto histórico e geográfico de Minas Gerais*, vol. II, 1946, p. 34. Ali também se encontram os discursos pronunciados na sessão comemorativa do cinquentenário da instituição.

BAHIA. O Arquivo da Bahia é o mais antigo dentre os estaduais. Data de 16 de janeiro de 1890 a lei promulgada por Manuel Vitorino criando o Arquivo Público do Estado da Bahia, destinado a adquirir e conservar, de baixo de classificação sistemática, “todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e geografia do Brasil”. O arquivo era dividido em quatro secções: a legislativa, a administrativa, a judiciária e a histórica. Foi seu primeiro diretor Francisco Vicente VIANA, autor de uma preciosa *Memória sobre o Estado da Bahia*, Salvador, 1893. A lei n.º 1.255, de 3 de julho de 1918, promulgada pelo dr. Antônio Moniz, criou, anexo ao Arquivo Público, o Museu do Estado da Bahia, inaugurado em 1919. Em 1930, por proposta do deputado estadual Pedro CALMON, criou-se uma Inspetoria dos Monumentos (Lei n.º 2.032, de 8 de agosto de 1927), também anexada ao Arquivo Público. Só em 16 de maio de 1938 (Dec. 10.744) destacaram-se o Arquivo, e a Inspetoria de Museus e Monumentos. V.: *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*, Fontes para o estudo da educação no Brasil, Bahia, I. Fontes oficiais, Rio de Janeiro, IBPE, 1939 (Levantamentos bibliográficos, vol. I, t. 1), 268. Em 1950 foi aprovado o Regimento do Arquivo Público.

O Arquivo publica, desde 1917, sob a direção de Francisco Borges de BARROS, uma importante série de documentos sob o título de *Annaes do Archivo Público da Bahia*, depois de ter publicado muitos documentos pelo *Diário oficial* para evitar-lhes o desaparecimento. Depois passou a chamar-se *Annaes do Archivo Público e do Museu do Estado da Bahia*, *Annaes do Museu da Bahia*, *Annaes do Arquivo Público e Inspeccoria dos Monumentos* (diretor Alfredo VIEIRA PIMENTEL), e, finalmente, *Anais do Arquivo Público da Bahia* (diretor Luís Henrique Dias TAVARES). Ao todo são 36 volumes, constituindo uma publicação importante, ainda que não sistemática (1917-1961). Além dos *Anais*, e autorizado por lei especial, publicou o Arquivo outra série de documentos, desta vez dentro de rigorosa técnica, sob o título de *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia*, 1937-1948. Sob o n.º 3 desta série, e sob a direção do professor Luís Henrique Dias TAVARES, foi

publicado um importante *Guia do Arquivo do Estado da Bahia*, s. d., com a relação sumária das coleções.

Nos seus números iniciais especialmente, as publicações do Arquivo baiano não obedecem a nenhum critério tornando a pesquisa uma verdadeira charada. Os documentos se seguem sem ordem nem cronologia, nem temática. Alguns estão encartados em meio a séries muito posteriores, de modo que o leitor não consegue encontrar o que lhe interessa, mormente sem dispor de índices minuciosos. Um ligeiro roteiro encontra-se no trabalho de Alfredo VIEIRA PIMENTEL, "Documentos valiosos dos arquivos baianos", *Anais do v.º Congresso de História da Bahia*, Salvador, 1951, vol. v, p. 573. Em 1948 foi criado no arquivo o curso de Arquivologia.

Os arquivos baianos sofreram considerável desfalque em virtude das retiradas de documentos por A. J. de MELO MORAIS (Sênior), acusado de não ter devolvido peças retiradas a pretexto de divulgação. É a queixa registrada por Afonso d'E. TAUNAY em "Documentação paulista de procedência baiana", *Anais do Museu paulista*, III (1927), 2.<sup>a</sup>, p. 237.

Também VALE CABRAL recolheu à Biblioteca Nacional valiosos documentos, provocando protestos de historiadores baianos. Mas a ação do eminente bibliófilo resultou em benemerência. Os documentos em questão encontram-se divulgados na série *Documentos históricos*, enquanto os que permaneceram no local foram, em grande parte, destruídos no incêndio do arquivo, conseqüente do bombardeio da Bahia em 1910. (TAUNAY, Ib.)

Além do arquivo estadual, existe na cidade do Salvador outra excelente fonte de estudos históricos que é o Arquivo Municipal. A ele se refere o grande pesquisador Robert C. SMITH em seu estudo "Documentos baianos" (*Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 9, 1945): "Os livros da extinta Câmara da cidade do Salvador, preservados em grande parte, formam a base da opulenta coleção do Arquivo histórico da Prefeitura, na capital baiana, onde se encontram, bem classificados e facilmente acessíveis aos pesquisadores. Contêm as mais amplas e variadas informações no tocante a ofícios mecânicos, construções civis e normas de estrutura e decoração na Bahia, sobretudo com referência ao séc. XVIII." Sob a direção de Osvaldo VALENTE e Antônio Loureiro de SOUSA, foram feitas, durante a prefeitura de Elísio LISBOA e José Wanderley de ARAÚJO PINHO, primorosas publicações, sob o título geral de *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. A série *Atas da Câmara*, vol. I a VI (1625-1700) constitui valiosa contribuição para a história colonial. Não menos importante é a série *Cartas do Senado*, quatro tomos (1673-1698). Outras publicações avulsas não desmerecem a importância da coleção, como os tomos da *Evolução histórica da cidade do Salvador* e os *Pequenos guias*, de grande utilidade. Mencione-se ainda o *Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador (1725-1845)*, Salvador [1952], publicado sob a prefeitura de Osvaldo GORDILHO e direção do arquivo de Luís Meneses MONTEIRO DA COSTA.

PERNAMBUCO. Em 1867 foi apresentado à Assembléia provincial um projeto criando o arquivo local. Seu autor: o deputado Manuel de Carvalho PAIS DE ANDRADE. Mereceu rasgado apoio de Antônio Joaquim de MELO em artigo no *Jornal do Recife* (21-vi-1867). Mas o projeto foi julgado inoportuno. É o que informa PEREIRA DA COSTA em conferência publicada na RIHGB, tomo 71 (2.<sup>a</sup>), p. 507. Só muito mais tarde os diversos arquivos existentes no Estado (Arquivo central, secções de arquivo das secretarias do Interior e do Governo) foram reunidos por lei (Dec.-lei n.º 1.265, de 4 - XII - 1945) no Arquivo Público do Estado de Pernambuco. V. Jordão EMERENCIANO, "Documentação do Arquivo Público Estadual de Pernambuco", *Anais do segundo congresso de história da Bahia*, 1952, Bahia, IGHB, 1955, p. 122. É um arquivo oficial. Seu acervo é quase integralmente de papéis de natureza pública, na maioria do século XIX, com pequena parte do século XVIII. Nada existe dos séculos anteriores. Edita uma *Revista do Arquivo Público*, que conta já diversos números, onde se publicam, além de documentos, estudos e comentários. Publica também uma série *Documentos do arquivo*, com a transcrição integral de códices e publicações avulsas, de grande interesse, como os *Anais pernambucanos* de PEREIRA DA COSTA (1951-1966), 10 vols. Registre-se que o arquivo recolheu, muito avisadamente, o acervo de instituições para-estatais e privadas que apresentavam interesse para a história econômica, como o da Associação Comercial, da Caixa Econômica e de diversos bancos. Publicou ainda: *Arquivo do barão de Lucena*, Catálogo, 1956; e Flávio GUERRA, *Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco*, índice analítico do professor Gilberto Osório de ANDRADE, Recife, 1969. O Arquivo recebeu recentemente o arquivo do conselheiro João Alfredo CORREIA DE OLIVEIRA. A comemoração de vinte anos de existência deu ensejo a uma série de publicações: I. Lúcia Nery da FONSECA, *Arquivo Público Estadual*, Vinte anos de atividades (1945-1965). II. *Catálogo de edições*, Recife, 1965; III. Flávio GUERRA, *Memória sobre o acervo e documentação do arquivo*, 1965; IV. Jordão EMERENCIANO, *Vinte anos de atividades*, 1965; V. Edson Nery da FONSECA, *Índice da Revista do Arquivo Público* (números I a XII, 1946-1956), 1966.

Também em Pernambuco merece menção o Arquivo Municipal. A sua revista *Arquivos*, 1943, publicada a princípio pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, e agora pela Diretoria de Documentação e Cultura, publica as atas da Câmara Municipal e documentação religiosa, além de boa colaboração.

Pernambuco dispunha de excelente arquivo eclesiástico, bem montado e cuidadosamente zelado, vindo o seu material da instituição do bispado, em 1676, "ficando em uma grande sala do pavimento térreo do palácio episcopal de Olinda, ao seu abandono foi mudado todo o arquivo, que avultava em livros e documentos, para o convento de São Francisco da mesma cidade

e acomodado no salão da sua biblioteca; porém tendo de se instalar naquele convento o Seminário episcopal, ordenou o bispo D. Manuel dos Santos Pereira (1893-1900) a remoção do arquivo para o Palácio da Soledade, onde ficou muito mal acomodado, em uma pequena sala do pavimento térreo, fechada, e completamente abandonado, foi vítima do cupim que tudo devorou, perdendo-se assim o inestimável material de um acervo de mais de dois séculos, e que constituía os únicos subsídios para um dia se escrever a história eclesiástica pernambucana!" F. A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, vol. IX, Recife, Arquivo Público Estadual, 1965, p. 263.

Dos demais arquivos antigos de Pernambuco, e o quase sistemático abandono a que foram condenados, fala o mesmo autor em dolorido Relatório, publicado na *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, n.º 43. O Arquivo Municipal está reduzido a ínfimas proporções do que era. No arquivo da Delegacia Fiscal, que sucedeu à Tesouraria da Fazenda e esta à Provedoria da Fazenda Real, fez-se em 1874, por ordem superior, um auto da fé de avultado número de livros. Igual sorte teve o arquivo da Assembléia Legislativa. No próprio arquivo da Secretaria do Governo foi aplicada uma ordem do secretário do Estado "mandando queimar todos os livros que chegassem até o ano de 1829" (*ib.*).

PARÁ. A Biblioteca e Arquivo Público do Pará data de 1894. Constitui um acervo da maior importância para o estudo da Amazônia. Seus *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, 1902-1906, 10 vols., são um repositório dos mais respeitáveis de documentação. Arthur VIANNA publicou um *Catálogo cronológico das secções de manuscritos*, Belém, 1901. Os códices do Arquivo Público do Pará são abundantemente utilizados pelo conhecedor de seus arcanos que é o prof. Arthur Cezar FERREIRA REIS. V. ainda, pelo diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, prof. Ernesto CRUZ, a memória "Manuscritos do séc. XVIII", nos *Anais do congresso comemorativo do centenário da transferência da sede do governo do Brasil*, 1963, vol. IV, Rio de Janeiro, IHGB, 1967. (Índice da correspondência dos governadores com a metrópole, alvarás, cartas-régias e decisões.)

AMAZONAS. Sendo o Amazonas um Estado relativamente recente, não possui documentos de alta antiguidade. O seu arquivo, que era apenas uma secção da biblioteca estadual, foi completamente restaurado e modernizado sob o governo do prof. Arthur Cezar FERREIRA REIS. Segundo expõe o mesmo governador em sua *Mensagem à Assembléia legislativa* de 15 de março de 1965, Manaus, 1965, p. 34, "estava no mais criminoso abandono. Conquanto todos os papéis ali existentes representassem a vida documental do Estado, eram atirados ao chão, como papéis velhos, imprestáveis. Sofriam a danificação do tempo e do abandono, tanto por falta de estantes, por ausência de arrumação, como pelas goteiras que existiam no telhado do velho prédio". O arquivo mantém uma revista: *Arquivo do Amazonas*, iniciada em Manaus em 1906 e da qual já apareceram 8 volumes.

23. Esta importante série de arquivos deve ser acrescida de numerosos arquivos religiosos, que são de maior importância especialmente para a época em que não havia Registro Civil. Assim o Arquivo da Câmara Eclesiástica do arcebispado do Rio de Janeiro, ora em reorganização, contém preciosidades para a História religiosa<sup>(77)</sup>. No gênero, porém, o mais bem organizado do país é o Arquivo Geral da cúria metropolitana de São Paulo,

ALAGOAS. Só em 1961 foi organizado o Arquivo Público de Alagoas. Sobre o mesmo v. Moacir Medeiros de SANT'ANA, *Os estudos históricos e os arquivos de Alagoas*, Maceió, 1962. Publicou-se em 1962 o primeiro volume da *Revista do Arquivo público de Alagoas*. Do mesmo Medeiros de SANT'ANA, v. "Os arquivos de Alagoas" no *Congresso comem. de transferência da sede do governo do Brasil*, 1963, vol. IV, Rio de Janeiro, IHGB, 1967. Aí se enumeram os 1) arquivos municipais, 2) os de instituições particulares, 3) os eclesiásticos, 4) os cartoriais e 5) o estadual.

RIO GRANDE DO SUL. O histórico do arquivo estadual do Rio Grande do Sul encontra-se na *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, n.º 1, janeiro de 1921. Malogrou-se uma tentativa de criação do órgão em 1848. Desde 1927 chamava-se a publicação *Revista do Museu e Arquivo público do Rio Grande do Sul* (1921-1930). Posteriormente passou a chamar-se *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. A partir de 1951 está sob a direção de Dante de LAYTANO.

MATO GROSSO. Uma revista — *Arquivos* — destinada à vulgarização de documentos do Estado foi mantida de 1904 a 1905.

Arquivos Municipais. Os arquivos municipais no Brasil vivem, pela maior parte, no mais completo abandono. Não há quem, percorrendo o interior, não tenha encontrado papéis valiosos expostos aos perigos do tempo ou dos inescrupulosos. As queimas e dispersões de documentos são vulgares, na grande parte das vezes com apoio e mesmo promoção de autoridades locais.

Algumas entidades conservam o acervo documental em bom estado. A antiga Superintendência de Petrópolis, por exemplo, repartição da Moradia da Casa Imperial, conservou, após muitas vicissitudes, um rico arquivo, hoje pertencente à Companhia Imobiliária de Petrópolis, organizado pelo pesquisador Guilherme AULER, que dele realizou interessantes publicações.

Uma "Relação dos arquivos gerais estaduais" está publicada no *Mensário do Arquivo Nacional*, utilíssima publicação devida ao esforço de seu digno diretor dr. Raul LIMA, no número correspondente a maio de 1972 (Ano III).

77. A seu respeito, ainda se consulta com proveito o livro de monsenhor Antônio Alves FERREIRA DOS SANTOS, *A arquidiocese de São Sebastião*

de iniciativa do arcebispo historiador D. Duarte Leopoldo e Silva<sup>(78)</sup>. Muitos outros arquivos eclesiásticos merecem menção, como o de Mariana. Mas são, em geral, de organização técnica muito deficiente.

24. Se acrescentarmos, afinal, os arquivos de instituições, públicas ou privadas, alguns arquivos de família, veremos como é difícil a um historiador no Brasil ter à sua disposição as fontes arquivais necessárias a uma pesquisa. Um exemplo edificante disso temos no esforço do embaixador José Carlos de Macedo Soares que, só para indicar os arquivos e instituições a que teria de re-

*do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1914. As falhas nas coleções são lamentáveis. Sofreram uma criminosa destruição pelo fogo, em 1922, por ordem do cônego Carlos Duarte Costa, futuro bispo de Maura, e depois cismático. Cleofe Person de MATTOS, *Catálogo temático das obras do P.º José Maurício Nunes Garcia*, Rio de Janeiro, Conselho Fed. de Cultura, 1970, p. 59.

78. Padre Paulo Aurisol Cavalheiro FREIRE, *Relação dos livros de batizados, casamentos e óbitos existentes no arquivo geral da cúria metropolitana de São Paulo*, São Paulo, 1939. Foi também publicado na *Revista do Instituto de estudos genealógicos*, São Paulo, II (1938), n.º 3 e 4. A *Revista genealógica brasileira*, de São Paulo, tem publicado várias relações de acervos de dióceses e algumas paróquias. V. *Catálogo*, vol. VIII, n.º 15 e 16. Mas não há qualquer organização de conjunto. Contudo as Constituições do arcebispado da Bahia, de 1707, e que vigoraram em quase todo o Brasil, determinavam muito claramente, quanto aos livros de batismo, que "acabado de encher, o mandará o pároco entregar ao nosso vigário-geral, o qual será obrigado a mandá-lo meter logo no cartório da nossa câmara arquiépiscopal, e cobrárá dele recibo... E o pároco que assim o não cumprir será castigado." (*Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, São Paulo, 1853, art. 75, p. 30-31.) Como se vê, tão sábias disposições permaneceram letra morta. Não menos esquecidas foram as disposições constantes das *Constituições das províncias eclesiásticas meridionais do Brasil*, constantes da *Pastoral coletiva dos senhores arcebispos e bispos das províncias eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre*, Rio de Janeiro, 1915. (Depois generalizadas ao Brasil todo.) Os cânones 1.197 a 1.200 davam regras minuciosas sobre a manutenção e organização dos arquivos paroquiais e diocesanos. Disposições semelhantes encontram-se no Código de Direito Canônico. Tudo em vão. A dispersão é a regra. O arquivo da cúria da Bahia, segundo Bulcão Sobrinho, tem mais de uma centena de volumes inutilizados. O arquivo da cúria de Mariana tem sido objeto de estudos por parte do cônego Raimundo TRINDADE.



correr para elaborar uma história religiosa do Brasil, publicou um dos mais volumosos trabalhos de heurística no país<sup>(79)</sup>.

Alguns arquivos particulares são notáveis. Muitos se dispersam após a morte dos herdeiros próximos dos estadistas a que pertenceram. Muitos, por outro lado, são abrigados por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que possui algumas dezenas de arquivos de personalidades do Império e da República, nem sempre classificados, outros nem sequer arrolados, por falta de técnicos. Um dos mais importantes do Rio de Janeiro é o do Sr. Marcos Carneiro de Mendonça, no Cosme Velho, composto fundamentalmente da coleção do marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, e um dos grandes elementos executivos da política pombalina. Uma relação sumária desses documentos foi publicada pelo seu antigo possuidor sob o título "Documentos do arquivo do terceiro marquês de Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil"<sup>(80)</sup>.

A Ordem dos Frades Menores tem tido sua história estudada recentemente graças às pesquisas numa parte considerável de seu arquivo. Ainda recentemente a RIHGB, n.º 287 (2.º trimestre de 1970), publicou, por iniciativa de Frei Venâncio WILLEKE, as atas completas das reuniões capitulares da província de Santo Antônio (Norte do Brasil), com elementos essenciais para reconstituição da vida religiosa colonial e imperial.

Os papéis da Companhia de Jesus são centralizados nos arquivos centrais da cúria generalícia em Roma, onde também funciona o Instituto Histórico Jesuítico. A publicação dos *Monumenta historica Societatis Jesu a patris ejusdem societatis edita*, que atingem mais de uma centena de volumes, têm uma série exclusivamente brasileira: *Monumenta Brasiliae*.

Entre as instituições e associações religiosas poucas têm conservado o arquivo em boa organização. Uma das que mereceram bom estudo foi a Ordem 3.ª de São Francisco de Assis de Ouro Preto. V. Cônego Raimundo TRINDADE, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, Rio de Janeiro, 1951 (Publicações do PHAN, n.º 17), p. 237: "Encontra-se otimamente conservado o arquivo da ordem" e, ainda mais raro, catalogado, em condições de servir aos estudiosos. Em bom estado também está o arquivo da ordem correspondente em São Paulo. V. Frei Adalberto ORTMANN, *História da antiga capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, em São Paulo*, Rio de Janeiro, 1951. (Publicações do PHAN, n.º 16.)

O arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, apesar de recentemente desfalcado, ainda possui algumas coleções de interesse para a história social, mas a conservação não é das melhores. O autor da mais recente monografia elaborada nesse arquivo queixa-se do "péssimo estado de parte dos livros existentes, muitos praticamente ilegíveis", apenas permi-

## Bibliotecas

25. Se os arquivos contêm as peças oficiais que os primeiros historiadores tiveram de ordenar e interpretar, uma grande parte dos documentos já se acha impressa, ou estudada pelos predecessores. Chegamos, assim, a outra grande fonte de estudos que são as bibliotecas. Cada estabelecimento de ensino tem a sua biblioteca, às vezes considerável, que os alunos precisam habituar-se a freqüentar. É bom, porém, dar uma noção histórica a respeito das grandes bibliotecas do mundo, especialmente a nossa Biblioteca Nacional, que deve ser visitada. Do estudo das bibliotecas passa-se a compreender a importância dos catálogos e da bibliografia.

26. Convém travar conhecimento e habituar-se a utilizar os catálogos e dicionários bibliográficos, começando pelos mais famosos: — Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico português* (continuado por Brito Aranha e com vários aditamentos), 22 vols., Lisboa, 1858-1923; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario bibliographico brasileiro*, 7 vols., Rio de Janeiro, 1883-1902 (que acaba de ser reproduzido em *off-set* por ordem do Conselho Federal de Cultura); A. L. Garraux, *Bibliographie brésilienne*, Paris, 1898 (há uma reedição feita na coleção *Documentos brasileiros*, da Liv. José Olympio, Rio de Janeiro, 1962); José Carlos Rodrigues, *Bibliotheca brasiliense*, t. I, Rio de Janeiro, 1907; Alfredo de Carvalho, *Biblioteca exótico-brasileira*, 1929-1930, 3 vols.; Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia brasileira*, Amsterdã, 1958-1959, 2 vols., e *Guia da bibliografia histórica portuguesa*, Ed. da Academia Portuguesa da História, vol. I fasc. I, Lisboa, 1959. Para utilizar os repertórios bibliográficos é necessário ter uma vista geral sobre eles: Antônio Simões dos Reis, *Bibliografia das bibliografias brasileiras*, Rio de Janeiro, INL, 1942. A obra correspondente em Portugal é a de Manuel Anselmo, *Bibliografia das bibliografias portuguesas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923 (Biblioteca do bibliotecário e do arquivista, III) <sup>(81)</sup>.

tindo uma leitura fragmentária. Ubaldo SOARES, *A Escravatura na Misericórdia*, Rio de Janeiro, 1958.

79. *Fontes da história da Igreja Católica no Brasil*, São Paulo, 1954.

80. RIHGB, n.º 215, 1952, p. 80.

81. A pobreza de nossa bibliografia histórica se revela na lista dos principais repertórios. Basta dizer que a fonte principal de nossas pesquisas

bibliográficas continua a ser o *Catálogo da exposição de História do Brasil*, realizada em 1881, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*. v. IX, duas partes (1881-1882) com um suplemento em 1883. (Há uma impressão com prontispício próprio.) A este acontecimento refere-se CAPISTRANO DE ABREU, um dos mais importantes colaboradores na elaboração do catálogo. (Prefácio da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, incluído nos *Ensaios e estudos*, 2.<sup>a</sup> série, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1932, p. 175.) A exposição foi mero pretexto para a obra verdadeira, o catálogo, obra que se deve ao esforço de Ramiz Galvão, barão de Ramiz, então diretor da Biblioteca. Toda e qualquer pesquisa bibliográfica, até hoje, tem como ponto de partida este notável repositório. A ele se refere, com o maior respeito, Fidelino de FIGUEIREDO, em *Aristarchos*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Antunes, 1941, p. 97-98.

Segue-se, em importância, o trabalho do bibliotecário João de Saldanha da GAMA, "Catálogo da exposição permanente de cimélios da Biblioteca Nacional", 1885, que constitui o tomo XI dos mesmos ABN, Rio de Janeiro, 1885. É um histórico das coleções, com a descrição das peças mais raras e interessantes, em pequeno número, mas cuidadosamente descritas.

É preciso mencionar também os primeiros catálogos de bibliotecas, à frente dos quais está o *Catálogo dos livros que se acham na biblioteca pública da cidade da Bahia*, s.l., s.d., mas que o *Catálogo da Exposição de história do Brasil*, acima citado, esclarece ser de 1818 (data que ocorre no ms. da Bibl. Nac.), e impresso por Silva Serva. (V. Renato Berbert de CASTRO, *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811-1819*, Bahia, 1969, p. 156.) Vêm depois os catálogos do *Gabinete português de leitura*, o primeiro em 1840, (Simões dos REIS, *op. cit.*, n.º 10), seguido de vários outros, dos quais o mais famoso é o de 1906, organizado segundo sistema decimal de Melvil Dewey, pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Foi uma das primeiras aplicações, em nossa biblioteconomia, do sistema decimal. Foi nisso precedido, em 1904, pelo *Catálogo da Biblioteca da Marinha*, organizado pelo cap.-ten. José Augusto dos SANTOS PORTO e outros (Simões dos REIS, *op. cit.*, n.º 205-206).

As publicações oficiais do Brasil foram catalogadas pela *Hispanic Foundation*, da Biblioteca do Congresso, de Washington, D.C., na série *A Guide to the Official Publications of the other american republics. III. Brazil*, compiled by John de NOIA, Washington, 1948.

O livro mais utilizado para início de pesquisas é o prático e inteligente trabalho organizado por Rubens Borba de MORAIS e William BERRIEN, *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro, Ed. Souza, 1949. A bibliografia de história é de autoria de Rubens Borba de MORAIS e Alice P. CANNABRAVA. Mas cada capítulo tem uma introdução por um especialista: colônia, Sérgio BUARQUE DE HOLANDA; primeiro reinado e regência

por Otávio Tarquínio de SOUSA, segundo reinado por Caio PRADO JÚNIOR, e república por Gilberto FREYRE. O capítulo *Bandeiras* é de autoria de Alice P. CANNABRAVA, o relativo aos *Holandeses no Brasil*, de José Honório RODRIGUES e o dedicado às viagens, de Rubens Borba de MORAIS. Em aditamento há um capítulo com o título "Assuntos especiais": Escravidão africana, indígena, igreja, história econômica, história constitucional, organizado por Caio PRADO JÚNIOR. Pode ainda servir de base para qualquer pesquisa.

É justo mencionar ainda algumas bibliografias elaboradas por americanos que ultimamente se têm revelado altamente interessados em temas brasileiros. Assim Alan K. MANCHESTER, *Descriptive bibliography of the Brazilian Section of the Duk University library* (Separata da HAHN, 1933); E. Bradford BURNS, *Perspectives on Brazilian History. Ed. with an introduction and bibliographical essay*, Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967. Trata-se de uma bibliografia selecionada, precedida de alguns estudos preliminares de grande utilidade: o ensaio de MARTIUS, "Como se deve escrever a história do Brasil"; o "Esboço de uma historiografia brasileira nos secs. XIX e XX", por Pedro Moacyr de CAMPOS, publicado em apêndice à obra citada de GLÉNISSON; o "Roteiro para a historiografia do 2.º reinado", de Caio PRADO JÚNIOR, extraído da sua obra *Evolução política do Brasil*; dois capítulos sobre os problemas de história, historiografia e periodização, extraídos da *Teoria da história* de José Honório RODRIGUES, um capítulo do livro Oiliam José sobre "Historiografia mineira"; um estudo de CAPISTRANO DE ABREU sobre Varnhagen e outro de José Honório RODRIGUES sobre Capistrano de Abreu. Finalmente um capítulo sobre o pensamento histórico no Brasil, de autoria de Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, publicado no *Correio da Manhã* de 1951. Em suma, verdadeiro manual de introdução à história do Brasil.

Utilíssimo também é o manual de Bailey W. DIFFIE, com a colaboração de Justine Whitefield DIFFIE, *Latin-American civilization, 2.ª ed., colonial period*, Nova York, Octagon books, 1967. A introdução bibliográfica atualizada (a 1.ª ed. é de 1945) representa um grande esforço.

Sobre os estudos uruguaios, v. Luís Alberto Musso, *Bibliografia uruguaia sobre Brasil*, Montevideu, Inst. de Cultura Uruguaio-brasileiro, 1967.

É também de grande utilidade para início de pesquisas o trabalho de Nelson Werneck SODRÉ, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, cuja primeira edição é do Rio de Janeiro, Leitura, 1945, A 2.ª é de 1960 (INEP).

As exposições de livros no estrangeiro costumam dar lugar também a úteis catálogos. Mencionem-se os mais recentes: *Exposição do livro brasileiro contemporâneo*, Lisboa, 1957; *Exposición del libro brasileño contemporáneo*, Madrid, 1959; *Exposition du livre brésilien*, Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1960. Em todos eles a parte relativa à história é considerável. A esse tipo de livro pertence o *Catálogo de*

*livros portugueses e brasileiros e publicações estrangeiras sobre Portugal e o Brasil*, Bibliothek der Rijksuniversiteit te Utrecht, 2 vols., Utrecht, 1959-1962.

Algumas bibliografias especializadas merecem ser mencionadas. Assim: Rubens Borba de MORAIS, *Bibliografia brasileira do período colonial*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969; Luís Heitor Correa de AZEVEDO, *Bibliografia musical brasileira (1820-1950)*, Rio de Janeiro, INL, 1952; Brito BROCA e Galante de SOUSA, *Introdução ao estudo da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, INL, 1963; J. Galante de SOUSA, *O teatro no Brasil* (vol. II: Subsídios para uma bibliografia do teatro no Brasil), Rio de Janeiro, INL, 1960; José VALADARES, *História da arte brasileira* (bibliografia), Bahia, 1960; Otto Maria CARPEAUX, *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, 1.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Serviço do Documentação do MEC, 1952 (2.<sup>a</sup> ed., 1955); Antônio Simões dos REIS, *Bibliografia da História da literatura brasileira de Sílvio Romero*, vol. 1, Rio de Janeiro, 1944.

A bibliografia contemporânea aparece em várias publicações oficiais ou privadas. Assim a Biblioteca Nacional edita um *Boletim bibliográfico* semestral, assinalando todas as obras nacionais depositadas por lei; o INL publica uma *Bibliografia brasileira mensal*, registrando igualmente todos os livros aparecidos e que ali são depositados obrigatoriamente. Este boletim aparecia até 1968 incluído na *Revista do livro*, publicada pelo Instituto. A biblioteca do Itamarati publica uma *Bibliografia anual*, registrando não somente as publicações nacionais, como as estrangeiras adquiridas. A Universidade Católica de Campinas, pelo seu departamento de história, publica um boletim com o nome de *Notícia bibliográfica e histórica* (1969-), sob a direção do professor Odilon Nogueira de MATOS, que não somente recenseia livros novos, como dedica uma secção às coleções sobre o Brasil.

No estrangeiro a publicação periódica mais importante é o *Handbook of Latin-American Studies*, iniciado por Lewis HANKE e dirigido depois por Francisco AGUILERA. Baseia-se no material recebido pela Biblioteca do Congresso de Washington, D.C. Compreende uma bibliografia seletiva de antropologia, arte, economia, educação, geografia, governo, história, relações internacionais e direito. Foi, a princípio, impressa pela Universidade de Harvard, passando depois, desde o número 14, para a Universidade de Flórida.

Outra publicação de importância é a *Revista de historia de América*, órgão do Instituto Pan-americano de Geografia e História. A revista é editada no México. Em todos os números (semestrais) há uma bibliografia de história na América com ligeiras recensões.

Para a bibliografia universal, a publicação mais importante é a *International bibliography of historical sciences*, publicada pelo International

27. Os maiores centros de pesquisas históricas são naturalmente as bibliotecas. Os documentos, uma vez impressos, revestem a feição de livros e ali se armazenam. As memórias, diários e correspondências, em grande parte das vezes, não se encontram senão em forma impressa. Todo trabalho de pesquisa se inicia, portanto, por um exame do que foi feito anteriormente.

A produção bibliográfica vai crescendo em proporções espantosas. Não é possível sonhar em reunir todas as obras existentes, mesmo em setores limitados. Os métodos modernos de reprografia e a existência de catálogos nacionais, e ainda convênios permitindo a obtenção de publicações dentro de todo o país, mesmo fora das fronteiras, alargam as possibilidades de consulta dos estudiosos.

28. A história das grandes bibliotecas da antiguidade e do mundo moderno tem sido objeto de muitos trabalhos<sup>(82)</sup>. Aqui devemos focalizar especialmente o que se refere aos livros úteis à história do Brasil.

No III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, em Lisboa (1957), o diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, professor Celso Cunha, e o professor Antônio Houaiss apresentaram um plano de "Catálogo Geral Luso-brasileiro", que constituiria um ponto de partida para uma publicação realmente modelar. Só uma instituição internacional ou uma fundação poderosa poderia empreender tão relevante publicação<sup>(83)</sup>. É o pla-

Committee of Historical Sciences, com sede em Lausanne e que, de 1926 a 1966, já publicou 35 volumes.

Ainda quanto à América, v. a *Revista interamericana de bibliografía*, editada pelo departamento de assuntos culturais da União Pan-americana. Também nesta publicação a produção brasileira é bem representada.

Referindo-se à América Latina em geral, mas compreendendo muitos dados sobre o Brasil, merece menção o livro de B. Sanchez ALONZO, *Fuentes de la historia española e hispano-americana*. Ensayo de bibliografía sistemática de impresos y manuscritos que ilustram la Historia política de España y sus antiguas provincias de ultramar, 2.<sup>a</sup> ed., 2 vols., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1946. Também a Escuela de Estudios Hispano-Americanos, de Sevilha, publica um excelente *Anuário de estudios americanos*, onde se encontram elementos para o estudo do Brasil (1944-).

82. V. o cap. "Les bibliothèques" por Gilbert OUY, na obra já citada, *L'histoire et ses méthodes*, sob a direção de Charles SAMARAN, Paris, Pléiade, 1961, p. 1.061.

83. Atas, Lisboa, vol. II, 1960, p. 389.

no mais ambicioso e sistemático já elaborado, infelizmente longe de ser posto em execução.

Um levantamento geral das bibliotecas brasileiras já foi feito pelo Instituto Nacional do Livro, que o vem mantendo em dia através de reedições periódicas<sup>(84)</sup>.

29. O nosso maior acervo bibliográfico é o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a que já nos referimos ao tratar de sua secção de manuscritos. Fundada em 1810, pelo então Príncipe Regente Dom João, é constituída inicialmente pela própria coleção da Casa Real, compreendendo, em grande parte, a biblioteca do cônego Diogo Barbosa Machado, doada ao rei para substituir a antiga livraria régia, desaparecida com o terremoto de 1755. Possuía, em 1969, 1.311.758 volumes de obras e 1.821 títulos de periódicos, em 773.646 volumes, além de imensa riqueza em documentos, estampas e músicas<sup>(85)</sup>. Ao núcleo inicial juntou-se a livraria do Colégio de Todos os Santos, da ilha de São Miguel e a coleção da Casa do Infantado, pertencente aos infantes reais. Pelo tratado de reconhecimento da independência, em 1825, a biblioteca ficou incorporada ao Brasil em vista do pagamento de uma indenização para fazer frente a todas as reclamações do governo português.

Entre as coleções que foram enriquecendo o seu patrimônio estão a do conde da Barca, adquirida pelo Governo no inventário do estadista; a biblioteca do imperador D. Pedro II (parte da qual coube ao Instituto Histórico e parte ao Museu Nacional); o arquivo da Casa dos Contos, de Ouro Preto; a coleção Pedro De Angeliz, de que se tratará adiante; a coleção Rio Branco (documen-

84. *Guia das bibliotecas brasileiras*, Rio de Janeiro, INL, 1.<sup>a</sup> ed., 1944, 4.<sup>a</sup> ed., 1969. Nesse ano dispunha o Brasil de 9.743 bibliotecas. Cerca de 50 dispunham de secção especial de história.

85. *Biblioteca Nacional. Sesquicentenário (1810-1960)*, Guia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, MEC, 1960.

Além do histórico do estabelecimento, contém uma lista completa dos diretores e um sumário das principais coleções nos vários departamentos. Mas não há referência às doações, às vezes importantíssimas. V. ainda Antônio Caetano DIAS, "Bibliotecas do Rio de Janeiro", *Anuário brasileiro de literatura*, VII-VIII (1943-44), p. 185. Uma relação de catálogos de antigas bibliotecas brasileiras encontra-se no capítulo sobre bibliografia do *Catálogo sistemático da biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro... 1900-1915*, organizado pelo dr. Álvaro Paulino SOARES DE SOUZA, Rio de Janeiro, 1916, p. 138, bem como no prefácio do volume seguinte (1916-1930), Rio de Janeiro, 1930, organizado pelo mesmo bibliotecário.

tos paraguaios) de que também se tratará; a coleção do naturalista Freire Alemão, a de José Bonifácio; a do naturalista Frei José Mariano da Conceição Veloso; a do visconde de Ourém; a de Francisco Ramos Paz, doada pela família Guinle; a coleção José Carlos Rodrigues (doada por Júlio Ottoni, e por isso chamada *Coleção Cristiano Ottoni*); a coleção Salvador de Mendonça, por ele mesmo doada; a coleção Alves de Carvalho; a coleção doada por Azevedo Castro; a coleção legada por Tobias Monteiro e a coleção do Morgado de Mateus, adquirida recentemente.

30. Em todos os Estados do Brasil há bibliotecas oficiais, bem como nas universidades e, em Brasília, as bibliotecas das duas casas do Congresso (ainda não fundidas). Merecem menção especial: a Biblioteca Estadual da Bahia, atualmente a mais bem instalada do Brasil<sup>(86)</sup>, a Biblioteca Municipal de São Paulo, pioneira da renovação da bibliologia brasileira e que incorporou a Biblioteca Estadual<sup>(87)</sup>. As de Pernambuco mereceram um estudo especial de um especialista, que não somente historiou as grandes coleções, mas ainda os precursores da biblioteconomia na antiga província<sup>(88)</sup>.

31. As condições dentro das quais se formou o Brasil não foram favoráveis à criação de bibliotecas. Mas nos colégios jesuíticos, nos conventos, nos paços episcopais, havia coleções respeitáveis às quais podiam recorrer os estudiosos. As mais ricas eram, sem dúvida, as da Companhia de Jesus, que aparecem mal discriminadas no confisco pombalino. Nas visitasões do Santo Ofício ressalta a existência de vários livros, alguns em circulação clandestina. Os inventários e seqüestros da era colonial e início do império são de uma irritante deficiência nessas informações, dada a ignorância com que arrolavam as peças os incultos escreventes. Mesmo assim conseguiu Clado Ribeiro de Lessa recolher dados curiosos<sup>(89)</sup>. Uma dessas bibliotecas, a do cônego Luís Vieira da Silva, mereceu curioso ensaio de Eduardo Frieiro<sup>(90)</sup>.

86. A história atribulada da biblioteca da Bahia encontra-se em PINTO DE AGUIAR, *Função dinâmica das bibliotecas*, Bahia, Liv. Progresso, 1958.

87. Salvador de MOYA, "Bibliotecas latinas", *Revista do Arquivo Municipal*, n.º XXXVI, p. 104, Maria José Lessa da FONSECA, "Bibliotecas de São Paulo", *São Paulo em quatro séculos*, IHGSP, 1954, vol. II, p. 321.

88. Edson Nery da FONSECA, *Bibliotecas e bibliotecários da província*, Rio de Janeiro, MEC, 1959 (Col. Aspectos).

89. Clado Ribeiro de LESSA, "As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais", *O Jornal*, 26 de maio de 1946, refundido e publicado na RIHGB,



## Museus

32. Material importante, especialmente para fins didáticos, além das fontes documentais, são as coleções de objetos recolhidos aos museus, cuja frequência é indispensável para muitos trabalhos. O povo freqüentava pouco os seus museus. Ultimamente registra-se um forte movimento positivo neste sentido. É um dos hábitos que se devem inculcar durante o estudo de história, especialmente ressaltando a importância, a razão científica e as vantagens culturais da conservação dessas instituições<sup>(91)</sup>.

vol. 191 (1946), p. 339. A elas poderemos acrescentar a do futuro marquês de Maricá, arrolada no seqüestro por ocasião do fechamento da Sociedade Literária (Marquês de MARICÁ, *Máximas, pensamentos e reflexões*, Ed. dirigida e anotada por Sousa da Silveira, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958, p. 478); a do bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, constante de seu inventário, em 1789, conforme registra Mons. Paulo Florencio da Silveira CAMARGO, *A Igreja na história de São Paulo*, vol. V, São Paulo, 1953, p. 402; a do dr. Cipriano José Barata de Almeida, seqüestrada e arrolada nos autos da conjuração baiana. *Anais da Bibl. Nac.* XLIII-XLIV (1920-1921), Rio de Janeiro, 1931, p. 187.

90. Eduardo FRIEIRO, *O diabo na biblioteca do cônego*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1957.

91. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. O Museu Histórico Nacional foi organizado por ocasião do centenário da Independência, em 1922, por iniciativa do presidente Epitácio Pessoa. Está instalado no antigo Arsenal de Guerra, antigamente Casa do Trem. (Adolfo DUNANS, "A idéia da criação do M. H. N.", *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. III, 1942; Antônio Pimentel WINZ, *História da Casa do Trem, Estudos e documentos*, Rio de Janeiro, MHN, 1962.) Durante a Exposição Internacional, o antigo arsenal foi transformado em pavilhão das grandes indústrias. Foi ali que, em algumas salas, foi inaugurado, em 12 de outubro de 1922, o museu atual. Compuseram o seu acervo inicial peças provindas do Arquivo Nacional, que também desempenhava funções de Museu, do Museu de Artilharia e do gabinete de numismática da Biblioteca Nacional. Pouco a pouco o museu foi-se expandindo até ocupar todo o edifício, que dividia, durante muitos anos, com vários serviços públicos. O primeiro catálogo foi organizado pelo fundador e primeiro diretor, o acadêmico Gustavo BARROSO, *Catálogo geral. 1.ª secção: Archeologia e história*, Rio de Janeiro, 1924. Mais tarde o museu recebeu novos acervos, como o do extinto Museu Naval. Sob a direção do historiador Rodolfo Garcia criou-se o curso de museologia, hoje em nível universitário. Além dos *Anais*, que

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e a organização nacional, o *International Council of Museums* (ONICOM), promoveram a organização de um repertório dos museus brasileiros. Foi ele elaborado pelo museólogo professor Guy de Hollanda, *Recursos educativos dos museus brasileiros*, Rio de Janeiro, CBPE e ONICOM, 1958. Apesar de antigo representa ainda a maior contribuição para um conhecimento geral dos museus no país. Contém igualmente a indicação de várias publicações de cada entidade.

já atingiram 21 volumes, merecem menção as seguintes publicações: Gustavo BARROSO, *Introdução à técnica de museus*. I. Parte geral e parte básica, Rio de Janeiro, 1946; II. Parte especializada, Rio de Janeiro, 1947; Gustavo BARROSO, *Exposição do Museu Histórico Nacional*, Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil independente, Rio de Janeiro, Comissão brasileira dos centenários de Portugal, 1940. No governo do presidente Juscelino Kubitschek foi a ele incorporado o Museu da República, instalado no Palácio do Catete, sendo diretor o acadêmico Josué MONTELLO.

MUSEU DO ÍNDIO. Foi instalado em 1953 e é considerado dos mais atrativos para conhecimento dos selvagens brasileiros. Compõe-se de um acervo inicial, vindo do antigo Serviço de Proteção aos Índios, hoje Fundação Nacional do Índio. A ele se agregou parte da coleção Simoens da Silva, outrora um museu particular. Promove anualmente excursões etnográficas.

O MUSEU DO BANCO DO BRASIL é dos mais bem instalados do Rio de Janeiro. Sua coleção de moedas e cédulas está enriquecida com a coleção Júlio Meili, cujos catálogos foram publicados em Zürich, e aos quais nos referiremos ao tratar de numismática. Sobre o museu v. o trabalho de seu diretor Fernando MONTEIRO, *O Museu do Banco do Brasil*, Rio de Janeiro, 1956. Promoveu ainda o museu outras publicações: *Cédulas brasileiras da República*. Emissões do Tesouro Nacional, Rio de Janeiro, Banco do Brasil S. A., 1965; Fernando MONTEIRO, *A velha rua Direita*, Rio de Janeiro, Banco do Brasil S. A., 1965.

O MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE está mal instalado no antigo solar do marquês de São Vicente, depois pertencente ao conde de Santa Marinha e, finalmente, ao dr. Guilherme Guinle que o doou à cidade. Suas coleções reúnem o acervo do antigo Museu de Arte Retrospectiva, que funcionou no Liceu de Artes e Ofícios, e várias coleções particulares, adquiridas ou recebidas por doação. Tem promovido algumas publicações como o álbum *Vistas do Rio de Janeiro*, coleção Pustkow, Rio de Janeiro, 1953 [2.<sup>a</sup> ed., 1955].

O MUSEU NACIONAL, instalado no antigo palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, residência do Imperador, é destinado às ciências

naturais e faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publica *Arquivos* desde 1876. Além dessa publicação, edita *Boletins*, destinados às pesquisas em curso. De 1932 a 1934 publicou a *Revista nacional de educação* e, de 1944 a 1945, a *Revista do Museu Nacional*, ambas para divulgação científica. Funcionou outrora em prédio pertencente ao barão de Ubá, onde está hoje instalado o Arquivo Nacional. V.: *O Museu Nacional, seus fins, sua história, seu trabalho*, Rio de Janeiro, 1928; *O Museu Nacional na exposição comemorativa dos centenários de Portugal*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1940; Dulce F. Fernandes da CUNHA, *História da biblioteca do Museu Nacional*, 1966. (Contém importantes elementos para a história do próprio museu.)

O MUSEU PAULISTA, hoje no Palácio Ipiranga, começou como uma iniciativa particular, localizado no centro da cidade. Era propriedade do coronel Joaquim Sertório. Em 1890 o conselheiro Mayrink adquiriu o acervo do museu e doou-o ao Estado, criando-se, assim, o Museu Paulista. Em 1894, sob a direção do sábio naturalista alemão Hermann von Jhering, foi transferido para o palácio erguido no Ipiranga para comemorar-se o grito de Independência. A finalidade precípua da instituição era a guarda e conservação das peças relativas à história natural, com uma secção destinada a "coleccionar e arquivar documentos relativos à nossa independência".

Sob a direção do sábio historiador Afonso d'Escragnolle Taunay (1917-1945), começou a predominar o setor histórico. Em 1946, nomeado diretor o professor Sérgio Buarque de Holanda, e sendo interventor em São Paulo o embaixador José Carlos de Macedo Soares, ficou constituído de quatro secções: 1) História, tendo como anexo o Museu republicano de Itu; 2) Etnologia; 3) Numismática e 4) Documentação lingüística, além da biblioteca. Destacou-se dele a parte referente à história natural. Em 1946 foi adquirido o acervo do antigo Museu Dom José, de Cuiabá, rico em peças de arte religiosa colonial. Em 1950 incorporou igualmente o museu a coleção histórica da Força Pública do Estado, rico em coleções de armas antigas. É continuamente enriquecida a secção etnográfica. O Museu edita duas publicações: os *Anais*, especialmente dedicados à história, já contando 22 números, e a *Revista*, especializada em etnologia. Além disso publica *Boletins* com trabalhos das secções especializadas. Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, "Museu paulista", RIBGB, vol. 217, 1952, p. 131; Afonso d'Escragnolle TAUNAY, "Comemoração do cinquentenário da solene instalação do Museu paulista no palácio do Ipiranga", *Anais do Museu paulista*, t. XII, São Paulo, 1945; Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, preâmbulo do t. XIII dos mesmos *Anais*, 1949; Francisco NARDY F.º, "Museu Republicano Convenção de Itu", em *A cidade de Ytú*, vol. I, São Paulo, 1928, p. 177.

O MUSEU DO ESTADO DA BAHIA, do qual se tratou a propósito do Arquivo do Estado, ficou anexo a esta repartição até 1930. De 1931 a 1937, com a criação da Pinacoteca do Estado, passou a dependência desta, no

Campo Grande (Solar Pacífico Pereira). Em 1938 passou à Inspetoria de Museus e Monumentos do Estado. Foi dirigido de 1939 a 1959 pelo museólogo José A. do Prado Valadares. Em 1943 passou a funcionar na Avenida Joana Angélica, no palacete outrora pertencente ao antigo governador Góis Calmon, cujas coleções foram adquiridas. Está hoje sob a direção do professor Carlos Eduardo da Rocha. Esteve instalado, enquanto se restaurava o palacete, em dependências do convento do Carmo. É rico em coleções de arte baiana, azulejos, porcelanas, móveis e prataria. Tem feito importantes publicações de história, arte, etnologia e filologia, como, entre outras, Pedro CALMON, *História da fundação da Bahia*, 1949; José VALADARES, *A galeria Abbot, Bahia*, 1951; SILVA CAMPOS, *Procissões tradicionais da Bahia*, 1941; do mesmo autor: *Tempo antigo*, 1942; M. J. HERSKOVITS, *Pesquisas etnológicas na Bahia*, 1943; Acácio C. FRANÇA, *A pintura na Bahia*, 1944; Carlos OTT, *Vestígios da cultura indígena no sertão da Bahia*, 1945; José VALADARES, *Museus para o povo*, 1946; Frederico EDELWEISS, *Tupis e guaranis*, 1947; Edíson CARNEIRO, *Candomblés da Bahia*, 1948; Antônio VIANA, *Casos e coisas da Bahia*, 1950.

O MUSEU DE ARTE ANTIGA, instalado no Instituto Feminino da Bahia, é uma iniciativa particular devida à benemerência de D. Henriqueta Catarina. Contém preciosidades da antiga Sé e doações da Família Imperial.

O MUSEU DE ARTE SACRA pertence à Universidade Federal da Bahia. Está localizado no antigo convento dos Carmelitas calçados. É a mais completa e mais bem apresentada coleção de objetos sacros do país, exposta mediante convênio com a Mitra arquidiocesana e os sodalícios religiosos. Seu diretor, o beneditino Dom Clementino Maria da SILVA NIGRA é um dos mais competentes especialistas no assunto.

O MUSEU COSTA PINTO é uma fundação particular e compreende uma opulenta coleção de objetos de arte reunida por um colecionador benemérito. Foi inaugurado em 5 de novembro de 1969 e funciona na antiga residência do doador.

O MUSEU DO RECÔNCAVO WANDERLEY PINHO, inaugurado em 10 de março de 1971, está instalado no antigo engenho da Freguesia, estudado monograficamente, em trabalho modelar, por um de seus proprietários, o falecido historiador Wanderley Pinho. V. *História de um engenho do Recôncavo*, 1552-1944, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946. Visa a fixar um engenho típico, com todas as suas instalações e parafernália. V.: *Museu do Recôncavo Wanderley Pinho*, Bahia, 1971 (Com introd. histórica por Carlos Eduardo da Rocha, diretor da divisão de Museus e Patrimônio cultural).

O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, em Minas Gerais, instalado na antiga penitenciária de Ouro Preto, em 1942, e subordinado à diretoria do IPHAN, é um dos mais típicos do Brasil. O seu *Guia do visitante*, Ouro Preto, 1964, é primoroso. Edita um *Anuário*, de que já apareceram 4 tomos

(1952-1957), no qual se publicaram alguns documentos básicos, como o processo dos sacerdotes inconfidentes, pela primeira vez divulgado, documentos relativos à repressão do movimento e peças administrativas sobre a exploração do ouro.

O MUSEU DO OURO em Sabará, também subordinado ao IPHAN, destina-se a recolher os objetos históricos relativos ao ciclo da mineração e reconstituir o ambiente da região. Está instalado na antiga Intendência do ouro na cidade. Foi criado em 1945. Sobre o museu leia-se o capítulo "O museu que conta o ciclo do ouro", do livro de Lúcia Machado de ALMEIDA, *Passeio a Sabará*, São Paulo, Martins, 1952.

O MUSEU DAS BANDEIRAS, localizado na antiga Casa da câmara da velha cidade de Goiás, está sob a administração do IPHAN, hoje Instituto subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Além de móveis e objetos evocativos das bandeiras, possui o arquivo da Recebedoria do Tesouro em Goiás, na maior parte microfilmado pela Universidade de São Paulo.

O MUSEU HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE, instalado no único prédio intacto da antiga povoação de Curral d'El Rei, é destinado à evocação da história local. Teve a colaboração do IPHAN, para sua instalação em 1943.

Em Diamantina há um MUSEU DO DIAMANTE, também subordinado ao IPHAN, criado em 1954.

Em Juiz de Fora é de iniciativa privada o MUSEU MARIANO PROCÓPIO, instalado junto ao palacete que pertenceu ao grande homem de empresa do Império chamado Mariano Procópio Ferreira Laje. Possui peças de alto valor, especialmente de indumentária do imperador Dom Pedro II. Tem enorme interesse a residência do capitalista, conservada intacta. V.: Max FLEIUS, *Páginas de história*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1930, p. 437, e *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, I, 1937; Geralda Ferreira ARMOND MARQUES, *No centenário do castelo residencial de Mariano Procópio e no seu jubileu de prata como museu* (Breve histórico), Juiz de Fora, 1961.

O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, em Belém, é dos mais famosos por suas coleções de história natural. Data a sua iniciativa de 1866. Em 1894 foi entregue a direção ao sábio alemão Emílio Goeldi, que desenvolveu enormemente suas coleções. Foi restaurado com o auxílio do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e, ultimamente, da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Publica *Boletim e Memórias*. V. Hélio F. de Almeida CAMARGO, "Pequena contribuição ao estudo da história do Museu paraense Emílio Goeldi", *Ciência e cultura*, São Paulo, vol. III, n.º 1, 1951; Carlos Estevão de OLIVEIRA, "Resumo histórico do Museu paraense Emílio Goeldi", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 2, 1938; P. SERRE, "Le Musée Goeldi, au Pará", *Bulletin, Musée d'histoire naturelle*, vol. 22, 1916.

O MUSEU DAVID CARNEIRO em Curitiba, Paraná, é de iniciativa particular, fundado e dirigido por David O. da Silva Carneiro, em 1928. Seu Catálogo foi impresso pelo IPHAN. Junto ao museu funciona um Instituto de pesquisas históricas que promove cursos, conferências e publicações. Possui valioso arquivo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1, 1937.

Na mesma cidade existe o MUSEU PARANAENSE, de iniciativa particular em 1874, mas incorporado à administração do Estado desde 1882. Publica desde 1941 os *Arquivos do Museu paranaense*, além de publicações avulsas, como os *Anais do Primeiro congresso de história da revolução de 1894*, 1944; *Memórias históricas de Paranaguá e Morretes*, 3 vols., 1950-1952.

Em Pernambuco é digno de menção o MUSEU DO ESTADO, criado em 1929 e restaurado em 1940. O museu é regional e possui excelente acervo de peças ligadas à história e à cultura pernambucanas. Incorporou a coleção do Liceu de Artes e Ofícios e a coleção Carlos Estevão. Realiza cursos de cultura popular.

O mais visitado do país é o MUSEU IMPERIAL, em Petrópolis, fundado em 1939 pelo Estado do Rio, mas transferido para a União. É subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Está instalado no palácio de verão do imperador Dom Pedro II e possui a mais valiosa coleção de peças pertencentes outrora ao soberano e às grandes figuras do regime. A coleção de vestes e símbolos imperiais (coroa, cetro, murça, manto e jóias), retratos, porcelanas, cristais e móveis, é única. Além disso, o antigo príncipe do Grão-Pará, D. Pedro de Orleans e Bragança, filho da princesa D. Isabel, doou ao museu o precioso arquivo que se encontrava no castelo d'Eu, compreendendo papéis pertencentes à Família Imperial, cujo catálogo foi publicado nos ABN, do Rio de Janeiro. Possui também uma numerosa biblioteca especializada e bem instalada. Por convênio com a Universidade Católica local e com a Prefeitura, realiza cursos e pesquisas históricas. Publica desde 1940 um *Anuário*, com artigos e documentos, que já atingiu 20 volumes. Editou ainda muitas publicações avulsas. Alcindo SODRÉ, *Museu Imperial*, Rio de Janeiro, 1950.

No Rio Grande do Sul goza de merecido prestígio o MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, criado como museu provincial em 1885, recebendo o nome atual a partir de 1907. A parte relativa às ciências naturais foi destacada em 1956. Publica uma *Revista* e vários catálogos.

Existe em Santo Ângelo o MUSEU DAS MISSÕES, subordinado ao IPHAN, destinado a reunir e conservar as obras de valor artístico ou histórico ligadas às antigas missões jesuíticas.

Não se pode deixar de mencionar, entre os museus sacros, o da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, o da Imperial Irmandade da Glória do Outeiro, o da Venerável Ordem Terceira do Carmo, todos no Rio de Janeiro; o de Arte Religiosa de Vitória, Espírito

Santo, instalado na antiga capela de Santa Luzia; o de arte sacra de Goiana, Pernambuco; o Museu Diocesano, de Sobral, Ceará; o Museu Pio XII, de São Luís do Maranhão. Acima de todos, o Museu de Arte Sacra de São Paulo, instalado no antigo convento da Luz, que possui a mais opulenta coleção de objetos no gênero.

Entre os museus destinados ao culto de homens célebres, a Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, a de Santos Dumont, em Petrópolis, a de Anita Garibaldi, em Laguna, sc, além do Museu da cripta do monumento aos heróis de Laguna e Dourados (incorporado ao Museu da Cidade), no Rio de Janeiro.

Entre os especializados, mantém profícua atividade o Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro, mantido pela Fundação Vieira Fazenda, possuidor de rico acervo de gravuras, fotografias, discos e gravações: o Museu dos Teatros, instalado no subsolo do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e o Museu Silva Arcos, de Campos, RJ, que possui respeitável hemeroteca.

Entre os museus estaduais citem-se o da biblioteca do Estado do Maranhão, o do Estado da Paraíba, o de Goiás (em Goiânia, incorporado à Universidade do Brasil Central), o Histórico e Antropológico do Ceará, em Fortaleza, administrado pelo Instituto do Ceará, e o Sergipano de Arte e Tradições.

Entre os museus regionais: Museu Colonial Visconde de São Leopoldo, rs, criado pela Fundação Muntz (especializado na história da colonização alemã); o do Café Francisco Schmidt, em Ribeirão Preto, SP, anexo ao Museu Municipal; o Museu Dom Diogo de Sousa, em Bagé; o dos Campos Gerais, de Ponta Grossa, no Paraná, mantido pelo Grêmio Euclides da Cunha; o Museu Farroupilha, em Triunfo, RS, e o Museu Histórico de Venâncio Aires, anexo ao Centro de Tradições Gaúchas Coronel Tomás Pereira Júnior, RS.

São inúmeros os museus municipais.

O trabalho do professor Guy de Hollanda, em que nos baseamos para esta resenha de museus, data de 1958. Assinala 148 museus em 72 cidades. Hoje certamente duplicaria estes números. Há um surto de respeito pelas relíquias do passado em todo o país, especialmente depois que o ministro Jarbas Passarinho convocou a histórica reunião de Brasília em 1970, em que os representantes dos Estados, o diretor do IPHAN e o Presidente do IHGB, iniciaram uma campanha de esclarecimento e firmaram em documento o "Compromisso de Brasília" que já começa a dar frutos. Onde menos se faz sentir este movimento é no setor arquivístico. Em alguns setores registrou-se mesmo um retrocesso, com manifestações de fúria antiarquivística e destruição de documentos até mesmo necessários à defesa dos próprios serviços.

Registre-se ainda que, felizmente, em relação aos museus não há só progresso em quantidade, mas também em qualidade. O velho sistema de acumular, como em casas de antiguidade, as peças dignas de permanecerem, vai longe. Os novos museus não são mais aqueles depósitos que um escritor de gosto tachou de melancólicos: "Os museus são tristes, o que a eles se recolhe vai como ao último fim dos seus destinos. Não seria sem propósito chamá-los de cemitérios das cousas... A posteridade é imponente, mas concordemos que o melhor nas cousas é contemplarem-se na luz do seu dia, como a vida as arruma, no seu ambiente natural". V. Aloysio de CASTRO, *Excerptos*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1930, p. 96.

É precisamente a procura deste *ambiente natural* o tom dos museus modernos, em que se ressaltam as peças e os objetos numa decoração adequada. Ademais, em todos os museus criam-se, por efeito do interesse despertado, conforme acabamos de verificar, centros de estudo, cursos e pesquisas, tendendo-se para a incorporação a uma atividade universitária.



## 2 — SETORES DA HISTÓRIA

PERIODIZAÇÃO — HISTÓRIA REGIONAL — BIOGRAFIA — MEMÓRIAS — GENEALOGIA.

### *Sectores*

1. A história é elaborada, em geral, tendo em vista um setor limitado no tempo ou no espaço. Daí as histórias de um período, de uma nação ou de uma região. O problema da periodização na história do Brasil foi amplamente estudado pelo professor José Honório Rodrigues em sua *Teoria da história do Brasil* (cap. v da 3.<sup>a</sup> ed.). Como ali se vê, não houve inicialmente um estabelecimento sistemático das eras da história nacional. O *Catálogo da Exposição de História nacional*, de 1881, balisou os capítulos em que dividiu as suas peças com os acontecimentos mais notáveis até então: 1) o governo-geral, 2) a restauração, 3) o vice-reino, 4) a transferência da corte, 5) a independência, 6) a abdicação, 7) a maioria e 8) o segundo reinado. Dentro desses períodos classificou as publicações e documentos.

### *Periodização da História da América*

2. Em 1953 uma reunião de especialistas, convocados pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, em Havana, procurou elaborar um quadro geral onde se pudesse estabelecer, de um modo amplo, a história dos países da América. Seus resultados estão publicados<sup>(1)</sup>. Uma série de estudos parciais procuraram traçar as linhas gerais das histórias nacionais dentro de um esque-

1. *Programa de historia de América*. Introducciones y comentarios, México, Instituto Panamericano de geografía e historia, 1955.

ma previamente proposto<sup>(2)</sup>. Baseados nesses estudos parciais, os relatores gerais elaboraram seus relatórios finais, enunciando os temas e principais fontes documentais e bibliográficas para compreensão de cada período<sup>(3)</sup>. Foi a primeira tentativa, em grande escala, de uma harmonização periódica da história regional, dentro da história continental.

### *História Regional*

3. Outro problema é o do ensino da história regional destacado da história geral. Evidentemente a ciência histórica é, por natureza, universal. Qualquer limitação no espaço é um mero artifício de abordagem do estudo. Mas há um interesse sob o ponto de vista pedagógico muito maior, pela formação das nações. Houve um momento em nossa história pedagógica, como veremos adiante, em que se considerou nefasto o estudo da história nacional destacada do conjunto universal. A história do Brasil, como disciplina, desapareceu. Mas a experiência foi negativa. Como recurso pedagógico e como instrumento de compreensão do ambiente próximo, a história nacional se impôs. A história do Brasil voltou a figurar no currículo secundário.

2. I. **Período Indígena:** H. W. WORMINGTON, *Origins*, 1953; Henry B. COLLINS, *Arctic Area*, 1954; James B. GRIFFIN, *United States & Canada*, 1953; Ignacio BERNAL, *Mesoamérica*, 1953; Miguel Acosta SAIGNES, *Zona circumcaribe*, 1953; Geraldo Reichel DOLMATOFF, *Colômbia*, 1953; Irving ROUSE, *Guianas*, 1953; Emílio WILLEMS, *Brasil*, 1953; Luís E. VALCARCEL, *Altiplano andino*, 1953; Francisco Marquez MIRANDA, *Región meridional de América del sur*, 1954. II. **Período Colonial:** José Honório RODRIGUES, *Brasil*, 1953; Mariano Picón SALAS, *Suramérica*, 1953; Silvio ZAVALA, *Hispano-América septentrional y media*, 1953; Max SAVELLE, *United States*, 1953; Charles VERLINDEN, *Précédents médiévaux de la colonie en Amérique*, 1954. III. **Período Nacional:** Américo Jacobina LACOMBE, *Brasil*, 1956; Eugenio Pereira SALAS, *América del Sur, Perú, Bolivia, Paraguay, Argentina, Chile*, 1956; Maria del Carmen VELASQUEZ, *México, Centro-América y Antillas*, 1953; John CAUGHEY, *America since 1763. A Survey of its History*, 1955.

3. Pedro ARMILLAS, *Período indígena*, 1962; Silvio ZAVALA, *Período colonial*, 1961; Charles C. GRIFFIN, *Época nacional*, 1962. Há versão inglesa de todos os volumes.

4. Mas, dentro da história nacional, uma necessidade prática leva equivalentemente ao estudo das regiões nacionais. As monografias regionais são, às vezes, de relevância fundamental para compreensão do conjunto. A primeira tentativa de estudo de história nacional através do estudo prévio das regiões parece ser a de Ernani da Silva Bruno, *História do Brasil. Geral e regional*, São Paulo, Cultrix, 1966-1967, 7 v. (I. Amazônia, II. Nordeste, III. Bahia, IV. Rio e Minas, V. São Paulo e o sul, VI. Grande oeste, VII. Brasil, história geral).

Acontecimentos de enorme repercussão local, mas que não podem figurar na narrativa geral da evolução do país, ganham aqui uma justa perspectiva. Alguns traços regionais, que se esmaecem na fisionomia do conjunto, assumem então uma importância que não se costuma avaliar na síntese geral. Baseado nessa tentativa, é possível esboçar uma bibliografia de história regional, ainda que sabidamente incompleta.

### *Biografia*

5. Outro problema, semelhante ao dilema *geral-regional*, é o dilema *sociedade-indivíduo*, que conduz ao debate sobre o valor histórico das biografias. Sem entrar no problema filosófico do papel do homem no processo histórico, é preciso encarar o problema da técnica expositiva. “Os historiadores profissionais”, observa Commager, “particularmente os que praticam a história *técnica*, encararam a biografia com profunda desconfiança.” Lewis Namier, lembra o mesmo autor, “talvez o historiador britânico moderno mais influente”, insistiu na afirmação de que o estudo da biografia era uma espécie de jardim de infância histórico. “O historiador não deveria distrair-se com o estudo do homem individual, mas dirigir-se mais às grandes forças da política e da economia, que determinaram o curso da história, ou às instituições onde a influência do indivíduo foi insignificante.” Mas a verdade, responde Commager, é que ao bom biógrafo não escapa o estudo do ambiente. Há biógrafos que realmente se concentram no exame psicológico do herói e nada contribuem para a história. Outros, porém, fazem de seu estudo uma autêntica restauração da época em que viveram. A rigor, termina ele as suas considerações, “a história nunca se afasta muito da biografia. Mesmo assuntos austeros, como o direito e a ciência, são esclarecidos pela abordagem biográfica”. Por motivos fáceis de entender, a biografia sempre foi a mais popular das formas da

história. É agradável de ler, é dramática, cheia de cores, personaliza e simplifica problemas complexos<sup>(4)</sup>.

Daí a recomendação constante em pedagogos do emprego do método biográfico como motivador na abordagem dos assuntos.

6. Para o estudo das biografias na história do Brasil, impõe-se o estudo prévio da antroponímia, o exame da significação dos nomes próprios, muito desenvolvido no estrangeiro, mas escassamente desenvolvido em língua portuguesa<sup>(5)</sup>. O emprego de um nome ainda não surgido na época de um documento pode induzir à sua falsidade.

7. Só ultimamente se tem desenvolvido no Brasil o gosto pelas biografias. São imensas as contribuições que estudos biográficos têm trazido à história de outros países, especialmente em povos que incluem a divulgação póstuma dos papéis dos homens públicos, como um complemento indispensável de sua ação na terra. As *Life and Letters* e os *Papers* dos estadistas ingleses formam uma importante contribuição para a história política daquele país. Na maior parte visam ao elogio, e à apologia do herói e valem como elementos a serem manuseados e purificados pelo historiador.

Na historiografia brasileira alguns trabalhos biográficos marcaram uma mudança de rumo nos estudos. Assim, o estudo de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil* (1.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1908), é o princípio da revisão da figura do primeiro rei do Brasil, até então submetida a uma autêntica visão caricatural. A biografia paterna escrita por Joaquim Nabuco, *Um estadista do império* (1.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1897-1899), marca uma reação na campanha depreciativa do parlamentarismo brasileiro. É o mais

4. Henry Steele COMMAGER, *Iniciação ao estudo da história*, trad. de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 40 e ss.

5. José Leite de VASCONCELOS, *Antroponímia portuguesa*, Lisboa, 1928; A. A. CORTESÃO, *Onomástica medieval portuguesa*, Lisboa, 1912. Quanto ao Brasil: Henrique FONTES, *Digressões antroponímicas*, Florianópolis, 1950; do mesmo A.: *Estudinhos antroponímicos*, 2.<sup>a</sup> série, Florianópolis, 1949; e ainda: *Da importância dos nomes das pessoas para estudos de psicologia social*, Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, 1955; Padre Waldomiro Pires MARTINS, *Nomes de batismo, canônicos e profanos*, Petrópolis, Vozes, 1961; acima de todos, porém, Antenor NASCENTES, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, t. II (Nomes próprios), Rio de Janeiro, 1952.

completo panorama da história política da época. Seus conceitos influem decisivamente nos que o seguem. Um movimento em torno dos homens de empresa no Brasil, com a valorização dos líderes capitalistas, foi provocado pelo aparecimento da obra de Alberto de Faria, *Maudé* (1.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1926) (6).

6. Na geração contemporânea não é possível dispensar as biografias de Otávio Tarquínio de SOUSA, *História dos fundadores do império*, 10 v. (especialmente a de D. Pedro I, que ocupa 3 v., e cuja 1.<sup>a</sup> ed. é de 1952), Rio de Janeiro, José Olympio, 1957; Heitor LYRA, *História de Dom Pedro II*, 3 v., São Paulo, 1938-1940 (Brasiliiana); Afonso Arinos de MELO FRANCO, *Um estadista da república. Afrânio de Melo Franco e seu tempo*, 3 v., Rio de Janeiro, José Olympio, 1955 (Documentos brasileiros); Carolina NABUCO, *A vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo, CEN, 1928; Laurita Pessoa RAJA GABAGLIA, *Epitácio Pessoa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1951 (Documentos brasileiros); Lúcia Miguel PEREIRA, *Machado de Assis*, São Paulo, 1936 (Brasiliiana), e *Gonçalves Dias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943 (Documentos brasileiros); Álvaro LINS, *Rio-Branco*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1945 (Documentos brasileiros); Luís VIANA F.<sup>o</sup>, *Rui Barbosa*, São Paulo, CEN, 1941; *Joaquim Nabuco*, São Paulo, CEN, 1952; *Rio-Branco*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959 (Documentos brasileiros); *Machado de Assis*, São Paulo, Martins, 1965; Cândido MOTA F.<sup>o</sup>, *Bernardino de Campos*, São Paulo, 1931, e *Eduardo Prado*, São Paulo, 1967; Pedro CALMON, *Dom João VI*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935; *Pedro I (O rei cavaleiro)*, São Paulo, CEN, 1933; *Pedro II (O rei filósofo)*, São Paulo, 1938 (Brasiliiana); *A princesa Isabel*, São Paulo, 1941 (Brasiliiana); Antônio Gontijo de CARVALHO, *David Campista (Uma conspiração contra a inteligência)*, Rio de Janeiro, Artenova [1969]; A. J. Barbosa LIMA SOB.<sup>o</sup>, *Presença de Alberto Torres*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; Hermes LIMA, *Tobias Barreto*, São Paulo, 1939 (Brasiliiana); Raimundo MAGALHÃES JÚNIOR, *Deodoro*, 2 v., São Paulo, 1957 (Brasiliiana); Nelson Lage MASCARENHAS, *Firmino Rodrigues Silva*, São Paulo, 1961 (Brasiliiana); Marcos Carneiro de MENDONÇA, *O intendente Câmara*, Rio de Janeiro, 1933; Eugênio Vilhena de MORAES, *O duque de ferro*, Rio de Janeiro, 1933; *Caxias em São Paulo*, Rio de Janeiro, 1933; *Novos aspectos da figura de Caxias*, Rio de Janeiro, 1927; Oswaldo ORICO, *O tigre da Abolição (José do Patrocínio)*, Rio de Janeiro, 1953; Wanderley PINHO, *Cotegipe e seu tempo*, São Paulo, 1937 (Brasiliiana); Carlos PONTES, *Tavares Bastos*, São Paulo, 1939 (Brasiliiana); Alberto RANGEL, *Gastão de Orleans*, São Paulo, 1935; Marques REBELO, *Manuel Antônio de Almeida*, Rio de Janeiro, 1943; Francisco de Assis BARBOSA, *Lima Barreto*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952 (Documentos brasileiros); Carlos RIZZINI, *Hipólito da Costa*, São Paulo, 1957 (Brasiliiana); Mecenas DOURADO, *Hipólito da Costa*, Rio de Janeiro, 1957; Maria Junqueira

As coleções biográficas, dicionários e guias de personalidades são, muitas vezes, de difícil obtenção o que dificulta muito as pesquisas(7).

SCHMIDT, D. *Amélia de Leuchtenberg*, São Paulo, Melhoramentos, 1928, e *Princesa Maria da Glória*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1934; José Antônio SOARES DE SOUSA, *O visconde de Uruguai*, São Paulo, 1944 (Brasiliana), e *Barão da Ponte Ribeiro*, São Paulo, 1952 (Brasiliana).

7. Algumas das fontes mais utilizadas para pesquisas biográficas são as seguintes, sem nenhuma possibilidade de se dar uma lista completa:

ABRANCHES, Dunshee de, *Governos e congressos da República*, Rio de Janeiro, 1918, 2 v. (Ministros, senadores e deputados).

ALMEIDA, Antônio da Rocha, *Vultos da pátria*, Porto Alegre, Globo, 4 v., 1961-1966.

BITTENCOURT, Leopoldo Antônio Feijó, *Os fundadores*, Rio de Janeiro, 1938 [Trata-se dos fundadores do Instituto Histórico.]

BITTENCOURT, Liberato, *Homens do Brasil*, v. I - Sergipe, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1917; v. II - Paraíba, Rio de Janeiro, 1914.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento, *Diccionario bibliografico brasileiro*, Rio de Janeiro, 1883-1902, 7 v. [Reprodução fac-similiar mandada fazer pelo Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1970.]

BOITEUX, Henrique, *Os nossos almirantes*, 9 v., Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1915-1941.

BOITEUX, *Santa Catarina no Exército*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 2 v., 1942.

BOITEUX, Lucas Alexandre, *Ministros da Marinha*, Notas biográficas, 3 séries, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933-1959.

BULHÕES, Augusto de, *Ministros da Fazenda do Brasil*, Rio de Janeiro, 1955 [Breves dados biográficos].

CAMPO BELO, Conde de, *Governadores gerais e vice-reis do Brasil*, Porto, 1940. (Delegação executiva do Brasil às comemorações centenárias de Portugal.)

CARMO, J. A. Pinto do, *Ministros da Fazenda*, Rio de Janeiro, 1944.

CARPEAUX, Otto Maria, *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, MEC, 1955.

CIDADE, Hernani (org.), *Os grandes portugueses*, Lisboa, Arcádia, s.d., 2 v. [Biografias por especialistas. Algumas com relação ao Brasil.]

CORTÉS, C., *Homens e instituições*, Rio de Janeiro, 1957.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da, *Diccionario biographico de brasileiros célebres*, Recife, 1882.

COUTINHO, Afrânio, *Brasil e brasileiros de hoje*, Rio de Janeiro, 1961, 2 v. EGAS, Eugênio, *Galeria dos presidentes de São Paulo*, Período monárquico, 1822-1889, São Paulo, 1926.

- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*, São Paulo, Comissão do IV centenário da cidade, 1954.
- FREIRE, Laudelino, *Clássicos brasileiros*, 1.º v., Rio de Janeiro, 1923.
- FREITAS, Clodoaldo, *Vultos piauienses*, Teresina, s.d. [v. 1].
- GALANTI, p.º Rafael Maria, S.J., *Biographias de brasileiros illustres*, São Paulo, 1911.
- Galeria Nacional, Vultos proeminentes da história brasileira*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1931-1934. 10 pequenos volumes, com retratos.
- GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro, *Diccionario bio-bibliographico sergipano*, Rio de Janeiro, 1925.
- GUIMARÃES, Argeu, *Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, politica externa e direito internacional*, Rio de Janeiro, 1938.
- HILTON, Ronald, *Who's Who in Latin-America*, Part VI — Brazil, Stanford Univers. Press, 1948.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de [et alii], *Grandes personagens da nossa história*, 4 v., São Paulo, Abril, 1969-1970.
- LAGO, Laurênio, *Relação nominal dos generais efetivos do exército brasileiro*, Rio de Janeiro, 1938.
- *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*. Dados biográficos, 1928-1939, Rio de Janeiro, 1940.
- *Brigadeiros e generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*. Dados biográficos (1808-1831), Rio de Janeiro, 1938.
- *Conselheiros de guerra e ministros do Conselho Supremo Militar*. *Ministros do Supremo Tribunal Militar*. Dados biográficos, 1808-1943, Rio de Janeiro, 1944.
- LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, São Luís, 1873-1875, 4 v.
- LYRA, Augusto Tavares, *A presidência e os presidentes do Conselho de Ministros* (Separata da RIHGB, t. 94, 1923).
- *O Senado do Império* (Separata da REHGB, t. 99, 1926).
- *O Supremo Tribunal de Justiça* (Separata da RIHGB, t. 104, 1928).
- *O Conselho de Estado* (Separata dos *Anais do 2.º Congresso de História Nacional*, 1931, v. I (1934), p. 411).
- *O Senado da República* (Separata da RIHGB, t. 210, 1951) [Biografias dos senadores de 1890 a 1930].
- MACEDO, Joaquim Manuel de, *Anno biographico*, Rio de Janeiro, 1876. [Trabalho feito para a Exposição de Filadélfia em 1876. Há um suplemento de 1880 e uma versão inglesa. São notícias curtas e nada têm que ver com os elogios fúnebres proferidos no IHGB. Há *Índice alfabético e remissivo*, organizado por José Marcelo Moreira, divulgado pelo Arquivo Nacional em 1965.]
- MELO, Luís Correia de, *Dicionário de autores paulistas*, São Paulo, 1954.
- *Subsídios para um dicionário dos intelectuais rio-grandenses*, s.l., 1944.

- MENDONÇA, Rubens de, *Dicionário biográfico matogrossense*, São Paulo, 1953.
- MORAIS, Tancredo, *Resumo histórico antropogeográfico do Estado de Alagoas*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1954.
- NEVES, Fernão [pseud. de Fernando Nery], *A Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, Public. da ABL, 1940.
- PEREIRA, Amâncio, *Homens e cousas espírito-santenses*, Vitória, 1914.  
— *Traços biográficos*, 1.ª série, 1.º livro, s.l., 1897.
- PONTUAL, Roberto, *Dicionário das artes plásticas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- PORTO ALEGRE, Aquiles, *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Selbach, s.d., 2.ª ed.
- Quem é quem nas artes e nas letras do Brasil*, MRE, 1966.
- REIS, Antônio Simões dos, *Poetas do Brasil*, Rio de Janeiro, org. Simões, 1949, 2 v.
- SANTANA, Moisés, *Vultos e fatos de Goiás*, v. I, Rio de Janeiro, 1928.
- SANTOS, Prezalindo Lery, *Pantheon fluminense*, Rio de Janeiro, 1880. [Fluminense é aqui tomado no sentido amplo, abrangendo os cariocas.]
- SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario bibliographico português*, Estudos... applicaveis a Portugal e ao Brasil, Lisboa, Imp. nacional, 1858-1923, 22 v.
- SILVA, João Manuel Pereira da, *Plutarcho brasileiro*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1847, 2 v. [A 2.ª e a 3.ª edições, 1858 e 1868, tiveram o título alterado para *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*.]
- SILVA, Zedar Perfeito da, *Perfis de alguns catarinenses ilustres*, Rio de Janeiro, 1948 (1.º v.).
- SILVEIRA, Alarico, *Enciclopédia brasileira*, ed. patrocinada pela fundação Edmundo Bittencourt, t. I, Rio de Janeiro, 1958.
- SISSON, Sebastião Augusto, *Galeria dos brasileiros illustres* (Os contemporâneos), Rio de Janeiro, 1859, 2 v. [Sisson é o autor dos retratos, aliás excelentes. Cada um, porém, é seguido de uma biografia, cuja autoria é atribuída a diversos autores.]
- SOUSA, Antônio Loureiro de, *Bahianos ilustres, 1564-1925*, Bahia, 1949.
- SOUSA, J. Galante de, *Índice de biobibliografia brasileira*, Rio de Janeiro, INL, 1963.  
— *O teatro no Brasil*, t. II, Subsídios para uma biobibliografia do teatro no Brasil, Rio de Janeiro, INL, 1960.
- SOTOMAIOR, Sebastião de Sá, *Galeria paranaense*, Notas biográficas, Curitiba, 1922.
- STUDART, Guilherme, *Diccionario bio-bibliographico cearense*, Fortaleza, 1910-1915, 3 v.
- TAUNAY, Afonso d'Escagnolle, *Grandes vultos da independência do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1922.



## Memórias, Correspondência, Diários

8. As memórias, diários e cartas constituem, nas literaturas estrangeiras, um setor da maior importância. Na Inglaterra quase todos os homens de destaque se consideram obrigados a legar à posteridade o depoimento pessoal acerca dos fatos de que participaram. Por isso o número de memórias inglesas é imenso e extremamente aproveitadas no estudo da política.

Em França há memorialistas imprescindíveis para a compreensão de certas épocas. Para a reconstituição admirável do *Ancien régime*, Taine abeberou-se amplamente neles: "Une multitude de *Mémoires* . . . nous conduisent de salon en salon, comme si nous y étions présents". (*Les origines de la France contemporaine: l'Ancien régime*, v. I, Paris, 1909, p. IX.)

No princípio do século XIX, porém, um verdadeiro furor pelas Memórias, que constituíam grande sucesso de livraria, chegou a tal ponto que os livreiros passaram a lançar obras falsas, forçadas por escribas. Um deles celebrizou-se: Alphonse de Beauchamp que, empregado da polícia, editou umas supostas memórias de Fouché (1824), compostas conforme as peças do arquivo da repartição, e algumas memórias análogas de contemporâneos<sup>(8)</sup>. Os herdeiros de Fouché levaram o impostor aos tri-

TEIXEIRA, Múcio, *Os gaúchos*, Rio de Janeiro, 1920-1921, 2 v.

VELHO SOBRINHO, J. F., *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, 1937-1940. [Só dois volumes publicados.]

8. "On vit alors une classe nouvelle d'écrivains, celles des spécialistes en rédaction de mémoires, comme Lamothe-Langon, Lhéritier, *Alphonse de Beauchamp*, Villemarest, qui n'avaient pas leurs pareils dans l'art de tirer des souvenirs de leurs clients de beaux volumes, non moins piquants que tragiques. Car les scrupules d'historiens n'arrêtaient point ces memorialistes patentés. L'essentiel pour eux était de soigner la recette, et c'était aussi l'essentiel pour certains libraires-éditeurs, tel que Ladvoat, qui trouvait fort agréable de pouvoir, sans trop de peine, insérer dans ses collections les mémoires des plus illustres révolutionnaires. La liste est longue de ces mémoires faux ou *truqués* sur la fin du XVIII<sup>ème</sup> siècle, sur la Révolution et l'Empire, dont le public fut alors abreuvé: Les mémoires de Billaud-Varenne (1821), faux; les mémoires de Condorcet (1824), faux; les mémoires de Mlle Bertin, modiste de Marie Antoinette (1824), faux au point qu'il fallut en suspendre la vente; les Mémoires de Fouché (1824), en grande partie composés par Beauchamp; les mémoires d'un *prêtre régicide* (1824), un prétendu Monnel, remaniés et enjolivés par Alexandre Martin; les mé-

bunais, onde foi condenado, apesar da brilhante defesa de Berryer, que sustentava a inocência de Beauchamp por serem os fatos verídicos<sup>(9)</sup>. Dedicando-se à história do Brasil, Beauchamp prosseguiu na vocação de falsário, plagiando escandalosamente o historiador inglês Robert Southey<sup>(10)</sup>.

9. Os memorialistas são relativamente poucos em nosso país. Amoroso Lima considera o fenômeno "a maior lacuna na nossa literatura". Enumerou-os, ainda recentemente, Francisco de Assis Barbosa<sup>(11)</sup>. É forçoso reconhecer que o hábito de registrar lembranças para a posteridade começa a se generalizar, com vantagem para o futuro historiador<sup>(12)</sup>.

moires de Robespierre (1830), entièrement fabriqués par Charles Reybaud." Nesta lista assinalamos dois *brasilistas*. L. HALPHEN, *L'histoire de France depuis cent ans*, Paris, A. Colin, 1914, p. 45.

9. A ação foi promovida pelos herdeiros de Fouché contra o editor, Le Rouge. Em 1825, o Tribunal correcional do Sena declarou a obra uma fraude e ordenou que os exemplares fossem destruídos. "Les mémoires étaient rédigés par un journaliste nommé Alphonse de Beauchamp, qui avait été employé à la Police, Berryer soutenait que le procédé était légitime, le fond du récit étant exact et tiré des papiers du ministre." Pierre GAXOTTE, "Les livres d'histoire", *Revue de Paris*, março de 1946, p. 109.

10. Afonso d'E TAUNAY, "Escritores coloniais", *Anais do Museu paulista*, II, 1925, p. 232; WÄTJEN, *Domínio colonial holandês no Brasil*, São Paulo, 1938 (Brasiliana), p. 49.

11. "Rodrigo Octávio memorialista", *RIHGB*, v. 284, VII-IX, 1969, p. 23.

12. Principais memórias utilizáveis para pesquisa:

ABRANCHES, Dunshee de [João Dunshee de Abranches Moura], *Memórias de um histórico* [com o pseudônimo de Lúcio Pestana], Rio de Janeiro, 1895-1896, 2 v.

— *O cativo*, Memórias, Rio de Janeiro, 1941, [Episódios da campanha abolicionista no Maranhão.]

— *A esfinge do Grajaú*, Memórias, Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 1959.

ADAMI, Eduardo, *Um médico na tempestade*, Memórias de um médico rural, São Paulo, Saraiva, 1954.

AFFONSO CELSO, conde de, *Oito anos de parlamento*. Reminiscências e notas, Rio de Janeiro, Laemmert, 1901. [Lembranças da vida parlamentar no final da monarquia.]

— *Oito anos de parlamento*. Poder pessoal de D. Pedro II. Reminiscências e notas, nova edição aumentada, São Paulo, Melhoramentos, [1928].

ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e, *Minha Vida*, Rio de Janeiro, 1934, 2 v.

- *Quando eu era vivo*. Memórias póstumas, Porto Alegre, Globo, 1942. [Republicação da obra anterior revista.]
- ALBUQUERQUE, Matheus de, *Perenidade na vida breve* (Memórias autobiográficas), Rio de Janeiro, 1966 (Obras completas de M. A. 5).
- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de, *Um sertanejo e o sertão*, Memórias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- ALMEIDA, José Américo de, *A palavra e o tempo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965 (Documentos brasileiros) [Memórias políticas].
- *O ano do nego*, Memórias, Rio de Janeiro, Gráfica Record, 1968.
- ALVES, Santos, *O Quim de Ana*, Memórias de um minhoto, v. I, Rio de Janeiro, 1962.
- ALVES, W. Menici, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, 1949.
- AMADO, Genolino, *O reino perdido. Histórias de um professor de história*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- AMADO, Gilberto, *História da minha infância*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- *Minha formação no Recife*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- *Mocidade no Rio e 1.ª viagem à Europa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- *Presença na política*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- *Depois da política*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.
- AMARAL, Inácio Manuel Azevedo do, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1958. [Recordações de um oficial de marinha, depois professor de matemática e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.]
- AMARAL, Luís Gurgel do, *O meu velho Itamaraty*, Rio de Janeiro, 1947.
- *Cousas idas e vividas*, Rio de Janeiro, 1959. [Diplomata de carreira, o A. reconstitui o ambiente da diplomacia da 1.ª República.]
- AMERICANO, Jorge, *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*, São Paulo, Saraiva, 1957.
- *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*, São Paulo, Melhoramentos, 1962.
- *São Paulo atual (1935-1962)*, São Paulo, Melhoramentos, 1963.
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de, [III] “Revivendo”, RIHGSP, n.º 31, 1934, p. 317-419.
- ANDRADE, Aquilino Pinto de, *Reminiscências*, Salvador, 1949.
- ANDRADE, Oswald de, *Um homem sem profissão. Memórias e confissões, 1890-1919*, Prefácio de Antônio Candido, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- ANDRADE, Paulino de, *Memórias*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1962.
- ANJOS, Ciro dos, *Explorações no tempo*, Rio de Janeiro, MEC, 1952. [Edição ampliada, com o mesmo título, José Olympio, 1963.]
- ARANHA, José Pereira da Graça, *O meu próprio romance*, São Paulo, CEN, 1931 [inacabado].

- ARANTES, Altino, *Passos do meu caminho*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- ARAÚJO, Murilo, "Começo de caminho", *Cadernos brasileiros*, Rio de Janeiro, x-xii, 1961.
- ARAÚJO, p.<sup>o</sup> Heitor, *Vinte anos de sertão*, Bahia, 1953.
- ARAXÁ, Visconde de [Domiciano Leite Ribeiro], *Reminiscências e fantasias*, Vassouras, 1883-1884, 2 v.
- ARREGUY, Maria da Glória d'Ávila, *Memórias de uma professora*, Belo Horizonte, 1958.
- AYALA, Almir, *Diário*, I. *Difícil é o reino*, Rio de Janeiro, GRD, 1962.
- AZEVEDO, Fernando de, *História de minha vida*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- AZEVEDO, Luís Heitor Correia de, *Minhas memórias da UNESCO, 1947-1956*, Curitiba, 1965.
- AZEVEDO, Raul de, *Meu livro de saudades*, Rio de Janeiro, 1938.
- BANDEIRA, João Carneiro de Sousa, *Evocações e outros escritos*, Pref. de Mário de Alencar, Rio de Janeiro, Castilho, 1920.
- BANDEIRA, Manuel, *Itinerário de Pasárgada*, Rio de Janeiro, MEC, 1957 [2.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957].
- BARATA, Agildo, *Vida de um revolucionário* (Memórias), Rio de Janeiro, 1962.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima, *Diário íntimo. Memórias*, São Paulo, Brasiliense, 1956.
- BARROS, Hermenegildo de, *Memórias do juiz mais antigo do Brasil*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1942.
- BARROS, João Alberto Lins de, *Memórias de um revolucionário*. 1.<sup>a</sup> parte. "A marcha da coluna", Rio de Janeiro, 1953.
- BARROS, Maria Pais de, *No tempo de dantes*, São Paulo, 1946.
- BARROSO, Gustavo, *Coração de menino*, Rio de Janeiro, Getúlio Costa, 1939.
- *Liceu do Ceará*, Rio de Janeiro, Getúlio Costa, 1940.
- *Consulado da China*, Rio de Janeiro, Getúlio Costa, 1941.
- BARROSO, Zózimo, "Notas autobiográficas e lembranças", *Revista da Academia Cearense*, t. XVI, 1912.
- BELLO, José Maria, *Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958 (Documentos brasileiros).
- BELLO, Júlio, *Memórias de um senhor de engenho*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958 (Documentos brasileiros).
- BERNARDES, Carmo, *Rememórias*, v. I, Goiânia, Leal, 1968.
- BINZER, Ina von, *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil [1882]*, São Paulo, Anhambi, 1956.
- BOPP, Raul, *Memórias de um embaixador*, Rio de Janeiro, Graf. Record, 1968.

- *Putirum* (Notas autobiográficas), Rio de Janeiro, Leitura, 1969.
- BRANT, Cícero Arpino Caldeira (Ciro Arno), *Memórias de um estudante (1885-1906)*, São Paulo, s.d.
- BRITO, Luís Tenório de, *Memórias de um ajudante de ordens*, São Paulo, 1951.
- BRITO, Mário da Silva, *Diário intemporal*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- BROCA, José Brito, *Memórias*. Texto organizado, anotado e com introdução de Francisco de Assis Barbosa, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- BUENO, Francisco de Assis Vieira, *Autobiografia*, Campinas, 1899.
- CAFÉ FILHO, João, *Do sindicato ao Catete*, Memórias políticas e confissões humanas, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966 (Documentos brasileiros).
- CAMPOS, Humberto de, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, 1935.
- *Memórias inacabadas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935.
- *Diário secreto*, Rio de Janeiro, 1954, 2 v.
- CARDOSO, Lúcio, *Diário (1949)*, Rio de Janeiro, Elos, s.d. [Edição completa, Rio de Janeiro, 1970.]
- CARDOSO, Maria Helena, *Por onde andou meu coração* (Memórias), Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- CARLOS MAGNO, Paschoal, *Não acuso nem perdoo. Diário de Atenas*, Rio de Janeiro, 1969.
- CARNEIRO, Levi, *O livro de um advogado*, Rio de Janeiro, 1943.
- CARVALHO, alm. José Carlos de, *O livro de minha vida*, Rio de Janeiro, 1912.
- CARVALHO, Daniel de, *Capítulos de memórias*, 1.<sup>a</sup> série, Rio de Janeiro, 1957.
- *De outros tempos* (Memórias), Rio de Janeiro, 1961.
- CARVALHO, Estêvão Leitão de, *Memórias de um soldado legalista*, t. I, livros 1 e 2, Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1961; t. II, livros 1 e 2, *ib.*, 1962.
- *Memórias de um general reformado*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1967.
- CARVALHO, Euclides de Castro, *Memórias de um deputado*, São Paulo, 1950.
- CARVALHO, p.<sup>o</sup> João Manuel de, *Reminiscências sobre vultos e fatos do Império e da República*, Amparo, SP, 1894.
- CARVALHO, Setembrino de, *Memórias*, Rio de Janeiro, 1950.
- CASCUDO, Luís da Câmara, *O tempo e eu*, Confidências e proposições, Natal, Imprensa Universitária, 1968.
- CAVALCANTI, Di [Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo], *Via-gem da minha vida* (Memórias), I. "O testamento da alvorada", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1955.

- *Reminiscências líricas de um perfeito cariocã*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- CERQUEIRA, gen. Dyonísio Evangelista de Castro, *Reminiscências da campanha do Paraguai*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1910 [2.<sup>a</sup> ed., 1929].
- *Reminiscências da fronteira*, Rio de Janeiro, 1928.
- COARACY, Vivaldo, *Todos contam sua vida*, Rio de Janeiro, 1959.
- *Encontros no tempo*, Rio de Janeiro, 1962.
- CORRÊA, gen. Inocência Serzedelo, *Páginas do passado* [reeditadas sob o título de: *Uma figura da República*, Rio de Janeiro, 1955].
- CORRÊA, Roberto Alvim, *Diário (1950-1960)*, Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- CORREIA, Leôncio, *A boêmia do meu tempo*, Rio de Janeiro, 1935.
- COSTA, De Araújo, *O menino e o tempo. Memórias, folclore, vida e costumes do interior do Estado*, Maceió, Departamento Estadual de Cultura, 1967.
- COSTA, Hipólito da, *Diário da minha viagem para Filadélfia*, Rio de Janeiro, ABL, 1955.
- COSTA, Octávio Evaristo da, *Simples memórias*, S. Paulo, Ed. Mundo Jovem, 1969.
- CUNHA, Ciro Vieira da, *Memórias de um médico da roça*, Rio de Janeiro, 1965.
- CUNHA, Francisco, *Reminiscências. Propaganda contra o império*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.
- CUNHA, Gastão da, "Diário". Publicação parcial em Rodrigo M. F. de ANDRADE, *Rio Branco e Gastão da Cunha*, Rio de Janeiro, MRE, 1953.
- DANTAS, Raimundo de Sousa, *Um começo de vida*, Rio de Janeiro, MEC, 1940.
- DAUDT FILHO, João, *Memórias*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1953.
- DEBES, Célio Salomão, *Evocações da turma acadêmica de 1950*, São Paulo, 1960.
- EDMUNDO, Luís, *De um livro de memórias*, Rio de Janeiro, 1958, 5 v.
- FLEIUSS, Max, *Recordando. Casos e perfis*, Rio de Janeiro, 1941.
- FLEMING, alm. Thiers, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, 1957.
- FONTOURA, João Neves da, *Memórias*, Porto Alegre, Globo, 1958-1963, 2 v.
- FRAGA, Clementino, *Reencontros imaginários*, Rio de Janeiro, 1968.
- FRAGOSO, gen. Augusto Tasso, *Revolvendo o passado*, Rio de Janeiro, 1940 [Sobre a revolução de 15 de novembro de 1889].
- "A revolução de 1930. O meu depoimento", RHHGB, t. 211, 1951.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Alma do tempo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.
- *A escalada*, *ib.*, 1965.
- *Planalto*, *ib.*, 1966.
- FREYRE, Alfredo Alves da Silva, *Dos 8 aos 80 anos*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

- GASPAR, Antônio Francisco, *Minhas memórias*, São Paulo, 1967.
- GOMES, Eugênio, *O mundo da minha infância*, Rio de Janeiro, Graf. Olympica, 1969.
- GOMES, Ormino Escobar, *Reminiscências. Vultos capixabas e episódios históricos*, Vitória, 1951.
- GRAHAM, Maria, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, trad. e anotações de Américo Jacobina Lacombe, São Paulo, 1956 [a ed. inglesa é de 1824].
- GUEIROS, Optato, *Lampeão. Memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes*, 4.<sup>a</sup> ed., Salvador, Progresso, 1956.
- GUIMARÃES, Argeu, *Presença de Sílvio Romero*, Rio de Janeiro, Simões, 1955. — *Cafarnaum*, Rio de Janeiro, Simões, 1956.
- HORA, Mário, *Quarenta e oito anos de jornalismo. Memórias de um "dromedário"*, Rio de Janeiro, 1959.
- INOJOSA, Joaquim, *Diário de um estudante (1920-1921)*, Rio de Janeiro, 1960.
- ISABEL, Princesa Dona, *Diário*. Com um estudo de Ricardo Gumbleton Daunt, São Paulo, Anhambí, 1957.
- ITAGIBA, J. Nogueira, *Trechos de vida (Memórias)*, Rio de Janeiro, 1934.
- JACEGUAL, Artur [Barão de Jaceguai], *De aspirante a almirante*, Rio de Janeiro, 1906-1917, 5 v.  
— *Reminiscências da guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro, 1935 .
- JARDIM, Antônio da Silva, *Memórias e viagens*, Lisboa, 1891.
- JARDIM, Renato, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1946.
- JUREMA, Abelardo, *Sexta-feira 13. Os últimos dias do governo João Goulart*, Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1964.
- KLINGER, Bertoldo, *Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século*, Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1958.
- LACERDA, Carlos, "Rosas e pedras do meu caminho", *Memórias publicadas na Manchete*, abril de 1967.
- LEITE, Armando Más, *Itinerário*, Belo Horizonte, 1941.
- LEITE, Aureliano, *Memórias de um revolucionário*, São Paulo, 1931.  
— *Episódios do exílio*, São Paulo, 1938.  
— *Campinas que vi na revolução de 1932*, São Paulo, 1963.  
— *Páginas de uma longa vida*, São Paulo, 1966.
- LEITGER, Giorgio Mário, *Memórias de um dentista*, São Paulo, Edigraf [1959].
- LEMONS, João Batista de, *Reminiscências. Alfredo Gomes e seus discípulos*, Rio de Janeiro, J. do Valle, 1938.
- LESSA, Orígenes, *Não há de ser nada*, São Paulo, CEN, 1932.  
— *Ilha Grande (Recordações do presídio)*, São Paulo, CEN, 1933.
- LIMA, Alceu Amoroso, *Manhãs de São Lourenço*, Rio de Janeiro, Agir, 1950.

- LIMA, Herman, *Imagens do Ceará*, Rio de Janeiro, MEC, 1958.
- *Poeira do tempo. Memórias*, Rio de Janeiro, 1967.
- LIMA, João Batista Azevedo, *Reminiscências de um carcomido*, Rio de Janeiro, 1958.
- LIMA, Jorge de, “Minhas memórias”, *Jornal de Letras* [Incluídas nas *Obras completas*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1959].
- “Diário”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1953 [Incluído nas *Obras completas*, cit.].
- LIMA, José Custódio Alves de, *Recordações de homens e coisas do meu tempo*, Rio, Freitas Bastos, 1926.
- LIMA, Manuel de Oliveira, *Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937 (Documentos brasileiros).
- LINS, Edmundo Pereira, *Reminiscências literárias*, Rio de Janeiro, 1941.
- LINS, Ulisses, *Um sertanejo e o sertão*. Memórias, Rio de Janeiro, 1957.
- LOPES, Luiz Arthur, “Eu fui cadete da Escola Militar da Praia Vermelha de 1889”, *Revista do Clube Militar*, n.º 158, I-III de 1961.
- LYRA, Heitor, *Minha vida diplomática, 1916-1925*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- MACHADO, Paulo M., *Menino feliz*, Belo Horizonte, Movimento-Perspectiva, 1965.
- MADRUGA, Manuel, *Memórias*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1961.
- MAGALHÃES, Francisco, *Reminiscências de gaúcho*, Porto Alegre, Globo, 1940.
- MAGALHÃES, Juracy Montenegro, *Minha vida pública na Bahia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- MAIA, Aristides, *Recordações*, Belo Horizonte, 1902.
- MALAN D'ANGROGNE, gen. Alfredo, *Coletânea de impressões*. Apresentação e anotações do gen. Alfredo Souto Malan, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1968.
- MARIANO, Olegário, “Se não me falha a memória. . .”, *O Jornal*, Rio de Janeiro. [Public. na *Revista do Livro*, n.º 32, 1968, p. 49-92.]
- MARINHO, Joaquim da Silveira, *Minha vida e a dos outros*, Fortaleza, 1965.
- MARQUES, Cícero [Cícero Arsênio de Souza Marques], *Tempos passados*, São Paulo, 1942.
- *De pastora a rainha*, São Paulo, 1944.
- MARTINS, Luís, *Noturno da Lapa*, Rio de Janeiro, 1964.
- MATOS, Ernesto Augusto da Cunha, *Reminiscências*.
- MATTOSO, Ernesto, *Cousas do meu tempo* (Reminiscências), Bordéus, 1916.
- MAUÁ, Visconde de, *Exposição aos credores de Mauá & Cia e ao público*, Rio de Janeiro, 1878. [Reeditada com prefácio e notas de Cláudio Ganns, sob o título de *Autobiografia*, Rio de Janeiro, Valverde, 1942.]
- MAUL, Carlos, *Grandezas e misérias da vida jornalística*. (Memórias), Rio de Janeiro, São José, 1968.



- MAZERON, Gaston Hasslocher, *Reminiscências de Porto Alegre*, Porto Alegre, Selbach, 1944.
- MEIRELES, Cecília, "Olhinhos de gatos", *Occidente*, Lisboa.
- MELLO, Félix Cavalcanti de Albuquerque, *Memórias de um Cavalcanti*, São Paulo, 1940 (Brasília).
- MELLO, Henrique Guedes de, *Reminiscências da vida acadêmica*, Rio de Janeiro, 1932.
- *Reminiscências de viagem de um médico*, Rio de Janeiro, 1934.
- MEMÓRIA, p.<sup>o</sup> Francisco de Assis, *Memórias de um cura*, Rio de Janeiro, 1929.
- MENDES, Murillo, *A idade do serrote*. Memórias, Rio de Janeiro, Sabiá, 1968.
- MENDONÇA, Salvador de, "Cousas do meu tempo", *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 1913. [Reproduzido na *Revista do livro*, Rio de Janeiro, dezembro de 1960, p. 107-198.]
- MENESES, Paulo Elpídio, *O Crato do meu tempo*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.
- MENESES, Raimundo de, *Coisas que o tempo levou*, Fortaleza, 1936.
- MENOTTI DEL PICCHIA, Paulo, *A longa viagem*, São Paulo, 1969.
- MEYER, Augusto, *Segredos da infância*, Porto Alegre, Globo, 1948.
- *No tempo da flor*, Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1966.
- MIGNONE, Francisco, *A parte do anjo*, Rio de Janeiro, 1947.
- MONTEIRO, gen. Pedro Aurélio Góes, *O general Góes depõe...* Entrevistas recolhidas por Lourival Coutinho, Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956.
- MORAIS, Evaristo de, *Reminiscências de um rábula criminalista*, Rio de Janeiro, 1922.
- MORAIS, mar. João Batista Mascarenhas de, *Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- MOREIRA, Thiers Martins, *O menino e o palacete*, Rio de Janeiro, Simões, 1954.
- *Os seres*, Rio de Janeiro, São José, 1963.
- MOREYRA, Álvaro, *As amargas não...* (*Lembranças*), Rio de Janeiro, Lux, 1954.
- *O dia nos olhos*, Rio de Janeiro, Lux, 1956.
- *Havia uma oliveira no jardim*, Rio de Janeiro, Jotapê, 1958.
- MORLEY, Helena [pseud. de Alice Dayrell Brant], *Minha vida de menina*, Cadernos de uma menina provinciana nos fins do séc. XIX, Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- NABUCO, Joaquim, *Minha formação*, Rio de Janeiro, Garnier, 1900.
- NABUCO, Maurício, *Algumas reflexões sobre a diplomacia*, Rio de Janeiro, 1955.
- *Reminiscências sérias e frívolas*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1969.

- NIEMEYER, Oscar [Oscar N. Soares], *Quase memórias; viagens, tempos de entusiasmo e revolta, 1961-1966*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo, *Ideais e lutas de um burguês progressista. O partido democrático e a Revolução de 1930*, São Paulo, 1958.
- NOGUEIRA DA GAMA, Visconde de, *Minhas memórias*, Rio de Janeiro, D. Magalhães, 1893.
- NOVAIS, Américo Dias, *Memórias*, Rio de Janeiro, 1947.
- NUNES, José Castro, *Alguns homens do meu tempo*, 1.<sup>a</sup> série, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957 (Documentos brasileiros).
- OCTÁVIO, Rodrigo (Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses), *Coração aberto*, Rio de Janeiro, 1928.
- *Minhas memórias dos outros*. [Três séries], Rio de Janeiro, José Olympio, 1934-1936.
- OLIVEIRA, Albino José Barbosa de, *Memórias de um magistrado do Império*, São Paulo, 1943 (Brasiliana).
- OLIVEIRA, Camila Barbosa de, *Águas passadas*, São Paulo, 1956.
- OLIVEIRA, João Hipólito Campos de, "Reminiscências escolares" (Colégio Nogueira), *Revista do Instituto do Ceará*, n.º 73, 1959, p. 388.
- OLIVEIRA, Pedro Diamantino de, *Juazeiro de minha infância*, Memórias, Rio de Janeiro, 1959.
- ORICO, Osvaldo, *Da forja à Academia. Memórias dum filho de ferro*, Rio de Janeiro, Gráfica Olympica, 1956.
- OSWALD, Carlos, *Como me tornei pintor. Notas autobiográficas*, Petrópolis, Vozes, 1957.
- OTTONI, Christiano Benedicto, *Autobiografia*, Rio de Janeiro, 1908.
- PANCETTI, José, "Diário", *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, abril de 1958.
- PARANAPIACABA, Barão de [João Cardoso de Meneses e Sousa], "Memórias" [Em apêndice à tradução de *Prometeu acorrentado*, de Êsquilo, Rio de Janeiro, 1907]. Tiragem à parte da *Revista do Instituto Histórico e Geogr. Brasileiro*, t. 67, 1903.
- PATTI, Francisco, *Espírito das arcadas*, São Paulo, 1948.
- *A cidade sem portas. Memórias de um jornalista*, São Paulo, 1956.
- PEDRO II (Dom), Diários, cadernetas de notas e apontamentos de viagem. [Dispersos em várias publicações. Arrolados e localizados por Hélio Vianna no *Anuário do Museu Imperial*, v. xv, Petrópolis, 1954, p. 69, e xviii, 1957.]
- PEDROSA, Pedro da Cunha, *Minhas próprias memórias*, Rio de Janeiro, 1963.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral, *Getúlio Vargas, meu pai*, Porto Alegre, Globo [1960].
- PEIXOTO, Dermeval, *Memórias de um velho soldado*. Nomes, coisas e fatos militares de meio século atrás, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960

- PENALVA, Gastão [pseud. de Sebastião Fernandes de Sousa], *Memórias*, Rio de Janeiro, 1951.
- PENTEADO, Jacob, *Memórias de um postalista*, São Paulo, 1963.
- PEQUENO, Valdemar, *Poemas das vozes distantes*, Belo Horizonte, Mantiqueira, 1958.
- PEREIRA, Elpídio de Brito, *A música, o consulado e eu*. Memórias, 1872-1957, Rio de Janeiro, 1957.
- PEREIRA, Teodomiro, *Vida acadêmica*, São Paulo, 1861.
- PILOTTO, Walfrido, *Minhas memórias do modernismo*. Sintomas e discórdâncias, 1959.
- PIMENTA, Joaquim, *Retalhos do passado*, Rio de Janeiro, 1949.
- PINTO, Adolfo Augusto, *Minha vida. Memórias de um engenheiro*, São Paulo, Comissão estadual de literatura, 1971 (Coleção História).
- PIRES, Aurélio, *Homens e fatos de meu tempo*, São Paulo, 1939 (Brasileiana).
- PONCE FILHO, Generoso, *O menino que eu era* (Memórias), Rio de Janeiro, Livraria Lampadosa, 1967.
- PONGETTI, Henrique, *O carregador de lembranças* (Memórias), Rio de Janeiro, Pongetti, 1971.
- PORTO, Agenor, *Da vida de um médico*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1962.
- PÓVOAS, José Joaquim Pessanha, *Annaes acadêmicos*, São Paulo, 1860-1864, Rio de Janeiro, 1870.
- PRADO, Antônio de Almeida, *Crônica de outrora*, São Paulo, 1963.
- PRESAS, José, *Memórias secretas de Dona Carlota Joaquina*, Bordéus, 1830. [Ed. pref. e anot. por R. Magalhães Júnior, Rio de Janeiro, 1940.]
- PROCÓPIO FILHO, J., *Retalhos do passado*, Juiz de Fora, 1966.
- QUEIRÓS, Amadeu de, *Dos sete aos setenta anos* (Recordações e comentários), São Paulo, 1956.
- QUEIRÓS, Dom João de São José, *Visitas pastorais. Memórias* — (1761-1763), Porto, 1868. [Ed. brasileira com prefácio de Basílio de Magalhães, Rio de Janeiro, 1961.]
- RACHE, Pedro, *Outros homens de Minas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.
- RAMOS, Graciliano, *Infância*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1945. — *Memórias do cárcere*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, 4 v.
- REBOUÇAS, André, *Diário e notas auto-biográficas*, Rio de Janeiro, 1938 (Documentos brasileiros, n.º 12).
- REBOUÇAS, Antônio Pereira, *Recordações da vida patriótica*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1877.
- REGO, José Lins do, *Meus verdes anos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- RESENDE, Antônio de Lara, *Memórias*, t. 1.º. *De Belo Vale ao Caraça*, Belo Horizonte, 1970.
- RESENDE, Cássio, *Memórias de um médico*, Rio de Janeiro, São José, 1968.
- RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de, *Minhas recordações*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944 (Documentos brasileiros).

- RIBEIRO, Arinos, *Memórias de um mineiro sexagenário*, São Paulo, Martins [1966].
- RIBEIRO, Leonídio, *De médico a criminalista* (Depoimentos e reminiscências), Rio de Janeiro, São José, 1967.
- RICARDO, Cassiano, *Viagem no tempo e no espaço*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.
- RIO BRANCO, Raul do, *Reminiscências do barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1942 (Documentos brasileiros).
- SALES, Antônio, *Retratos e lembranças* (Reminiscências literárias), 1938.
- SALLES, César, *Uma vaga para morrer. Reportagem autobiográfica de um homem do povo*, São Paulo, Alves, 1963.
- SALLES, Joaquim de, *Se não me falha a memória*, Rio de Janeiro [1960].
- SALLES, Manuel Ferraz de Campos, *Da propaganda à presidência*, São Paulo, 1908.
- SANTA CRUZ, Marquês de [Dom Romualdo Antônio de Seixas], *Memórias*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1861.
- SANTOS, Luís Gonzaga dos, *Memórias de um carpinteiro*, Belo Horizonte, 1963.
- SÃO LEOPOLDO, visconde de [José Feliciano Fernandes Pinheiro], "Memórias", compiladas pelo barão Homem de Melo, RHGB, t. 37 e 38 (1874-1875).
- SCHMIDT, Afonso, *Bom tempo* (Memórias), São Paulo.  
— *Lembranças* (Memórias), São Paulo.
- SCHMIDT, Augusto Frederico, *O galo branco*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.  
— *As florestas*, Páginas de memórias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- SETÚBAL, Paulo, *Confiteor*, São Paulo, Saraiva, 1938.
- SILVA, alm. A. C. de Sousa e, *Saldanha da Gama e a revolução da Armada. Reminiscências de um revoltoso*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
- SILVA, Francisco de Oliveira e, *Um homem que se confessa. Memórias de um juiz*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1961.
- SILVA, Francisco Gomes da, *Memórias oferecidas à nação brasileira*, Londres, 1831.
- SILVA, João Manuel Pereira da, *Memórias do meu tempo*, Rio de Janeiro, Garnier, s. d. [1896].
- SINZIG, frei Pedro, *Reminiscências d'um frade*, Petrópolis, Vozes, 1917.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *Memórias de um soldado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.  
— *Memórias de um escritor*, I. *Formação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- SOUSA, João Batista de Melo e, *Meninos de Queluz*. Crônica de saudade, Rio de Janeiro, 1949.

- SOUZA, Everardo Vallim Pereira de, "Reminiscências acadêmicas", RIHGSP, 44, 1.<sup>a</sup>, p. 55.
- TAUNAY, Visconde de [Alfredo d'Escragnoille Taunay], *Memórias*, São Paulo, Ipê, 1948. [Anteriormente haviam aparecido vários fragmentos desse texto, como *Reminiscências*, São Paulo, 1908; *Trechos de minha vida*, São Paulo, Melhoramentos, 1921, e *Homens e cousas do Império*, São Paulo, Melhoramentos, 1924.]
- TEFFÉ, barão de [Antônio Luís von Hoonholtzt], *Memórias*, Rio de Janeiro, Garnier, s. d.
- TEIXEIRA, Aureliano, *A memória não deixa o passado morrer*, Rio de Janeiro, Pongetti [1966].
- THIOLLIER, René de Castro, "A história de um sonho. Folheando a vida", *Revista do Brasil*, 1950.
- *Episódios de minha vida*, São Paulo, 1956.
- TRAVASSOS, Nelson Palma, *Quando eu era menino...* (*Memórias*), São Paulo, 1960.
- *No meu tempo de mocinho*, São Paulo, 1961.
- *Minhas memórias dos Monjeiros Lobato*, São Paulo, 1964.
- UCHOA, mons. João de Barros, *Reminiscências de um cardinalato*, Petrópolis, Vozes, 1944.
- VALE, Oswaldo de Sousa, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, 1951.
- VALLADARES, Benedito, *Tempos idos e vividos. Memórias*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- VARELLA, Alfredo, *Rememranças* (*Memórias póstumas*), Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1920.
- VASCONCELLOS, Armando, *Memórias de um inspetor de alunos (Episódios da vida acadêmica)*, Recife, 1950.
- VASCONCELLOS, Salomão de, *Memórias de uma república de estudantes*, Belo Horizonte, 1951.
- VAUTHIER, Louis Léger, *Diário íntimo do engenheiro Vauthier (1840-1846)*, Rio de Janeiro, 1940 (Dir. do IPHAN).
- VERGARA, Luís, *Fui secretário de Getúlio Vargas. Memórias dos anos de 1926-1954*, Porto Alegre, Globo, 1960.
- VEIRA, José, *A cadeia velha* (*Memória da Câmara dos deputados*), Rio de Janeiro, 1913.
- VILLAÇA, Antônio Carlos, *O nariz do morto*, Rio de Janeiro, J.C.M., 1970.
- WHITAKER, Francisco, "Recordações", RIHGSP, v. 44, 1.<sup>a</sup>, 185.
- XAVIER, Lindolpho, *Pioneiros e semeadores. Cadernos de memórias*, I. Quanto a correspondências, as mais conhecidas são CAPISTRANO DE ABREU, *Correspondência*, ed. organizada e prefaciada por José Honório RODRIGUES, Rio de Janeiro, INL, 3 v., 1954-1956; FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, ed. org. e anot. por Clado Ribeiro de LESSA, Rio de Janeiro, INL, 1961; RUI BARBOSA, *Mocidade e exílio*, ed. org. e anot.

Do estudo das biografias passa-se ao estudo das famílias. Algumas obras já encaram o assunto de modo superior<sup>(13)</sup>.

por Américo Jacobina LACOMBE, São Paulo, 1934 (Brasíliana) [2.<sup>a</sup> ed. 1940, 3.<sup>a</sup>, 1949]; ID., *Correspondência íntima*, org. e anot. por Afonso Ruy de SOUSA, Bahia, 1921 [2.<sup>a</sup> ed. 1933, 3.<sup>a</sup>, 1946]; Rui BARBOSA, *Correspondência*, org. e anot. por Homero PIRES, São Paulo, Saraiva, 1933; Mário de ANDRADE, *Cartas a Manuel Bandeira*, Rio de Janeiro, Simões, 1958; GRAÇA ARANHA, *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*. Comentários e notas à correspondência, São Paulo, Monteiro Lobato, 1923; MACHADO DE ASSIS, *Correspondência com Magalhães de Azeredo*, ed. preparada por Carmelo Virgílio, Rio de Janeiro, INL, 1969; Visconde de MAUÁ, *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)*, org. e notas de Lídia BESOUCHET, São Paulo, 1943 (Brasíliana); João Baptista CALOGERAS, *Um ministério visto por dentro*. Cartas inéditas, org. e anotadas por Antônio Gontijo de CARVALHO, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959; Edgard CAVALHEIRO, *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*, Rio de Janeiro, MEC, 1955; ASSIS CINTRA, *D. Pedro I e o grito da independência* [Cartas de D. Pedro I a D. João VI], São Paulo, Melhoramentos, 1921; Duarte COELHO, *Cartas de... a El Rei*, anot. de Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque, Recife, Imp. da Universidade, 1967; D. PEDRO II, *Cartas do imperador... ao barão de Cotegipe*, org. e anot. por Wanderley PINHO, São Paulo, 1933 (Brasíliana); Gastão CRULS, *Antônio Tôrres e seus amigos*. Notas biobibliográficas seguidas de correspondência, São Paulo, CEN, 1950; Jackson de FIGUEIREDO, *Correspondência*, Rio de Janeiro [1938]; D. LEOPOLDINA [Imperatriz], *Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz D. Leopoldina* (Sep. dos ABN, v. LX, 1940); MONTEIRO LOBATO, *Cartas escolhidas*, 2 t., São Paulo, Brasiliense, 1959; R. MAGALHÃES JÚNIOR, *D. Pedro II e a condessa de Barral, através da correspondência íntima...* anotada e comentada, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1956; Joaquim NABUCO, *Cartas a amigos* (Obras completas, 2 v.), São Paulo, 1949; Lafayette Rodrigues PEREIRA, *Cartas ao irmão*, São Paulo, 1967 (Brasíliana); Georges RAEDERS, *Pedro II e os sábios franceses*, Rio de Janeiro, Atlântica, 1944; D. Pedro II e o conde de Gobineau. *Corresp. inédita*, São Paulo, 1938 (Brasíliana); Barão do RIO BRANCO, *Correspondência entre D. Pedro II e o barão do Rio Branco*, apresentação de Miguel do RIO BRANCO, São Paulo, 1957 (Brasíliana); Alcindo SODRÉ, *Abrindo um cofre*. Cartas de D. Pedro II à condessa de Barral, Rio de Janeiro, 1956; Francisco VENÂNCIO FILHO, *Euclides da Cunha a seus amigos*, São Paulo, 1938 (Brasíliana).

13. A título de exemplo citemos o trabalho do ten.-cel. João de Deus Noronha MENA BARRETO, *Os Menna Barreto. Seis gerações de soldados, 1769-1950*. É o estudo de uma família composta quase toda de militares.

## Genealogia

10. Do estudo das biografias e das famílias, passa-se naturalmente ao das genealogias. Estas tiveram no Brasil um caráter peculiar. Desenvolveram-se como uma afirmação de capacidade em face do desprezo dos reinóis. Irritava aos portugueses a invocação de ilustres ascendentes por parte dos colonos e brasileiros natos. Garção põe na boca de um personagem do *Teatro novo* uma tirada sarcástica:

Estou tonto de ouvir estes senhores!  
Parece-me que estou entre paulistas  
Que, arrotando congonha, me aturdiam  
Co'a fabulosa ilustre descendência  
De seus claros avós, que de cá foram  
Em jaleco e ceroulas<sup>(14)</sup>.

A estas farpas respondiam os brasileiros com a demonstração da nobreza e esplendor de seus ancestrais. O título da obra de

Uma família senhorial e latifundiária típica foi estudada por Pedro CALMON, *História da Casa da Torre*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1939 (Documentos brasileiros). Já o livro de Espiridião de Queirós LIMA, *Antiga família do sertão*, Rio de Janeiro, Agir, 1946, é o histórico de uma grande família nordestina, com preciosos elementos para a reconstituição do ambiente social. De interesse equivalente é o trabalho de Lena Ferreira COSTA, *Uma família na história* (Monografia sobre a família Castelo Branco), Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1967. Uma das mais importantes famílias antigas do Rio foi objeto do estudo de Heitor GURGEL, *Uma família carioca do século XVI* [Amaral Gurgel], Rio de Janeiro, São José, 1964. A história de uma família estrangeira que se radicou no Brasil é objeto dos estudos de Aroldo de AZEVEDO, *Os Cochrane do Brasil*, São Paulo, 1965 (Brasíliana) e de Raimundo Bandeira VAUGHAN, *Livro da família Monnerat*, Vila de Monnerat, 1945.

Um dos mais completos estudos monográficos no gênero é o de Lycurgo SANTOS F.<sup>o</sup>, *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. (Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX), São Paulo, 1956 (Brasíliana). Um aspecto, dos mais importantes para a história do estudo dos grupos familiares, é estudado por L.A. Costa PINTO, *Lutas de famílias no Brasil* (Introdução ao seu estudo), São Paulo, 1949 (Brasíliana).

14. *Apud* Afonso d'E. TAUNAY, Estudo sobre a obra de Pedro Taques em *Informação sobre as minas de São Paulo* e *A expulsão dos jesuítas do colégio de São Paulo*, São Paulo, Melhoramentos, s.d. V. a respeito, José da Gama e CASTRO, *Memória sobre a nobreza do Brasil*, Rio de Janeiro, 1841.

Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777) é nada menos que *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*<sup>15</sup>). A grande preocupação do autor é demonstrar as origens aristocráticas das famílias paulistas.

Nem é outra a idéia mestra de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1764), no "Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantis em Pernambuco e Caramurus na Bahia", publicado na RIHGB (tomo LII — 1889) <sup>16</sup>). As filhas do cacique Arcoverde, matriarcas de tão importantes famílias do Norte, como quase todas as que se ligaram aos povoadores portugueses, recebem aí o tratamento de *princesas*.

Também sobre as famílias nordestinas, tendo como ponto de partida Pernambuco, versa o trabalho de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786), "*Nobiliarquia pernambucana*", ABN, v. XLVII, 1925, Rio de Janeiro, 1935<sup>17</sup>).

— Alguns estudos regionais são básicos. Assim, os do general Borges Fortes, *Troncos seculares. O povoamento do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, 1931, e *Casais*, Rio de Janeiro, Ed. do Centen.<sup>o</sup> Farrroupilha, 1932, e Jorge Godofredo Felizardo, *Genealogia rio-grandense* (Carneiro da Fontoura), Porto Alegre, 1937<sup>18</sup>).

15. Publicada inicialmente na RIHGB, t. xxxii ao xxxv, foi reunida e completada, com erudita introdução de Afonso d'E TAUNAY, em tomo especial da mesma revista, datado de 1926. Um segundo e terceiro tomos apareceram como volumes especiais da RIHGSP (v. 39 e 39 bis, 1940-1944). Nova edição apareceu na Biblioteca Histórica Paulista, v. iv, São Paulo, Martins, 1953. O índice desta obra foi organizado por Salvador de MOYA, e ocorre na coleção *Índices genealógicos brasileiros*, São Paulo, Inst. Genealógico Brasileiro, n.<sup>o</sup> 3 e 4, s.d.

16. O índice do *Catálogo genealógico*, de Jaboatão, também foi elaborado por Salvador de MOYA e está publicado na coleção referida acima, 2 t., s.d.

17. Foi inicialmente publicada, incompleta, na RIAHGP, v. 56 a 60, 1902-1904. O índice da *Nobiliarquia pernambucana*, também feito por Salvador de MOYA, ocorre nos mesmos índices citados, São Paulo, s.d., n.<sup>o</sup> 2.

18. De caráter mais estritamente genealógico são os estudos de F. de A. Carvalho FRANCO, *Os Camargos de São Paulo*, São Paulo, 1937; Embaixador José Bonifácio de Andrada e SILVA, "Descendência do inconfidente José Aires Gomes", RIHGB, t. 72, 2.<sup>a</sup>, p. 144; Frederico de Barros BROTERO, *Família Monteiro de Barros*, São Paulo, 1951; Antônio de Araújo de Aragão BULCÃO SOBRINHO, *Famílias bahianas. Bulcão*, Salvador, 1961; Luiz P. Moretzsohn de CASTRO, *Apontamentos genealógicos. Famílias paulistas*:



11. A propósito da completa transformação do conceito de genealogia dos tempos atuais, já tivemos ocasião de falar certa vez: Hoje em dia o sentido dos estudos genealógicos mudou por completo. E disso não se deram conta muitos pesquisadores que parecem dominados por um espírito completamente ultrapassado. O

*Pais-de-Barros e Vasconcellos-Vergueiros*, Santos, 1900; Carlos Grandmasson RHEINGANTZ, *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*, v. I. A-E, Rio de Janeiro, Liv. Brasileira, 1965; v. II. F-M, 1967; Armando Vidal Leite RIBEIRO, *Família Vidal Leite Ribeiro*, Rio de Janeiro, Ed. Sul-Americana, 1960; Mário LINHARES, *Os Linhares, Retrospecto genealógico, 1690-1939*, Rio de Janeiro, 1939; Geraldo Cardoso de MELLO, *Os Almeida e os Nogueira do Bananal*, São Paulo, Inst. Genealógico Brasileiro, 1942 (Biblioteca genealógica brasileira, n.º 1); José Ferreira de Mello NOGUEIRA, *Rabiscos genealógicos*, São Paulo, 1939; Sérgio Bizarro de Andrade PINTO, *Genealogia do ramo primogênito das famílias Andrade Pinto (Brasil) e Campos de Andrada (Portugal)*, 1.º v., Rio de Janeiro, 1922; 2.º v. (Documentação), Lisboa, 1922; Benoni da VEIGA, *Genealogia da família Veiga, a partir de Francisco Luís Saturnino da Veiga até a atual geração*, Rio de Janeiro, 1932; Leôncio Amaral GURGEL, *Genealogia de Manuel Ferraz de Campos Salles*, São Paulo, 1906; Mário ARANTES, *Apointamentos genealógicos sobre a família Noronha (Ramo de Ouro Preto)*, São Paulo, 1907; José Bonifácio ARRUDA, *Minha família*, São Paulo, 1917; Frederico de Barros BROTERO, *Descendentes de José Fernando de Almeida Barros. Notas genealógicas*, São Paulo, 1934; Augusto de Sequeira CARDOSO, *Livro de família, Alguns apontamentos genealógicos sobre os ascendentes de Malta Cardoso de Jacaré*, São Paulo, 1907, e *Livro de família. Os ascendentes e descendentes de Pedro Taques de Almeida Paes Leme*, São Paulo, 1909; Antônio Leôncio Pereira FERRAZ et alii, *Apointamentos genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Branco (Ascendência e descendência)*, Rio de Janeiro, 1926; Visconde de NOGUEIRA DA GAMA, *Genealogia das famílias Botelho, Arruda, Sampaio, Horta, Paes Leme, Gama, Villas Boas até seus descendentes*, Rio de Janeiro, 1859; João Mendes de ALMEIDA, *Algumas notas genealógicas*, São Paulo, 1886; Salvador de MOYA, *Os Gonçalves (de Queluz)*, São Paulo, 1936; João Baptista de SOUSA F.º, *Apointamentos genealógicos de Francisco Pacheco e Silva*, São Paulo, 1930; Francisco Xavier Taques e ALVIM, *Livro de família. Algumas notas genealógicas sobre os Taques Alvim e outras*, São Paulo, 1895; Nuno Lopo SMITH de VASCONCELLOS, *A família Smith de Vasconcellos*, 1927; Eugênio TOURINHO, *Breves apontamentos da família Ferreira Tourinho*, Salvador, 1884; José Tavares DRUMMOND, *A família Drummond no Brasil*, t. 1, Rio de Janeiro, Colégio brasileiro de genealogia, 1969.

As famílias paulistas continuaram a ser objeto de pesquisas por Luiz Gonzaga da Silva LEME, *Genealogia paulistana*, 9 v., São Paulo, 1903-1909;

que se procura é encontrar os traços fundamentais que se mantêm nos descendentes de um ancestral comum (os chamados *homens fortes* que todas as famílias reivindicam), e compreender os laços de parentesco que justificam alguns fenômenos inexplicáveis para os observadores superficiais. A genealogia sofreu as influências da genética moderna, especialmente após os trabalhos do célebre cônego Mendel. Galton realizou, aliás, pesquisas bastante curiosas a respeito dos traços comuns das estirpes. São dele as tentativas de

Carlos SILVEIRA, *Subsídios genealógicos*, São Paulo, Inst. Genealógico Brasileiro, 1942, Salvador de MOYA, *Árvores de costado*, Colecionadas, com índice alfabético de pessoas e apelidos. Separ. da *Revista do arquivo municipal*, São Paulo, 1938; Salvador de Moya é também autor de um bom índice onomástico da *Genealogia paulistana*, São Paulo, 2 v., s.d. As famílias mineiras estão estudadas por Arthur Vieira de Resende e SILVA, *Genealogia dos fundadores de Cataguazes*, Rio de Janeiro, 1934, e *Genealogia Mineira*, 4 v., Belo Horizonte, 1937-1939 (com índice também elaborado por Salvador de Moya, São Paulo, Inst. Genealógico Brasileiro, s.d.); Cônego Raimundo TRINDADE, *Genealogias da zona do Carmo*, Ponte Nova, 1943, e *Velhos troncos mineiros*, São Paulo, 1955, 3 v. As famílias baianas estão indexadas por Afonso COSTA, "Achegas genealógicas", RIGHB, n.º 61. As fluminenses pelo conselheiro Antônio Joaquim de MACEDO SOARES, *Nobiliarquia fluminense* (revista e publicada por seu filho, desembargador Julião Rangel de Macedo Soares), 2 t., Niterói, Imp. estadual, 1947, bem como Mário Aloysio Cardoso de MIRANDA, *O ciclo das gerações. Introdução a um nobiliário fluminense*, Petrópolis, Vozes, 1939. As famílias mato-grossenses foram objeto de estudo por parte de José de MESQUITA, "Genealogia cuiabana", *Revista do Instituto Histórico Matogrossense*, Cuiabá, v. 5, 1921, e segs., e "Nobiliário mato-grossense", *Revista do Instituto Histórico Matogrossense*. As famílias do Paraná estão estudadas por Francisco NEGRÃO, *Genealogia paranaense*, 4 v., Curitiba, 1929. Sobre o Maranhão v. José JANSEN, "Introdução ao nobiliário maranhense", *Anais do museu histórico nacional*, v. XXI, p. 165. Sobre o Rio Grande do Sul, v. Mário Teixeira de CARVALHO, *Nobiliário sul-rio-grandense*, Porto Alegre, 1937.

O centro mais ativo de pesquisas genealógicas no Rio de Janeiro é o Colégio Brasileiro de Genealogia, que publica uma *Revista*, t. 1, n.º 1, 1960 e que já se encontra no t. II, n.º 7.

No capítulo dedicado à heráldica mencionaremos outras publicações de centros de pesquisas que se dedicam à genealogia, como o Instituto Genealógico Brasileiro, de São Paulo, que depois se transformou em Instituto Genealógico Latino; o Instituto Heráldico Genealógico, também de São Paulo; o Instituto Genealógico da Bahia e o Colégio de Armas e Consultas Heráldicas do Brasil, do Rio de Janeiro.

obtenção dos *retratos de família*, pela superposição de uma série de imagens em condições semelhantes de proporção e iluminação. Chegava-se, assim, a uma fisionomia familiar paradigma, da qual se aproximavam ou afastavam os consanguíneos<sup>(19)</sup>.

Através desses estudos objetivos, conseguiu-se chegar a conclusões práticas a respeito dos *homens fortes*, que realmente marcam a descendência até várias gerações posteriores com traços que sobrepõem os demais ancestrais. Assim é que se explica o fenómeno de ser Guilherme II da Alemanha uma reprodução exata, física e moral, de seu antepassado, o Grande Eleitor de Brandeburgo, que só teria uma probabilidade sobre 65.536 de lhe legar seus traços.

12. Daí as distorções que têm ido até a fraude deslavada, como a do suposto D. Tivisco de Nasao Zarco y Colona, que não passa de uma impostura do pai do marquês de Pombal, com o seu *Teatro genealógico*, onde encartou, em meio a dados exatos, algumas mentiras históricas para aumentar o lustre de sua casa, mas que teve afinal de ser procristo por alvará régio (porque contém “notórios erros contra a verdade, não tem fé nem crédito, nem se lhe dê para efeito algum”)<sup>(20)</sup>.

Assumem aspecto antes ridículo os estudos ligando as ascendências de famílias brasileiras nas casas reais européias, muitas vezes autênticas, mas sem significação, dada a quantidade inumerável de descendentes de certos príncipes. Um honesto e diligente pesquisador, por exemplo, no início deste século, foi encontrar a origem das famílias Barros e Penteado, de São Paulo, em vultos europeus como Vitiza, rei dos Godos, Fernando Magno, rei de Leão, Afonso III, rei de Portugal, e, conseqüentemente, Carlos Magno, Pepino o Breve, Pepino de Heristal, Santo Arnaldo, duque de Austrásia, Clóvis e Meroveu. Por outro lado, descenderiam as mesmas famílias de Balduino II, rei de Jerusalém, Malcolm III, rei de Escócia, Alfredo, o Grande, Egberto e Etelredo, reis de Inglaterra<sup>(21)</sup>.

Este resultado nada tem de extraordinário se considerarmos que na base de três gerações por século, na média, cada um de nós teria necessariamente um milhão de antepassados ao alcançar a 21.<sup>a</sup> geração (ou seja, o tempo do rei São Luís) e alguns bilhões ao

19. Paul BERT, *Revue scientifique*, ano III, Paris, 1881, p. 30. Refere-se à obra de GALTON, *Natural inheritance*, que data de 1880.

20. Alvará de 28 de agosto de 1703, *Guia dos manuscritos da Ajuda*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966, p. 330.

21. L. P. Morethzsohn de CASTRO, *Apontamentos genealógicos*, Santos, 1900.

alcançar a 40.<sup>a</sup>, na alta Idade Média. Esta verificação é espantosa porque tais números ultrapassam de muito a população do mundo civilizado naquele tempo. O que se passa, de fato, é que as uniões consanguíneas inevitáveis vão reduzindo consideravelmente o número de ancestrais. Assim é que as casas reais vão infimizando o número de seus troncos. O rei Afonso XIII, por exemplo, descendia 8.000 vezes de São Luís e tinha 111 avós na geração em que normalmente deveria ter 1.124. São Luís, por sua vez, tinha Carlos Magno por avô 500 vezes. O lendário Carlos Magno figura necessariamente nas raízes de toda a nobreza francesa e grande parte da européia. É por isso chamado “pai comum do ocidente”(22).

13. *Mutatis mutandis*, na genealogia brasileira, os *homens fortes* (Caramuru na Bahia, os Albuquerque e Cavalcantis em Pernambuco e João Ramalho, em São Paulo) aparecem infalivelmente na ascendência das principais famílias, não só porque havia a preocupação em procurar a aliança dos descendentes dos troncos principais, como porque os pesquisadores tendem a seguir a linhagem nobre, abandonando as menos brilhantes. E isso não só pela natural vaidade como pela facilidade de pesquisa, porque são os ramos ilustres que deixam a marca da sua passagem nos cartórios.

14. O reaparecimento súbito da figura de um ancestral em um longínquo descendente, a que nos referimos a propósito do imperador Guilherme II, pode surgir em casos surpreendentes(23).

15. Na história social moderna o estudo da formação de uma família ganhou outro sentido. Nada tem das obsessões da *prosápia* antiga, palavra que indicava simplesmente *linhagem* e ganhou um sentido pejorativo. Desde o precursor das monografias

22. Pierre DURYE, *La généalogie*, Paris 1961 (Coleção *Que sais-je?*); J. Meurgey de TUPIGNY, “La généalogie”, in *L’Histoire et ses méthodes*, Paris, 1961 (Encyclopédie de la Pléiade).

23. V. o caso narrado por BATISTA PEREIRA numa conferência pronunciada no Itamarati em 1932: o milagre do reaparecimento exato de um tipo flamengo, através do sangue açoriano, em um gaúcho de nossos dias: “A realidade vai mais longe do que a fantasia. Quereis ver-lhe o retrato fiel? O mesmo cabelo loiro? O mesmo perfil? Os mesmos traços? Os mesmos olhos e a mesma expressão mosqueteira de garbo, ímpeto, bravura e desgarre? A sua cópia fiel, enfim? Vede a reprodução do célebre painel de Franz Hals no Museu de Harlem — ‘A colação dos oficiais archeiros de Santo Adriano’. Lá está, na figura central, Flores da Cunha em carne e osso”. BATISTA PEREIRA, *Vultos e episódios do Brasil*, São Paulo, 1932 (Brasília, n.º 46), p. 304. Ora os flamengos foram ter aos Açores no

sociais, Le Play, o estudo da instituição da família, pobre ou rica, poderosa ou miserável, ganhou importância considerável para a compreensão de uma sociedade.

O estudo das famílias dominantes de uma época, ou de uma região, não mais se faz em vista da defesa de regalias, mas para a interpretação do modo de vida de uma classe. Nas publicações do Laboratório de Estatística da Universidade Católica de Milão, em 1936, encontrou o nosso sociólogo Fernando de Azevedo elementos importantíssimos para a compreensão da nossa sociedade imperial, especialmente no estudo de Amintore Fanfani, *Les changements économiques dans l'Europe moderne et l'évolution constitutionnelle des classes dirigeantes*, bem como nas observações de Carlo Mengarelli, *Les caractères physiques de la noblesse*.

“Seria interessante do ponto de vista biotipológico”, diz o nosso mestre contemporâneo, “o estudo que não nos foi possível fazer por falta de dados e elementos indispensáveis de iconografia artística e fotográfica sobre os principais políticos e titulares do império”<sup>(24)</sup>.

16. É isto que esboçou, em livro aparentemente superficial, a escritora Barbara Tuchman em sua popularíssima *The proud tower*, quando focaliza o que era realmente o grupo de famílias que constituíam a reduzida e poderosíssima aristocracia inglesa na *belle époque*. Cento e quinze pessoas possuíam então passante de 50.000 geiras. daquelas cento e quinze, quarenta e cinco possuíam mais de 100.000 geiras, posto que em parte inaproveitadas. Havia 60 a 65 pessoas, todas titulares, que possuíam tanto quanto 50.000 libras de renda. Quinze delas (sete duques, três marqueses, três condes, um barão e um baronete) usufruíam de seus imóveis mais de 100.000 libras anuais. Curioso é que todas estavam ligadas por laços de sangue.

Fisicamente esta aristocracia se apresentava com um aspecto imponente, com impressionante semelhança e em condições de higiene espantosas. Cinco dos ministros do gabinete Tory, chefiado pelo marquês de Salisbury, tinham mais de seis pés de altura,

século xv. Os açorianos vieram para o sul do Brasil no século xviii, e no século xx reaparece no Brasil uma fisionomia flamenga do século xvi.

24. Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, Rio de Janeiro, 1948, p. 119. “La notion de groupe social présente un éminent intérêt dialectique puisqu'elle permet, d'une part, de regrouper des individus et, d'autre part d'insérer le groupe dans une société globale” (Michel PERONNET, “Généalogie et histoire”, *Revue historique*, I-III, 1968).

muito acima da média do país. Dos 19 membros do gabinete, todos, menos dois, ultrapassaram 70 anos, sete atingiram mais de oitenta, e dois chegaram a mais de noventa, num tempo em que a média da vida humana no país era de 44. Esta era realmente uma elite privilegiada!

17. O que se tem em vista agora, no estudo das famílias, não é a defesa dos privilégios, mas o exame dos movimentos da sociedade, os vínculos estabelecidos pelo parentesco na estrutura social do país. Parece missão bem mais séria do que elaborar esquemas e gráficos das estirpes dominantes. A futilidade da maior parte dos estudos genealógicos acarretou o desprestígio dessa auxiliar da história no juízo de muitos historiadores. Para o caso brasileiro o estudo genealógico, encarado de maneira científica, apresenta importância indiscutível. As relações de parentesco estabelecem entre nós uma rede bem mais séria que em outros países. Em inquérito recente, feito no interior de São Paulo, sob a direção de um sábio mestre da sociologia, Donald Pierson, com todos os preceitos da técnica, espantaram-se os pesquisadores exatamente com a força extraordinária dos laços de parentesco. Analfabetos, incapazes de conhecer pelo nome as autoridades locais ou nacionais, conhecem os parentes até graus reputados remotos pelos povos que se consideram civilizados<sup>(25)</sup>. É este emaranhado de relações que entra em ação na política, na religião, na vida social e nas tradições, — elemento imprescindível para compreensão de solidariedades inesperadas, resistências imprevisíveis e reações imponderáveis<sup>(26)</sup>.

25. Donald PIERSON, *Cruz das almas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966 (Coleção Documentos brasileiros, n.º 124), p. 262.

26. Américo Jacobina LACOMBE, "Genealogia", RIHGB, t. 281 (1969), p. 91.

### 3 — DISCIPLINAS AUXILIARES

#### PAPEL DO HISTORIADOR — A SÍNTESE.

1. Se a coleta dos dados já constitui a revelação do esforço inicial da pesquisa, maior ainda convém que seja ressaltado perante os que se iniciam na ciência histórica o trabalho que se segue: o exame e o julgamento da fonte, sua apuração até ser considerada capaz de ser levada em conta. Para isso deve o historiógrafo utilizar-se das chamadas *ciências auxiliares*.

#### *Paleografia*

2. A *Paleografia*, ou decifração das grafias antigas, não tem no Brasil a relevância que apresenta em países mais antigos. Para o historiador brasileiro interessam especialmente as escritas portuguesas e espanholas dos séculos xv a xix.

Isto não quer dizer que o pesquisador brasileiro possa estar despreparado para o estudo paleográfico, quer ao trabalhar em acervos estrangeiros, quer ao lidar com material deles procedente. “Quem aspira ao título de -investigador-”, diz uma das grandes autoridades em historiografia, “e queira contribuir para o progresso de nossa ciência, não pode desconhecer a paleografia. Os conhecimentos paleográficos ou, ao menos, o domínio dos seus princípios gerais, especialmente do setor que está em relação com o ramo que pesquisa, são para o investigador uma condição *prévia*”(1).

1. Guillermo BAUER, *Introducción al estudio de la historia*, trad. por Luís G. de Valdeavellano, 2.ª ed., Barcelona, Bosch, 1952, p. 245.

O livro clássico é o de M. PROU, *Manuel de paléographie latine et française*, 4.ª ed., Paris, 1924. É a disciplina básica para o estabelecimento

Em Portugal o ensino da paleografia foi estabelecido em 1796, só precedido pela Itália em 1765, não somente para arquivistas, mas também para notários. Foi professor João Pedro Ribeiro, a maior figura da paleografia portuguesa. Mas o curso regular só se iniciou em 1801 na Torre do Tombo. Ali estudaram Alexandre Herculano, o renovador da ciência histórica em Portugal e Francisco Adolfo de Varnhagen, que representou papel equivalente no Brasil.

3. No Brasil só muito recentemente começou o estudo dessa especialidade. No currículo do curso de biblioteconomia criado na Biblioteca Nacional pela lei n.º 2.356, de 31 de dezembro de 1910, regulamentada pelo decreto n.º 8.835, de 11 de julho de 1911, e instalado solenemente em 10 de abril de 1915, existia uma cadeira (segunda) com o título de "Paleografia e diplomática". No decreto n.º 20.673, de 17 de novembro de 1931, que restabeleceu o mesmo curso e o desdobrou em dois anos, a mesma cadeira foi mantida. Na legislação em vigor, porém (decreto-lei n.º 6.440, de 27 de abril de 1944, regulamentada pelo decreto n.º 15.395, da mesma data), a cadeira de "Noções de paleografia" foi considerada disciplina optativa e praticamente cessou o seu ensino naquele curso<sup>(2)</sup>.

O ensino da paleografia mantém-se, porém, no curso de arquivologia, mantido no Arquivo Nacional desde a reforma do regimento aprovada pelo decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958. O curso foi iniciado em 1959, pela portaria n.º 5, de 1960. Foi considerado parte do curso regular, compreendendo paleografia, diplomática e notariado<sup>(3)</sup>.

4. Para o estudo, porém, das origens de várias instituições que se projetaram no Brasil, é preciso conhecer a paleografia portuguesa. Falta, infelizmente, já o notava o erudito Luís Camilo de Oliveira Neto, um bom álbum de documentos antigos porque nos séculos finais da Idade Média, perdidas na Península as normas tradicionais, "a escrita se fazia mais ou menos à vontade de cada um". A *Paleografia ibérica* de Burnam, cuja publicação não se com-

do texto (ecdótica) dos documentos clássicos. Sobre o assunto v.: Antônio HOUAISS, *Elementos de bibliologia*, Rio de Janeiro, INL, 1967, cap. III.

2. Antônio Caetano DIAS, *O ensino da biblioteconomia no Brasil*, Rio de Janeiro, Inst. de Prev. e Assist. dos Servidores do Estado, 1955 (Coleção IPASE — 2), p. 7-15.

3. *Arquivo Nacional*, Mensário, n.º 2, 1970, p. 5.



pletou, ficando limitada à escrita visigótica, tem tido as suas transcrições seriamente contestadas(4).

## *Filologia*

5. A *filologia*, ou ciência da linguagem, deve vir em auxílio do historiador para o estabelecimento do sentido exato do documento já lido. Há hoje monumentos de erudição de que se pode servir o historiador. Cada época, cada região, cada autor tem suas particularidades de linguagem, quer lexicográficas, quer semânticas. Para interpretar devidamente um documento é preciso, pois, munir-se de vocabulários especializados. Só com este preparo preliminar é possível proceder à *crítica do texto* (preliminar à crítica histórica propriamente dita). “Antes de perguntar se o testemunho trazido por um texto é aceitável ou não, é evidentemente necessário estar seguro de que o lemos na forma em que foi escrito,

4. *Loc. cit.*, J. M. BURNAM, *Paleografia ibérica*, Paris, 1912-1925 (3 fascículos, com 300 estampas). A maioria das reproduções procedem de mss. de Portugal. Cada fac-símile é acompanhado de transcrição, notícia explicativa e observações paleográficas. V. sobre os estudos paleográficos na Península, Agostin MILLARES CARLO, *Paleografia española*, Barcelona, Labor, 1929, I, p. 62 e ss.

Não existe um bom tratado de paleografia portuguesa. Um exímio conhecedor do assunto prepara um manual a respeito. (A. H. de Oliveira MARQUES, *Guia do estudante de história medieval portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1964, p. 142.) O melhor texto ainda é o de João Pedro RIBEIRO, nas suas *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa, 1810-1836 (Dissert, v, vi, vii a xv) e também as suas *Observações historicas e criticas para servirem de memórias ao sistema de diplomatica portugueza*, Lisboa, 1798. É recomendável, além disso, um artigo de Pedro de AZEVEDO, “A paleografia em Portugal”, nos *Anais das bibliotecas e arquivos* (2.<sup>a</sup> série, I, Lisboa, 1920, p. 139-147), e outro de Carlos de PASSOS, “Escritas paleográficas” (*ib.*, v. II, 1921, p. 156). Por isso costumam os paleógrafos de língua portuguesa recorrer aos trabalhos espanhóis, como o de MILLARES, supra-referido, e o álbum de BURNAM, com as correções que lhe applicou o grande mestre J. M. de Silva MARQUES, diretor do Arquivo da Torre do Tombo, e grande autoridade contemporânea, em seus *Estudos de paleografia portuguesa*, I, Lisboa, 1938. São utilíssimos igualmente os trabalhos de Torquato Brochado de Sousa SOARES, *Álbum de documentos*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, 1957.

ou, ao menos, na forma mais próxima possível”<sup>(5)</sup>. A filologia, como auxiliar da história, é, pois, uma ciência crítica do documento escrito; tem em vista estudar as condições em que foi produzido, a sua autenticidade essencial.

O mesmo Agostin MILLARES CARLO, em colaboração com José Inacio MANTECÓN, publicou o *Album de paleografía hispanoamericana de los siglos XVI e XVII*, editado pelo Instituto Pan-americano de Geografía e Historia, México, D.F. (v. I: Introducción; II: Láminas; III: Transcripciones), 1955. A página 5 do v. I há uma abundante bibliografia sobre paleografia espanhola e portuguesa.

Uma grande realização no campo da paleografia em nosso país foi a publicação das *Atas da Câmara de São Paulo* e dos *Inventários e testamentos*, a que nos referimos ao tratar do Arquivo de São Paulo. Devem-se à competência do paleógrafo português Manuel Alves de Sousa, o mesmo incumbido, posteriormente, a partir de 1928 da edição dos *Documentos históricos*, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, bem como dos *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. (V. a honrosa referência de Rodolfo Garcia no v. I dos *Autos da devassa*, Rio de Janeiro, 1936, p. XII.) Desde 1889, lembra Ricardo Ramón Blanco, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* consigna os esforços para a vinda de um paleógrafo português, capaz de ler os documentos dos séculos XVI e XVII.

Em 1952 o Arquivo do Estado de São Paulo promoveu um curso livre de paleografia, cujas palestras estão publicadas no *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado*, n.º 10, nova fase. Do ano seguinte é um bom trabalho do dr. Ubirajara Dolácio MENDES, *Noções de paleografia*, São Paulo, 1953.

Em 1956, incumbido do ensino de Introdução aos estudos históricos, parte prática, publicou o professor de Valladolid, Ricardo Roman BLANCO, as *Láminas de paleografía*, selecionadas e transcritas. I. Álbum e II. Texto, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1954, 1955. Os textos, porém, não são de arquivos brasileiros, mas italianos, espanhóis e portugueses, sendo alguns assaz divulgados. Uma boa publicação de paleografia para estudiosos brasileiros ainda está para ser feita. A Universidade Federal da Bahia promoveu um curso de paleografia, de que resultou a publicação de um pequeno trabalho relativo ao sério problema das abreviaturas. (Maria Helena FLEXOR, *Noções de paleografia*, Salvador, 1970. Centro de Estudos Brasileiros, n.º 66.)

5. R. AIGRAIN, “Comment on fait l’histoire”, *Ecclesia, Encyclopédie populaire des connaissances religieuses*, Paris, 1928, p. 327; Alphonse DAIN, “Témoignage écrit et philologie”, *L’histoire et ses méthodes*, sob a direção de Charles SAMARAN, Paris, Pléiade, 1961, p. 451.

6. Devem-se a grandes filólogos (e não a historiadores) algumas publicações de documentos fundamentais que foram depois utilizados no campo da ciência histórica. Durante muito tempo levava-se em conta, na publicação de textos, uma argumentação, por assim dizer, numérica, adotando-se a versão que figurava em maior quantidade de cópias. Mas nem mesmo a determinação da antiguidade de um documento pode ser decisiva. Muitas vezes uma cópia mais recente liga-se mais diretamente ao texto primitivo — o arquétipo — e merece, por isso, mais fé. Daí a importância do histórico de cada documento.

### *Diplomática*

7. As regras, princípios e praxes para a redação de atos oficiais solenes, permitem ainda uma outra espécie de crítica, que ainda não é histórica, mas não é propriamente paleográfica nem filológica: é a *diplomática*. O autor clássico na matéria em Portugal é ainda João Pedro Ribeiro, autor das *Observações históricas e diplomáticas para servirem de memorias ao sistema da diplomática portuguesa*, Parte I, Lisboa, 1798, e *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiasticas e civil de Portugal*, Lisboa, 1810-1836.

A crítica diplomática não se confunde com a crítica histórica. Um ato pode ser autêntico, de acordo com as normas estabelecidas para a autenticação dos documentos oficiais (ou diplomas), e ser errôneo, transmitindo uma informação falsa.

8. Uma aula prática de noções de paleografia e diplomática, sem a preocupação de especialização, mas simplesmente para despertar nos alunos o respeito pelo trabalho dos paleógrafos e diplomatas, costuma despertar grande interesse. Distribuir entre os alunos fac-símiles da carta de Caminha ou da do Mestre João, e contrapor a estes o texto moderno, na leitura de Jaime Cortesão, por exemplo, é uma tática muito mais favorável no sentido de provocar um sentimento de respeito pela ciência histórica, a que nos referimos de início. Com alguns documentos brasileiros, originais ou fac-similados, senão fotocópias, consegue-se despertar nos alunos, em relação às características de um documento oficial, uma atenção muito mais viva do que se pensa. Eis o testemunho de uma professora: “Foi no Colégio Pedro II, durante uma aula que dávamos sobre a abdicação de D. Pedro I. Após a explanação da matéria, abrimos os *Estudos de história imperial*, do professor Hé-

lio Viana, e passamos a ler as três cartas que o imperador escrevera na semana da abdicação: uma delas dirigida ao filho pequenino que deixava no Brasil. Grande silêncio em classe! Ao acabarmos as alunas mostravam-se visivelmente emocionadas, algumas haviam chorado durante a leitura dos documentos. Eis uma forma de motivar os alunos”(6).

## *Cronologia, Sigilografia, Heráldica*

9. A propósito das partes dos protocolos e, especialmente, dos escatocolos dos diplomas, chega-se, assim, ao conhecimento de outras ciências auxiliares da História: a data, que conduz à *cronologia*(7); o selo, que leva ao conhecimento da *esfragística* ou *sigilografia*(8) donde se chega à *heráldica*(9).

6. Therezinha de CASTRO, *História documental do Brasil*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record [1969], p. 9.

7. A suma dos conhecimentos de cronologia prática necessários para os estudos brasileiros está feita por VARNHAGEN sob o título: “Auxílios cronológicos para verificar as datas e os fatos”, *Hist. geral do Brasil*, 4.ª ed. integral, São Paulo, vol. v, 1953, p. 245. A mudança do calendário, de Juliano para o Gregoriano, foi feita sem oposição de Portugal. A ela se atribuem, sem razão, algumas dúvidas quanto a datas históricas anteriores à reforma, como a do descobrimento. É óbvio, porém, que não é razoável a correção das datas anteriores ao novo calendário. Quanto a este pequeno problema v. o capítulo respectivo. Também quanto à independência, as hesitações, entre a data do Grito do Ipiranga (7 de setembro) e a da Aclamação (12 de outubro), não constituem problema de cronologia, mas de interpretação da gradação dos fatos. O mesmo se pode dizer dos relativos à fundação da Bahia e ao início da Confederação do Equador. Um resumo dos conhecimentos necessários à compreensão dos documentos portugueses está igualmente na obra citada de João Pedro RIBEIRO, *Dissertações chronologicas*, vol. II, Lisboa, 1811, Introd. 2. (Prossegue no t. III, parte. 1.ª, Lisboa, 1813.)

Um problema peculiar ao Brasil é o da aplicação do calendário maçônico aos acontecimentos da regência de D. Pedro em 1821-1822. MELO MORAIS, no *Brasil histórico*; PEREIRA DA SILVA, na *História da fundação do Império*; MÁRIO BEHRING, no v. 43-44, do ABN; VARNHAGEN, na *História da Independência*, e RIO BRANCO, nas notas a este trabalho e nas *Efemérides*, aplicaram a tais fatos calendários maçônicos universais, ora do rito francês, ora do escocês. Acontece que entre os papéis do primeiro imperador exis-

tentes no Museu Imperial, por doação do príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, encontrou o professor Hélio Viana um calendário maçônico manuscrito, pertencente a D. Pedro I. Aplicando-o (com início do ano a 24 de março), todas as datas dos acontecimentos maçônicos ficam alteradas e muito mais bem ajustadas à cronologia civil. (F. A. de VARNHAGEN, *História da independência do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed., revista e anotada pelo prof. Hélio Viana, São Paulo, Melhoramentos, 1957, p. 129, nota 81.) Ainda sobre o calendário maçônico utilizado pela maçonaria brasileira, e confirmando o documento do arquivo da Família Imperial, v. Isa CH'AN [pseud. de Kurt Prober]: *Achegas para a história da maçonaria no Brasil*, São Paulo, 1968 [1968], I, p. 80-81.

Também as particularidades do calendário da Cúria Romana e suas aplicações ao Brasil foram estudadas por Mons. Manuel de Aquino BARBOSA, na memória sobre a data da bula *Super specula*, *Anais do 2.º Congresso de Hist. da Bahia*, Salvador, 1952, p. 317.

8. O trabalho clássico aqui ainda é o de João Pedro RIBEIRO, "Esfragística portuguesa, ou tratado sobre o uso do selo no nosso reino", *Dissertações chronologicas*, Lisboa, 1910-1836, terceira dissertação, I, 82. Quanto ao Brasil, v. Jenny DREYFUS, "A sigilografia no Museu histórico", *Anais do Museu Histórico Nacional*, t. II, 1941, p. 193; da mesma autora: "Sigilografia", Síntese da cadeira do curso de museus. *Ib.*, t. XXI, 1969, p. 8, e José HEITGEN, "Sinetes", *Anuário do Museu Imperial*, t. V, 1944.

Aos antigos selos apostos aos documentos, ora em cera, ora em papel posto em relevo, ora junto às firmas, ora pendentes, em cera, laque ou chumbo, sobrevieram os carimbos. Entre estes notam-se os carimbos postais e, a partir dos meados do século XIX, os selos postais. A filatelia tende a firmar-se numa direção útil ao estudo e interpretação dos documentos. Alguns catálogos já atingiram o nível de uma especialidade útil à ciência.

9. A heráldica se baseia, como é natural, na tradição portuguesa. Os trabalhos mais utilizados são Antônio RODRIGUES, principal rei de armas Portugal, *Tratado geral de nobreza*. Apresentação de Afonso de Dornelas, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1931; Anselmo Braancamp FREIRE, *Brasões da sala de Sintra*, Coimbra, 3 v., 1921-1930; Albano da Silveira PINTO e Visconde de Sanches de BAENA, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, 2 v., Lisboa, 1890; Visconde de Sanches de BAENA, *Archivo heráldico*, Lisboa, 1873; Santos FERREIRA, *Armorial português*, 2 t., Lisboa, 1873; Armando MATOS, *Brasonário de Portugal*, 2 v., Lisboa, 1940; Armando de MATOS, "Comentários à margem da heráldica brasileira", *Brasília*, v. III, Coimbra, 1944.

No Brasil as obras mais consultadas são: Barão de VASCONCELLOS e Barão Smith de VASCONCELLOS, *Archivo nobiliárchico brasileiro*, Lausanne, 1918; Egon Prates PINTO, *Armorial brasileiro*. Época: Brasil colônia. Iluminu-

ras de L. G. Loureiro, edição em suplementos da *Revista da Semana*, Rio de Janeiro (29 gravuras); Mário Teixeira de CARVALHO, *Nobiliário sul-rio-grandense*, Porto Alegre, 1937; José HEITGEN, "Achegas ao armorial brasileiro", *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, IV, 1943, p. 155.

Algumas instituições dedicadas à heráldica e à genealogia publicam revistas especializadas. São elas: 1) *Anuário genealógico brasileiro*, 1939-1948, 10 v., São Paulo. (Daí por diante passou a chamar-se *Anuário genealógico latino*), citado AGB; 2) *Revista genealógica brasileira*, 1940-1948, 9 v., São Paulo. (A partir daí passou a chamar-se *Revista genealógica latina*), citada RGB; 3) *Revista do Instituto de estudos genealógicos*, São Paulo (depois do n.º 7 passou a chamar-se *Revista do Instituto heráldico-genealógico*), 1939-1943, 9 v., citada RIHG; 4) *Boletim do Colégio de Armas e consulta heráldica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1955-1956, citado BCACH; *Revista do Instituto genealógico da Bahia*, 1945-1958, 11 v. Citado RIGB; 5) *Brasil genealógico, Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia*, 10 v., Rio de Janeiro (1960-1970).

Omitindo os estudos particulares sobre determinado brasão, merecem ser citados os seguintes estudos: Salvador de MOYA, "Simbologia heráldica", RIEG, II, n.ºs 3 e 4; João José Mário Francisco Rodrigues de OLIVEIRA, "Subsídios de heráldica", RIEG, I, n.º 2; Roberto THUT, "Técnica heráldica", RIEG, III, n.º 6, p. 273, e "Brasões de titulares do Império", *ib.* IX, p. 21; Francisco Marques dos SANTOS, "Cores nacionais e distintivos da Independência", RIEG, IX, p. 539; Afonso de DORNELLAS, "Origens e desenvolvimento da heráldica portuguesa", RIEG, IV e V, p. 214; Conde Dom Antônio de SÃO PAYO, "A heráldica portuguesa", *ib.* IV e V, n.º 8, p. 246; Jenny DREYFUS, "O escudo ovado, a sua origem e seu uso", RIEG, IV e V, n.º 8, p. 92, e "Índice heráldico em relação a alguns nomes de famílias que passaram para o Brasil", RIEG, n.º 9, 1942-43 e "Heráldica", RGB, 6, p. 383; Carvalho FRANCO e Roberto THUT, "Achegas a um brasonário paulista", RGB, V, n.º 9, p. 75, VI, n.º 11, p. 75, VII, n.º 13, p. 83, VIII, n.º 15-16, p. 247, IX, n.º 17-18, p. 81; ten.-cel. Henrique Oscar WIEDERSPAHN, "Origens e evolução da jurisprudência heráldica nacional", BCACH, II; Cid TEIXEIRA, "Contribuição ao estudo da heráldica portuguesa", RIGB, II, n.º 2, p. 9; H. NEESER, "Investigações heráldicas", RIGB, VI, n.º 6, p. 39 e "Brasonário baiano", VIII, n.º 8, p. 109; F.P. de Almeida LANGHANS, "Heráldica, ciência de temas vivos", RIGB, VIII, n.º 8, p. 117; José HEITGEN, "Ainda técnica heráldica", RGB, I, n.º 1 e "A fauna heráldica", RGB, VII, p. 259.

A heráldica de domínio, compreendendo brasões e bandeiras nacionais, estaduais e municipais, tornou-se assunto polêmico no Brasil. Em torno da bandeira nacional e dos símbolos nacionais houve larga discussão. V. a respeito: Clóvis RIBEIRO, *Brasões e bandeiras do Brasil*, São Paulo, 1933; Eduardo PRADO, *A bandeira nacional*, São Paulo, 1903; Teixeira MENDES, *A bandeira nacional*, Rio de Janeiro, 1890; Eurico de GÓIS, *Símbolos na-*

## Arqueologia, Iconografia, Indumentária

10. Finalmente temos a *arqueologia*<sup>(10)</sup> que estuda as fontes históricas que não constituem propriamente textos, mas monumentos (que podem ostentar, por sua vez, textos escritos) e objetos usuais. Comporta ela inúmeras subdivisões que vão constituin-

*cionaes*, São Paulo, 1908, e *A bandeira positivista*, São Paulo, 1927; gen. Eduardo Peres Campello de ALMEIDA, *Bandeiras históricas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1961; Afonso d'E. TAUNAY, "Heráldica municipal paulista", *Anais do Museu paulista*, III, 1927, p. 419, e "Heráldica municipal brasileira", *ib.*, VII, 475; Roberto THUT, "As armas nacionais e sua legitimidade heráldica", RIEG, IV, n.º 7 (1940), p. 197; gen. Djalma Polli COELHO, "A bandeira do Brasil", BCACH (1955), I; Afonso RUY [de Sousa], "Projeto para um novo brasão de armas do Estado da Bahia", RIGB, III, n.º 3 (1948), p. 21; H. NEESER, "Projeto de uma ordenação para a heráldica de domínio", RIGB, V, n.º 5 (1950), p. 143.

Outro campo da heráldica que permanece vivo, ao lado da heráldica de domínio, é a heráldica eclesiástica. A este respeito escreveu um livro exaustivo Luís Delgado GARDEL, *Les armoiries ecclésiastiques au Brésil*, Rio de Janeiro, 1963. A propósito dele escreveu o heraldista Paulo Braga de MENESSES uma extensa recensão (RIHGB, v. 268, 1965, p. 413), onde faz um esboço da tradição e legislação brasileira em matéria de heráldica. Ainda sobre a heráldica eclesiástica, v.: Mons. Antônio Paes CINTRA, "Armorial eclesiástico brasileiro", RGB, IX (1948), p. 3 e ss., e *Revista genealógica latina*, n.º 2 (1950), p. 27; João Hermes Pereira de ARAÚJO, "Heráldica de pessoas morais eclesiásticas", *Ilustração brasileira*, número especial dedicado ao Ano Santo de 1950; Vasco Smith de VASCONCELLOS; *História da província eclesiástica de São Paulo*, com a colaboração heráldica de Paulo Braga de Meneses, São Paulo, 1957; Irmão Paulo LACHENMEYER OSB, "Brasões novos, Domínio e Eclesiásticos", RIGB, X, n.º 10, p. 179. É de grande utilidade também o *Catálogo da exposição de modelos de brasão e cartas de nobreza e fidalguia*, Colônia, Reino Unido e Império. Documentação cedida pelo Arquivo Nacional, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1965.

10. **Arqueologia.** O estudo dos restos deixados pela antiguidade ou pelos primitivos é objeto de uma cadeira no curso de museus, existente no Museu Histórico Nacional. Dele resultou um trabalho muito utilizado, de Angyone COSTA, *Introdução à arqueologia brasileira*. Etnografia e história, São Paulo, 1934 (Brasiliana, n.º 34), que é uma boa introdução geral no tema. O mesmo autor escreveu *Migrações e cultura indígena*. Ensaios de Arqueologia e etnologia do Brasil, São Paulo, 1939, e *Arqueologia geral*,

do, cada uma, especialidades cada vez mais fechadas. Assim, a *iconografia* (ramo da história da arte), que estuda a representação figurada das pessoas e fatos, tem sido muito pouco estudada sistematicamente no Brasil<sup>(11)</sup>; a *indumentária*, que estuda o vestuário de cada época<sup>(12)</sup>, trazem contribuição apreciável para a reconstrução do ambiente histórico.

São Paulo, CEN, 1936. No Brasil o objeto de maior interesse nesse setor é o estudo dos restos deixados pelas tribos indígenas, cujo significado ainda não está suficientemente esclarecido: os sambaquis. Sobre este tema, v.: Everardo BACKHEUSER, *A faixa litorânea. Brasil meridional. Hoje e ontem*, Rio de Janeiro, 1918 (especialmente a parte 2.<sup>a</sup>). O livro mais antigo sobre o assunto é o do barão de CAPANEMA, *Os sambaquis*, Rio de Janeiro, 1876. São imprescindíveis os trabalhos de Alberto CHILDE, "Arqueologia clássica e americanismo", *Arquivos do Museu Nacional*, v. XIX, 1916, e Emílio A. GOELDI, "Excavações arqueológicas em 1895", *Memórias do Museu Goeldi*, 1905; Herman Von JHERING, "Arqueologia comparativa do Brasil", *Revista do Museu Paulista*, v. VI, 1904; LADISLAU NETTO, "Investigações sobre a arqueologia brasileira", *Arquivos do Museu Nacional*, v. VI, 1885. V. ainda: J. M. PALADOFF, "Arqueologia rio-grandense", *Revista do Museu Paulista*, v. IV, 1898, bem como o verbete "Arqueologia brasileira", por Theodoro SAMPAIO, no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, IHGB, 1922, v. I. Até o presente momento os resultados das pesquisas arqueológicas não são muito abundantes. Alguns casos de impostura ficaram famosos, como o da inscrição fênícia numa laje da Paraíba, em localidade que nunca se identificou. (Theod. SAMPAIO, *loc. cit.*, p. 848, Maria da Conceição M. Coutinho BELTRÃO e Roque de Barros LARAIA, "Método arqueológico e interpretação etnológica", *RPHAN*, v. 17, 1969.)

Note-se que são poucos nítidos os limites entre a arqueologia, a paleontologia e a etnografia e que, por sua vez, há uma tendência para a especialização dentre os arqueólogos, como, por exemplo, a ceramografia. A arqueologia moderna é voltada especialmente para o aperfeiçoamento das técnicas de pesquisas de restos históricos. Torna-se, cada vez mais, uma técnica prática, militante, e não de gabinete. (SAMARAN, *L'histoire et ses méthodes*, Paris, Pléiade, 1961, p. 252.)

11. A melhor fonte para o estudo da iconografia brasileira ainda é a Secção Artística, classes xv a xx do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, cit. "A carência de dados iconográficos do passado, sobre a cidade, o campo, a milícia, o móvel, a roupa, o trato social e doméstico, nos obrigam a tatear em plena sombra por longos séculos", diz Wash RODRIGUES, em "Trajes civis e militares", *Revista do Arquivo Público*, Pernambuco, 1949, p. 197.



É este dos pontos mais desprezados por historiadores e professores brasileiros, quer nos trabalhos de pesquisa, quer nos compêndios. Nos primeiros, deixa-se de mencionar freqüentemente a origem das gravuras, às vezes fonte importante para pesquisas ulteriores. Nos segundos, deixa-se de chamar a atenção dos estudantes para minúcias, ou peculiaridades, de grande interesse para a didática. Compare-se com os bons compêndios estrangeiros. Em 1929, de acordo com a Terceira Assembléia do Comitê Internacional de Ciências Históricas, constituiu-se no Brasil um subcomitê de Iconografia, presidido pelo Dr. Max Fleiuss (RIHGB, t. 106, p. 451 e 513). O plano de classificação do material iconográfico foi aprovado pelo dito comitê em 1930 (RIHGB, v. 165, p. 11). Infelizmente esta iniciativa não teve prosseguimento.

V. ainda, Alberto IRIA, "Inventário da iconografia brasileira no Arquivo Histórico Ultramarino", *Studia*, Lisboa, n.º 16, XI, 1965. Uma *História do Brasil em quadros*, editada pela revista *Mancheie*, em 1963, teve caráter meramente de divulgação popular. Tem servido de fonte para ilustração de muitos trabalhos, posto que nem sempre devidamente mencionada, a obra do dr. B. F. RAMIZ GALVÃO [barão de Ramiz], *Galeria histórica brasileira, 1509-1900*, Rio de Janeiro, Garnier [1900].

Com os aperfeiçoamentos da gravura e da fotografia, a iconografia ganhou maiores dimensões. Para o Brasil o trabalho mais completo sobre o progresso da fotografia é o de Gilberto FERREZ, *A fotografia no Brasil*, Rio de Janeiro, 1953 [Separ. da RPHAN].

Uma especialidade importante da iconografia, porque indicativa do espírito de certas épocas, é a caricatura, hoje em dia muito empregada na ilustração de livros históricos. O mais completo estudo no Brasil é o de Herman LIMA, *História da caricatura no Brasil*, 4 v., Rio de Janeiro, José Olympio, 1963.

Mencionem-se ainda alguns trabalhos especializados: Oswaldo P. da SILVA, *Gravura e gravadores em madeira. Origem, evolução e técnica da xilografia*, Rio de Janeiro, 1941. Sobre a litografia há o trabalho de Pedro Torquato Xavier de BRITO, "Notícia acerca da introdução da arte lithographica e do estado de perfeição em que se acha a cartographia no Império do Brasil", RIHGB, t. XXXIII, 2.ª parte, 1870, p. 21. Um estudo importante é o de Manuel QUERINO, "A litografia e a gravura", RIHGB, n.º 40 (1914). Está incorporado ao livro do autor: *A Bahia de outrora*. Prefácio e notas de Frederico Edelweiss, Salvador, Progresso, 1946 (Col. Estudos brasileiros, série 1.ª, v. 3).

12. Há poucos trabalhos sobre esta especialidade no Brasil. Sobre uniformes militares, v. Gustavo BARROSO e J. Wasth RODRIGUES, *Uniformes do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1922; J. Wasth RODRIGUES, *Fardas do Reino-Unido e do Império*, Rio de Janeiro, 1953 [Separ. do *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis], do mesmo autor: *Trajes civis e militares*

## *Epigrafia, Numismática e outras*

11. As duas partes da arqueologia que mais trouxeram elementos para a história foram a *epigrafia*<sup>(13)</sup> e a *numismática*<sup>(14)</sup>.

Muitas outras ciências, sem pertencerem ao quadro das ciências auxiliares da história, podem trazer contribuições inestimáveis

*em Pernambuco durante o domínio holandês*, Recife, 1949 [Separ. da *Rev. do Arquivo Público*, Recife].

13. Há dois aspectos no estudo da epigrafia brasileira. O primeiro é o das inscrições em pedra, de autoria dos indígenas, que apaixonou vários viajantes. Em trabalho clássico, Alfredo de CARVALHO examinou, uma por uma, as inscrições apresentadas e impugnou-as. (*Prehistoria sul-americana*, Recife, 1910.) Outro aspecto é o das inscrições históricas que começaram a ser colhidas por VALE CABRAL (v. José Honório RODRIGUES, op. cit., p. 299). A respeito, v. os trabalhos de VIEIRA FERREIRA, "Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niterói", *RIHGB*, t. 106, p. 29, e PADBERG-DRENKPOL, "Recordações históricas do Rio através de velhas inscrições latinas", *Boletim do Centro de Estudos Históricos*, t. I, fasc. II, 1936, e t. II, fasc. I, 1937; SILIO BOCCANERA, *Bahia epigráfica e iconográfica*, Bahia, 1928.

A epigrafia brasileira, conforme preceitua Gustavo BARROSO, *Introd. à técnica de museus*, cit., I, 168, compreende três tipos de inscrições: a) rupestres; b) coloniais, e c) modernas. As primeiras espalham-se por todo o país e ainda não mereceram uma interpretação aceitável. As segundas compreendem lápides funerárias ou votivas, assinalando igrejas e outros monumentos. As modernas são abundantes inscrições civis e religiosas raramente brasonadas. Poderão ser úteis, pelas aplicações ao Brasil os trabalhos de M. de OLIVEIRA, *Epigrafia cristã em Portugal*, Lisboa, 1941, bem como os trabalhos de J. M. Cordeiro de SOUSA, *Apontamentos de epigrafia portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1937, e *Inscrições portuguesas de Lisboa, séculos XII a XIX*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940. Acrescente-se Avelino Jesus da COSTA, *Apontamentos de epigrafia*, Coimbra, 1956.

14. A numismática é uma das mais importantes ciências auxiliares da história. A obra clássica portuguesa sobre moedas, que interessa ao Brasil colonial, é a de Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome de reis, regentes e governadores de Portugal*, 3 v., Lisboa, 1874-1880; 2.<sup>a</sup> ed., Porto, 1963. É muito deficiente o estudo desta especialidade em língua portuguesa. É valiosa, porém, a obra de BATALHA REIS, *Preçário das moedas portuguesas de 1140 a 1960*, 2.<sup>a</sup> ep., Porto, 1964. Do mesmo autor: *Cartilha da numis-*

*mática portuguesa*, 2 v., Lisboa, 1946. Não é possível deixar de mencionar as obras de José Leite de VASCONCELOS, *Numismática nacional*, Lisboa, 1888; *Elencho das ligões de numismática*, Lisboa, 1894, e *Da numismática em Portugal*, Lisboa, 1923.

No Brasil o trabalho precursor é de Cândido de Azeredo COUTINHO, *Notícia sobre as moedas do Brasil e seu valor intrínseco*, Rio de Janeiro, 1867. Revestem-se de grande rigor e são freqüentemente utilizados os livros de Julius MEILI, *Das Brasilianische Geldwesen*. 1. Theil, *Die Münzen der Colonie Brasilien, 1645 bis 1822*; 2. *Die Muezen des unabhaegigen Brasilien, 1822 bis 1900*; 3. *A moeda fiduciária do Brasil, 1777 até 1900*, 3 v., Zurique, 1897-1905. Mencionem-se ainda os trabalhos de Miguel Archanjo GALVÃO, *A moeda no Brasil. Histórico e catálogo de uma coleção de moedas e medalhas do Brasil desde os tempos coloniais até 14 de novembro de 1889*. [Separ. da RIHGB, t. 66, 2.<sup>a</sup>, 1905]; Giovanni EBOLI, *A numismática brasileira*, São Paulo, 1907. É clássico também o *Catálogo da coleção numismática brasileira* de Augusto de Sousa LOBO, Rio de Janeiro, 1908. Recentemente devem-se assinalar: Saturnino de PÁDUA, *As moedas brasileiras*, Rio de Janeiro, 1928 (2.<sup>a</sup> ed., 1941); Eusébio de SOUSA, *Numismática cearense*, Fortaleza, 1933; Kurt PROBER, *Catálogo das moedas brasileiras de prata*, São Paulo, 1947; Oswaldo SOARES, "Numismática maranhense", *Geografia e história. Revista do Instituto Hist. e Geogr. do Maranhão*, Ano II, n.º 1, 1948, p. 89; Mário BARATA, *Ensaio de numismática e ourivesaria*, Rio de Janeiro, Pongetti, s. d.; Alfredo Solano de BARROS, "A gênese da numismática brasileira", *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. I p. 89. Do mesmo autor: "O Brasil colonial e seu meio circulante", *ib.*, vol. VI, 1945; Professor Edgard de Araújo ROMERO, chefe da seção de numismática do Museu Histórico Nacional, é autor de alguns trabalhos utilíssimos: "Numismática brasileira", *Casa da Moeda*, revista, n.º 18, 1949; "O meio circulante no Brasil holandês", *Anals do Museu Histórico Nacional*, vol. I; "O Estado do Maranhão e o seu meio circulante", *ib.*, II; "Numismática brasileira. Reinado de D. José I", *ib.* IV; "Reinado de D. Maria I", *ib.*, VI. O estudo sobre o reinado de D. José I apareceu também na *Revista brasileira de numismática*, vol. V (1937). Sobre o Brasil colonial, v. ainda: Álvaro Salles OLIVEIRA, "História numismática do Brasil colonial", *Revista brasileira de numismática*, vol. V, 1937, e Severino SOMBRA, *História monetária do Brasil colonial*. Repertório cronológico, com introdução, notas e carta monetária, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1938.

Em 1940 os numismatas realizaram uma reunião que provocou valiosas contribuições. Dela resultaram os *Anais do primeiro congresso de numismática brasileira*, 2 t., 1937-1940. Publica-se também uma *Revista brasileira de numismática*, em São Paulo, desde 1937.

Outro setor da numismática muito útil à pesquisa histórica é o das medalhas. As obras principais, para o Brasil, são: Cândido de Azeredo

COUTINHO, *Apreciação do medalheiro da Casa da Moeda apresentada na exposição de 1861*, Rio de Janeiro, 1862; Viscondessa de CAVALCANTI, *Catálogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brasil da coleção numismática pertencente à...*, 2.<sup>a</sup> ed., Paris, 1910, 2 v.; Julius MEILL, *As medalhas referentes ao Império do Brasil (1822-1889)*, 1890. Um exemplar deste trabalho, abundantemente anotado em vista de uma segunda edição, existe na Biblioteca do Itamarati. Ver ainda Gilberto FERREZ, *Os irmãos Ferrez da Missão artística francesa*, Separ. do vol. 275 da RIHGB, 1968.

A respeito das medalhas militares, v.: Álvaro da Veiga COIMBRA, "Medalhas militares", *Casa da Moeda*, números de 1949 e 1950; Alfredo Solano de BARROS, "Medalhas militares brasileiras", *Anais do Museu Hist. Nacional*, vol. II; Francisco Marques dos SANTOS, *Medalhas militares brasileiras (Da época colonial ao fim do primeiro reinado)*, Rio de Janeiro, 1937. (Há edição em espanhol, Montevidéu, 1938); do mesmo autor: *A guerra do Paraguai na medalhística brasileira*, São Paulo, 1937; Laurênio LAGO, *Medalhas e condecorações brasileiras. Coletânea de atos oficiais, 1808-1934*, Rio de Janeiro, 1935.

As condecorações, antigamente *ordens de cavalaria*, que se estudavam no capítulo da história religiosa, dado o caráter monacal por elas assumido, em face da completa laicização sofrida, são hoje simples insígnias conferidas pelos governos. Por isso são incluídas entre as medalhas. No Brasil, a obra mais completa é a de Luís Marques POLIANO, *Ordens honoríficas no Brasil. História, organização, padrões e legislação*, Rio de Janeiro, 1943. Sobre a ordem do Cruzeiro, v. *Ministério das Relações Exteriores. Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, Decretos e regulamentos*, Rio de Janeiro, s. d.; *Minist. das Rel. Exteriores. Cerimonial. Lista dos agraciados com a ordem nacional do Cruzeiro do Sul*, Rio de Janeiro, 1970. Sobre as ordens imperiais, v. Artidoro Augusto Xavier PINHEIRO, *Organização das ordens honoríficas do Império do Brasil*, São Paulo, 1884.

Sobre algumas ordens em particular: Gastão PENALVA (pseud. de SETAVANO e José Augusto da SILVA, *Notícia histórica das ordens militares e civis portuguesas*, Lisboa, 1881; J. Vieira da Silva GUIMARÃES, *A ordem de Christo*, Lisboa, 1901.

Sobre algumas ordens em particular: Gastão PENALVA (pseud. de Sebastião de Sousa), "A ordem de Colombo", *Revista numismática*, 1934; cel. Boaventura PEREIRA (pseud. de Francisco Marques dos Santos), "A propósito da Real ordem de Santa Isabel", *ib.*, n.º 1-2, 1936; L. G. d'ESCRAGNOLLE DORIA, "A ordem de Santa Isabel", *ib.*, n.º 3-4, 1937; Orlando Guerreiro de CASTRO, "Influência napoleônica nas insígnias das ordens honoríficas do Império do Brasil", *Anais do 1.º congresso de numismática brasileira*, São Paulo, 1936; Jenny DREYFUS, "D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança" [a propósito das veneras de seu retrato],

aos estudos históricos. Assim, a *geografia* é quase imprescindivelmente estudada para a compreensão do quadro em que se vão desenrolar os acontecimentos<sup>(15)</sup>, bem como sua própria disciplina

*Anais do Museu Histórico Nacional*, vi, 1950, p. 141; Álvaro da Veiga COIMBRA, "A ordem da Rosa", *Casa da Moeda*, n.º 19, 1950, p. 32; do mesmo autor: "Ordem de Santa Isabel", *ib.*, n.º 16, 1949.

As condecorações não são conferidas somente a pessoas, mas também a instituições e unidades militares: v. Francisco Marques dos SANTOS, "Batalhões condecorados com o Cruzeiro na guerra do Paraguai", *Revista do Clube Militar*, número especial do cinquentenário, 1937, p. 245.

15. O estudo da geografia tem sido sempre ligado ao da história. Ainda recentemente Roberto DELORT, *Introduction aux sciences auxiliaires de l'histoire*, Paris, A. Colin, 1969, p. 150, chamava a atenção para o fato de terem convivido quase contemporaneamente na Escola Normal Superior, de Paris, como alunos, em seguida como professores, personalidades como as de Fustel de Coulanges e Ernest Lavisse, espíritos que procederam à renovação tanto da geografia (como Vidal de La Blache, E. de Martonne, A. Demangeon, J. Brunhes e Raul Blanchard), como da história (tal como H. Berr, F. Simiand, L. Febvre e M. Bloch). Assinala que Lavisse colocou como introdução à *História de França*, um quadro geográfico por Vidal de La Blache, ao mesmo passo que H. Berr confiava o primeiro volume de sua *Evolution de l'humanité* a L. Febvre, que, para esta obra, escreveu *La terre et l'évolution humaine*, Paris, 1922.

No caso brasileiro as ligações entre a geografia e a história têm sido íntimas. Citemos de início o padre Aires de Casal que na sua *Corographia brazilica ou relação historico-geographica do reino do Brasil*, Rio de Janeiro, 1817, conforme esclarece o próprio título, versou as duas ciências. A obra de VARNHAGEN está repleta de elementos de ordem geográfica. (V. Armando Ortega FONTES, *Bibliografia de Varnhagen*, Rio de Janeiro, MRE, 1945. (Comissão de estudos de textos de História do Brasil.) O historiador considerado por CAPISTRANO DE ABREU como capaz de emparelhar com Varnhagen no terreno da pesquisa, Cândido Mendes de ALMEIDA, era também grande geógrafo, tendo ensinado geografia e história no Liceu de São Luís. Escreveu entre outras obras geográficas, um notável *Atlas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1868. Quanto ao próprio Capistrano de Abreu, foi professor da cadeira de História e corografia do Brasil no Colégio Pedro II; uma das obras que lhe deu inicialmente uma posição preeminente nas ciências foi a edição condensada da *Geografia física do Brasil*, de J. E. WAPPAEUS, Rio de Janeiro, 1884. Esta tradução, bem como a de SELLIN, em 1889, e a de KIRCHHOF, em 1909, são, segundo o professor José Honório RODRIGUES, a prova de

sua "decisiva orientação geográfica". (*História e historiadores do Brasil*, São Paulo, Fulgor, 1965, p. 39.)

Das especializações geográficas, algumas interessam diretamente a história. Assim, a geomorfologia, que visa não somente à geologia, mas ainda, e sobretudo, aos sistemas de erosão, que dão a terrenos logicamente comparáveis formas completamente diversas; a paleomorfologia, evocando ciclos de erosão que se sucederam no correr dos tempos, ligada assim à climatologia, que é o estudo da temperatura, da umidade, da eletricidade e da química da atmosfera e suas variações, conforme as zonas, as latitudes, longitudes e os tempos; a hidrologia, estudo da ação das águas continentais ou marinhas; a biogeografia, estudo da flora e da fauna, sob a dependência mediata ou imediata do solo e do clima; a ecologia, que mostra a adaptação dos organismos ao meio físico, inseparável do estudo da ação humana (desflorestamento, queimada, caça e extinção de animais selvagens, ameaça ao equilíbrio biológico, expansão de animais domésticos). Mencionemos ainda a geografia humana em geral, que estuda a dominação da superfície do globo, a partir do meio natural. Pode ser considerada, sob o ângulo demográfico, estudando a quantidade, a composição ou a repartição do povo nas diferentes regiões do mundo. O estudo do aspecto social da população, desde as sociedades primitivas, que vivem da colheita, da caça e da pesca, é o campo da geografia econômica, que examina não só o produto da exploração, mas também o trabalho através do qual são explorados os recursos. Exemplos de estudos geográficos básicos para conclusões no campo da história são os do professor Everaldo BACKHEUSER, *Estrutura política do Brasil*, Rio de Janeiro, 1926, e *Problemas do Brasil*, Estrutura geopolítica. O espaço, Rio de Janeiro, 1933.

A cartografia, dispondo hoje de poderosos instrumentos mecânicos de pesquisa, tem trazido valioso auxílio à ciência histórica. A fotografia aérea, por exemplo, tem proporcionado revelações inesperadas aos arqueólogos e pesquisadores.

Outro setor da geografia que ainda não mereceu suficiente atenção de brasileiros é a toponímia, que tem sido objeto de sérios estudos na Europa. (V., p. ex., E. NÈGRE, *Les noms de lieux en France*, Paris, A. Colin, 1963; A. VINCENT, *Toponymie de la France*, Bruxelas, 1937.) Entre nós, o estudo mais importante é o de Theodoro SAMPAIO, *O tupi na geografia nacional*, 4.<sup>a</sup> ed., Introd. e notas de F. EDELWEISS, Salvador, 1955. Muitos elementos se encontram no segundo volume do *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (nomes próprios), de Antenor NASCENTES, Rio de Janeiro, 1952. V. também o precioso trabalho de Luís SILVEIRA, "La toponymie des territoires portugais d'outre-mer", *Studia*, v. I, 1958. Uma descriteriosa revisão de nossa nomenclatura geográfica, alterando nomes tradicionais e impondo uma nomenclatura artificial, extraída de línguas indígenas alheias à região, tirou de nossa toponímia a sua fisionomia autêntica, criando sérios embaraços

auxiliar, que é a *cartografia*<sup>(16)</sup>, o *direito*, para o estudo das instituições; e a *etnologia*, quase sempre vizinha da história em suas investigações<sup>(17)</sup>.

ao pesquisador. Sobre os nomes geográficos, v. a resolução da Conferência de Geografia de 1926, RIHGB, t. 99, p. 442 e 469, como também, t. 106, p. 336. As normas, prescritas pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, derivam da resolução n.º 36, do Diretório Central, de 4 de maio de 1939. Como trabalho geral, v. Eugênio de CASTRO, *Geografia lingüística e cultura brasileira*, Ensaio, Rio de Janeiro, 1937.

16. Se a coordenada cronológica é essencial à ciência histórica, não é possível deixar de localizar o fato também no espaço, lembra um grande especialista. (Charles HIGOUNET, "La géohistoire", *L'Histoire et ses méthodes*, dir. de C. CAMARAN, Paris, Bibl. de la Pléiade, 1961, p. 68.) Daí a importância de uma ciência auxiliar, a geo-história, que é a geografia naquilo que interessa à história. A identificação e a descrição dos cenários em que se desenrolam os acontecimentos.

O grande mestre da cartografia histórica portuguesa foi o 2.º visconde de Santarém, que elaborou preciosos trabalhos derivados de profundas pesquisas em arquivos europeus. Mais recentemente Armando CORTESÃO, estudou magistralmente o assunto em *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (Contribuição para um estudo completo), 2 v., Lisboa, Seara Nova, 1935. Voltou ao tema na obra mais concisa: *Cartografia portuguesa antiga*, Lisboa, Comissão executiva do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, 1960. Coube-lhe, finalmente, dirigir a publicação monumental: *Portugaliae monumenta cartographica*, Lisboa, 1960, vol. 1. Algumas contribuições importantes tem trazido a estes estudos o comandante Avelino Teixeira da MOTA, em vários estudos publicados nos *Anais do Clube Militar Naval*.

No Brasil o primeiro índice valioso de mapas antigos é o que figura no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, cit., 1 Classe, § 7.º. A diretora da Mapoteca do Itamarati, D. Isa ADONIAS, fez no Instituto Histórico, em 28 de maio de 1969, uma exposição sobre a evolução da cartografia: "Mapas, um pouco da sua história", que foi publicada na RIHGB, v. 285 (4.º trimestre de 1969). Da mesma autora são dois úteis trabalhos para conhecimento de nossas riquezas no assunto: *As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, MRE, 1956, e *A Cartografia da região amazônica*. Catálogo descritivo (1500-1961), 2 v., Rio de Janeiro, Inst. Nac. da Pesquisa da Amazônia, 1963. De Jaime CORTESÃO editou ainda o Instituto Rio Branco a importante obra: *História do Brasil nos velhos mapas*, 2 v., Rio de Janeiro, 1865-1871.

## Cooperação das Ciências

12. A rigor não são somente as ciências limítrofes que podem eventualmente servir ao historiador. Todas as ciências sociais,

Alguns trabalhos são essenciais para a compreensão de certas épocas. Assim Orville DERBY, "Estudos cartográficos da primeira fase do descobrimento da América", *Anais do 1.º congresso de história nacional*, v. II, 325, ou o de Rodolfo GARCIA, "Três mapas quinhentistas", RIHGB, t. 87, p. 59.

Com o caráter de divulgação popular, a editora Abril editou em fascículos uma coleção de cartas históricas, com o nome de *Mapas históricos brasileiros*, São Paulo, 1969-1970. Digna de menção é a publicação feita pelo Instituto Nacional do Livro, *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, Rio de Janeiro, 1968, reprodução magnífica do álbum existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e muito provavelmente de autoria do cosmógrafo real Luís TEIXEIRA. A edição foi preparada pelo comandante Max Justo GUEDES. A parte lexicográfica ficou a cargo do professor A.G. CUNHA. Da mesma categoria é a publicação: *Brasil. Costa Norte. Cartografia portuguesa vetustíssima*, dirigida pelo mesmo comandante Max Justo GUEDES, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação geral da Marinha, 1968. Ainda do mesmo especialista é a pesquisa histórica e cartográfica: *Andnimo-Antônio Sanches*, c. 1633. Atribuição da autoria de uma carta náutica original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação, 1970.

Um dos maiores nomes da historiografia brasileira, Afonso d'E. TAUNAY, é autor de um importante *Ensaio da carta geral das bandeiras paulistas*, São Paulo, Melhoramentos, 1926. Organizou, igualmente, uma coleção de mapas históricos: a *Coletânea de mapas da cartografia paulista antiga*, São Paulo, Museu Paulista, 1922 (1.º Centenário da independência nacional).

Sobre os progressos da cartografia e suas contribuições para a pesquisa histórica, v. o que acima foi dito sobre as relações entre a geografia e a história.

17. A bibliografia etnológica do Brasil consta do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* de Rubens Borba de MORAIS e W. BERRIEN, Rio de Janeiro, 1949, complementada pelo erudito trabalho de Herbert BALDUS, *Bibliografia comentada de etnologia brasileira*, Rio de Janeiro, 1954, e, finalmente, do mesmo autor, a *Bibliografia crítica de etnologia brasileira*, São Paulo, Comissão do 4.º centenário, 1954. Mencione-se como instrumento para o estudioso o *Dicionário de etnologia e sociologia*, de autoria do mesmo Herbert BALDUS e Emílio WILLEMS, São Paulo, CEN, 1939. Ainda de Herbert BALDUS, *Tapirapé. Tribo tupi no Brasil central*, São Paulo, 1970 (Brasiliana, Grande formato, 17).



isto é, as que tenham o mesmo objeto material, distinguindo-se pelo objeto formal, são convocadas a colaborar no estudo de uma época. A economia, o direito, a estatística, a política, a sociologia se interpenetram. Torna-se cada vez mais difícil traçar os limites entre elas nas grandes obras coletivas que, gradativamente, apresentam uma visão global dos fenômenos sociais.

Não mais estamos na era em que o labor historiográfico se limitava a um exame de laboratório de fatos, mediante os instrumentos restritos das ciências auxiliares. “Os documentos não são outra coisa senão as marcas exteriores, mais ou menos acidentais, do conteúdo efetivo da história a que se referem. É, pois, necessário saber tirar deles todo o proveito, saber descobrir neles a suma realidade que representam. E aqui se manifesta toda uma série de premissas, muito mais importantes com relação às conclusões. São elas que constituem aquilo que o historiador conhece ou pensa acerca da natureza geral dos fenômenos estudados pela história. Sucede assim que os mesmos documentos dizem coisas muito diversas ao historiador que dispõe de cultura meramente literária e ao que dispõe de cultura jurídica, econômica e sociológica. Um dado estatístico, para o primeiro, não passa de um número; para o segundo pode revelar toda uma ampla situação social de uma cidade ou de um Estado. A descrição de determinado processo criminal pode não passar para um de uma simples curiosidade de erudição. Para outro será um clarão que o lança na pista da reconstrução de toda uma fase típica da evolução jurídica de um povo”<sup>(18)</sup>.

Foi um grande pensador, Emile Boutroux, que chamou uma vez a atenção para a impossibilidade de considerar as ciências como divisões estanques: “A verdadeira ciência não é um sistema de compartimentos construídos de uma vez por todas, no qual se devem alinhar, por bem ou por mal, todos os objetos colhidos na natureza. A ciência é o próprio espírito humano no esforço de compreensão das coisas e, para conseguir atingi-la na medida do possível, trabalhando, adaptando-se e diversificando-se”<sup>(19)</sup>.

Finalmente observemos com um grande pesquisador que o próprio termo “ciência Auxiliar” é hoje ambíguo. “A Classificação de todas essas disciplinas é incômoda. Houve quem propusesse

18. Enrico De MICHELIS, *El problema de las ciencias históricas*, trad. de Vicente P. Quintero, Buenos Aires, Ed. Nova, 1948, p. 61.

19. *Apud* Lucien FEBVRE, *Combats pour l'histoire*, Paris, Colin, 1953, p. 292.

discriminá-las em dois grupos, conforme as relações mais ou menos estreitas com as fontes escritas. Cinco ciências auxiliares seriam assim postas ao serviço do historiador que examina um documento: a paleografia, a filologia, a diplomática, a cronologia e a geografia. Por outro lado a arqueologia, a heráldica, a numismática, a epigrafia e a sigilografia seriam convocadas para facilitar o estudo dos testemunhos históricos fora das fontes escritas. Tal quadro não pode ser admitido sem objeções. Como separar a diplomática da sigilografia? Não são os selos apostos aos diplomas? Por que limitar a arqueologia à explicação de documentos não-escritos, quando tantos textos incluem monumentos, instrumentos e mil objetos cuja compreensão exige o auxílio da arqueologia? Como é possível deixar de colocar a psicologia em primeiro plano na lista das ciências auxiliares?" (Z. Barbu, *Problems of historical psychology*, Londres, 1960.)

"O problema das definições dessas disciplinas não é menos irritante. Há definições que parecem feitas para misturar e confundir as mais simples noções. Reivindicam certos filólogos como deles o estudo de todas as manifestações do espírito humano. Afir-mam os geógrafos ser domínio próprio da geografia tudo que se passa sobre a terra e na terra. E, afinal, não é a história mesma, vista de longe, considerada senão como o capítulo mais recente da história natural?" (É o ponto de vista de Teilhard de Chardin, em *Le groupe zoologique humain*, Paris, 1956, p. 114.) "Eis alguns temas adequados para atingirem, em seus propósitos desencontrados, os historiadores que de boa vontade incorporariam na sua ciência a integralidade do passado planetário: cosmologia, paleontologia, geologia, etc."<sup>(20)</sup>.

E conclui o mestre francês com admirável bom-senso: "Renunciemos, pois, a hierarquizar as ciências auxiliares em relação à história, bem como a fixar-lhes o número. O verdadeiro problema não é, aliás, isolar as ciências. É pelo contrário necessário associá-las para a pesquisa. Todo isolamento seria uma regressão, já que não há ciência autônoma e todas as ciências são solidárias e auxiliares umas das outras"<sup>(21)</sup>.

20. Nem de outra maneira se exprime P. MOUY, *Logique et philosophie des sciences*, Paris, 1944, p. 153. "A história é a narrativa do passado humano e, *latu sensu*, do passado planetário. Mais amplamente ainda, do passado cósmico."

21. LÉON-E. HALKIN, *Initiation à la critique historique*, Paris, A. Colin, 1963, p. 64.

Não é somente na pesquisa que se impõe a cooperação das ciências, mas igualmente no ensino. Eis os motivos pelos quais, sem eliminar as disciplinas existentes, os modernos planos pedagógicos estabelecem os projetos comuns, em que economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores se entreguem a pesquisas harmônicas e paralelas. Na atual lei do ensino, n.º 5.692, e suas complementações, delimitaram-se três grandes áreas de estudos para reunir as matérias do núcleo comum, sendo uma delas os *estudos sociais*. O conteúdo desses seria o ensino da geografia, da história e da organização social e política. As matérias do currículo, diz ainda a lei, serão oferecidas na forma de disciplinas, áreas de estudos e atividades. As disciplinas constituem o ensino e aprendizagem de conhecimentos sistemáticos específicos. As áreas de estudo serão a integração de conteúdos afins, conforme entendimentos entre os responsáveis de mais de uma disciplina. As atividades compreendem o ensino e aprendizagem através de experiências obtidas em situações concretas, próprias para as quatro primeiras séries do primeiro grau<sup>(22)</sup>.

Alguns intérpretes apressados viram nesse plano a eliminação do ensino disciplinar. Foi a essa distorção que os professores de história, em manifestação coletiva, procuraram obviar em documento de importância.

14. Enquanto permanecemos no terreno da pesquisa, classificação e depuração de fontes, trabalho de técnica e perícia, não há nada que separe os pesquisadores. Na elaboração propriamente do texto histórico surgirão, necessariamente, as divergências derivadas da concepção filosófica ou da finalidade que cada historiador tem em vista. A pesquisa congrega os historiadores, a exposição os divide. O conceito filosófico que fazem da história conduz a interpretações diversas, e conseqüentemente a um diverso quadro de valores para o julgamento dos fatos.

Dentro dessa concepção filosófica, dois historiadores licitamente diferenciam-se na interpretação dos mesmos fatos. Nos dados fornecidos pela pesquisa, devidamente apurados por uma competente e honesta crítica histórica, cada historiador pode captar aqueles que estão na mira de sua finalidade. “O presente é quem governa o passado”, disse João Ribeiro, “e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que nos convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho. . . O presente modela e esculpe o seu pas-

22. “Memorial dos professores de história às autoridades do ensino”, 16 de maio de 1972.

sado, levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com as suas vaidades, ou a sua filosofia, a hipótese do mundo antigo”<sup>(23)</sup>.

23. João RIBEIRO, “Discurso de posse no Instituto Histórico e Geogr. Brasileiro”, RIHGB, t. 78, 2.<sup>a</sup>, p. 617 (1915).

O sábio professor aborda aqui um dos mais complexos problemas da historiografia: o comando, por parte do presente, da pesquisa do passado. Neste sentido é que Benedetto CROCE disse que toda história é contemporânea. A verdade, nota Paul RICOEUR (*Histoire et vérité*, Paris, Seuil, 1955), é que cabe ao historiador atribuir um valor histórico ao acontecimento. “O documento não era documento sem que o historiador tivesse em mente dirigir-lhe uma pergunta” (p. 28). É ao historiador que cabe estabelecer uma relação entre os fenômenos que ele destacou: este estabelecimento resulta de uma *concepção ordenadora* que exprime o mais alto esforço do historiador para o encadeamento dos fatos: é o fruto de uma *teoria* (*ib.*, p. 30). Este julgamento preside à *própria escolha dos fatos e dos fatores*, o complexo dos esquemas de causalidade. O historiador não capta senão os acontecimentos que julga importantes. Neste sentido, diz Raymond ARON, “a teoria precede a história”.

Ora, é perfeitamente válido situar, dentro da noção do progresso, a escatologia cristã (*ib.* 81). Para os que crêem na Providência, a história é, sobretudo, a salvação da humanidade. “Não há senão uma história”, diz um escritor de nossos dias, “a salvação dos entes, que Deus empreende com incansável bondade e obstinação. A história do mundo, esta que lemos nos jornais, é o resíduo da história da salvação.” (André FROSSARD, “L’espérance”, entrevista ao *Figaro*, em 31 de julho de 1970.)

A descrição de fatos puros e a acumulação de dados não constitui ciência alguma. “O simples fato de chamar *histórico* a certo fato e a tal dado introduz já, quer o historiador se dê disso conta ou não, todo o *a priori* historiológico na massa do puramente factício e fenomênico.” São palavras de ORTEGA Y GASSET, “Historiologia”, *Goethe desde dentro*, Buenos Aires, 1940, p. 205. E acrescenta este conceito de GOETHE: “Todo fato já é teoria”. Na mesma página lê-se este conceito de HEGEL: “O historiador corrente, medíocre, que crê e pretende conduzir-se receptivamente, entregando-se simplesmente aos dados, não é, realmente, passivo no seu modo de pensar. Traz consigo suas categorias. Através delas vê o que existe”.

Observa ainda RICOEUR que aquilo que permite ao cristão ultrapassar o absurdo aparente dessa história, que tantas vezes se assemelha a uma “história de louco narrada por um idiota”, é que esta história tem um sentido que não é inacessível, que pode ser entendido (p. 98).

Enquanto a história do progresso representa o lado racional da história, e a ambigüidade, no nível existencial, representa o lado irracional, a esperança introduz nela o sentido supra-racional (*ib.*). A relação entre as

15. O interesse pelos fatos históricos varia conforme os problemas presentes, cujas raízes o investigador vai buscar no passado. Daí haver uma história autêntica, no sentido da honestidade da pesquisa e de boa técnica de elaboração, mas que é diversa de outra, cujo ponto de vista é legitimamente diferente. A investigação do passado se faz, quase sempre, no sentido de esclarecer os fundamentos de certos problemas, as causas de determinadas crises. Da diversidade das perguntas resulta, pois, a licitude da variedade nas respostas.

A rigor pode-se dizer que cada geração refaz a história do passado e elabora uma história própria, compatível com a sua mentalidade. Mesmo a história romana, por exemplo, cujas fontes têm sido tão seguidamente estudadas, aparece-nos continuamente com uma nova feição, não somente pela retificação de pontos informativos, mas pela ênfase que se passa a dar a certos problemas e circunstâncias que interessavam menos ao historiador da geração antecedente. Neste sentido cada geração faz a sua filosofia política e a sua história.

Assim, a geração liberal, empenhada na construção de um arcabouço político assegurador da liberdade individual, foi captar, na massa dos fatos da história romana, os que lhe fornecessem um roteiro para a liberdade. Já os doutrinadores do Estado absorvente e unificador encararam preferentemente os elementos formadores do Império. A nossa geração, absorvida pelos problemas resultantes do conflito de classes, vai abeberar-se na mesma fonte para colher as lições da sociedade romana nesse setor. Longe, pois, de constituir a fraqueza da ciência histórica, esse contínuo refazer do passado e a inexistência de uma narrativa definitiva

duas histórias, a profana e a sagrada (ou as Duas Cidades, na concepção agostiniana), só pode ser totalmente esclarecida na consumação dos séculos

Isto nos conduz a uma concepção que ultrapassa a filosofia da história — a teologia da história. A ela dedicou um estudo atualizando-a com as correntes conseqüentes ao Segundo Concílio do Vaticano, mons. Roberto Mascarenhas Roxo, *O Senhor e a história*, Petrópolis, Vozes, 1969.

Os problemas das relações entre o cristianismo e a história são amplamente debatidos pelo padre Henrique C. de Lima Vaz, S.J., *Ontologia e história*, São Paulo, Duas Cidades, 1968. Foi contraditado por Alfredo Lage, *A recusa do ser*, Rio de Janeiro, Agir, 1971.

A teologia da história, segundo mons. Roxo, “surgiu no campo do protestantismo”. Entre católicos a “teologia da história atual nasceu do aproveitamento de descobertas exegéticas válidas no campo protestante” (p. 62).

(expressão sem conteúdo científico) provam a riqueza e a imprescindibilidade da fundamentação histórica de cada concepção política.

16. As soluções históricas, portanto, que o brasileiro vai buscar no passado do Brasil, correspondem às questões diversas do historiador europeu. Enquanto este encara preferentemente a expansão da cultura ocidental, o historiador nativo quer estudar o delineamento e surgimento da nacionalidade brasileira: no campo da política, o problema do conflito entre o localismo e a centralização; no campo da sociedade, a fusão das raças, a movimentação das classes.

É, assim, um erro pensar que algum historiador possa erguer qualquer construção científica sem uma base filosófica. Explícita ou implicitamente, no rumo que tomam as investigações, obedece ele a um roteiro resultante de suas indagações.

17. Varnhagen, por exemplo, é o autor do monumento historiográfico até hoje mais imponente da nossa literatura histórica. De um exame atento de sua obra verifica-se que o autor visou, ao traçar o seu plano, à defesa de dois elementos que ele julgou básicos para o Brasil: — a superioridade da raça branca (donde o plano inferior em que coloca o índio e o negro) e a vantagem da forma monárquica, mantenedora da ordem e da unidade nacional. Esta apologia aparece mais visível no esboço inacabado da *História da Independência*.

Eis, porque é possível prever que a obra do maior historiador brasileiro deva ser superada em nossa geração. O reforço de elementos historiográficos, trazidos sucessivamente às suas páginas pelos dois maiores nomes da ciência histórica que lhe sucederam, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, atualizou-lhe as informações, mas não puderam atualizar-lhe a diretriz geral, em desacordo com a atual mentalidade em face dos problemas raciais e da experiência republicana, que preservou vitoriosamente a estrutura da unidade brasileira dentro do sistema federal,

## 4 — ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

### PRIMEIROS CRONISTAS — A HISTÓRIA OFICIAL.

1. A história brasileira, que hoje encontramos compendiada e exposta em tantos manuais e tratados, foi elaborada lentamente, através do esforço contínuo de escritores, visitantes, cronistas e entidades coletivas, tanto brasileiras quanto portuguesas. O material de que dispõe o historiógrafo moderno para realizar as suas pesquisas foi carregado de várias maneiras: a primeira é a iniciativa governamental. Num país de formação latino-ibérica, como o nosso, o governo tem, em geral, a primazia dos empreendimentos. No campo da história houve, realmente, várias tentativas governamentais, revelando a preocupação, por parte da autoridade, desde o tempo da colônia, em reunir material histórico<sup>(1)</sup>.

2. Assim é que, em primeiro lugar, sob o governo de D. Filipe II, no tempo em que éramos governados pelo rei de Espanha, criou-se o cargo de *Grande cronista das Índias*; para esse cargo foi nomeado D. Antonio de Herrera y Tordesillas (1549-1625), autor da *Descrição das Índias Ocidentais*<sup>(2)</sup>. Esta obra, que a posição

1. Não há ainda um trabalho sistemático e completo sobre a historiografia brasileira. Uma primeira tentativa deve ser a que ocorre no relatório de M. DE ARAÚJO PORTO ALEGRE, apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1858 (RIHGB, t. XXI, 2.<sup>a</sup> ed., p. 464). Um ensaio muito ligeiro encontra-se na introdução da *História do Brasil* de Jônatas SERRANO, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931. A publicação sistemática da bibliografia histórica brasileira começou a ser feita por José Honório RODRIGUES, *Historiografia del Brasil*. Siglo XVI, México, 1957 (Instituto Pan-americano de Geografía e Historia, Comisión de historia, 82), e *Historiografia del Brasil*, Siglo XVII, México, 1963 (*Id.* n.º 93). Trata-se não somente de uma bibliografia, mas de um estudo erudito a respeito de cada obra.

2. Ocorre no segundo volume da *Historia general de los hechos de los castellanos em las islas y tierra firme del mar oceano* (1601-1615), 4 v.,

oficial do autor permitiu que fosse feita à vista das peças arquivais originais, contém numerosas referências ao Brasil, dentro de um contexto altamente apologético da coroa espanhola.

3. Ainda sob o governo de um rei espanhol, foi estabelecido o cargo de cronista-mor do reino de Portugal, existente outrora, e nomeado para o cargo Francisco de Andrade (1540?-1614), guarda-mor da Torre do Tombo. É autor de uma *Crônica de D. João III* (1613), mais valiosa pela linguagem que pela pesquisa, mas bastante criteriosa<sup>(3)</sup>. Foi sucedido por Frei Bernardo de Brito (1569-1617). Este é um dos monges da *Escola Alcobacense* e não goza de nenhum crédito como historiador. Nomeado por carta-patente de 12 de julho de 1614, foi ele um dos colaboradores da obra monumental, a *Monarquia lusitana*. Nela escreveu apenas a primeira parte. Tampouco interessa ao nosso país o grande historiador da mesma série Frei Antônio Brandão (1584-1637), que atingiu o reinado de Afonso III. No mesmo caso está Frei Francisco Brandão (1601-1679) que sucedeu o tio como cronista-mor e, na *Monarquia lusitana*, historiou o reinado do rei D. Dinis. Frei Rafael de Jesus (1614-1693), também continuador da obra e cronista-mor, não nos interessa quanto ao capítulo que nela escreveu sobre D. Afonso IV, mas sim quanto à *Vida do sereníssimo rei D. João IV de gloriosa memória*, Coimbra (1940-1942), prolixa e confusa, mas onde há várias referências ao Brasil. Outro cronista-mor, Frei Manuel dos Santos (1672-1743), prosseguiu na elaboração da *Monarquia lusitana* até o reinado de D. João I. Escreveu também a discutida *História sebástica* (1735), na qual aparecem várias referências às colônias. Segue-se na função de cronista-mor Frei Manuel da Rocha (1676-1744), que não escreveu sobre o período posterior aos descobrimentos. Como se vê, apesar de contar com alguns vultos importantes da historiografia portuguesa, a série dos cronistas-mores não traz grande contribuição para o estudo do Brasil, já que se concentraram seus estudos na primeira fase da história do reino.

4. A preocupação de valorizar o que haviam feito os portugueses levou, porém, o governo, após a restauração, a criar um cargo novo, o de *Cronista do Brasil*. Esta criação foi devida à iniciativa das câmaras municipais. Eis aqui um dos motivos para discordarmos de Capistrano de Abreu quando considera de some-

conhecida como *Décadas de Herrera*, e ainda a *Historia general del mundo del tiempo del señor D. Felipe el Segundo*, Valladolid, 1606.

3. Para os cronistas e historiadores portugueses, v. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Historia breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962.



nos a influência das câmaras municipais. É importante notar que a iniciativa partiu das municipalidades: as câmaras da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de Angola, esta solidária com as brasileiras, de tal modo eram correlatas as atividades americanas e africanas. As câmaras foram atendidas pela provisão régia de 1.º de junho de 1661. Dizia o ato real que seu objetivo era criar um cargo “para que houvesse pessoa que escrevesse e desse à estampa os feitos que, no Brasil, obraram os portugueses”. A essa pessoa facultava-se, então, o acesso à Torre do Tombo, privilégio dificilmente outorgado, e a todos os arquivos portugueses, a esse tempo fechados.

5. O cronista nomeado foi o dr. Diogo Gomes Carneiro. Deveria receber vencimentos vultosos para a época: 200.000 rs por ano, pagos por quotas das câmaras da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Angola<sup>(4)</sup>. Foram minguados os resultados dessa medida. O cronista, nascido em 1618, faleceu aos 58 anos, tendo deixado uma obra escrita que foi oferecida ao rei e examinada por várias pessoas. Frei Francisco Brandão, por exemplo, cronista-mor do reino, como foi dito, leu o trabalho e fez-lhe vários elogios. Mas os originais se perderam. Talvez um dia ainda apareçam em algum arquivo português. Dizem os que viram o manuscrito que não estava caligraficamente perfeito. Eram, talvez, apontamentos ainda não ordenados definitivamente. Mas como o cronista teve acesso aos arquivos portugueses anteriormente ao terremoto que destruiu algumas repartições públicas importantíssimas, como a Casa da Índia, é muito provável que sua obra nos viesse a esclarecer muitos pontos obscuros que constituem enigmas até hoje.

4. O texto da provisão encontra-se no trabalho de VIEIRA FAZENDA adiante citado. Ocorre na publicação, *Arquivo do Distr. Fed.*, v. 1.º, 1894, p. 166. É datada de Lisboa, 1.º de julho de 1661. A signatária, em nome do filho, D. Afonso VI, então menor, é a rainha D. Luísa de Gusmão. Nos *consideranda*, diz a soberana que atende “ao que, por seus procuradores”, representaram “os povos das capitânicas do Estado do Brasil”, pedindo “a exemplo do que se faz na Índia e outros reinos” se criasse um cronista que escrevesse “toda a história do mesmo Estado”. Fora ouvido o cronista-mor, Frei Antônio Brandão, que se manifestara favoravelmente. Deve haver um ato posterior, já emanado do Príncipe-regente D. Pedro (depois D. Pedro II), no qual terá sido incluído o reino de Angola no âmbito do trabalho, porque várias deliberações das câmaras se referem às ordens de *Sua Alteza*. Em Virgínia RAU e Maria Fernanda Gomes da SILVA, *Os manuscritos da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 1956, v. I, doc. 227, há um ato régio de 1658 que não inclui a Angola.

O que nos resta deste empreendimento é uma pilha de requerimentos reclamando o pagamento das contribuições. Ao que parece, os ordenados de Diogo Gomes Carneiro não foram pagos com regularidade porque as câmaras não depositavam as contribuições<sup>(5)</sup>.

5. Sobre Diogo Gomes Carneiro, ver Rodolfo GARCIA, "O cronista do Brasil", *Revista de filologia e história*, v. I p. 52, e nota a VARNHAGEN, *História geral do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed. integral, v. III, p. 151; Alberto SILVA, *O cronista e a crônica do Brasil*, Salvador, 1951 (Centro de estudos baianos), 7; VIEIRA FAZENDA, "O cronista oficial", em "Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro", RIHGB, t. 93, v. 147 (1923), p. 79; Carlos RIZZINI, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1945, p. 223; Alcides BEZERRA, "A filosofia na era colonial", *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 33, p. 63; J. P. Leite CORDEIRO, "Documentos sobre Diogo Gomes Carneiro", RIHGB, n.º 244 (1959), p. 417.

Referências ao pagamento do cronista encontram-se nas decisões do Senado da Câmara da Bahia em 14 e 22 de novembro de 1673. *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara*, Salvador, Prefeitura Municipal, 1950, v. v, p. 112. Tocavam à Bahia 50\$000 rs para a despesa geral. Quanto à Câmara do Rio de Janeiro, ver a provisão de D. Afonso vi em Luís Camilo de OLIVEIRA NETO, "Verbetes para a história do Brasil", em *Documentos da Bibl. Nac. de Lisboa*, Fundo Geral. *Anais da Bibl. nacional do Rio de Janeiro*, v. LI (1929), Rio de Janeiro, 1938, p. 397 e 404. A Câmara baiana, à vista do vulto da despesa, parece ter recuado de suas aspirações iniciais. Ao menos, conforme se vê dos textos das atas, deliberando sobre uma petição do desembargador João de Góis de Araújo, procurador do "cronista deste Estado", entendeu, conforme o parecer do Procurador do Conselho e do Juiz do Povo, "que o dito ordenado se devia entender por tempo limitado e declarado de que pode ser necessário à obra da dita crônica... e não ficar perpétuo este ordenado... por terem cessado as guerras, matéria da dita obra".

Em Portugal o pagamento do ordenado do cronista suscitou um processo administrativo curioso. Procedeu-se a uma diligência suscitada pelo Conselho Ultramarino. Por ordem régia foi designado um perito para examinar o andamento e fixar o valor do trabalho realizado. É o que se lê nas deliberações daquele alto órgão. Em 1672, "indo à sua casa [do cronista], o desembargador João Falcão de Sousa viu vários livros, cadernos e manuscritos que ele tinha comprado, junto e feito". Segundo o dito perito, foi comprovado que na obra, "tão digna de se saber", havia Carneiro feito esforços e despesas "para lhe haver de dar princípio". Considerou o Conselho Ultramarino a necessidade de ser a mesma escrita, "por não haver quem de seus progressos [da colônia] desse as verdadeiras notícias às

nações estrangeiras”. “Para o animar a lhe dar princípio”, disse o magistrado-perito, “deve Vossa Alteza mandar ordenar que, por conta dos anos passados, ou por mercê particular, se lhe dêem 1.000 cruzados, para ajuda de a começar, por ser pobre e ter gastado algum dinheiro na compra de livros e com as pessoas que lhe copiaram outros e escrevessem seus ditados, porque ainda que em seus dias a não conclua, ao menos se aproveitarão os rascunhos e manuscritos, para, por sua morte, a poder continuar e acabar outro qualquer sujeito que Vossa Alteza for servido encarregar dela, porque com eles, tendo as notícias necessárias e juntas, e sem andar mendigando, lhe ficará mais fácil o prosseguir-la.” Curioso é que o Conselho ajunte a circunstância de que “alguns dos príncipes da Europa lhe mandaram oferecer gratificação deste trabalho se quisesse aplicar-se a ele por sua conta para o mandar imprimir em seus reinos, o que não convém à autoridade real e à reputação da nação portuguesa”. O despacho real mandou apressar a contribuição das câmaras. Quanto ao adiantamento, mandou que se lhe dessem 200\$000 rs. Falcão de Sousa ficou encarregado de acompanhar o andamento da obra e, cada seis meses, trazer informado o Conselho. Eduardo de Castro ALMEIDA, *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. v, 1921, p. 128, n.º 777-780.

Gomes Carneiro faleceu em 1676, ignorando-se se perseverou na empresa. Provavelmente não lhe satisfizeram o pagamento dos vencimentos e ele a abandonou.

Note-se que havia também o cargo de Cronista da Casa de Bragança, cargo que só foi extinto em 1816, *Publicações do Arquivo Nacional*, Elenco, 1941, p. 317.

O Almanaque de Lisboa de 1807 (*Almanach do anno de 1807*, Lisboa, na Impressão Régia) reeditado pelo IHGB, em apêndice ao v. 290 da sua revista (1971), consigna sob a rubrica “Cronistas”, na extensa nominata de servidores do Estado, os seguintes: 1) *Da sereníssima Casa do Infantado*, o padre-mestre dr. frei Joaquim Botelho, religioso dos Agostinhos Calçados; 2) *ajudante*, o padre-mestre frei Bernardino de Santa Gertrudes Mosqueira, monge de São Jerônimo; 3) *do Reino, de língua portuguesa* (vago); 4) *do Reino, de língua latina*, padre-mestre Joaquim de Foyo, da Congregação do Oratório; 5) *da Casa de Bragança*, desembargador Antônio Ribeiro dos Santos; 6) *dos Domínios Ultramarinos*, padre Antônio Álvares, da Congregação do Oratório.

Destes, só Antônio Ribeiro dos Santos, lente de Coimbra e membro da Academia das Ciências, deixou valiosas memórias, revelando notável erudição, especialmente a que dedicou à literatura sagrada dos judeus portugueses. “Dedicou-se também a estudos geográficos, cartográficos e marítimos, dentro de uma linha de erudição vasta e, portanto, dispersiva”, diz Joaquim

6. Posteriormente, já no fim do século XVIII, encontramos outra iniciativa governamental em relação à historiografia: a criação do cargo de *Cronista geral do ultramar*. Ainda aqui, se trata de glorificar os feitos dos portugueses. A história teria, assim, o caráter apologético. O cronista nomeado foi Inácio Barbosa Machado (1686-1766), irmão do famoso bibliógrafo Diogo Barbosa Machado. É o autor dos *Fastos políticos e militares da antiga e nova Lusitânia*, t. I (único publicado), Lisboa, 1745.

Foi sucedido pelo padre Francisco José da Serra Xavier que, por alvará de 13 de maio de 1780, teve o encargo de “escrever a história completa e verdadeira das grandes e gloriosas ações obradas pela nação portuguesa na América, África e Ásia”. Tudo isso pelos mesmos 200\$000 réis anuais. Ficou provavelmente, até morrer, cerca de 1803, mais que sexagenário, pleiteando junto ao Tesouro português o recebimento dos vencimentos, sem entregar os originais. Foi, assim, perdido, mais um esforço governamental em favor da elaboração de uma história brasileira.

7. Já no Brasil independente tivemos dois cronistas oficiais. O primeiro foi José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cairu (1756-1835), figura respeitabilíssima, e que escreveu, realmente, uma história de que adiante nos ocuparemos. Não recebeu vencimentos. Mas, para desempenho de seu encargo, foi dispensado do exercício de várias funções públicas que ocupava (e eram importantes).

O outro cronista oficial foi o português naturalizado, ou melhor, baianizado, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, autor das *Memórias históricas da Bahia*, de que também se tratará adiante e que morreu sem dar cumprimento a seu encargo pelo completo desestímulo do Governo<sup>(6)</sup>. Mencione-se ainda o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que recebeu a nomeação de *Cronista do Império*. Mas os *Anais* que prometeu elaborar nunca vieram à luz. Deles dizia, segundo Blake (*Diccion. bibliogr.*, IV, 113), que “a exemplo de Menandro, estavam prontos, só faltava escrevê-los”. Tal o melancólico epílogo das tentativas de história oficial.

Veríssimo SERRÃO, *Historiogr. portug.*, cit., p. 238. Mas a crônica dos domínios ultramarinos, em que se estudaria o Brasil, não apareceu.

6. “Baldo de recursos”, diz VIEIRA FAZENDA, “Accioli veio para o Rio de Janeiro em companhia de um amigo, em busca de algum emprego. Aqui lutou com a adversidade. Foi sempre socorrido por seu bom amigo Melo Moraes, pai. Depois de muito esperar, o governo mandou dar ao ilustre homem de letras cem mil-réis mensais com a condição de escrever a história contemporânea. Completamente valetudinário, Accioli, fazendo das fra-

8. Também nas províncias pensou-se, algumas vezes, em estabelecer um cronista. Pereira da Costa<sup>(7)</sup> menciona uma tentativa de criação do cargo de cronista de Pernambuco já em 1867. A Assembléia Provincial, porém, rejeitou a idéia, provavelmente porque já estava ultrapassada a época das histórias oficiais.

9. Ao lado das tentativas diretas de escrever a história por meio de cronistas oficiais, tomou, também, o Governo várias providências no sentido de recolher material histórico; estas medidas foram às vezes muito importantes. Se não houve grande êxito na elaboração das crônicas, outro tanto não se poderá dizer com relação à garantia dos documentos.

O decreto de 30 de setembro de 1628 determinou a apresentação da relação exata *por diário* dos negócios concluídos e por concluir aos vice-reis, governadores e embaixadores. Essa é a origem de uma série de *diários* que encontramos nos arquivos portugueses. Não são de iniciativa individual: é uma determinação governamental e tem servido de base a muitos estudos. Em complemento ao citado decreto, a carta-régia de 31 de outubro mandou que todas as pessoas que abandonassem os cargos administrativos elaborassem relatórios sobre o estado em que ficavam os respectivos serviços, sob pena de não pagamento dos últimos vencimentos. São medidas que revelam o espírito historial, como então se dizia, da administração metropolitana.

10. A carta-régia de 20 de julho de 1782 determinou aos ouvidores de comarcas que promovessem, nas câmaras municipais

quezas forças, escreveu um volume que foi entregue em manuscrito ao ministro do Império. Foi-lhe tirada a subvenção e o velho historiador morreria na miséria e no abandono se não encontrasse sempre a alma generosa de Melo Moraes. Trouxe-o para sua casa, onde Accioli, ralado de desgostos, expirou nos braços deste verdadeiro e generoso amigo.” VIEIRA FAZENDA, “Cronista oficial”, “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”, RIHGB, t. 93, v. 147, Rio de Janeiro, 1927, p. 79.

7. PEREIRA DA COSTA foi o primeiro que tratou sistematicamente deste tema em importante conferência publicada, sem nenhum destaque, na RIHGB, tomo 71, parte 2.<sup>a</sup>, p. 501. Em 1827, o presidente da província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois visconde de Suaçuna, nomeou uma comissão com a incumbência de escrever a *História e antiguidades da província de Pernambuco*, composta de Bernardo Luís Ferreira, fr. Inácio de São Francisco Xavier, João Francisco Bastos, fr. Miguel Joaquim Pegado, fr. Carlos de São José, Manuel Inácio de Carvalho e João Carneiro da Cunha. PEREIRA DA COSTA, *Anais pernambucanos*, IX, Arquivo Público Estadual, 1965, p. 256.

sob suas jurisdições, a elaboração de memórias anuais dos fatos mais dignos de história, memórias essas a cargo do segundo vereador na ordem da votação. Examinadas e aprovadas pela câmara, essas memórias seriam registradas em livros especiais. Os ouvidores, ao fazerem as correições, deviam ter particular inspeção sobre esses livros<sup>(8)</sup>. E realmente existiram em várias câmaras esses livros com registros dos acontecimentos anuais. Seu desaparecimento é relativamente recente. Uma das mais preciosas memórias que possuímos hoje, — a notícia sobre o Aleijadinho, redigida pelo mineiro Rodrigo José Ferreira Bretas, — tem origem num documento desse tipo. Foi o vereador Joaquim José da Silva que, em 1790, ainda em vida do artista, registrou os principais dados de sua biografia e de sua obra. Nele se baseou Bretas amplamente, reproduzindo longo trecho do documento original<sup>(9)</sup>.

8. Carta-régia na íntegra na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VII, 1902, p. 437.

9. Judite MARTINS, "Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa", *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 3, 1939, p. 178.

## 5 — CENTROS DE ATIVIDADE HISTÓRICA

### ACADEMIAS — SOCIEDADES CIENTÍFICAS

1. Outra maneira de incentivar a pesquisa histórica foi a fundação e a proteção a academias, forma de agremiação que se generalizou no correr do século XVIII<sup>(1)</sup>. O grande tema dos estudos da maior parte dessas associações era a história. Portugal, preocupado com as glórias do passado, sempre dedicou às suas academias um cunho especialmente histórico.

#### *Academia Real da História*

2. A maior delas, a que deixou maior fama, foi precisamente a Academia Real da História, surgida em 1720, e que funcionou com pompa extraordinária. Foi fundada pelo conde de Ericeira e teve desvelada proteção do rei grandioso que foi Dom João V. As edições dessa academia marcaram época na evolução da tipografia portuguesa. São, em geral, magníficos in-fólios, em papel

1. Data de 1700 a Academia de Berlim, fundada por FREDERICO I, na qual a História constituía a 3.<sup>a</sup> classe. A de História, de Lisboa, de que adiante se tratará, é de 1720. A Real Academia de Madrid foi fundada em 1713 por FILIPE V; a de Estocolmo, em que a 6.<sup>a</sup> classe é destinada à História, é de 1739; a Sociedade Real de Arqueologia e História de Londres é de 1751; a de Baden, fundada pelo príncipe CARLOS TEODORO, é de 1755; a de Nápoles, de 1775. Em França, além da Academia de Letras (1635), há a *Académie des Inscriptions et Belles Lettres* (Petite Académie), fundada por Colbert, a princípio destinada somente a elaborar dísticos para tapeçarias e medalhas, mas que se transformou numa academia de história. RACINE e BOILEAU ali figuraram como historiógrafos da coroa. A Academia de Ciências Morais e Políticas, fundada pela Convenção em 1795, tem acolhido muitos historiadores.

de primeira ordem, com um luxo tipográfico que encanta os bibliófilos. Gozavam do privilégio excepcional de estarem isentas da licença do Desembargo do Paço<sup>(2)</sup>.

Em 1721, logo após a fundação, remeteu ela importante questionário aos bispos, aos cabidos, às ordens religiosas, às câmaras municipais, aos provedores, acerca de assuntos históricos. Representavam as respostas dessas entidades abundante material para a história local e destinavam-se à elaboração de um arquivo de informação para uso dos acadêmicos. Este questionário foi enviado juntamente com os ofícios do Governo, e sua resposta foi considerada "Serviço de Sua Majestade". Foi, assim, um inquérito de caráter oficial, destinado à elaboração de uma *História eclesiástica e secular do reino de Portugal e suas conquistas*. Além disso ordenou o rei que se remetessem à Academia cópias e traslados dos documentos que pudessem interessar aos encarregados daqueles empreendimentos.

Não foi perdida essa iniciativa. Pereira da Costa, de quem extraímos a maior parte destes dados, cita como fruto dessa medida a carta do Deão do cabido de Olinda, Dr. Nicolau Pais Sarmiento, ao secretário da Academia, cujo registro foi encontrado, na íntegra, por J. M. Figueira de Melo, no livro especial da Câmara Eclesiástica de Olinda, datada de 1723. Este documento constitui a base das informações para a história da igreja em Pernambuco. Em outros arquivos eclesiásticos devem encontrar-se documentos equivalentes.

Entre as publicações da Academia, enumeram-se algumas até hoje utilizadas, como a *Biblioteca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, 4 v., Lisboa, 1721-1741, e a monumental *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, de Dom Antônio Caetano de Sousa, 13 v., e 6 suplementares de provas, Lisboa, 1735-1748.

A essa Academia devem-se inestimáveis serviços em matéria de arquivologia. Por sua iniciativa tentou-se, pela primeira vez, a catalogação dos papéis portugueses arquivados em Simancas<sup>(3)</sup>.

2. Decreto de 29 de abril de 1722.

3. A Carta-régia de 31 de março de 1722 remeteu ao governador-geral uma memória impressa sobre a Academia e ordenou ao arcebispo, cabido e prelados o envio, extraído dos arquivos, dos documentos que interessassem à "constituição da História portuguesa eclesiástica e secular do Reino" (*Anais do Arquivo Público da Bahia*, v. xxxii, 1952, p. 105, n.º 37). A Carta de 14 de maio de 1723 reiterou essas recomendações (*ib.*, 142). Em 14 de novembro de 1722 escrevia o governador Vasco Fernandes César de MENESES aos prelados das religiões da Bahia, ao Senado da Câmara "Sobre o



3. As causas do malogro desta academia tão prestigiada estão sintetizadas pelo visconde de Cairu em nota à sua introdução à *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*: “Causa espanto o ver-se que tantos literatos que entraram nesta Academia se desvelassem principalmente em orações panegíricas uns dos outros, e em estilo tão afetado e bombeiro, que só manifesta o mau gosto do tempo. Presentemente é intolerável a lição dessas composições, impressas por ordem real em grossos volumes in-fólio, em que quase nada há que aprender de importante ao objeto da instituição” (4).

que pertence à Academia Real da História Eclesiástica e Secular do Reino e suas conquistas”. E explica a cota do escrevente: “Ao provincial da Ordem de N. S. do Monte do Carmo, ao da Companhia de Jesus, ao dos Carmelitas Descalços, ao abade-geral da Ordem de São Bento, ao provincial de Santo Antônio dos capuchos”, ABN, xv, parte 1-2 (1887-1888), Rio de Janeiro, 1892, p. 146. Ao governador do Rio de Janeiro era dirigido igualmente o aviso de 29 de maio de 1722, ordenando que se remetessem documentos que fossem úteis para a composição da obra intitulada *História eclesiástica e política do reino de Portugal*. Acompanha o aviso uma memória impressa e cópia de uma carta sobre o mesmo assunto, PAN, I, 322. Ainda em 1782 uma provisão régia, expedida pelo Conselho Ultramarino aos governadores, a 20 de julho, insiste na elaboração das “memórias anuais, dos novos estabelecimentos, fatos e casos notáveis e dignos de história que tiverem sucedido desde a fundação dessa capitania”, Octávio IANNI, *As metamorfoses do escravo*, São Paulo, 1962, p. 19 (Coleção Corpo e alma do Brasil, v. VII). Ver os ofícios de Vasco F. César de Meneses, depois conde de Sabugosa, para o capitão-mor do Espírito Santo e para o governador do Rio de Janeiro, de 24 de dezembro de 1722, em *Documentos históricos*, LXXI, p. 194-195. V ainda fr. João de ASSUMPÇÃO, “Memória do Convento do Carmo para se remeter às academias reais [sic] de Lisboa”, São Paulo, 1723. *Documentos interessantes*, São Paulo, XXXII (Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Meneses), 1901, p. 248. A 18 de setembro de 1723 informava o governador que “o acadêmico real Sebastião da Rocha Pita se responsabilizou pela aquisição de todas as notícias da América, para a composição da sua história, já bastante adiantada, de que seguiriam as cópias para o reino”. (*Anais Arqu. Públ. da Bahia*, v. XXXII, 1952, p. 142, n.º 158.)

4. Hélio VIANNA, “À primeira versão da Introdução à História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil”, do Visconde de CAIRU, separata do n.º 53 da *Revista de História de São Paulo*, 1963, p. 35.

A atual Academia Portuguesa da História, criada por decreto-lei n.º 26.611, de 19 de maio de 1936, destina-se a ressurgir a antiga Academia Real da História.

### *Academia dos Esquecidos*

4. Por influência da academia portuguesa, e sob a proteção do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses (mais tarde conde de Sabugosa), o mesmo que providenciara a respeito da remessa da documentação histórica acima referida, fundou-se na Bahia, em 1724, a *Academia dos Esquecidos*, que tinha por “matéria geral de seus estudos a História Brasileira”<sup>(5)</sup> dividindo o seu plano em quatro partes: a natural, a militar, a eclesiástica e a política<sup>(6)</sup>. Esta academia desapareceu em 1725.

5. Em 1759 uma nova academia, ainda sediada na Bahia, a dos *Renascidos*, estabelecia como objetivo a realização das “Memórias para a história universal da nossa América, que se hão de escrever em língua portuguesa”. Consta dos papéis dessa associação que chegou a ser feito um vasto plano da obra monumental, distribuindo-se por especialistas vários capítulos da história brasileira, iniciando-se ativamente as pesquisas. A extinção da Companhia de Jesus, a que pertenciam grande parte dos acadêmicos fez cessar os esforços dos fundadores.

5. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820/22*, v. 1, t. 1, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1969, 17 t. planejados, sob a direção do prof. Aderaldo CASTELO; deles, cinco já aparecidos.

6. A academia chamou-se, aliás, *Academia da História do Brasil*, com o título *dos Esquecidos*. Cada acadêmico tinha uma especialidade. Mas “Dar do Brasil na Bahia / uma história universal / é todo o fim principal / desta nobre academia”, diz o início de uma das décimas anônimas que constam de seus papéis. Sobre o tema fez um soneto o acadêmico Sebastião da Rocha Pita que assim começa: “Nesta ilustre Academia a quem a História / e a poesia hão de dar o fundamento”... Gonçalo Soares da FRANCA estava encarregado de escrever a história da Igreja, lente que era de história eclesiástica. Desempenhou-se galhardamente da incumbência em trabalho inédito, que virá à luz na coleção a que nos referimos. O dr. Inácio Barbosa MACHADO era “mestre de História Militar” na Academia: *Brasilica bella scribentem*. Por isso é ela chamada por diversas vezes *Academia de História do Brasil*, I, 41, 91, 93, 94, 115, 116, 125. Aderaldo CASTELO, *O movimento academicista do Brasil*, São Paulo, 1969. V. ainda MAX FLEIUSS, “As principais associações literárias e científicas do Brasil”, *Páginas brasileiras*, Rio de Janeiro, 1919, p. 379.

## *Academia Real das Ciências*

6. Em 1779 uma nova instituição portuguesa deu alento aos estudos históricos. Em vista da decadência da antiga *Academia Real da História*, por iniciativa do duque de Lafões, e sob o patrocínio da rainha D. Maria I, fundou-se a *Academia Real das Ciências* de Lisboa, até hoje existente. Gozou, como a precedente metropolitana, de inúmeras regalias e reuniu importante arquivo e biblioteca. A ela se devem coleções valiosas de memórias históricas, especialmente a série chamada *Memórias de literatura*, em 8 v., com preciosos elementos para o estudo do governo português. Mencionem-se ainda a *Coleção de inéditos de história portuguesa* e a *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, bem como os *Opúsculos*, relativos à história das navegações. Todas essas publicações são fundamentais para o estudo da era dos descobrimentos. Não é possível deixar de referir ainda os *Portugaliae monumenta historica*, dirigidos por Alexandre Herculano(?).

7. No período final da colônia muitos brasileiros colaboraram ativamente nas atividades da Academia de Lisboa, entre eles José Bonifácio, que foi ali secretário-geral. Mas o movimento da independência fez logo surgir a idéia da necessidade de ser fundada uma associação brasileira que cuidasse de reunir os elementos para uma história nacional. Assim, em 1821, sob o patrocínio do Príncipe-regente D. Pedro, e presidência do conde de Palma, tendo como secretários Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, fundou-se a *Academia Fluminense das Ciências e Artes*, que tinha como uma das suas finalidades estudar a história do Brasil e sua estatística. As lutas pela Independência, então no auge, absorveram de tal modo os fundadores que aquela instituição pereceu em pouco tempo.

## *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

8. Foi só na era regencial, em 1838, que no seio de uma instituição patriótica e educativa brasileira, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o brigadeiro Raimundo da Cunha Matos e

7. Christovam AYRES, *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, 1927; *III jubileu da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, 1931; Antônio BAIÃO, *A infância da Academia (1788-1794)*, Lisboa, 1934.

o cônego Januário da Cunha Barbosa propuseram a criação de um *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, logo instalado a 2 de outubro. Desde então tornou-se este Instituto o maior centro de atividade histórica do Brasil<sup>(8)</sup>. Gozando de grande prestígio nos meios ilustrados e na sociedade brasileira (em grande parte pela extrema dedicação do imperador D. Pedro II), o Instituto foi, durante o Império, a grande academia, a que procuravam pertencer os homens de cultura. Além de manter valiosíssima biblioteca e precioso arquivo, realizou sempre conferências, cursos, exposições e, acima de tudo, manteve uma excelente revista, que é hoje a publicação cultural mais antiga da América. Além dos 290 volumes da série ordinária, conta ela inúmeros tomos especiais. Editou ainda o monumental *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, comemorativo do Primeiro Centenário da Independência, Rio, 1922, infelizmente incompleto, constante apenas de dois volumes.

9. Uma das principais atividades do Instituto consistiu na realização dos congressos de história. O Primeiro Congresso de História Nacional reuniu-se em 1914. Seus *Anais* compreendem cinco tomos (Rio de Janeiro, 1915-1917), e contêm algumas colaborações preciosas. Nele, pela primeira vez, historiadores de todas as correntes, desfeitos os ressentimentos resultantes da mudança de regime, colaboraram cordialmente no estudo dos problemas do passado.

Em 1922 reuniu-se o *Primeiro Congresso de História da América*. O *Segundo Congresso de História Nacional*, realizado em 1931, tem seus *Anais* publicados em cinco volumes. Do *Terceiro Congresso de História Nacional*, realizado em 1938, também resultaram importantes *Anais*, publicados em dez volumes. Finalmente o *Quarto Congresso de História Nacional* reuniu-se em 1949 e seus trabalhos constam de treze volumes.

Em 1963 convocou o Instituto um *Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro*. Os *Anais* compreendem quatro tomos, publicados entre 1966 e 1967.

Em 1968 reuniu um colóquio comemorativo do Quinto centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, com a participação de vários especialistas portugueses, americanos, argentinos e uru-

8. Max FLEIUS, "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (Cem anos bem vividos), in *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, 1938, v. VII, Rio de Janeiro, 1942, p. 203.

guaios. Seus debates constam do tomo da *Revista* correspondente ao segundo trimestre de 1970. (n.º 287).

Muitas das teses e memórias constantes da RIHGB e dos *Anais* dos Congressos referidos apareceram posteriormente em forma de livros e são peças fundamentais da bibliografia da História do Brasil.

### *Academia Brasileira de Letras*

10. Ainda no âmbito nacional é preciso mencionar as atividades da *Academia Brasileira de Letras*, fundada em 1896, cuja revista é de grande valor, mas que, especialmente no campo da história, merece menção pela preciosa série de publicações que, sob o título de *Coleção Afrânio Peixoto*, compreende alguns livros clássicos da História nacional.

### *Institutos Históricos*

11. A exemplo do Rio de Janeiro, organizaram-se em quase todos os Estados, Institutos Históricos à feição do da capital. Assim, o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, de *Minas Gerais*, do *Rio Grande do Sul*, etc. O título e a organização do quadro dos sócios diferem, porém, de um para outro. O do Ceará chama-se simplesmente *Instituto do Ceará*; o da Bahia chama-se *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*; o de Pernambuco chama-se *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico*, título que, por algum tempo, também ostentou o de Alagoas; em Petrópolis existe um *Instituto Histórico de Petrópolis*. Quase todos estes institutos promovem publicações, algumas de alto valor informativo e documental, não só a respeito da história regional como da história nacional. Mencionem-se as valiosas coleções de revistas dos institutos de São Paulo, de Pernambuco, da Bahia, do Ceará, de Alagoas e do Rio Grande do Sul.

### *Instituto Pan-americano de Geografia e História*

12. Merece destaque, pela colaboração de brasileiros e pela parte destinada ao Brasil em suas atividades, o *Instituto Pan-americano de Geografia e História*, criado pela Sexta Conferência Interamericana dos Estados Americanos, sediado no México, em prédio

cedido pelo Governo, onde se reuniu a assembléa preliminar e se aprovaram os estatutos. A assembléa inaugural realizou-se no Rio de Janeiro em dezembro de 1932<sup>(9)</sup>. O Instituto Pan-americano não funciona à maneira de academia, mas de centro organizador de pesquisas e publicações. Organizou comitês especializados, sediados em diversas capitais dos estados americanos e tem feito publicações numerosas, algumas delas referentes ao Brasil. Acima de todas a *Revista de Historia de América*, modelarmente editorada<sup>(10)</sup>.

9. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume especial, Assembléa inaugural do Instituto Pan-americano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1933. As atas das sessões e as memórias apresentadas ocorrem em 4 v. especiais da mesma revista, 1934-1942.

10. Mencionemos: Virgílio CORRÊA FILHO, *Missões brasileiras nos arquivos europeus*, México, 1952; Rodrigo Melo Franco de ANDRADE, *Brasil, monumentos históricos e arqueológicos*, México, 1952; *La enseñanza de la historia en Brasil*, por Virgílio CORRÊA FILHO, Arthur Cezar Ferreira REIS, Hélio VIANNA e de Eremildo VIANNA, México, 1953. Do *Programa de História de América*, série de volumes que vem sendo elaborada por um comitê especial, estão prontos os três volumes relativos ao Brasil: 1) Emílio WILLEMS, *América pré-colombiana*, 1953; José Honório RODRIGUES, *Era colonial*, 1953, e Américo Jacobina LACOMBE, *Era nacional*, 1955.

A série denominada *Bibliografias* compreende estudos para pesquisadores, como o *Guia bibliográfica para la enseñanza de la historia en Hispano-América*, por Maria del Carmen VELAZQUEZ CHAVEZ, México, 1964, e *La emancipación latinoamericana*. Estudios bibliográficos, Por R. A. HUMPHREYS et al., México, 1967.

A coleção *Estudios de historia* contém, entre outros, os seguintes trabalhos básicos para a história continental: *Contribuciones a la historia municipal de América*, de Rafael ALTAMIRA et al., México, 1951, e, do mesmo autor, o *Diccionario castellano de palabras jurídicas y técnicas tomadas de la legislación indiana*, México, 1951.

A coleção *Fuentes documentales para la historia de la independencia de América* iniciou-se com um exaustivo estudo de Ricardo DONOSO, *misión de investigación en los archivos europeos*, México, 1960.

Dos *Guias* já publicados, destacam-se os que se referem às *Instituciones que cultivan la historia de América*, de Carlos BOSCH GARCÍA, 1949 e o das *Personas que cultivan la historia de América*, de Juan ALMELA MELIÓ, 1951, e Juan Domingo VIDARGAS DEL MORAL, 1967.

Publicou, igualmente, o Instituto os guias de documentos microfilmados pela unidade móvel de microfilme da UNESCO: *Geral*, 1963; *Barbados*, 1965; *Honduras*, 1967, e *Peru* (em preparação).

13. A tendência para estudar em conjunto os problemas de formação dos países americanos em paralelo com os demais, já fora ressaltada pelo sábio beneditino francês, Frei Camilo de Montserrat, diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ao tratar da criação de uma cadeira de História do Brasil, observava o eminente erudito que “en faisant de l'histoire et de la géographie du Brésil l'objet d'un enseignement spécial, il serait nécessaire d'en élargir un peu les limites et de n'en pas séparer ce qui concerne le reste de l'Amérique”. E adiante: “La plupart des problèmes de l'histoire du Brésil ne sauraient être traités et résolus d'une manière plus ou moins définitive sans le concours des données fournies par l'histoire des autres états du nouveau monde”(11).

Uma série notável é a dos estudos acerca dos grandes historiadores da América por autores contemporâneos, que já conta 12 volumes.

As *Historiografias americanas* já contam 8 v. José Honório RODRIGUES é o autor de dois tomos: *Historiografía del Brasil, séc. XVI, 1957, e séc. XVII, 1962.*

Seguem-se os *Manuales de técnica de la investigación de la historia y ciencias afines*, em que apareceram: Rafael ALTAMIRA, *Manual de investigación de historia del derecho indiano*, 1948; Juan ALMELA MELIÁ, *Manual de reparación y conservación de libros, estampas y manuscritos*, 1949 e o *Album de paleografía hispanoamericana de los siglos XVI y XVII*, de MILLARES CARLO e Ignacio MANTECÓN, 1955, já referido.

As *Memorias sobre la enseñanza de la historia en América* já atingiram 11 volumes, entre os quais o brasileiro, de Virgílio CORRÊA FILHO *et al.*, já referido.

As *Misiones americanas en archivos europeos* já alcançam 12 volumes, entre os quais o de Virgílio CORRÊA FILHO, também assinalado.

Na série *Monumentos históricos y arqueológicos de América*, que já conta 15 volumes, escreveu Rodrigo Melo Franco de ANDRADE o relativo ao *Brasil, monumentos históricos e arqueológicos*, 1952.

Ao exaustivo trabalho de Lino Gomez CANEDO, *Los archivos en la historia de América*, 1960, publicado em avulso, já nos temos referido várias vezes:

Há ainda diversas publicações periódicas, dos diversos comitês: de *Arquivos*, de *Folclore*, de *Historia de las ideas* e de *Orígenes del movimiento emancipador*.

11. B. F. Ramiz GALVÃO, “Frei Camillo de Montserrat. Estudo biográfico”, ABN, XII (1884-1885), Rio de Janeiro, 1887, p. 391.

## *Congressos de História*

14. Conhecidos os principais centros de atividade histórica do Brasil e relativos ao país, não é possível deixar de mencionar os congressos históricos que têm fornecido oportunidade a diversas contribuições documentais e científicas de valor.

Convocados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reuniram-se, como foi dito, quatro Congressos de história do Brasil (1914, 1931, 1938 e 1949) e um Congresso de História da América (1922)<sup>(12)</sup>.

15. Em 1935 reuniu-se em Porto Alegre um Congresso de história comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha, de que se publicaram importantes anais<sup>(13)</sup>. Em 1937, outro congresso, o segundo de História e Geografia Sul-rio-grandense. O terceiro, comemorativo do bi-centenário da colonização de Porto Alegre, é de 1940. Houve quarto em 1946<sup>(14)</sup>.

16. Em 7 de fevereiro de 1944 reuniu-se em Curitiba um Congresso de História da Revolução de 1894, do qual se imprimiram os anais pelo Museu Paranaense da mesma cidade em 1944<sup>(15)</sup>. O segundo congresso comemorativo da História da Revolução de 1894 reuniu-se em Belo Horizonte (a propósito do centenário do general Gomes Carneiro), em novembro de 1946<sup>(16)</sup>.

12. O primeiro Congresso de História Nacional (de 7 a 16 de setembro de 1914),

O segundo (de 7 a 14 de abril de 1931),

O terceiro (de 19 a 28 de outubro de 1938).

O quarto (de 21 a 28 de abril de 1949),

O primeiro Congresso de História da América (de 8 a 14 de setembro de 1922).

13. *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense*, Porto Alegre, 1935, 3 v.

14. *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense*, Porto Alegre, 1937, 3 v.

*Anais do Terceiro Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*, comemorativo do bicentenário da colonização de Porto Alegre, Porto Alegre, 1940, 4 v.

*Anais do Quarto Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense*, Porto Alegre, 1946, 2 v.

15. *Congresso de História da Revolução de 1894*, Curitiba, Museu Paranaense, 1944. (Comemorativo do centenário do cerco de Lapa.)

16. Uma extensa notícia do Congresso encontra-se na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. III,



17. Em 1947 reuniu-se em São Leopoldo um congresso histórico e geográfico<sup>(17)</sup>.

18. Em Florianópolis realizou-se em 1948 o Primeiro Congresso de História Catarinense, comemorativo do segundo centenário da colonização açoriana<sup>(18)</sup>.

19. Também provocaram salutar movimento nos meios históricos, o primeiro Congresso da História da Bahia, comemorativo do centenário da cidade do Salvador<sup>(19)</sup>. Em 1952 reuniu-se, na mesma cidade, o segundo Congresso da História da Bahia, comemorativo da chegada do primeiro bispo<sup>(20)</sup>.

20. No ano de 1954 dois congressos históricos atraíram os estudiosos, um em Pernambuco, comemorativo da expulsão dos holandeses<sup>(21)</sup>, outro em São Paulo, comemorativo do Quarto Centenário da fundação da cidade<sup>(22)</sup>.

### *Colóquios Luso-brasileiros*

21. Um outro tipo de reuniões tem interessado vivamente os estudiosos de História. São os Colóquios Internacionais de Estudos Luso-brasileiros, nos quais se abre amplo espaço para o setor histórico. O primeiro reuniu-se em Washington, de 15 a 20 de outubro de 1950, sob o patrocínio da Biblioteca do Congresso e da

1948, p. 28, 257, 266 e 279. V. ainda o opúsculo: *II Congresso de História da Revolução de 1894*, Belo Horizonte, Inst. Hist. e Geogr. de Minas Gerais, 1946. (Comemorativo do centenário do General Gomes Carneiro.)

17. *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*, Porto Alegre, Globo, 1947.

18. Dos Anais apareceu somente o v. II (Trabalhos da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> secções), Florianópolis, 1950.

19. *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*, Salvador, IGHB, 5 v. 1950-1955.

20. *Anais do segundo Congresso de História da Bahia*, Salvador, IGHB, 1955, 1 v.

21. *Tricentenário da Restauração Pernambucana*. Regimento do Congresso Comemorativo, Recife, 1953; Gastão de BETENCOURT, *Tricentenário da Restauração Pernambucana*, Coimbra, 1955. (Da página 93 em diante, notícia do Congresso.)

22. Vide a notícia sobre o congresso por Thomaz Oscar Marcondes de SOUSA na *Revista de História*, São Paulo, n.º 19, 1954, ano v, p. 255.

Vanderbilt University<sup>(23)</sup>. O segundo foi realizado em São Paulo, de 12 a 18 de setembro de 1954<sup>(24)</sup>. O terceiro reuniu-se em Lisboa de 9 a 15 de setembro de 1957. As *Actas* estão publicadas em dois volumes<sup>(25)</sup>. O quarto colóquio reuniu-se na cidade do Salvador, na Bahia, de 10 a 21 de agosto de 1959, sob o patrocínio da Universidade da Bahia e da UNESCO<sup>(26)</sup>. Reuniu-se em Coimbra, de 2 a 8 de setembro de 1963 o quinto colóquio<sup>(27)</sup>. O sexto colóquio foi organizado por três entidades: a Harvard University (Cambridge, Mass.), de 7 a 10 de setembro de 1966, a Hispanic Society of America (Nova York), 11 de setembro, e a Columbia University (Nova York), 12 de setembro. Mais tarde incorporaram-se à organização a New York University e o Metropolitan Museum of Art<sup>(28)</sup>.

22. De natureza mais técnica são os colóquios luso-brasileiros de história, iniciados em 1968, a propósito das Comemorações Cabralinas, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Teve por tema exclusivamente a era dos descobrimentos até 1530, com-

23. As atas estão publicadas em volume bilíngüe: *Atas do Colóquio Internacional de Estados Luso-brasileiros*, Nashville, The Vanderbilt University Press, 1953. Algumas contribuições estão publicadas na íntegra. Outras em sumário.

24. Do segundo colóquio, sob o patrocínio da Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, apesar de transcorrido com grande êxito, não se publicaram os anais.

25. *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiro*, Atas, Lisboa, 2 v., 1959-1960. (Sob o patrocínio do Instituto de Alta Cultura e da Junta de Investigação do Ultramar.)

26. Também não foram publicadas as atas. V. o programa e a relação das comunicações em: *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, Bahia, agosto de 1959. Sob o patrocínio da Universidade da Bahia e da UNESCO (Salvador, 1959).

27. V.: *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, sob o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, da Fundação Calluste Gulbenkian e da Universidade de Coimbra, Programa geral, Coimbra, 1963. As *Atas* apareceram até agora em 4 v., Coimbra, 1965-1968.

28. O programa foi distribuído pela Universidade de Harvard (7 a 10 de setembro) e pelas demais entidades (New York, de 11 a 13 de setembro). V. *Circulars*. Os trabalhos foram reunidos numa interessante publicação em um só volume, inteligentemente coordenado pelo professor Raymond S. SAYERS, *Portugal and Brazil in transition*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1968. Além das contribuições escritas, o volume contém um resumo dos debates.

parecendo um número reduzido de especialistas brasileiros, portugueses, argentinos, uruguaios e americanos<sup>(29)</sup>.

O segundo reuniu-se em Lourenço Marques, em 1970. Nele tomaram parte vários brasileiros. É de prever-se a continuação destas reuniões de pequeno número de especialistas, muito mais lucrativas que as grandes assembléias em que os estudiosos dificilmente entram em contato com os companheiros de pesquisa<sup>(30)</sup>.

### *Associação de Professores Universitários de História*

23. O ensino da história em nível universitário já teve como conseqüência benéfica o surgimento de entidades culturais que promovem um contato permanente entre os professores de todo o país. A Associação dos Professores Universitários de História tem organizado importantes reuniões. Sua atividade tende a intensificar-se.

Em 1957 assinala-se a 1.<sup>a</sup> Reunião espírito-santense dos professores de História, compreendendo professores e sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e estaduais.

O 1.<sup>o</sup> Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Ensino da História, realizado em Friburgo, RJ, de 7 a 13 de julho de 1968, tem seus anais publicados<sup>(31)</sup>.

O 2.<sup>o</sup> encontro realizou-se em Juiz de Fora, a 7 de novembro de 1970<sup>(32)</sup>.

O núcleo de São Paulo e Guanabara da mesma associação já realizou seis simpósios, o último dos quais em Goiânia em 1971<sup>(33)</sup>.

29. Os trabalhos do Colóquio estão publicados na RIHGB, v. 287, parte 2, 1970. Compreende os trabalhos apresentados por R. A. Laguarda Trias, Vasconcelos Pedrosa, Perry de Almeida, Wilcomb E. Washburn, Max Justo Guedes, Gonsalves de Melo, Bruce B. Solnick, Teixeira da Mota e fr. Venâncio Willeke.

30. O suplemento da RIHGB, de 1971, publicou o trabalho ali apresentado pelo com. Max J. GUEDES, "O *Quadri partitu* de Alonso de Chaves", Rio, 1971.

31. Niterói, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1970.

32. *Revista de História*, São Paulo, n.º 86 (1971).

33. *Rev. de Hist.*, São Paulo, n.º 86 (1971). V. ainda Maria Regina Cunha RODRIGUES, "A Ass. Nac. dos Prof. Univ. de História e o VI Simpósio", Goiânia, 5/12-IX-1971, *Rev. de Hist.*, n.º 89, I-III-1972, p. 227;

Em setembro de 1971 houve um profícuo Seminário de Estudos Brasileiros, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

De grandes frutos foi, igualmente, o Colóquio de História Quantitativa do Brasil de 1830 a 1930, realizado no Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine, da Universidade de Paris, de 11 a 14 de outubro de 1971<sup>(34)</sup>.

O ano de 1972, em que se comemorou o sesquicentenário da Independência do Brasil, prometia ser fértil em reuniões culturais. A Universidade Católica de Campinas promove um congresso de história paulista. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro planeja um congresso de história, conjugado com o Instituto de São Paulo.

*Notícia bibliográfica e histórica*, Univ. Catol. de Campinas, SP, ano III, nº. 28 (xii-1971), p. 363.

34. O Colóquio foi promovido pelo Central National des Recherches Scientifiques e dividiu-se em seções: Metodologia, Demografia, Preços, Relações internacionais e Desenvolvimento. Na primeira apresentaram contribuições Celso Furtado (Paris) sobre "Análise econômica e história quantitativa"; Maria Luísa Marcílio (São Paulo) e Luís Lisanti (Marília) sobre "Problemas da história quantitativa no Brasil. Metodologia e demografia"; Pierre Chaunu (Paris), "Para uma história serial do Brasil no século xviii"; Mircea Buescu (Rio de Janeiro), "Para uma quantificação global da História do Brasil desde a época colonial"; Katia de Queirós Matoso e Istvan Janson (Salvador), "Como estudar a história quantitativa da Bahia no séc. xix."; Istvan Janson, "As exportações do Brasil na 1.<sup>a</sup> República"; Francisco Iglésias (Belo Horizonte), "Perspectivas da história econômica de Minas Gerais. Programa de pesquisa"; Daniel Teysnière (Paris), "A lexicologia da história da ideologia". Na seção de Demografia, apresentaram comunicações: Yedda Linhares (Toulouse) e Bárbara Levy (Rio de Janeiro), "Alguns aspectos da demografia histórica e social do Rio de Janeiro" (1808-1889); A. Pilatti-Balhana (Curitiba), "A evolução demográfica de Curitiba no séc. xix", e Maria Luísa Marcílio (São Paulo), "Tendências das famílias na capital de São Paulo (1705-1818)". Na de Preços: Katia de Queirós Matoso, "Os preços na Bahia (1750-1936)"; Katia de Queirós Matoso e Josildo de Ataíde (Salvador), "Epidemia e flutuações de preços na Bahia no séc. xix"; Eulália Lahmeyer Lobo (Carolina do Sul), "Evolução dos preços e do custo de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930"; Gabriel Perrucci (Recife), "Os preços no Recife, 1839-1930"; Mircea Buescu, "A inflação brasileira, 1850-1870. Monetarismo e estruturalismo". Na seção de Relações internacionais apresentaram contribuições: Fernando Novais (São Paulo), "Notas para o estudo do Brasil

no comércio internacional do século XVIII até o início do séc. XIX"; Jurgen Schneider (Nüremberg), "As relações comerciais entre a França e o Brasil (1815-1848). Análise de estrutura econômica"; Hermann Kellenberg (Nüremberg), "Dados estatísticos sobre o sistema marítimo Hamburgo-Terra Nova-Brasil na 1.ª metade do séc. XIX"; Eddy Stols (Lovaina), "Os investimentos belgas no Brasil, 1830-1914"; Oliver Onody (Rio de Janeiro), "Alguns aspectos históricos dos capitais estrangeiros no Brasil"; Cecília Westphalen (Curitiba), "Paranaguá e o Rio da Prata no século XIX". Na seção de Desenvolvimento apresentaram trabalhos: Werner Baer (Nashville), e Aníbal Vilanova Vilela (Rio de Janeiro), "Crescimento industrial e industrialização no Brasil, 1920-1970"; Jacques Bondeville (Paris), "Os pólos brasileiros do desenvolvimento no séc. XIX"; Denis-Clair Lambert (Lyon), "Declinou num meio século, 1920-1970, o grau de dualismo da economia brasileira?"; Louis Jeanjean (Paris), "Crescimento urbano e regional no Brasil desde a Independência". Além dos autores dos trabalhos tomaram parte nos debates diversos convidados como Ernesto Labrousse, Pierre Monbeig, Jean Marazewski, Jacques Lambert, Ruggiero Romano, F. Maurc. O prof. Buescu, da Puc-Rio, apresentou contribuições elaboradas no seio do Centro de Estudos de História Econômica do Rio. O prof. Mauro, grande planejador do encontro, chamou a atenção para o perigo de tratar o estudo histórico dentro de uma filosofia universalista ou globalista, fazendo preceder a síntese ao estudo analítico de dissecação da realidade. É escusado enfatizar a importância deste encontro, não só pelo valor intrínseco dos trabalhos, mas pela repercussão dos temas brasileiros dentro do quadro dos estudos internacionais em que são em regra relegados a um plano secundário. "O simples fato de o Centro Nacional de Pesquisas Científicas dedicar um colóquio exclusivamente ao Brasil demonstra não apenas o interesse crescente pelo nosso país, mas também a existência de uma corrente intelectual merecedora de atenção internacional no sentido da renovação dos estudos de história econômica do Brasil." V. notícia a respeito do Colóquio pelo prof. Mircea Buescu, na RIHCB, 4.º trim. de 1971.

## 6 — ENSINO DA HISTÓRIA

NO ENSINO MÉDIO E EM NÍVEL UNIVERSITÁRIO

### Colônia

1. O ensino da História começou no Brasil na era colonial, nos colégios jesuíticos<sup>(1)</sup>. No século XVI a história greco-romana era incluída no estudo de humanidades e a história eclesiástica no da teologia. No século XVII iniciou-se o de história pátria e geral, com caráter autônomo. O compêndio adotado nos colégios brasileiros era o do padre Antônio Maria Bonucci<sup>(2)</sup>. Foi escrito no Brasil e está datado da Bahia, 1701. Alguns professores distinguiram-se exatamente como professores de história, salienta o padre Serafim Leite, como o padre Luís de Barros.

As bibliotecas das casas religiosas deviam estar bem aparelhadas no setor histórico, como prova a bibliografia utilizada pelo padre Simão de Vasconcelos nas suas *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, Lisboa, 1668. É o que se comprova igualmente no inventário dos bens do colégio do Rio de Janeiro.

2. O mesmo se pode afirmar em relação às *Dissertações da história eclesiástica do Brasil* pelo padre Gonçalo Soares da Franca, escrita em 1724, e que está incluída na série de trabalhos acadêmicos, em curso de publicação pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo<sup>(3)</sup>. A bibliografia, além dos clássicos latinos, compreende os atlas de Artélio e Blaeu, o de Pedro

1. Padre Serafim LEITE, SJ, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. VII, Rio de Janeiro, 1949, p. 169.

2. *Epítome cronológico, genealógico e histórico*, Lisboa, 1706.

3. José Aderaldo CASTELLO, *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820/22*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1969.

Nunes, os holandeses Barléu e Piso, os portugueses Bartolomeu Guerreiro, José da Costa, a *Crônica geral* de Herrera, Gândavo (cópia manuscrita), Osório, Barros, o *Justo império lusitano* de Frei Serafim de Freitas, as crônicas de Luís Coelho de Barbuda, Pedro de Mariz, Duarte Nunes, Manuel de Faria, Simão de Vasconcelos, Teles, Brito Freire, Frei José de Santa Teresa, Frei Rafael de Jesus e Frei Manuel Calado. Não se poderia exigir mais em trabalho elaborado em um centro não considerado culto.

3. No curso de ciências superiores, instituído no convento de Santo Antônio pelo alvará de 11 de junho de 1776, e que constituía o núcleo de futura universidade, com 13 cadeiras, havia o estudo de história eclesiástica<sup>(4)</sup>. No Seminário de São José do Rio de Janeiro, a cadeira de história, além da de história eclesiástica, só foi criada sob o episcopado do bispo conde de Irajá, na era regencial<sup>(5)</sup>. Mas no Seminário de Olinda, instalado em 1800, e que se caracterizou pelo avanço de seus planos, no nível quase de uma universidade, havia a cadeira de história eclesiástica, regida pelo padre Miguel José Reinau<sup>(6)</sup>.

4. Ao se criarem os cursos jurídicos em 1827, a história passou a ser exigida como um dos exames preparatórios. Nos cursos anexos que passaram a funcionar junto às futuras faculdades de direito de São Paulo e Olinda (depois Recife), a cadeira de história foi ocupada por alguns nomes que merecem menção. Em São Paulo a cadeira de história assumiu enorme importância pela personalidade de seu ocupante, o misterioso personagem Júlio Frank<sup>(7)</sup>, egresso de uma universidade alemã, e que estabeleceu um contato novo na mocidade acadêmica com a cultura germânica. Falecido este em 1841, sucedeu-lhe na cátedra, por concurso, o

4. Frei Basílio Röwer, OFM, *Os franciscanos no sul do Brasil durante o século XVIII*. . . Petrópolis, Vozes, 1954, p. 91. V. *Estatutos para os estudos da província de N. S. da Conceição do Rio de Janeiro ordenados segundo as disposições da Nova Universidade*, Lisboa, Régia Of. Tipog., 1776.

5. Moreira de AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1877, v. I, p. 351.

6. Carlos RIZZINI, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1946, p. 281.

7. A ele se deve o compêndio: *Resumo da história universal, impresso por ordem do Governo para uso da aula de geografia e história da Academia de ciências sociaes e juridicas de São Paulo*, São Paulo, 1839, 2 t. em um volume. É inspirada na obra do historiador alemão H. L. Poelitz. Teve a colaboração de Antônio Joaquim Ribas.

discípulo e colaborador Antônio Joaquim Ribas, futuro luminar na Faculdade. Da sua atuação como professor diz Almeida Nogueira que “fez da história um estudo verdadeiramente científico, contribuindo com muita eficácia para o progresso da mentalidade brasileira”<sup>(8)</sup>.

5. Em Pernambuco, por uma proposta do Conselho Geral da província, aprovada pelo Parlamento, foi o seminário episcopal de Olinda constituído em Colégio das Artes do curso jurídico. Daí por diante ocorreram várias reformas até a extinção do colégio. A história era uma das cadeiras do estabelecimento<sup>(9)</sup>. O seminário, por sua vez, foi reconstituído pelo bispo D. Luís Raimundo da Silva Brito.

### *A História do Brasil no Colégio Pedro II*

6. Ao se criar o Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1837, a história constituía uma das cadeiras do currículo. Os que não estudavam naquele estabelecimento, ou nos a ele equiparados, teriam de prestar exame dessa matéria perante bancas designadas pelo Governo. O regulamento de 1838 criou um bacharelado em letras em oito anos, reduzido para sete em 1841. O grau de bacharel em letras dispensava dos preparatórios os candidatos às escolas superiores. Era evidentemente um eco do bacharelado secundário francês, mas que aqui assumiu enorme importância e cuja colação de grau revestia-se de despropositado cerimonial<sup>(10)</sup>. Antes, porém, o Liceu Provincial da Bahia, criado por lei provincial n.º 33, de 9 de março de 1836, estabelecera o bacharelado em letras só conferido a sete alunos até o final do Império<sup>(11)</sup>.

8. *Tradições e reminiscências da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, v. IX, 1912, p. 23 e 81.

9. Pereira da COSTA, “A Faculdade de Direito nos Annaes Pernambucanos”, *Revista acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, Ano XXX, 1922, p. 56.

10. Cônego José Joaquim da Fonseca LIMA, *Consolidação de todas as disposições relativas ao externato do Imperial Colégio de Pedro II, organizado pelo reitor do mesmo externato... e mandada imprimir pelo conselheiro João Alberto Corrêa de Oliveira*, Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1874.

11. Gelásio de Abreu FARIAS e Francisco da Conceição MENESES, *Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século*, Bahia, 1937, p. 16.



7. Em 1849 a cadeira de história foi dividida em duas. Em 1857 criou-se uma cadeira especial de história e corografia do Brasil que em 1870 passou para o último ano. A reforma Benjamin Constant (1890), mantendo o bacharelado em ciências e letras, com sete anos de curso, estabeleceu no 7.º ano a cadeira de História do Brasil, destacada da História Universal. O regulamento de 20 de abril de 1892, do ministro Fernando Lobo, estabeleceu que a História do Brasil passaria a figurar no 6.º ano e no 7.º. A mesma coisa dispôs o decreto de 15 de agosto de 1894, subscrito pelo ministro Cassiano do Nascimento. O regulamento Amaro Cavalcanti (30 de novembro de 1897) nada alterou neste ponto.

8. Nos exames chamados “preparatórios”, exigíveis para os que não tivessem curso ginasial ou o bacharelado em letras, a História do Brasil constituía somente uma parte do exame de História Universal. Na reforma Eptácio Pessoa iniciada em 1899 e consolidada com o código de 1901, a História do Brasil permaneceu disciplina do 6.º ano do Ginásio Nacional (nome que então tinha o antigo Colégio Pedro II), mas extinguiu-se a cadeira de História e corografia do Brasil. Passou a chamar-se “História Universal especialmente do Brasil”.

9. Na reforma Rivadávia Correia (1911), suprimiu-se a disciplina de História do Brasil. Limitou-se o legislador a recomendar que o estudo da história fosse feito “no ponto de vista da história da civilização, com especial desenvolvimento na parte referente à América e ao Brasil.” Restaurou-a a sensata lei Maximiliano (1911), incluindo ainda a História do Brasil entre os doze preparatórios prestados em ginásio oficial. Em 1925 a reforma de autoria do professor Rocha Vaz, sendo ministro da Justiça João Luís Alves, restaurou a cadeira de História do Brasil<sup>(12)</sup>.

10. A criação de uma Faculdade de Letras, em nível universitário, proposta várias vezes no parlamento, nunca chegou a efetivar-se, não obstante o exemplo português, com a criação em

Como os exames finais das cadeiras no currículo oficial davam o mesmo direito que os prestados perante a Inspeção Geral de Instrução, geralmente chamados preparatórios, poucos alunos se interessavam em prolongar os estudos secundários para tirar o título de bacharel em letras.

12. Primitivo MOACIR, *A instrução e a República*, 7 v., Rio de Janeiro, INEP, 19/40-1943. Foi promovido na cadeira do externato o antigo catedrático de História Universal, da América e do Brasil L. G. de Escragolle Dória. ESCRAGOLLE DÓRIA, *Memória histórica do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, 1938, p. 268.

1858, à custa do próprio rei D. Pedro V, do Curso Superior de Letras, germen da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aí se estabeleceu, pela primeira vez naquele país, o ensino da história em nível superior. (A reforma pombalina restringira-o ao curso de propedêutica histórica na Faculdade de Direito.)

11. A relação dos professores de história no Colégio Pedro II é das mais honrosas para as nossas tradições culturais. Antônio Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, barão do Rio Branco, “personagens de nossa história literária”, e “um deles personagem da própria história do Brasil — como autor de um de seus mais belos capítulos, o da formação definitiva das fronteiras”, constituíram a “tríade inicial dos ocupantes da cátedra”. Em 1883, após famoso concurso, assumiu o ensino da história pátria a figura ímpar de Capistrano de Abreu, de quem já se tratou<sup>(13)</sup>.

Foram ainda professores de história no Colégio Pedro II alguns nomes famosos em nossas letras, como Justiniano José da Rocha, Frei Camilo de Monserrate, o barão Homem de Melo e Moreira de Azevedo. Em 1900 outro professor do mesmo colégio, João Ribeiro, foi autor de um compêndio cuja publicação constituiu grande acontecimento científico. Sob o simples título de *História do Brasil*, passou a figurar imprescindivelmente nas brasileiras, tal a largueza de vistas e o nível elevado com que encarou a nossa formação.

12. A reforma Francisco Campos, em tantos pontos progressista (Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931) representou nesse particular um completo retrocesso. Foi suprimida novamente a cadeira de História do Brasil. A fundamentação de tal anomalia consta das instruções para os programas de ensino secundário, aprovadas pelo ministro em portaria de 30 de junho de 1931: “A História do Brasil e da América constituirão o centro do ensino. É claro, porém, que não se deve considerá-las isoladamente. Ao contrário, cumpre seja adquirido, a princípio, o conhecimento da situação do mundo até o descobrimento para se fazer depois o estudo simultâneo da História geral, da História da América e da História pátria, a fim de que possam ser bem apreciadas as influências que concorreram, de toda parte, para a formação do Brasil e das várias nações americanas, bem como para que se considere o papel desempenhado pelos diversos países no

13. Hélio VIANNA, “A cátedra de História do Brasil no plano universitário”, *Educação e administração escolar*, Ano II, n.º 13-16, 1939. V. ainda, do mesmo autor, o capítulo introdutório da *História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 7.ª edição, 1970, p. 7.

conjunto da evolução da humanidade e se conheçam os problemas humanos em cuja solução cumpre ao Brasil empenhar-se solidariamente com as demais nações”<sup>(14)</sup>.

13. Teoricamente, como se vê, os intuítos eram os mais elevados: enquadrar o estudo da história brasileira dentro do estudo do desenvolvimento universal. Praticamente isto resultou no seguinte: nos programas dos quatro anos em que se estudava a História, a do Brasil compreendia aproximadamente 20% dos itens. Isto se reduzia nos compêndios a algumas páginas em apêndice aos estudos de história geral. O resultado foi nefasto. Durante vários anos os alunos do segundo ciclo tiveram da história nacional algumas ligeiras noções, apressadas e rápidas. Porque o estudo da história nacional pode ser conduzido de forma a provocar uma distorção da visão geral do mundo, não se segue que as novas gerações ficassem privadas de conhecimento elementar de fatos essenciais da formação brasileira. Manifestou-se logo um movimento de protesto contra este estado de coisas, contraditório com o desenvolvimento dos estudos de história pátria em nível superior. A Congregação do Colégio Pedro II em 4 de agosto de 1936, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a assembléia do III Congresso de História Nacional, em sessão de 26 de outubro de 1938, protestaram contra o novo currículo<sup>(15)</sup>. No Congresso Nacional o historiador Wanderley Pinho, então deputado pela Bahia, defendeu brilhantemente um projeto restabelecendo a cadeira de História do Brasil, aprovado pela Câmara, mas que não teve curso no Senado.

14. Em 4 de novembro de 1938 proferiu o professor Pedro Calmon uma conferência sobre “O ensino da História do Brasil e as realidades nacionais”, no Instituto de Estudos Brasileiros, instituição que então funcionava com imenso proveito no Rio de Janeiro<sup>(16)</sup>. Nela pugnava pela “dilatação, quanto possível, no curso ginásial, do tempo reservado ao ensino da história pátria”. Após a conferência, como era costume naquele instituto, houve largo e importante debate em que tomaram parte Eremildo Viana,

14. *Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública*, Ano I, n.º 3 e 4, VII-XII de 1931, Rio de Janeiro, p. 714.

15. “O Terceiro Congresso Nacional de História faz um apelo aos altos poderes da República a fim de que volte aos programas do ensino secundário a cadeira de História pátria.” *Anais*, v. I, Rio de Janeiro, 1939, p. 63.

16. Publicada na revista *Estudos brasileiros*, Rio de Janeiro, v. I, 3, XI-XII de 1938, p. 37.

Severino Sombra, Gustavo Barroso, Wanderley Pinho e Sousa Docca. Sustentou o orador ser “essencial separar-se o ensino da história do Brasil nos cursos liceais do ensino da história da civilização”. Apoiaram-no quase todos os debatedores, criticando o currículo existente e dizendo “ter sido funesta e errônea a inclusão do programa de história do Brasil no programa de história universal” (Severino Sombra). “Não se compreende que a história do Brasil deixe de constituir uma cadeira”, declarou Wanderley Pinho. Examinando o compêndio de Jônatas Serrano, que era, então, dos mais utilizados para todas as séries, provou este professor que, em todos os volumes, só havia 173 páginas dedicadas à história nacional, inclusive nas recapitulações e nos quadros sinóticos. Contrapunha a isso o compêndio de João Ribeiro, o mais usado na Primeira República, com cerca de 400 páginas na edição de 1901, e 538, na de 1914.

15. Em 1939 a questão foi largamente debatida pela imprensa. O *Correio da Manhã* conseguiu que o Colégio Militar incluisse em seu novo regulamento o ensino autônomo da História do Brasil. No ano seguinte o ministro Gustavo Capanema incluiu-o, a título provisório, nos ginásios. Na lei geral de 1942, chamada geralmente *Reforma Capanema*, foi a questão definitivamente resolvida. Na Lei de Diretrizes e Bases foi mantida a autonomia da cadeira<sup>(17)</sup>.

### *A História em Nível Universitário*

16. O ensino da história em grau superior só se veio a fazer pela primeira vez, na República, com a criação da Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, em 1908, por decreto do Papa S. Pio X. A Faculdade tinha por base o Seminário Arquidiocesano e destinava-se a ser o núcleo de uma futura Universidade Católica. Funcionou regularmente durante seis anos, até 1914<sup>(18)</sup>.

17. Hélio VIANNA, *História do Brasil*, 7.<sup>a</sup> edição, São Paulo, 1970, I, p. 13.

18. *Monsenhor Maximiano da Silva Leite*. Poliantéia comemorativa do 50º aniversário da sua ordenação sacerdotal, organizada por Lauro Monteiro de CARVALHO E SILVA e Maximiano de CARVALHO E SILVA, São Paulo, 1952, p. XXII, 13 e 26. V. ainda Ezequias Galvão da FONTOURA, “História do seminário”, *Poliantéia*. Álbum do 1.º quinquagenário do Seminário Episcopal de São Paulo, São Paulo [1906].

17. Também em São Paulo, no mesmo ano de 1908, foi criada no Mosteiro de São Bento, por iniciativa do Abade D. Miguel Kruse, a Faculdade Livre de Filosofia e Letras, organizada por Monsenhor Sentroul. Esta Faculdade foi agregada em 1911 à Universidade de Lovaina, donde era antigo aluno o organizador. Chama-se hoje Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e é devidamente reconhecida pelo Governo Federal. Está incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Suas publicações contêm abundante matéria sobre filosofia da história<sup>(19)</sup>.

18. Em 1916 instalou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma Academia de Altos Estudos, criada no ano anterior, que se transformou depois em Faculdade de Filosofia e Letras. Durou quatro anos. Em 1926 o presidente do Instituto encerrou seus cursos e remeteu ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores todo o arquivo. Nela se deram vários cursos de história em nível superior, freqüentados por numeroso público. Alguns desses cursos foram publicados na RIHGB<sup>(20)</sup>.

O Seminário foi fundado em 9 de novembro de 1856 e contava a História Universal entre suas cadeiras. Seu fundador foi o bispo Dom Antônio Joaquim de MELO, sobre o qual se pode ler: D. Vicente ZIONI, "D. A. J. M., educador da juventude e formador do clero paulista. Antecedentes históricos do Seminário de São Paulo", RIHGB, v. 251 (1961), p. 217. Os estatutos da Faculdade constam do opúsculo *Statuta Facultatis Ecclesiasticae Santi Pauli in Brasilia apud Seminarium Provinciale*, São Paulo, 1908. Dela foi reitor Mons. Maximiano da Silva Leite. Foram membros do corpo docente altas figuras da intelectualidade católica, como o padre João Gualberto do Amaral, D. Sebastião Leme, Mons. Francisco de Paula Rodrigues, Mons. Sentroul, Padre J. M. de Madureira, SJ, Mons. Manofredo Leite, Mons. Gonçalves de Resende e Mons. Gastão Liberal Pinto.

19. V.: *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento em seu cinquentenário*, São Paulo, 1958, e "Breve estudo histórico sobre a Fac. de Filos. de São Bento", *Revista da Faculdade*, ano II, n.º 2, 1941. A própria Revista contém valiosos artigos sobre história, especialmente sob o ponto de vista filosófico. Sobre a atividade cultural deste importante centro, leia-se Fernando Arruda CAMPOS, *O tomismo e neotomismo no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1968.

20. RIHGB, t. 85, p. 597; 87, p. 515 e 99, p. 486. A idéia da fundação pelo IHGB de uma Universidade Popular Livre foi sugerida pelo ministro do Uruguai em nosso país, Federico Susviela Guarch, no discurso de posse em 9 de agosto de 1901. RIHGB, t. 64, 2.ª, p. 233.

Em 1913, no Rio de Janeiro, um educador português, que aqui mantinha um reputado estabelecimento de ensino, empreendeu a organização de uma Escola de Altos Estudos, apoiado por um grupo de intelectuais. Realizaram ali notáveis cursos Oliveira Lima, que foi o seu grande inspirador, Clóvis Beviláqua, José Veríssimo, Rodrigo Otávio, João Ribeiro, Pontes de Miranda, Oscar de Sousa e Paulo Bittencourt. (José Júlio RODRIGUES, *A evolução, a eficiência e a grandeza do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro, 1948, e *Comentários às lições proferidas durante o ano letivo de 1947*, Rio de Janeiro, Inst. de Est. Portugueses Afrânio Peixoto, 1948, p. 53.)

Em fins desse mesmo ano de 1913 iniciou o IHGB uma série de cursos que vieram mais tarde a consubstanciar-se na Academia de Altos Estudos, com a qual veio a colaborar o professor José Júlio Rodrigues.

O primeiro curso do Instituto foi o de Alberto RANGEL sobre o tema "Aspectos gerais do Brasil", em quatro preleções (dezembro de 1913 e janeiro de 1914). Estão publicadas no volume *Rumos e perspectivas*, Rio de Janeiro, 1914 (2.<sup>a</sup> ed., 1934, Brasiliana). Basílio de MAGALHÃES deu depois três aulas, em maio e junho sobre "Bandeirismo no Brasil", publicadas em resumo no t. 77 da RIHGB, p. 67. O curso de Aureliano LEAL sobre a "História constitucional do Brasil", em outubro e novembro de 1914, apareceu em resumo na RIHGB, t. 77, 1.<sup>a</sup>, p. 291, e na íntegra em volume de 1915. Ainda em 1914 realizou o prof. A. Pinto da ROCHA seis palestras sobre "História diplomática do Brasil" (RIHGB, t. 77, 2.<sup>a</sup>). Em 1915, A. O. Viveiros de CASTRO deu um curso de cinco preleções acerca "Da história tributária do Brasil", publicado no t. 78 (1915), 1.<sup>a</sup>, da mesma Revista. No mesmo ano Ernesto da Cunha de Araújo VIANNA falou "Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular" (RIHGB, t. 78, 2.<sup>a</sup>, p. 505).

Finalmente o Instituto deu forma definitiva a seus cursos fundando um órgão autônomo. Em sessão de 12 de outubro de 1915 comunicava o secretário perpétuo que recebera de Oliveira Lima um plano completo para uma escola de nível superior. Segundo aquele consórcio, os cursos de 1913 e 1914 eram exatamente o núcleo da instituição que projetara. O programa compreendia uma Escola de Ciências Políticas e Administrativas, de autoria "do nosso inteligentíssimo compatriota, sr. Carlos Delgado de Carvalho", discípulo de estabelecimento análogo em Paris. A Escola compreenderia três cursos: 1) o administrativo e financeiro, 2) o diplomático consular, e 3) o de filosofia e letras. Nessa mesma sessão de 12 de outubro de 1915 foi nomeada uma comissão que elaborou os estatutos da nova entidade que passou a chamar-se Academia de Altos Estudos. Foi instalada em 25 de março de 1916, com discurso inaugural de Amaro Cavalcanti. Do mesmo OLIVEIRA LIMA, v. "A Faculd. de Filos. e Letras", artigo datado de Parnamirim, dez. de 1919, e publicado na revista *ABC*,

do Rio, 4 de janeiro de 1920. (*Estatutos da Academia de Altos Estudos*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1917.)

A Academia de Altos Estudos visava a tornar-se um núcleo universitário, reunindo iniciativas existentes e em projeto, realizando a Faculdade de Filosofia e Letras que faltava à formação brasileira. (OLIVEIRA LIMA, "Discurso" em *Obra seleta*, Rio de Janeiro, INL, 1971, p. 744.) No currículo havia diversas cadeiras de ensino de história, inclusive uma de sociologia aplicada à história do Brasil.

Em 13 de março de 1919 a congregação da Academia decidiu transformá-la em Faculdade de Filosofia e Letras. Os Estatutos estão assinados pelo barão de Ramiz, por Afrânio Peixoto, relator-geral, por Alfredo Gomes, Max Fleiuss e Fernando Nery. Pela nova organização, a instituição passava a ter três cursos: 1) filosofia e letras, 2) ciências políticas e sociais, e 3) curso normal superior. Este seria dividido nos seguintes ramos: a) línguas clássicas, b) línguas modernas, c) ciências matemáticas, d) ciências históricas e geográficas, e) ciências físicas e naturais, e f) ciências da educação. (*Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras*, Antiga Academia de Altos Estudos, Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1919.) A Faculdade funcionou regularmente durante seis anos.

Em sessão de 21 de outubro de 1919 o secretário perpétuo menciona "certa animadversão ao novo instituto de ensino. Desde a crítica mofina até a jogralidade, de tudo se têm servido os que não admitem a permanência e o desenvolvimento triunfante desses cursos, sempre franqueados ao público, chegando mesmo a emprestar-lhes intuítos menos verdadeiros." (RINGB, t. 85, 1919, p. 598.)

Em 10 de maio de 1919 o deputado José Augusto Bezerra de MEDEIROS apresentou à Câmara dos Deputados um projeto reconhecendo a Faculdade de Filosofia e Letras como instituição de utilidade pública. No mesmo projeto declarava-se que "aos bacharéis diplomados no curso de Filosofia e Letras diplomados por essa faculdade serão concedidas todas as regalias de que atualmente gozam os bacharéis em letras pelo Colégio Pedro II", e aos bacharéis em ciências políticas e sociais, "a validade dos exames das cadeiras similares quando pretendam matricular-se nas faculdades de direito", bem como preferência, dada a igualdade de condições, nos concursos para as carreiras diplomática e administrativa. Aos professores diplomados no curso normal superior seria concedida a mesma vantagem para o preenchimento de vagas nos ginásios e nas escolas normais.

Este projeto gerou forte oposição. O Colégio Pedro II, cioso da sua antiga regalia de conferir o grau de bacharel em ciências e letras, julgou-se atingido, quando precisamente nesse momento empreendia uma campanha pela restauração do seu curso de bacharelado em letras. (V. ESCRAGNOLLE DÓRIA, *Memória histórica do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, 1938, p. 251. O Colégio Pedro II era, então, dirigido pelo conde Carlos de Laet,

19. Em 1931 funcionou uma Faculdade de Letras e Filosofia em São Paulo. Nela ministrou um curso o prof. Francisco Isoldi que publicou suas *Preleções de introdução à história e crítica histórica no ano de 1932 na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia [sic]*, São Paulo, Piratininga [1932]. Este livro, sem rigoroso método, tem, fora de dúvida, o valor de uma obra precursora<sup>(21)</sup>.

20. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foi fundada por iniciativa de Roberto Simonsen em 1933, começando a funcionar no ano seguinte. É um órgão complementar da Universidade de São Paulo. Foi nela que o fundador ministrou o curso de História Econômica do Brasil de que resultou o livro tantas vezes reeditado a partir de 1937. Na mesma escola havia ainda uma cadeira de História Social e Política do Brasil ministrada sob a forma de conferências por Afonso d'E. Taunay, Alcântara Machado, Roberto Simonsen, Sérgio Milliet, Tácito de Almeida e J. F. de Almeida Prado<sup>(22)</sup>.

21. O ensino em grau superior da ciência histórica, com cadeiras especiais de história do Brasil só se iniciou após a reforma chamada Francisco Campos, de 11 de abril de 1931, que estabeleceu a necessidade da criação das Faculdades de Educação, Ciências e Letras, depois chamadas Faculdades de Filosofia. O pri-

cujas relações com o Instituto Histórico não eram de simpatia. (RIHGB, t. 77, 1909, p. 344.) Em 1923 o Colégio insistia junto ao Governo, que então elaborava uma reforma geral do ensino, pela criação, no estabelecimento-padrão secundário, de uma secção "de caráter superior, sob o nome de Faculdade de Letras, habilitando professores e concorrendo para o desenvolvimento da cultura". Pleiteava exatamente conferir o título de bacharel em letras e a *licentia docendi*. (ESCRAIGNOLLE DÓRIA, *op. cit.*, p. 259.) Em 1925 a chamada lei Rocha Vaz restabeleceu finalmente o bacharelado em ciências e letras no Colégio Pedro II. Mas em 1926 só um aluno conseguiu o título após o ano suplementar exigido.

21. O volume, que aliás não tem data, refere-se às preleções de 1932, mas traz um sumário das preleções do ano anterior.

22. Jorge AMERICANO, *A Universidade de São Paulo. Dados, problemas e planos*, São Paulo, 1947, p. 78; Pedro MOACYR CAMPOS, "Estudos da História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo", *Ensaio paulistas*. Contribuição de "O Estado de S. Paulo" às comemorações do IV centenário da cidade, São Paulo, Anhambi, 1958, p. 340. Faz-se aí justa referência à valiosa contribuição dos mestres franceses na formação de uma mentalidade científica entre os professores paulistas: Braudel, Gagé, Coornaert.



meiro instituto no gênero a funcionar no Brasil, dentro dos quadros da lei, foi o Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", dirigido pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, de São Paulo. A abertura das aulas realizou-se em 1933. Este instituto também se integrou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo<sup>(23)</sup>.

22. Em 25 de janeiro de 1934, fundou o Governo de São Paulo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, integrada na universidade estadual. Foi instalada em setembro do mesmo ano, sendo seu primeiro diretor o prof. Teodoro Ramos. Nela havia a cadeira de História da civilização antiga e medieval, a de História da civilização moderna, a de História da civilização americana e a de História da civilização brasileira. Tanto nesta faculdade quanto na Sedes Sapientiae ocupou a cátedra de civilização brasileira o historiador Afonso d'Escragnoille Taunay. O curso de geografia e história, que era conjunto, compreendia, além das cadeiras referidas, as de geografia, de antropologia, geologia, cartografia, etnografia, etnografia do Brasil e língua tupi-guarani<sup>(24)</sup>.

23. Em 1935 (Decreto municipal n.º 5.513, de 4 de abril), por iniciativa do prof. Anísio Teixeira, então Secretário da Educação, criou-se no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal, em bases inteiramente novas no Brasil, ultrapassando as normas do decreto federal de 1931, voltada especialmente para o ensino de ciências desinteressadas, letras e pedagogia. A Escola de Filosofia e Letras tinha por fim "concorrer para os estudos superiores do pensamento e sua história nos seus aspectos filosófico, literário e moral". Nos cursos iniciais, art. 10, não figuravam a história, nem a geografia. Mas na Escola de Economia e Direito havia uma secção de Ciências Geográficas e Históricas, compreendendo, inicialmente, a Fisiografia, a Geografia Humana, a História Antiga, a História Medieval e Moderna e a História Contemporânea. Não se menciona a História do Brasil.

É bem verdade que o artigo 31 previa a criação de novas cadeiras "à medida que os estudos se forem desenvolvendo". Na Escola de Filosofia e Letras aparecia uma cadeira de História geral da civilização, "estudada como conclusão sintética dos estudos

23. O instituto é mantido pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, que já mantinham em São Paulo um tradicional colégio, geralmente chamado "des Oiseaux", fundado em 1907.

24. Jorge AMERICANO, *op. cit.*, p. 31, 32, 40-42, 112-116.

de história, consistindo na teorização e coordenação desses estudos” (Art. 39)<sup>(25)</sup>.

No curso de formação do professorado de História (Instrução n.º 3), foi criado um *curso* de História da Civilização no Brasil, que foi confiado ao prof. Afonso Arinos de Melo Franco, curso professado na Faculdade de Economia e Direito<sup>(26)</sup>. Ocupou-a em seguida o comandante Eugênio de Castro, que restabeleceu o nome de História do Brasil. Por último ocupou a mesma cátedra o historiador Luís Camilo de Oliveira Neto.

24. Extinta a Universidade do Distrito Federal, foram seus cursos e professores, pela maior parte, aproveitados na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), criada em 1937. Pelo decreto-lei n.º 1.063, de 20 de janeiro de 1939, foram transferidas para a Universidade do Brasil as cadeiras estabelecidas da antiga Universidade do Distrito Federal. O Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, organizou, afinal, os novos cursos. Geografia e história passaram a ser um dos cursos da secção de ciências<sup>(27)</sup>. Foi então que assumiu a cadeira de História do Brasil o professor Hélio Vianna. Desde então têm-se multiplicado as cátedras de História do Brasil em todas as Faculdades de Filosofia ou Institutos Sociais, reunidos ou não em universidades.

### *As Grandes Coleções de História*

25. Não é possível encerrar esta resenha dos estudos históricos no país sem mencionar as grandes coleções que têm reeditado as obras mestras de cultura brasileira, especialmente de história. A primeira delas é a série *Brasiliana*, publicada pela Companhia Editora Nacional, São Paulo, que, a partir de 1931, já forneceu

25. *Prefeitura do Distrito Federal*, Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1935; *Universidade do Distrito Federal*: Escola de Economia e Direito. Organização dos cursos. Programas. Rio de Janeiro, 1936. A. CARNEIRO LEÃO, *Anísio Teixeira, pensamento e ação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, p. 103; Péricles Madureira de PINHO, *ib.*, p. 176.

26. Desse curso resultou a obra de Afonso Arinos de MELO FRANCO, *Conceito de civilização brasileira*, São Paulo, 1936 (Coleção Brasiliana, v. 70).

27. Ernesto de Sousa CAMPOS, *Instituições culturais e de educação superior no Brasil*. Resumo histórico, Rio de Janeiro, MEC, 1941.

ao público cerca de 400 volumes da maior importância<sup>(28)</sup>. A segunda é a coleção *Documentos brasileiros*, da Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, que já alcançou mais de 130 volumes, a partir de 1936<sup>(29)</sup>. Merece menção a *Biblioteca histórica brasileira*, da Livraria Martins, São Paulo, que lançou 23 volumes, desde 1940<sup>(30)</sup>. Ultimamente tem contribuído com excelentes lançamentos a coleção *Corpo e alma do Brasil*, da Difusão Européia do Livro, São Paulo, com mais de 30 títulos. Estas coleções têm proporcionado aos estudiosos o conhecimento de obras fundamentais só encontráveis em grandes bibliotecas.

26. Outras instituições e editoras têm concorrido notavelmente para a reimpressão ou para o lançamento de séries utilíssimas aos estudiosos de história do Brasil. Assim, a Academia Brasileira organizou a *Coleção Afrânio Peixoto* (Biblioteca de Cultura Nacional), dividida em várias séries; a Livraria Progresso, da Bahia, com suas coleções *Marajoara* e *Cruzeiro*; a Edições Melhoramentos, de São Paulo (antiga Weisflog Irmãos), com os *Arquivos históricos*; a Editora Conquista, do Rio de Janeiro, com a série *Temas brasileiros*; a Editora Globo, do Rio Grande do Sul, com a coleção *Província*; a Editora Itapuã, do Salvador, com a coleção *Baiana*; a livraria Epassa, do Rio de Janeiro, com a *Biblioteca brasileira de cultura*; a Organização Simões, do Rio de Janeiro, com a coleção *Rex*; as Edições Cultura, de São Paulo, com a série *Brasílica*; a editora Guaíra, do Paraná, com a série *Guairacá* (Estudos nacionais). Nem todos tiveram êxito, infelizmente, em seus empreendimentos.

27. Algumas instituições oficiais concorreram igualmente para essa vulgarização das obras básicas de cultura brasileira. O Instituto Nacional do Livro publicou várias dezenas de volumes da *Biblioteca de Divulgação Cultural*, da *Biblioteca Popular Brasileira* e algumas modelares edições na Coleção de *Obras Raras*. O Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura lançou várias séries de valor: a coleção *Vida brasileira*, para obras de

28. Um índice completo da *Coleção Brasileira*, elaborado por Edson Nery da Fonseca, foi publicado na *Revista do Livro*, publicação lamentavelmente extinta, do INL, n.º 38 (1969).

29. O catálogo e índice da coleção *Documentos brasileiros*, de autoria de Aníbal Rodrigues Coelho, foi publicado na *Revista do Livro*, cit., n.º 35 (1968).

30. O catálogo e índice da coleção *Biblioteca histórica brasileira*, organizado por Maria Emília Melo e Cunha, está publicado na mesma revista, n.º 37 (1969).

maior vulto; os *Cadernos de cultura* e a coleção *Aspectos* para divulgação de obras menores. O Ministério da Guerra (hoje do Exército), através da Biblioteca Militar e da Biblioteca do Exército, em várias coleções, tem lançado e reeditado obras imprescindíveis. Os *Subsídios para a história marítima do Brasil*, editados pelo Ministério da Marinha, não têm menor importância.

28. A rede de universidades federais, estaduais e livres tem contribuído ultimamente para o incremento de importantes coleções históricas. A Universidade de São Paulo tem adotado preferentemente o sistema da co-edição com séries já existentes. A Universidade Federal do Pará iniciou uma *Coleção amazônica* de alto nível. A Universidade do Ceará montou uma imprensa universitária que tem editado uma série importante de obras históricas. São igualmente notáveis as edições da Universidade de Pernambuco, bem como as da Bahia e outras universidades do Sul.

29. Também o Governo Federal e alguns governos estaduais empreenderam diretamente edições de caráter histórico e sociológico, como o do Amazonas que, sob a administração Ferreira Reis, publicou dezenas de volumes. O Conselho Federal de Cultura, como alguns conselhos estaduais (especialmente o de São Paulo), têm promovido igualmente importantes publicações que não caberiam nos planos de iniciativa privada, quer diretamente, quer mediante convênios com entidades culturais. Todas essas iniciativas têm permitido um surto notável de publicações históricas imprescindíveis a uma coleção de estudos brasileiros.

## 7 — HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

### OS GRANDES NOMES DE NOSSA HISTÓRIA

#### *As Crônicas Coloniais*

1. João de Barros (1496-1570) teria escrito a primeira história do Brasil, por ele denominada *História da província de Santa Cruz*. Só nos resta o título. O livro nunca apareceu. É lamentável que o tão justamente chamado “Tito Lívio português” não seja o primeiro da lista de nossos historiadores. Como feitor da Casa da Índia teve ele em mãos exatamente os documentos desaparecidos para sempre com o terremoto de 1755. Com eles foram redigidas as quatro primeiras décadas de *Ásia*, obra monumental que se destinava a perpetuar os feitos portugueses na conquista do oriente. A obra completa compreenderia, aliás, *Europa* (conquista da Espanha e fundação do reino), *África* (conquista de Ceuta, ponto de partida das navegações) e *Ásia*, única parcialmente redigida. “E a quarta parte”, diz o próprio Barros (*Dec.* I, cap. 1, liv. 1), “haverá nome *Santa Cruz*, nome próprio posto por Pedro Álvares Cabral”<sup>(1)</sup>.

Estas quatro partes constituiriam somente a primeira secção da obra completa, *A Conquista*, a que se seguiriam *A Navegação* e o *Comércio*.

1. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Historiogr. port.*, p. 96. Uma vista à *vol d'oiseau* do tema encontra-se na conferência proferida pelo embaixador José Carlos de MACEDO SOARES no curso sobre historiografia brasileira na Academia Brasileira de Letras, publicada na *RHGB*, v. 240 (1958), p. 311. V. também José Honório RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, São Paulo, Fulgor, 1965. Do mesmo autor: *Brazilian Historiography. Present trends and research requirements*, Nova York, 1967. Separ. da *Social Science in Latin America*, org. por Bryce Wood e Manuel Diégues Jr. Nova York, Columbia University Press, 1967.

2. Também teria escrito uma crônica do descobrimento do Brasil o segundo explorador da costa, o escrivão da Fazenda Real Gonçalo Coelho, pai de Duarte Coelho, donatário de Pernambuco. Mas também esta peça desapareceu inexplicavelmente.

3. A primeira História do Brasil é, assim, de fato, a de Pero de Magalhães Gândavo. Escreveu ele dois livros: *O Tratado da terra do Brasil* (Lisboa, Academia Real das Ciências, 1826), e a *História da província de Santa Cruz* (Lisboa, 1576)<sup>(2)</sup>. Até há poucos anos não se sabia se o autor teria estado no Brasil, ou se teria feito o livro através de informações. O professor Hélio Vianna verificou em Portugal que um dos apógrafos é precedido de uma introdução em que Gândavo se refere expressamente à sua estada no Brasil<sup>(3)</sup>. Pretendia o professor Emmanuel Pereira Filho demonstrar com copioso material recolhido em Portugal que as duas obras representavam duas fases de um trabalho, e que se completavam. Ficaram interrompidas as pesquisas com o seu prematuro desaparecimento. A obra está traduzida para o inglês em edição da *Cortés Society*<sup>(4)</sup>.

4. Vem depois Fernão Cardim (1549-1625), que é jesuíta, autor de escritos curiosíssimos sobre a terra do Brasil, dos quais alguns foram primeiro publicados em inglês, por terem sido roubados por um pirata, levados para a Inglaterra e incluídos na famosa coleção de viagens organizada por Purchas<sup>(5)</sup>. O primeiro

2. As duas obras foram publicadas conjuntamente na coleção *Clássicos Brasileiros*, da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1924, com preparo do texto e prefácio de Rodolfo GARCIA. Precede-as uma nota biográfica por CAPISTRANO DE ABREU. A primeira das obras, com o título de *Tratado da província do Brasil*, foi publicada pelo Instituto Nacional do Livro, na coleção *Textos e vocabulários*, em edição fac-similar, com esplêndido aparato crítico de Emmanuel PEREIRA FILHO, Rio de Janeiro, 1965.

3. Hélio VIANNA, A primeira versão do *Tratado da terra do Brasil*, São Paulo, 1953. Separ. da *Revista de História*, n.º 15.

4. *Documents and narratives concerning the discovery and conquest of Latin América*, Nova York, 1922, 2 v.

5. Samuel PURCHAS (1575?-1628). A obra é intitulada: *Hakluytus posthumus, or Purchas, his pilgrimes, containing a history of the world and sea voyages and land travels, etc.*, Londres, 1625, 5 v. O escrito de CARDIM apareceu sob o título de: *A treatise of Brazil written by a Portugal which had long lived there*.

intitula-se “Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar”; o segundo, “Do princípio e origem dos índios do Brasil, e de seus costumes, adoração e cerimônias”. O último é a “Informação da missão do Padre Cristóvão de Gouveia às partes do Brasil no ano de 83, ou narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica”. Foram todos esses escritos publicados em conjunto com o título de *Tratados da terra e gente do Brasil*, introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, J. Leite, 1925. (Volume republicado na coleção *Brasiliiana*.)

5. Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), colono fixado na Bahia, empreendeu uma entrada em busca de riquezas minerais. Escreveu na Corte de Madrid, enquanto aguardava o despacho de favores solicitados para o seu projeto, uma obra notável, a mais completa de informações, muitas delas únicas, sobre o Brasil, com a circunstância de ser extremamente atrativa como estilo. É um livro que se pode ler realmente com agrado<sup>(6)</sup>.

Apesar de português de nascimento, Gabriel Soares de Sousa arraigou-se no Brasil. Tinha tanta fé no futuro do país que Oliveira Lima chega a considerar sua obra “um perfeito manual de propaganda da colônia para uso dos governantes e, de fato, encerra

*A Informação da missão* fora publicada por iniciativa de VARNHAGEN, sob o título de *Narrativa epistolar*, Lisboa, 1847, e, mais tarde, por MELO MORAIS na *Corographia historica*, t. IV, Rio de Janeiro, 1860.

6. Há muitos apógrafos da obra, com bastantes variantes. Foi editada pela primeira vez, parcialmente, por Frei José Mariano da Conceição Veloso, quando dirigia a tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, no início do século XIX. A Academia das Ciências de Lisboa incluiu-a na sua *Coleção de notícias para a história das nações ultramarinas* (1825) com o título de *Notícia do Brasil*, mas sem indicação do autor. O *Patriota brasileiro*, revista publicada em Paris, deu à luz, em 1830, alguns capítulos com o título de “Roteiro do Brasil”. A RIHGB incluiu também alguns capítulos em 1839. Foi VARNHAGEN quem, na mesma *Coleção de notícias*, identificou o autor de maneira cabal. A primeira edição completa foi feita pelo próprio Varnhagen na RIHGB (t. XIV, 1851), sob o título de *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Esta publicação reapareceu em 1870 (Rio de Janeiro). Foi este o texto incluído na Col. Brasileira em 1939 e reeditado em 1971 sob o n.º 117. Também foi publicado na Col. Biblioteca Histórica Brasileira em 1944, sob o título de *Notícia do Brasil*, com prefácio e notas do prof. Pirajá da Silva. Em 1958 publicou Cláudio Ganns o texto do apógrafo espanhol existente na biblioteca do Palácio real de Madrid, sob o título de *Derrotero general de la costa del Brasil* [...] Madrid, Ed. Cultura hispánica.

o inventário cuidadoso, circunstanciado, relativamente cabal, das nossas riquezas”(7). Logo de início mostra-se crente na vocação história do Brasil, que “está capaz para se edificar nele um grande império, o qual, com poucas despesas destes reinos, se fará tão soberano que seja um dos estados do mundo”(8).

Observa Varnhagen que esta confiança no futuro do Brasil se encontra igualmente nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, onde se consigna a profecia de um astrólogo, de que a Terra de Santa Cruz seria abrigo e amparo da metrópole(9).

6. A contribuição jesuítica para o conhecimento do Brasil é constituída em regra por cartas e memórias. Além da obra de Cardim, já referida, a coleção mais valiosa das cartas está reunida na série editada pela Academia Brasileira sob o título de *Cartas jesuíticas*(10). Do valor, do pensamento e da ação de Nóbrega na

7. *Aspectos da literatura colonial brasileira*, Leipzig, 1896, p. 69.

8. Na ed. da Col. Brasiliana, de 1938, p. 2.

9. *Ib.*, p. 453.

10. I. Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1931. Cartas jesuíticas I. (A 1.<sup>a</sup> edição apareceu em 1886 sob o título geral de *Materiais e achegas para a história e a geografia do Brasil*. O prefácio e notas são de VALE CABRAL.) A edição da Academia contém ainda o *Diálogo da conversão do gentio*.

II. *Cartas avulsas (1550-1568)*, Rio de Janeiro, 1931. Cartas jesuíticas II. Baseia-se num códice da Biblioteca Nacional, hoje ilegível por ter o texto completamente delido. Em 1887 chegou a ser impresso na coleção *Materiais e achegas*, acima referida. Mas encontram-se raríssimos exemplares. A edição da Academia tem introdução e notas de Afrânio Peixoto.

III. Joseph de ANCHIETA, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*, Rio de Janeiro, 1933. Cartas jesuíticas III. Nota preliminar de Afrânio Peixoto e prefácio de Antônio de Alcântara Machado. Observe-se que o Padre Serafim Leite atribui ao Padre Cardim, e não a Anchieta, a *Informação da província do Brasil para o nosso padre*, aí publicada sob o n.º XXXII.

A essas publicações nunca assaz louvadas, que se devem à incansável atividade de Afrânio Peixoto, convém juntar: Padre Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais escritos (Opera omnia)*, com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite, SJ, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955 (*Acta universitatis conimbrigensis*).

Serafim LEITE, *Novas cartas jesuíticas* (de Nóbrega a Vieira), São Paulo, CEN, 1940 (Brasiliana, 194).

A publicação oficial dos documentos históricos jesuíticos constitui uma série organizada com todos os requisitos da moderna técnica historiográfica:



civilização do Brasil se dirá no momento em que se tratar da catequese.

7. É também muito utilizado no estudo deste período o *Diário da navegação* de Pero Lopes de Sousa, descoberto por Varnhagen na Biblioteca da Ajuda. Foi pelo investigador editado com o eruditas anotações com o título de *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530...*, Lisboa, 1839<sup>(11)</sup>.

8. A primeira história da terra escrita logo no início do século XVII, mas que permaneceu inédita até quase o século XX, foi a de Frei Vicente do Salvador, no século Vicente Rodrigues Palha, franciscano, natural da Bahia. É um trabalho delicioso de bom humor, de graça e de simplicidade. O próprio livro teve uma história acidentada. O autor escrevera antes uma *Crônica da custódia do Brasil*, que se perdeu, mas da qual algumas páginas terão sido aproveitadas na *História do Brasil*. Numa estada em Portugal entrou em contato com o cônego Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, irmão de Frei Cristóvão de Lisboa, seu colega de hábito. Era Severim de Faria um erudito escritor e apaixonado bibliófilo. Foi ele que animou Frei Vicente a escrever a *História do Brasil*, comprometendo-se a publicá-la. Teve-a em mãos, mas não cumpriu a promessa. Pergunta-se por quê. Os originais perderam-se. Um apógrafo existente na Torre do Tombo foi conhecido por Varnhagen. Uma cópia tirada pela comissão de pesquisas mantida em Portugal pelo governo brasileiro, extraviou-se, vindo afinal ter à Biblioteca Nacional por benemerência de um livreiro. Começou a ser divulgada em 1886. Mas só em 1887 apareceram em volume os dois primeiros livros. Em 1889 os *Anais da Biblioteca*

*Monumenta historica Societatis Jesu*, que atingem mais de centena de volumes. A parte brasileira, a cargo do Padre Serafim LEITE, tem a denominação de *Monumenta brasiliae* e já alcançou quatro tomos. (Roma, I-1956, II-1957, III-1958 e IV-1960.) Estes quatro tomos apareceram também com o frontispício da Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, sob o título: Padre Serafim LEITE, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*.

11. A segunda edição, à revelia de VARNHAGEN, foi impressa no Rio de Janeiro, por ordem e a expensas da Assembléia Provincial de São Paulo, em 1847. A terceira apareceu na RIHGB, t. XXIV, 1861, com prefácio e revisão de Varnhagen. A 4.<sup>a</sup> é do Rio de Janeiro, 1867, também organizada pelo descobridor do documento. A 5.<sup>a</sup> edição é um modelar trabalho de apresentação e anotação do original, de autoria do comandante Eugênio de CASTRO, com prefácio de CAPISTRANO DE ABREU, Rio de Janeiro, 1927 (Série Eduardo Prado). Houve 6.<sup>a</sup> edição, semelhante à 5.<sup>a</sup>, em 1940, promovida pela comissão brasileira dos Centenários de Portugal.

*Nacional* deram o texto completo, em seu volume XIII. Em 1918, finalmente, aparece em edição prefaciada e anotada por Capistrano de Abreu, com a colaboração de Said Ali e Rodolfo Garcia (12).

9. Dois problemas suscita a obra de Frei Vicente do Salvador. O primeiro é o mistério do abandono e ineditismo de tão valioso escrito. A resposta só poderá ser a de Frei Venâncio Willeke no seu estudo biográfico comemorativo do quarto centenário do escritor: "sua atitude franca para com a Metrópole" (13). Realmente, basta ler as páginas iniciais da narração para ver que o chante da Sé de Évora não poderia deixar de temer a repercussão das páginas do livro no ambiente português. Porque Frei Vicente não era somente o primeiro historiador nascido no Brasil. Era também um intemorato defensor do ponto de vista brasileiro no modo de apreciar os fatos. Jamais um cortesão português permitiria que, por sua conta, aparecessem, em letra de forma, apreciações como esta: apesar de "não haver cem anos que se começou a povoar, já se vão despovoando alguns lugares. . . . Nem por isso vai em aumento, mas em diminuição". (Ed. de 1918, p. 15.) E ainda queixas contra os reis "pelo pouco caso que hão feito de tão grande Estado, que nem título quizeram dele, pois intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei do Congo, do Brasil nem se quizeram intitular" (p. 16) (14). Para o autor, o único soberano que se interessou pelo Brasil foi D. João III. Depois dele não houve rei "que dele curasse senão para colher suas rendas e direitos" (p. 16). E adiante insiste: "A reputação e estima do Brasil se acabou com el-rei D. João" (p. 152).

Acusa também os colonos de pouco apego à terra: "Tudo pretendem levar a Portugal. Se as fazendas falassem, continua, haveriam de lhes ensinar como aos papagaios: *-papagaio real, para Portugal*" (p. 16). No Brasil, comenta o autor, tomam os portugueses o tom de usufrutuários e não de senhores. Atribui à murmuração, mas não deixa de consignar com ênfase, as acusações

12. São Paulo, Weisflog Irmãos [depois Companhia Melhoramentos de São Paulo], 1918. "Os prolegômenos à obra do franciscano da Bahia constituem, no consenso geral, o ponto mais alto atingido pela crítica histórica no Brasil." Hélio VIANNA, *Capistrano de Abreu. Ensaio biobibliográfico*, Rio de Janeiro, MEC, 1966, p. 68.

13. "Frei Vicente do Salvador, OFM, Pai da História do Brasil", *RIHGB*, v. 227 (1967), p. 99.

14. Realmente entre os numerosos títulos que ostentava o rei português não figurava o do Brasil. Só após a Restauração, o herdeiro da coroa assumiu o título de Príncipe do Brasil (1653).

aos povoadores que não conquistam o sertão: “Nem uma passada dão por isso. E quando vão ao sertão é a buscar índios forros, trazendo-os à força e com enganos” (p. 26). O desconhecimento das minas do interior é resultado da “negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (p. 19). Por estas e outras passagens, Afrânio Peixoto chega a chamar a *História* de “livro antiportuguês”<sup>(15)</sup>.

Além disso, não agradaria a Severim de Faria, cultor dos clássicos e das formas rígidas, o estilo despreocupado do frade baiano. “Pode escrever com elegância e graça”, diz Capistrano de Abreu, “mas em geral desenvolvem-se os períodos descuidosos, a maneira de contas de rosário debulhadas maquinalmente” (p. XIX).

O segundo problema suscitado pelo estudo da obra de Frei Vicente é o desaparecimento de sua *Crônica da Custódia* e de vários capítulos da *História*. Quanto à *Crônica*, não havendo naquele tempo muito escrupulo no se servirem os autores de material alheio, é certo que foi aproveitada, em largos trechos, por Frei Manuel da Ilha, na crônica em latim que elaborou sobre a província do Brasil<sup>(16)</sup>. Também Jorge Cardoso (1606-1669) no

15. *Breviário da Bahia*, 2.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Agir, 1946, p. 81. Outra obra extraviada, se algum dia foi escrita, é a do padre Manuel de Moraes, jesuíta que abandonou a batina e se passou para o lado dos holandeses após havê-los enfrentado. Seria o autor de uma História do Brasil segundo autores flamengos e declarações dele próprio. Voltando depois ao Brasil, conseguiu ser perdoado em longo processo perante a Inquisição, mas nunca apresentou o manuscrito da obra que teria trazido de volta. V. OLIVEIRA LIMA, “O p.<sup>o</sup> Manuel de Moraes”, *RIHGB*, v. XII, 1907; Afonso d’E. TAUNAY, “Escritores coloniais”, *Anais do Museu paulista*, São Paulo, II, 1925; José Honório RODRIGUES, *Historiografia del Brasil*, Siglo XVII, México, 1963, p. 163. A vida do padre Manuel de Moraes estava sendo escrita por Eduardo Prado. *A Revista nova*, de São Paulo (1932, II, p. 5) publicou um capítulo (o 4.<sup>o</sup>) do livro inacabado.

16. Prova-o exaustivamente Frei Venâncio WILLEKE, não somente em seu estudo acima citado, mas ainda em “Estado atual das pesquisas sobre Frei Vicente do Salvador”, *RIHGB*, v. 279 (1968), p. 165. Para a elaboração de sua obra Frei Vicente socorreu-se da ajuda dos irmãos da ordem. Em carta ao cônego Manuel Severim de FARIA escreve seu irmão Frei Cristóvão de LISBOA em 1626: “Frei Vicente, frade da nossa conquista do Brasil, me mandou dizer que escrevia a História do Brasil. Foi tão honrado que me mandou pedir alguma cousa das que cá fizemos para a inserir nela”. *ABN*, 1904, v. XXVI, p. 409.

*Hagiológico lusitano* (que ele aliás escreve *Agiológico*) nos três primeiros volumes que são de sua autoria (Lisboa, 1652-1666), serviu-se amplamente da *Crônica*, mencionando aliás a fonte. No *Santuário mariano*, obra coletiva coordenada por Frei Agostinho de Santa Maria (Lisboa, 1722), também foi utilizada a *História*, ainda em manuscrito, convenientemente citada.

A quinta edição, de 1967, conservando o prefácio e as notas de Capistrano de Abreu e seus colaboradores, ficou a cargo de Frei Venâncio Willeke e seguiu um apógrafo mais fiel encontrado na Torre do Tombo, completando-se os capítulos desaparecidos com os trechos de obras provadamente baseadas no texto manuscrito da *História*. A existência dos capítulos desaparecidos fica irretorquivelmente comprovada pelo encontro de um índice alfabético, em que vários temas são remetidos aos mesmos.

10. Aproximadamente da mesma época deverão ser os *Diálogos das grandezas do Brasil*, obra preciosa, de autor desconhecido, que Capistrano de Abreu intuitivamente atribuiu a Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho em Pernambuco, e Rodolfo Garcia, amigo e discípulo de Capistrano de Abreu, teve a fortuna de comprovar, seguindo a indicação do mestre<sup>(17)</sup>.

O livro é de um escritor “colorido, enérgico, veemente”, diz Capistrano de Abreu, “capaz de atingir à eloquência”. Mas não é brasileiro, porque refere-se, com certa ironia, ao “mal de negligência dos naturais da terra”. Era culto, e mesmo erudito, sem deixar de ser excelente observador dos fenômenos do país. Garcia encontrou o nome de Brandão entre os cristãos-novos denunciados na *Primeira visitaçãõ do Santo Ofício às partes do Brasil*. (Denúncias da Bahia), São Paulo, 1925.

Sobre a importância das informações de caráter econômico fornecidas pelo livro escreveu o professor Mircea Buescu um artigo repleto de observações preciosas, incorporando-o depois a seu

17. *Diálogos das grandezas do Brasil* pela primeira vez tirados em livro, com introdução de CAPISTRANO DE ABREU e notas de Rodolfo GARCIA, Rio de Janeiro, 1930 (Publicações da Academia brasileira, II - História). Uma segunda edição apareceu na coleção *Clássicos e contemporâneos*, edição da Livraria Livros de Portugal, apresentada por Jaime CORTESÃO, em 1943. Uma terceira edição foi feita na Bahia pela Livraria Progresso, em 1956. O ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa sumiu. VARNHAGEN copiou um apógrafo de Leyde e enviou cópia a Pernambuco, onde apareceu esparsamente na *Revista do Inst. Arqueológico* (n.º 28, 31, 32 e 33).

livro *História econômica do Brasil*<sup>(18)</sup>. Curioso é que, do mesmo modo que Gabriel Soares de Sousa e Frei Vicente do Salvador, o autor dos *Diálogos* profetiza que o Brasil “havia de ser uma opulenta província, refúgio e abrigo da gente portuguesa” (p. 35).

11. Voltando à contribuição jesuítica é preciso registrar o nome do Padre Simão de Vasconcelos (1597-1671), autor de algumas obras de valor desigual: a *Vida do Padre João de Almeida* (Lisboa, 1658); a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* (Lisboa, 1663); as *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (Lisboa, 1668) e, finalmente, a *Vida do venerável padre Joseph de Anchieta* (Lisboa, 1672). A Crônica foi reproduzida em duas edições: Rio de Janeiro, 1864, e Lisboa, 1865, esta muito superior. A Vida de Anchieta apareceu em edição do Instituto Nacional do Livro em 1943 (Biblioteca popular brasileira), em dois volumes, com prefácio do padre Serafim Leite, SJ.

Não é considerado um escritor do nível de seus companheiros de ordem. Estilo redundante e pouca precisão nas indicações, não tiram, porém, à sua contribuição o valor de um testemunho respeitável. Em artigo de extrema agudeza, critica o professor Robert Ricard a sua produção, comparando-o, em matéria de simplicidade, a seu contemporâneo, o padre Manuel Bernardes. Na biografia de Anchieta, diz o ilustrado professor da Sorbonne, “acumulou o autor, com visível satisfação, os mais espantosos e extraordinários prodígios. Qualquer que seja a nossa opinião a respeito da possibilidade desses prodígios, mal se compreende que um religioso que deveria ter sido formado nos quadros postridentinos possa aceitar e divulgar, com tanta ingenuidade, fatos cuja exatidão material aparece em muitos casos escassamente comprovada, ou conferir caráter miraculoso, seja a acontecimentos assaz insignificantes, seja a coisas que se podem explicar muito bem por simples causas naturais. A obra representa, assim, um desses casos, hoje bem conhecidos, demonstrativos de que nem o Renascimento, nem a Reforma protestante e católica, conseguiram extinguir de todo, sobretudo num país conservador como Portugal, o velho espírito da Idade Média, não só com suas distorções e seus erros, mas com a profundidade e a candura da sua fé<sup>(19)</sup>.”

12. Uma obra de aparência puramente devocional é fonte de numerosas informações históricas. Trata-se do trabalho de

18. *História econômica do Brasil. Pesquisas e análises*. Rio de Janeiro, AGEC, 1970.

19. Robert RICARD, “Adam et Anchieta”, *Revista portuguesa de história*, t. v. Homenagem a Gama Barros, v. II, Coimbra, 1951, p. 357.

Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), agostiniano, o *Santuário mariano*, Lisboa, 1707 a 1723, em dez volumes, tendo em vista a história das igrejas e capelas destinadas ao culto de Nossa Senhora. Como a maior parte das igrejas tem, pelo menos secundariamente, o padroado da Virgem Maria, o livro resultou numa verdadeira história da expansão da Igreja no Brasil. Trata-se, diz um dos seus recentes comentadores<sup>(20)</sup>, de “uma espécie de enciclopédia”, em que se descrevem 1.777 santuários (igrejas, capelas, ermidas, altares) dedicados ao culto da virgem. Os sete primeiros tomos abrangem o território português. O oitavo descreve os santuários da Índia, Ásia insular, África e Filipinas. O nono trata da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. O décimo, e último publicado, descreve os santuários do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento. Para realizar a sua obra Frei Agostinho recorreu a diversos colaboradores. Este último volume, por exemplo, é praticamente de autoria do franciscano carioca Frei Miguel de São Francisco, que foi provincial várias vezes. À boa maneira franciscana, na esteira de Frei Vicente do Salvador, Frei Miguel introduz na sisuda obra uns traços de humorismo, também resultante, é de crer-se, de sua condição de natural do Rio de Janeiro.

13. Uma última contribuição jesuítica para a História do Brasil é representada pela obra do padre João Antônio Andreoni (1649-1716), natural de Lucca, Itália, que, sob o pseudônimo de André João Antonil, escreveu um livro célebre: *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. . . A obra obteve todas as licenças necessárias dos poderes civis e eclesiásticos, sendo impressa em 1711. Logo depois foi, porém, confiscada. A revelação das minúcias acerca das riquezas e, especialmente, do roteiro minucioso para a região das minas, foi considerada altamente perigosa. Uns poucos exemplares escaparam<sup>(21)</sup>.

20. ENÉIAS MARTINS FILHO, “O Santuário Mariano e seus autores”, RIHGB, v. 269 (1965), p. 115.

21. Por um deles se fez uma reedição parcial em 1800, na Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, sob a direção de Frei José Mariano da Conceição VELOSO. Em 1837 apareceu no Rio de Janeiro uma reedição integral, mas feita através de uma cópia infiel. Em 1898 apareceu uma edição em Macau (China portuguesa), por iniciativa de Horácio POIARES, com texto bem superior à edição carioca. Em 1899 a *Revista do Arquivo público mineiro* reproduziu-a no seu volume IV, valendo-se, porém, do texto de 1837. Em 1920 a Companhia Melhoramentos de São Paulo difundiu-a largamente, com prefácio de Afonso d’E. TAUNAY, do mais alto interesse. Mas

A obra de Antonil abre um novo quadro diante dos estudiosos da formação brasileira. Não é mais a crônica dos acontecimentos e o elogio dos soberanos, nem o panegírico dos homens notáveis pelo heroísmo ou pela santidade. Trata-se de um estudo em profundidade das produções do país, com fartos dados estatísticos e como uma preciosa descrição dos roteiros. Dele extraiu o professor Mircea Buescu importantes conclusões para a nossa história econômica: “É um dos testemunhos mais preciosos que um estudioso da economia brasileira pode consultar. O autor dá, com admirável precisão quantitativa, uma visão clara da economia brasileira no início do século XVIII”<sup>(22)</sup>. Num tempo em que não se publicavam estatísticas nem relatórios, nem orçamentos, nem balanços, o livro de Antonil representa um caso realmente extraordinário.

14. É de outro tipo a obra histórica que se segue. Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), magistrado baiano, publicou a *História da América portuguesa* em Lisboa, 1730. Ao contrário do seu conterrâneo, Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita é acadêmico e adora o estilo empolado e grandiloquo. Southey considera a obra “magra e desalinhavada, que só na falta de outra tem podido passar por valiosa”. Capistrano de Abreu refere-se com ironia às “informações farfalhantes da sua acatassolada história” nas notas à *História* de Frei Vicente do Salvador. Enquanto no século anterior, o frade franciscano chamara o seu livro simplesmente *História do*

o texto ainda era o de 1837. Duas edições, uma da Livraria Progresso, da Bahia, com um estudo do prof. PINTO DE AGUIAR (1955) e outra, sem aparato crítico, mandada publicar pelo Conselho de Geografia (1962) conservaram o mau texto do Rio de Janeiro.

Finalmente duas edições, dignas do valor da obra, apareceram recentemente. A primeira com introdução e vocabulário, da professora Alice Piffer CANABRAVA, da Universidade de São Paulo, com texto da edição de 1711, e a grafia atualizada. (São Paulo, CEN, 1967, Coleção Roteiro do Brasil, v. 2.) A introdução é um excelente ensaio sobre a vida e a obra do autor.

Em 1968 apareceu a edição bilíngüe (texto da edição de 1711), com tradução francesa e comentário crítico da professora Andrée MANSUY. (Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine.) Trata-se de uma tese de doutorado, apresentada à Faculdade de Letras de Paris em 1965. Não teve, assim, a possibilidade de conhecer o trabalho da colega brasileira. Respeita a grafia exata do texto primitivo. “É o estudo mais completo, a melhor e a mais aprofundada análise crítica de que temos conhecimento sobre esta obra”, disse-o Enéias Martins F.<sup>o</sup> na recensão publicada na RIHGB, v. 285, p. 294.

22. Mircea BUESCU, *Hist. econômica do Brasil*, cit., p. 177.

*Brasil*, a obra do setecentista intitula-se “da América portuguesa”. Seu nacionalismo existe, realmente, mas refugia-se em duas formas. Primeiro pelos louvores delirantes a tudo que se refere à terra. Para apreender o tom da obra basta ler o primeiro capítulo. Tudo é belo no Brasil, tudo é grande, as baías, os rios, as montanhas. Em nenhum lugar do mundo “madruga mais bela a aurora”, nem “se mostra o céu mais sereno”, “o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados”, “as águas são as mais puras”, “dando as suas frutas sazoadas ambrosia”. É enfim “o Brasil terreal paraíso”. Trata-se, pois, do precursor de um gênero de literatura que foi, mais tarde, cognominada “ufanista”, do nome de um livro famoso do conde de Afonso Celso, *Porque me ufano de meu país* (Rio de Janeiro, 1900).

Os conhecimentos geográficos de Rocha Pita são, porém, estranhos. Diz, por exemplo, que o Brasil se limita, a ocidente, com os reinos de Angola e Moçambique. . . Mas ao lado de excentricidades, o livro contém informações preciosas, obtidas dos arquivos que foram realmente pesquisados, mas não são infelizmente mencionados.

Outro traço nacionalista, e este é realmente positivo, e mais tarde será novamente estudado, é a insistência num ponto nobre da colonização portuguesa: a incorporação dos brasileiros ao quadro dos dirigentes do império. O livro contém em apêndice uma lista das “Pessoas naturais do Brasil que exerceram dignidades e governos eclesiásticos e seculares na pátria e fora dela”, bastante incompleta, aliás.

O estilo do autor obscurece as qualidades do livro que só agora começam a ser levadas em conta<sup>(23)</sup>. “Talento não faltava ao escritor, senão moderação ou bom-senso”, diz Pedro Calmon<sup>(24)</sup>.

15. Dom José de Mirales, natural de Xatira (Valência), na Espanha, passou-se para o Brasil, onde casou e fez carreira militar.

23. A primeira edição da *História da América portuguesa desde o anno de mil e quinhentos de seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro* é de Lisboa, 1730. Seguiram-se mais duas edições, uma da Bahia em 1878 (Coleção de obras relativas à história da capitania depois província da Bahia e a sua geografia, mandada reimprimir ou publicar pelo barão Homem de Melo, 1), e outra de Lisboa, em 1880, ilustrada. Sobre o autor, v. o trabalho de João da Costa Pinto DANTAS JÚNIOR, *Rocha Pita*, Bahia, 1960.

24. *História da literatura baiana*, Bahia, 1949 (Evolução histórica da cidade do Salvador, II. Prefeitura municipal), p. 54.



Pedro Calmon encontrou no *Livro de registro dos irmãos da Misericórdia* da Bahia estes dados<sup>(25)</sup>. Pertenceu à Academia dos Esquecidos, como também à dos Renascidos. A sua *História militar*, diz Rodolfo Garcia, é obra de investigação fidedigna. Sabe-se que rebuscou arquivos e coletou dados de testemunhas. Mas está longe de merecer a qualificação de uma história em moldes científicos. Continua sendo fonte imprescindível para pesquisas no setor militar. Está publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, tomo 22 (1900). Não passa de apontamentos, preciosos, é verdade, para uso de um historiador de visão.

16. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1763 ou 1765), religioso franciscano, membro da Academia Brasílica dos Renascidos, sob o pretexto de escrever a história da sua ordem no Brasil, legou-nos uma crônica geral um tanto ingênua (mas preciosa em face do desaparecimento de importantíssimas peças históricas) a que denominou *Orbe seraphico novo brasílico*... (segundo-se mais de quarenta palavras, à moda do século XVIII), Lisboa, 1761. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reeditou-a nos anos de 1858-1862, em 5 volumes com duas partes, mudando-lhe sem razão o título para *Novo orbe seraphico brasileiro*, e acrescentando-lhe uma parte inédita. O autor foi cronista-mor da seráfica província de Santo Antônio do Brasil e lidou com preciosos documentos. Varnhagen considera apreciável a sua contribuição e utiliza-o abundantemente em sua obra. Alguns querem simplesmente expulsá-lo da história, esquecendo o valor de um depoimento honesto e bem apresentado.

17. Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), aliás Frei Gaspar da Madre de Deus Teixeira de Azevedo, era paulista. Erudito, professor de filosofia, escreveu as *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo do Estado do Brasil*, que foram publicadas por ordem da Real Academia das Ciências de Lisboa, da qual era o autor sócio correspondente, em 1797. Pertencente a importante família, aparentado com as maiores figuras do São Paulo colonial, Frei Gaspar é um dos maiores construtores da visão bandeirista da história do Brasil, opondo-se violentamente à interpretação jesuítica. Eis porque ele transcende o quadro dos cronistas regionais.

25. Rodolfo GARCIA, nota a VARNHAGEN, *Hist. geral*, 4.<sup>a</sup> ed. int., IV, 269. Mirales conseguiu autorização para ter livre acesso a todos os livros da vedoria a fim de recolher dados para sua obra. Daí a fidedignidade de suas indicações. V. ordem de OEIRAS, 1761. V. *Anais do Arquivo Público e Museu da Bahia*, v. XVII, p. 224.

Sem ser um estilista à moda do tempo, narra com vivacidade os episódios da sua agitada capitania. A obra está incompleta, faltando um terceiro livro, cujos originais se extraviaram.

Tratando-se de um professor de filosofia, doutorado, aliás, no Rio de Janeiro em 1749, cuja cultura geral se revela imediatamente, e de um pesquisador minucioso de arquivos, cujas peças transcreve conscienciosamente, Frei Gaspar representa um passo importante na historiografia brasileira<sup>(26)</sup>.

Costuma-se juntar ao nome de Frei Gaspar, o de seu primo e companheiro de pesquisas Pedro Taques de Almeida Pais Leme. Mas como estamos preocupados especialmente com histórias gerais e este se dedicou unicamente à regional, dele trataremos oportunamente.

18. Informa Luís dos Santos Vilhena que Dom Fernando José de Portugal, governador da capitania da Bahia, mais tarde vice-rei do Brasil e, finalmente, ministro de Dom João VI, com o título de marquês de Aguiar, animado não só de seu incomparável engenho e profunda literatura, como por estar senhor dos arquivos mais antigos e preciosos de todo o Brasil... além de uma rica vitualha de todos quantos manuscritos particulares há, bem como impressos que por obséquio se lhes vão ofertar, se incumbiu do precioso trabalho de escrever a história da sua capitania, obra que felizmente vai continuando, apesar das incompreensíveis diligências de que Sua Majestade é servido encarregá-lo, e de que tão gloriosamente sabe sair<sup>(27)</sup>.

Que o marquês era realmente culto e conhecedor de boa literatura, provou-o com a sua tradução do *Ensaio sobre a crítica*, de Pope, uma das primeiras produções da Imprensa régia. Que estava

26. A primeira edição das *Memórias* é de Lisboa, 1797. Nova edição foi feita por VARNHAGEN no Rio de Janeiro, em 1847, por conta dos cofres de São Paulo. A terceira edição é precedida de um estudo biográfico e notas de Afonso d'E. TAUNAY, São Paulo, Weissflog Irmãos, 1920. O estudo de TAUNAY figura ainda nos *Anais do Museu paulista*, II, 1925, p. 115, bem como na RIHGB, t. 77, 2.<sup>a</sup>, p. 421. Dele se ocupou Alcides BEZERRA em conferência sobre "A filosofia na fase colonial", proferida em 1930, e divulgada nas *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 33, 1936, p. 72. Uma análise do pensamento filosófico do monge beneditino, retificando algumas afirmações de TAUNAY, encontra-se no "Documentário de filosofia no Brasil", num estudo minucioso de Carlos Lopes de MATOS. (*Revista brasileira de filosofia*, v. XX, fasc. 78, p. 222.)

27. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em vinte cartas...*, edição anotada por Brás do AMARAL, Bahia, 1922, I, p. 250.

a par de toda a legislação colonial, ficou demonstrado com suas utilíssimas notas ao Regimento do governador Roque da Costa Barreto<sup>(28)</sup>. Mas não se conhece nenhum sinal dessa obra que Vilhena já dava como encetada em 101.

19. Os nomes que acabamos de relacionar pertencem a uma fase ultrapassada na historiografia brasileira. Contribuíram valiosamente para a elaboração da história, são hoje utilizados como fontes de informação, mas não suficientes para a compreensão dos fenômenos. São mais objeto da história do que historiadores. No estudo dos historiadores mais recentes vamos encontrar alguns nomes que ainda permanecem válidos para certos setores.

### *Os Grandes Historiadores*

20. O maior historiador do Brasil foi Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro<sup>(29)</sup>. A obra de Varnhagen seguiu o plano traçado pelo sábio bávaro Martius no seu célebre

28. Publicado nos *Documentos históricos* (Bibl. Nac.), v. XIII e XIV, Rio de Janeiro, 1929. O único sinal de execução desse projeto talvez seja a ordem dada pelo governador para que fossem recopiadas as atas da câmara que estavam em mau estado de conservação. Osvaldo VALENTE, apresentação às *Atas da Câmara*, Pref. Munic. do Salvador, 1944 (*Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, p. III).

29. CAPISTRANO DE ABREU, "Sobre o visconde de Porto Seguro", *Ensaios e estudos*, 1.<sup>a</sup> série, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1931, p. 127; publicado também em apenso à *História geral do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed. int., vol. III [1932], p. 435. V. também Rodolfo GARCIA, "Ensaio biobibliográfico", em apenso à *História geral do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed. integral, São Paulo, v. II, 1932, p. 436 (publicado anteriormente no *Jornal do Brasil*, de 1.<sup>o</sup> de julho de 1928 e na RIHGB, t. 104, p. 946). A mais completa biografia de VARNHAGEN é a de Clado Ribeiro de LESSA, publicada na RIHGB, v. 182 a 227 (de abril-junho de 1954 a abril-junho de 1955). Por ocasião do sesquicentenário de seu nascimento, promoveu o IHGB três conferências: "As idéias políticas de Varnhagen", por Américo Jacobina LACOMBE, "Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira", por Thiers Martins MOREIRA, e "Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil", por José Honório RODRIGUES. Estão publicadas na RIHGB, v. 275 (abril-junho 1967), p. 135. A *Correspondência ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen* foi coligida e anotada por Clado Ribeiro de LESSA e editada pelo INL, Rio de Janeiro, 1961. Sobre essa correspondência escreveu interessantes comentários o prof. Hélio VIANNA, RIHGB, v. 274 (1967),

ensaio: "Como se deve escrever a História do Brasil"<sup>(30)</sup>. Pesquisador incansável, paleógrafo emérito e dotado de cultura geral notável, Varnhagen foi quem mais fez para tornar conhecido o século XVI, segundo comenta Capistrano.

Quanto ao século XVII, deu um passo decisivo na história da invasão holandesa, fazendo, pela primeira vez, a síntese dos relatos portugueses com os dos adversários. Quanto ao século XVIII, o mais complexo e o menos estudado do Brasil, ainda assim não tem competidor. De modo que, em conjunto, a obra de Varnhagen é ainda a mais completa de nossa literatura histórica, não só pela extensão do seu trabalho, como pelos métodos historiográficos rigorosos empregados em sua elaboração.

A *História geral* de Varnhagen, segundo Capistrano em 1882, como obra de conjunto, poderá servir por muitos anos, devendo-se encaminhar o esforço dos pesquisadores para as monografias. De

p. 232. As cartas ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, anotadas pelo seu neto, o dr. Pedro Moniz de ARAGÃO, foram publicadas na RIHGB, n.º 268 (1965), p. 13. Seu arquivo, recolhido ao Itamarati, assaz incompleto e fragmentado, é referido no trabalho do embaixador Aluizio NAPOLEÃO, *Os arquivos particulares do Itamaraty*, Rio de Janeiro, 1940 (MRE, publicação n.º 6), p. 13. Sua biblioteca foi, pela maior parte, doada pela viúva ao IHGB. (V. RIHGB, t. 55, 2.ª, p. 445.) Mencionem-se ainda os seguintes trabalhos: Pedro LESSA, Conferência proferida no IHGB por ocasião de seu centenário (RIHGB, 1916, t. 80, 2.ª p. 614); Hélio VIANNA, "Singularidade de um historiador" (RIHGB, v. 264, 1964, p. 354); Celso VIEIRA, *Varnhagen*, Rio de Janeiro, 1923; Remígio de BELLIDO, *Varnhagen e sua obra*, São Paulo, 1916; MAX FLEIUS, "Varnhagen", *Páginas de história*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1930, p. 407; Basílio de MAGALHÃES, Conferência, RIHGB, t. 104, p. 893; Manuel Cícero Peregrino da SILVA, Discurso na inauguração do monumento, RIHGB, t. 182; Manuel Pinheiro CHAGAS, "F. A. de Varnhagen", *Letras e artes*, Lisboa, 1873, II, p. 85; Renato Sêneca FLEURY, *Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro*, São Paulo, Melhoramentos, s.d.; João RIBEIRO, "Varnhagen", *Crítica*, v. VI (Historiadores), Rio de Janeiro, ABL, 1961. Seu elogio acadêmico foi feito na Academia brasileira por OLIVEIRA LIMA em 1903 (Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1903). Está igualmente publicado na RIHGSP, v. XIII, 1910. Encontra-se na *Obra Seleta*, organizada por Barbosa Lima Sob.º, Rio de Janeiro, INL, 1971 (Coleção Centenário, 3), p. 531. V. ainda: Armando Ortega FONTES, *Bibliografia de Varnhagen*, Rio de Janeiro, MRE, 1945.

30. Publicado na RIHGB, t. VI, p. 381. Reproduzido na *Revista de colonização e imigração*, VI, 1943, e na RIHGB, v. 219, p. 187.

um modo geral, o esquema dentro do qual lidamos até hoje ainda é o dele. “Sob as mãos de Varnhagen”, conclui o ensaio que vimos acompanhando, “a história do Brasil uniformiza-se e esplandece”. “Nenhum brasileiro lhe pode atualmente ser comparado.”.

21. Acima de Varnhagen quanto à forma, a concepção artística e a intuição, Capistrano coloca a obra de Robert Southey. Mas a obra do laureado poeta inglês é infelizmente incompleta, visto como ele a escreveu antes das grandes contribuições e dos estudos regionais de Baena<sup>(31)</sup>, Accioli<sup>(32)</sup>, Pizarro<sup>(33)</sup>, Lisboa<sup>(34)</sup>, São Leopoldo<sup>(35)</sup>, e Fernandes Gama<sup>(36)</sup>; Capistrano só vê um historiador que pode ser comparado a Varnhagen com vantagem, “mas de longe”, dado o caráter fragmentário de seus estudos: o senador Cândido Mendes de Almeida<sup>(37)</sup>.

31. Antônio Ladislau Monteiro de BAENA, *Compêndio das eras da província do Pará*, Pará, 1838. Foi reeditado em 1969 pela Universidade Federal do Pará, com prefácio de Artur César Ferreira Reis e biografia do autor por Artur Viana, extraída dos *Anais da Biblioteca e Arquivo público do Pará*, t. II (Belém, 1902). Por ocasião do centenário da morte de Baena, pronunciou o coronel João Batista de Magalhães uma conferência no Instituto Histórico (RIHGB, v. 207, IV-IV-1950, p. 192). Baena era militar. Chegou ao Brasil em 1803, como ajudante-de-campo do conde dos Arcos, governador do Pará. Aí se radicou, morrendo em 1850. Sua obra é extensa, compreendendo muitos trabalhos técnicos. O *Compêndio das eras* é um mero repositório de fatos. A comissão do Instituto Histórico incumbida de dar parecer sobre a obra (RIHGB, t. II, 2.<sup>a</sup> ed., p. 237), composta do cons.<sup>o</sup> Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Cândido José de Araújo Viana e Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, aponta-lhe sérios defeitos, como um aproveitamento excessivo da obra de BERREDO e certa pobreza de linguagem. Mas é uma fonte útil a serviço dos pesquisadores modernos, conforme o declara Artur César Ferreira Reis, no prefácio citado.

32. Ignacio Accioli de CERQUEIRA E SILVA, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, Bahia, 1835-1852, 6 v. Nova edição: *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, pelo coronel Ignacio Accioli de CERQUEIRA E SILVA, mandadas reeditar pelo governo do Estado. Anotador Dr. Braz do Amaral, Bahia, Imprensa Oficial, 1919-1940. (O título não é uniforme em todos os volumes.) As notas aumentaram consideravelmente o texto primitivo com documentos dos arquivos brasileiros e portugueses. Accioli, como é geralmente conhecido o autor, era português, natural de Coimbra, vindo em criança para a Bahia. Faleceu no Rio de Janeiro em 1865 como cronista do Império. Combateu a favor do Brasil na guerra da Independência, obtendo o posto de coronel de milícias. Além de sua obra

maior, acima citada, escreveu uma *Corografia paraense*, Bahia, 1833; uma *Informação ou descrição topográfica e política do rio de São Francisco*, Bahia, 1847 (reeditada na RIHGB, n.º 62); um *Ensaio corográfico do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1954, além de memórias publicadas na RIHGB e outros periódicos. Deixou inéditos. Bom compilador de fatos, não se distingue por nenhuma orientação científica.

33. José de Souza Azevedo PIZARRO E ARAÚJO, *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, Rio de Janeiro, 1820-1822, 9 t., citado habitualmente como Pizarro, era carioca (1753-1830). As *Memórias* foram reeditadas pelo INL, com prefácio de Rubens Borba de Moraes, 1945-1948. (Biblioteca popular brasileira, IV) com valioso acréscimo de um índice geral em 1951.

Sua biografia, publicada na RIHGB, t. I (3.ª ed.), p. 275 é transcrição quase literal do que diz o próprio Pizarro (VI, 135). É autor escrupuloso, pesquisador incansável nos arquivos eclesiásticos e civis. Sua documentação é preciosa e, em boa parte, destruída nos originais. Falta-lhe, porém, método na exposição, sendo antes guiado pelo material obtido do que por um plano sistemático. Por isso, diz dele Varnhagen que é autor de “uma obra confusa, difusa e até, às vezes, obtusa.” (*História geral*, 3.ª ed. integr., São Paulo, 1936, v, 269). Rodolfo Garcia, anotando Varnhagen, considera suas *Memórias* “indispensáveis”, o que é rigorosamente exato.

As memórias representam o fruto de continuado esforço dos eclesiásticos do cabido do Rio de Janeiro, honestamente mencionados pelo autor. Do ponto de vista doutrinário, Pizarro é uma expressão autêntica do regalismo português. Defende calorosamente o controle do Estado sobre a Igreja e tem má vontade indistigável em relação à Cúria romana e seus agentes, os Legados e Núncios. Tem visível antipatia às ordens religiosas, então em crise, especialmente os jesuítas, tanto os antigos, extintos, quanto os existentes, os egressos da ordem, secularizados. Antiescolástico, elogia o monge beneditino Frei José Sofia da Natividade, mais tarde bispo do Pará, porque “foi o primeiro que, rompendo o véu escuro da filosofia doutrinada pelos sectários de Aristóteles, postilou ecleticamente no Rio de Janeiro, abrindo à mocidade desvalida de meios para adquirir melhores conhecimentos, com proveito notável da República Literária” (v, 285).

Foi membro da Mesa da Consciência e Ordens, precisamente o órgão pelo qual o Estado interferia diretamente nos assuntos eclesiásticos, aposentando-se como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Teve sérios conflitos com o bispo do Rio de Janeiro, sendo preso por ordem deste, partindo depois ocultamente para Lisboa. Só voltou ao Rio de Janeiro por ocasião da vinda da Família Real. (Américo Jacobina LACOMBE, “Monsenhor Pizarro”, *Verbum*, v. VI, março de 1949, p. 42.)

O capítulo sobre a vila de Parati de suas *Memórias* está transcrito fac-similarmente nas Publicações do IPHAN, n.º 22 (Rio de Janeiro, 1960). Um

código de manuscritos sobre Angra dos Reis, com documentos extraídos do arquivo da câmara dali, hoje desaparecido, alguns do punho de Pizarro, existe no IHGB. Foram publicados na RIHGB, t. 271 (1966), p. 295. (Américo Jacobina LACOMBE, "Pizarro", *Diário de Notícias*, 26 de janeiro de 1964; "Ainda Pizarro", *ib.*, 16 de fevereiro de 1964.)

34. Balthazar da Silva LISBOA, *Annaes do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1834-1835, 7 v. O título completo da obra principal de Balthazar Lisboa, irmão de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, é: *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade, com a historia civil e ecclesiastica até a chegada d'El Rei D. João VI, além de noticias topographicas, zoologicas e botanicas*, por Balthazar da Silva LISBOA, doutor em leis pela Universidade de Coimbra, conselheiro aposentado no Conselho da Fazenda, Rio de Janeiro, Seignot Plancher, 7 t., 1834-1835.

Uma reedição iniciada em 1941 pelo Serviço de Museus da cidade não passou do primeiro tomo. A obra foi reeditada fac-similarmente em 1967 pela Editora Leitura. Um tomo complementar (VIII) contém uma nota do editor, um estudo biográfico do prof. Pedro Calmon, um índice de assuntos, uma iconografia organizada por Lígia da Fonseca Fernandes da Cunha e uma cartografia por Eduardo Canabrava Barreiros.

Seu elogio histórico foi feito no IHGB pelo sargento-mor (depois marechal-de-campo) Pedro de Alcântara Bellegarde e sua biografia pelo sobrinho Bento da Silva Lisboa (2.º barão de Cairu). Ambos os trabalhos figuram na RIHGB, t. II, p. 384, 590. Como professor de Direito Eclesiástico da Faculdade de Direito de São Paulo, traça-lhe o perfil ALMEIDA NOGUEIRA, *A Academia de São Paulo. Tradições e reminiscências*, IV série, São Paulo, 1908, p. 26. O mais completo estudo a seu respeito é a conferência do engenheiro João da Costa FERREIRA, publicada na RIHGB, t. 175, p. 543.

Apesar de indiciado na Conjuração mineira (ABN, t. 59, p. 207), era extremamente reacionário. Seu discurso na abertura dos cursos em 1829 é uma profissão de fé monárquica e absolutista. V. *Fala do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa na abertura de sua aula em 3 de março de 1829*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1829. Isto não impediu que, na qualidade de Juiz de Fora do Rio de Janeiro, enfrentasse os poderosos e tomasse atitudes francamente populistas.

Na Biblioteca Municipal do Porto há um apógrafo dos *Anais do Rio de Janeiro, Catálogo dos mss. da Bibl. Mun. do Porto*, Lisboa, 1953, p. 190.

A Baltasar Lisboa também se refere depreciativamente Varnhagen chamando-lhe a obra de "colcha de retalhos", mas reconhecendo que "ao menos há neles muitos documentos". (*História geral*, 3.ª ed. integ., v, p. 269.) A obra de Lisboa, excelente conhecedor dos arquivos judiciários, completa, de certo modo, a de Pizarro (especialista em arquivos eclesiásticos). V.: Américo Jacobina LACOMBE, "Bibliografia carioca", *Diário de*

*Notícias*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1964; “Baltasar Lisboa”, *ib.*, 23 de fevereiro de 1964, e “Ainda Baltasar Lisboa”, *ib.*, 8 de março de 1964.

35. José Feliciano Fernandes PINHEIRO [Visconde de SÃO LEOPOLDO], *Annaes da Capitania de São Pedro*, t. I, Rio de Janeiro, 1819, t. II, Lisboa, 1822. O t. II já tem por título: *Annaes da provincia de São Pedro*. Segue-se nova edição em Paris, fundindo a matéria em um só tomo: *Annaes da provincia de São Pedro* por José Feliciano Fernandes PINHEIRO, Visconde de SÃO LEOPOLDO, antigo Conselheiro de Estado... Segunda edição, correctea e augmentada... Paris, 1839. Foi feita uma reedição pelo INL, *Anais da provincia de São Pedro*. Notícia sobre o autor, de Aurélio PORTO, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946 (Biblioteca Popular Brasileira, XXI). A obra traz em anexo um resumo histórico da província de Santa Catarina.

Os *Anais* de São Leopoldo constituem um dos livros mais bem planejados e bem escritos de toda a nossa antiga historiografia. Sobre ele veja-se o Juízo da Comissão de História na RIHGB, t. I, 3.<sup>a</sup> ed., p. 225; o estudo biográfico do dr. Antônio da CUNHA BARBOSA, RIHGB, t. 72, 2.<sup>a</sup> parte, p. 181; o elogio fúnebre de Araújo PORTO ALEGRE, na RIHGB, t. 11, p. 179. Uma conferência de Aureliano LEITE (RIHGB, v. 196, p. 239) não encarou o historiador. Sílvio Romero diz que ele era “dos nossos historiadores, o que melhor sabia fazer um livro”. Enquanto os contemporâneos faziam livros pesados, ele se revela “um espírito ordeiro, claro, sem nebulosidades, sóbrio. Suas idéias, se não são profundas e originais, são perfeitamente elaboradas. São filhas de uma reflexão metódica e serena”. *História da literatura brasileira*, 4.<sup>a</sup> ed., v. II, 1949, p. 272. A biografia de Feijó Bittencourt, aliás seu parente, feita para o Instituto Histórico (*Os fundadores*, Rio de Janeiro, 1938, p. 19), pouco se estende sobre a obra histórica.

O visconde de São Leopoldo juntou à sua qualidade de historiador, a de planejador, como primeiro presidente (perpétuo) do Instituto Histórico. Procurou imprimir à instituição um cunho científico e objetivo. Ao que consta, propunha-se a escrever uma História geral do Brasil quando lhe faltaram as forças. Suas *Memórias*, infelizmente pouco extensas, compiladas pelo barão Homem de Melo, estão publicadas na RIHGB, t. 37 (2.<sup>a</sup>), p. 5, e 38, p. 5.

V. ainda sobre ele os “Apontamentos biográficos” de autoria do cônego FERNANDES PINHEIRO (RIHGB, t. 19, 2.<sup>a</sup>, p. 132) e a “Biografia”, pelo barão HOMEM DE MELO (*ib.*, t. 23, p. 131). Encerrando a notícia que precede a edição do INL, diz Aurélio PORTO que os *Anais* representam “obra notável no seu tempo, esforço inteligente de pesquisa e erudição. Cabe a Fernandes Pinheiro o lugar de primeiro historiador do Rio Grande do Sul, pois antes dele ninguém se aventurou a fazer obra de conjunto”, e isto na “década de 1810, quando os documentos a consultar dos arquivos das secretarias formavam um verdadeiro caos” (p. XXIII-XXIV).



36. José Bernardo FERNANDES GAMA, *Memórias históricas da província de Pernambuco*, precedidas de um ensaio topographico-historico, dedicadas aos Illmos. e Exmos. senhores Francisco do Rego Barros e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Recife, 1844-1847, 4 t.

De todos os cronistas locais Fernandes Gama (1809-1853) é exatamente o mais fraco. Segundo José Honório RODRIGUES (*Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, INL, 1949, p. 138), limitou-se a compilar diversos escritos da época. "Seguiu Beauchamp, o que não é louvável, e falseou a verdade de muitos fatos. / Sua obra é secundária, sem método e crítica histórica."

37. Cândido Mendes de ALMEIDA, a quem Capistrano de Abreu se refere com tanta admiração ("Sobre o visconde de Porto Seguro", *Gazeta de notícias*, de 21 e 23 de novembro de 1882, transcr. na *Hist. geral do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed. integr., II, p. 436), mereceu muitas referências de Varnhagen. Em carta ao Imperador, este historiador indicava seu nome para secretário do Instituto Histórico, cargo que ele entendia que deveria ser remunerado pelos cofres públicos. Elogiava-lhe a erudição e o método de trabalho. (*Correspondência ativa*, coligida e anotada por Clado Ribeiro de LESSA, Rio de Janeiro, INL, 1961, p. 198, 199). Respondendo a uma crítica, no posfácio da *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1621 a 1654*, Viena, 1871, ainda lhe manifesta o maior respeito.

O senador do Império Cândido Mendes de Almeida (Brejo, Maranhão, 1818-Rio de Janeiro, 1881) era bacharel em direito, foi professor de geografia e história em São Luís e, depois, funcionário público e advogado no Rio de Janeiro. Foi deputado e senador pela sua província. Católico ortodoxo, foi dos mais ardentes defensores dos bispos na chamada "Questão religiosa". Sua obra é extensa e valiosa: *Direito civil ecclesiastico brasileiro*... , 2 t. em 4 v., Rio de Janeiro, 1866-1873. (O prefácio, de 424 p., é a mais séria exposição do ponto de vista católico da história religiosa luso-brasileira.) *O Código filipino*... , Rio de Janeiro, 1870 (Ordenações do reino, com aditamento das leis novas portuguesas e brasileiras). A essa obra serve de complemento o *Auxiliar jurídico*... , Rio de Janeiro, 1869. (O aparato bibliográfico dessas duas obras é dos mais notáveis em nossa literatura histórico-jurídica.) Da mesma linha são os *Arestos do Supremo Tribunal de Justiça*... , Rio de Janeiro, 1880, 2 v. O *Atlas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1868, contém 24 mapas e é trabalho pioneiro. As *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1860-1874, 2 v., é uma valiosa compilação de documentos raros, criteriosamente anotados. Não é possível deixar de mencionar a edição revista e anotada dos *Princípios de direito mercantil*, do visconde de CAIRU, a que antepôs um prefácio de 648 páginas, que é uma insuperada história do comércio (Rio de Janeiro, 1874, 2 v.). Acrescentem-se numerosos opúsculos e colaborações em diversos periódicos e verificar-se-á que Cândido

Mendes de Almeida é dos mais prolíficos escritores do Brasil. Dele disse Clóvis BEVILÁQUA, na *História da Faculdade de Direito do Recife*, Rio de Janeiro, 1927, v. I, p. 75, que "foi um trabalhador extraordinário. Todas as fontes do direito ele perquiriu, algumas restaurou e muitas pôs ao alcance dos estudiosos. Não foi um criador, nem um doutrinário, mas um investigador inteligente e infatigável que influiu sobre o desenvolvimento da nossa jurisprudência, poupando penosos labores aos que tinham de estudar e aplicar". De seu *Direito civil eclesiástico* disse LACERDA DE ALMEIDA (*Revista da Fac. livre de Direito*, Rio de Janeiro, v. XIII, 1917): "Não conheço, em história do direito, obra mais erudita, mais profunda, de vistas mais exatas e de maior sinceridade". A profundidade de seu pensamento e sua atualidade são proclamadas por um mestre autêntico da nova geração quando declara: "Uma reflexão cuidadosa [sobre a história do direito nacional] na esteira das lições de grandes mestres como Cândido Mendes de Almeida, permitiria aos juristas de hoje vencer definitivamente o individualismo sem cair no socialismo... Intérprete da formação histórica do nosso direito, Cândido Mendes de Almeida é também um guia para a renovação jurídica à qual devemos tender". (J. P. Galvão de Sousa, "Cândido Mendes, intérprete da nossa formação jurídica", *Digesto econômico*, São Paulo, n.º 94, setembro de 1952, p. 59.)

Sua biografia está resumida por Abelardo Saraiva da Cunha LOBO ("Adesão do Maranhão à independência do Brasil. Traços biográficos do senador Cândido Mendes de Almeida..."), *Jornal do comércio*, Rio de Janeiro, julho de 1928. V. ainda: SÁ VIANNA, *Elogio histórico*, Rio de Janeiro, 1918, e, mais recentemente, Cândido Antônio Mendes de ALMEIDA, *O Senador do império Cândido Mendes de Almeida*, Rio de Janeiro, 1943.

38. A obra histórica de João Francisco LISBOA, expoente da cultura humanística do Maranhão (1812-1863) é constituída de trabalhos diversos, publicados parceladamente. O principal é o *Jornal de Timon*, aparecido em São Luís entre 1852 e 1858, sob a forma de fascículos, depois reunidos em dois volumes. Daí se extraíram os *Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*, Lisboa, 1858. Escreveu também a *Vida do padre Antônio Vieira*, publicação póstuma, considerada inacabada pelo autor, mas incluída em suas *Obras completas*, Lisboa, 1864-1865, 4 v. (Reimpressas em 1901, 2 v.)

Com um pouco mais de atenção à técnica historiográfica, Francisco Lisboa seria um dos primeiros nomes de nossa história. Ele atinge com agudeza todos os pontos fundamentais de nossa formação. Preocupou-se seriamente com a administração e a legislação coloniais, que pesquisou e resumiu como nenhum outro. Sílvio Romero chamou-o de "Príncipe de nossos historiadores". Lamentam os críticos atuais a pouca difusão de seus livros. (Luís Costa LIMA, in *A literatura brasileira*, direcção de Afrânio COUTINHO, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1968, I, 378.) Poucos o estudaram com

22. A respeito dos principais nomes da historiografia do século XIX, convém consignar os nomes de João Francisco Lisboa, dotado de qualidades excepcionais como pesquisador e, especialmente, como expositor, mas que não deixou obra à altura dos seus altos méritos<sup>(38)</sup>; Joaquim Caetano da Silva, um dos maiores pesquisadores brasileiros, autor da maior obra de erudição de nossa historiografia, o *L'Oyapoc et l'Amazone* (Paris, 1861) <sup>(39)</sup>; Pereira

tanta atenção quanto Vivaldi MOREIRA (*Figuras, tempos, formas*, Belo Horizonte, 1966, p. 15). Partidário de uma funda renovação da nacionalidade, Francisco Lisboa opôs-se firmemente à violência e aos atos de revolta espontânea, sem possibilidade de vitória definitiva. É por isto que Vivaldi Moreira considera-o o "teorista da revolução". A mais profunda análise filosófica da obra de Lisboa foi feita por Pedro LESSA, no IHGB (RIHGB, t. 76, 1.<sup>a</sup>, p. 65). Examinou-lhe e louvou-lhe as qualidades de historiador Elmano CARDIM (Ib., t. 259, 1963, p. 181).

39. Joaquim Caetano da SILVA (1810-1873) foi uma das maiores expressões da cultura brasileira. Nascido em Jaguarão (RS) bacharelou-se em letras e doutorou-se em medicina em França. No Rio de Janeiro foi professor e reitor do Colégio Pedro II. A leitura, no IHGB de sua Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana francesa foi a sua revelação como erudito e polemista. Impressionado com a sua capacidade, o Imperador nomeou-o Encarregado de Negócios e depois cônsul geral em Haia. Durante sua estada na Europa, Joaquim Caetano reuniu os elementos de sua obra principal *L'Oyapoc et l'Amazone*, Paris, 1861, 2 v. Nela compendiou metodicamente a documentação e a argumentação que vão constituir, mais tarde, a base da defesa apresentada pelo barão do Rio Branco como defensor de nossos direitos perante o tribunal arbitral em Berna, 1900. O barão chegou mesmo a incorporar aos documentos de sua memória uma reedição da obra de Joaquim Caetano. Além da elaboração desta obra que, no dizer do Imperador, valia um exército estendido na fronteira, recolheu o nosso enviado extensa e preciosa documentação não só sobre as nossas fronteiras quanto sobre a invasão holandesa. De volta ao Brasil foi diretor da Instrução pública no Rio de Janeiro e, finalmente, diretor do Arquivo Nacional. V.: Luís Filipe Vieira SOUTO, "Os médicos na Academia", *Jornal do Comércio*, 11 de novembro de 1934; Feijó BITTENCOURT, *Os fundadores*, Rio de Janeiro, IHGB, 1938; João Pinto da SILVA, biogr. in *Província de São Pedro*, n.º 9; Virgílio CORRÊA FILHO, "Joaquim Caetano e o Instituto Histórico", RIHGB, v. 231 (1956), p. 355; Paulino José Soares de SOUZA NETO, "Joaquim Caetano", RIHGB, v. 226 (1955), p. 261 e Afonso Arinos de MELO FRANCO, Discurso na Câmara dos deputados, in *Estudos e discursos*, São Paulo [1961]. Sobre as pesquisas, José Honório RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1969, p. 70 (Col. Brasileira).

da Silva, escritor agradável, mas guia perigoso, do qual se apontam várias infidelidades<sup>(40)</sup>; Abreu e Lima, compilador inteligente, com um temperamento polêmico e apaixonado<sup>(41)</sup>. José da Silva Lisboa,

40. O Conselheiro João Manuel Pereira da SILVA (1817-1898), carioca, foi político (chegando a senador do Império) e advogado. Como historiador escreveu abundantemente. Algumas de suas obras são ainda consultadas necessariamente, mas é extremamente perigosa a sua utilização. Ele não se preocupava com a exatidão dos textos, nem com a pureza das fontes. O mais importante de seus trabalhos, a *História da fundação do império brasileiro*, Paris, 1864-1868, 7 t., está cheio de enganos. Mencionem-se ainda: *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil*, Rio de Janeiro, 1879; *História do Brasil* (1831-1840), Rio de Janeiro, 1879; o *Plutarco brasileiro*, Rio de Janeiro, 1847, 2 t., reeditado em 1858 com o título de *Varões illustres do Brasil*. O mais legível de seus livros, são as *Memórias de meu tempo*, Rio de Janeiro, 1895-1896, 2 v.

Fazendo-lhe o necrológico no IHGB, Joaquim Nabuco (*Obras completas*, São Paulo, 1949, ix, 207) ressalta a utilidade de alguns de seus livros, mas acrescenta logo: "Qual será, porém, o lugar dessa história nessa posteridade? É um lugar provisório... porque nesse trabalho todo há antes justaposição que elaboração e não há crítica nem critério certo... Numerosos enganos de datas e de fatos inçam os seus volumes. Ele escrevia história em viagem, em hotéis nas escrivatinhas dos bancos e, naturalmente, com esses hábitos nômades, não podia recorrer a bibliotecas e arquivos, nem sequer a livros de consulta; feitas, porém, essas e outras concessões à crítica, os seus volumes são ainda o melhor aperitivo que existe entre nós para os que têm que estudar a história". Em "Algumas retificações ao conselheiro Pereira da Silva", pelo visconde de TAUNAY (*Brasileiros e estrangeiros*, São Paulo, 1931, p. 90) encontram-se algumas correções à obra "muito precipitadamente escrita". Mais violentamente se pronunciam os escritores solidários com os que ele atacou: A biografia de José Bonifácio, diz o andradista VASCONCELOS DE DRUMMOND, "é um tecido de falsas apreciações, de calúnias e desaforos políticos que só merecem o mais profundo desprezo". (*Gazeta literária*, I, 2, p. 38, 1883.) Com grande despreço refere-se a ele Jaime CORTESÃO, segundo o qual a biografia de Alexandre de Gusmão éxameia de erros. (*Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*, parte I, tomo I, Rio de Janeiro, Inst. Rio Branco, 1952, p. 143.) Tem lugar conspícuo, porém, na história literária como autor de contos e novelas. (*Os precursores do conto no Brasil*, intr., pesquisa e seleção de Barbosa LIMA SOBRINHO, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.)

41. José Inácio de ABREU E LIMA (1796-1869), filho do revolucionário de 1817 Abreu e Lima, cognominado o Padre Roma, era pernambucano. Seguiu a carreira militar. Exilou-se após a revolução de 1817 e

visconde de Cairu, tem uma produção histórica abaixo do seu imenso valor como pensador político e erudito<sup>(42)</sup>. Melo Moraes foi um benemérito colecionador de peças históricas, que publicou desordenadamente diversas obras, compreendendo muita documentação preciosa, muita produção alheia e diversas produções polê-

serviu à causa da independência da Grã-Colômbia, sob o comando de Bolívar. Com a morte deste foi para a Europa, onde se aproximou de D. Pedro I, já abdicatário do trono brasileiro. Daí veio para o Brasil e escreveu abundantemente sobre vários assuntos históricos, filosóficos e religiosos, sempre fiel aos princípios liberais. Polemista ardente, enfrentou adversários perigosos. A propósito de um *Compêndio de História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1843, 2 v. (2.<sup>a</sup> edição, infiel, em 1882), teve exaltada discussão com o cônego Januário da Cunha Barbosa e Francisco Adolfo de Varnhagen. Publicou depois a *Synópsis ou deducção chronologica dos fatos mais notáveis da história do Brasil*, Pernambuco, 1845. Abreu e Lima não era um bom pesquisador e Varnhagen em seu parecer, apresentado no IHGB, assinala, realmente, falhas graves na exposição. Mas foi o primeiro que encarou alguns aspectos metodológicos da história, como o da periodização. (V. José Honório RODRIGUES, *Teoria da história do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1969, p. 126.) Foi-lhe favorável Gonçalves Dias num parecer de 1852 (RIHGB, t. XV, p. 510). Araújo Porto Alegre no Relatório de 1858 do IHGB não lhe regateia elogios: "O sr. general Abreu e Lima, no seu índice cronológico fez a enumeração dos fatos e, na sua história geral, seguiu algumas vezes Beauchamp. Porém, honra lhe seja feita na parte moderna e em que foi espectador, porque aí abdicou muitas vezes seus princípios e vistas políticas para fazer justiça a seus contrários"; RIHGB, XXI, 2.<sup>a</sup> ed., p. 464.

Seu *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar*, existente no arquivo do IAHGP foi publicado pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1922, com prefácio de Goulart de Andrade e biografia e notas de Diego Carbonell. Sua biografia foi feita por Alfredo de CARVALHO na *Revista americana*, 1, p. 8 (1910). V. ainda: Estevão PINTO, *O general Abreu e Lima*, Recife, 1949. (Incluído em *Muxarabis e balcões*, São Paulo, 1958, Brasiliana, v. 303, p. 312); José Honório RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, São Paulo, 1965, p. 62; C. F. X. [Comandante César Feliciano Xavier], "Abreu e Lima", *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1923 (com pequena bibliografia); Argeu GUIMARÃES, *Um brasileiro na epopéia bolivariana*, Recife, 1926 e Barbosa LIMA SOBRINHO, "Centenário da morte do general José Inácio de Abreu e Lima", RIHGB, v. 283 (1969), p. 169.

42. O visconde de CAIRU é uma das maiores expressões da cultura brasileira. Nasceu na Bahia em 1756 e faleceu no Rio de Janeiro em 1835. Sua obra jurídica é das mais notáveis do Brasil. Seu *Tratado de direito*

mercantil coloca-o entre os grandes cientistas do direito, a ponto de uma autoridade como T. ASCARELLI considerá-lo o maior comercialista do mundo em seu tempo. Sua obra política, quer nos conselhos da coroa, quer na tribuna parlamentar, é fundamental. Como jornalista e panfletário também teve papel primacial. Mas como historiador sua obra é pequena. Restringe-se, quanto ao Brasil, à *Memória dos benefícios políticos de El-Rei Nosso Senhor D. João VI* (1818), à *Introdução* (1823) e à *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1830). A *Memória dos benefícios*, a que se prende uma publicação anexa, a *Sinopse da legislação principal do Sr. D. João VI*, do mesmo ano, são de iniciativa individual. Mas a *História dos principais sucessos políticos* resulta de uma providência oficial. Fora ele incumbido de elaborá-la por ato do ministro do Império, o marquês de Valença, por ordem do Imperador (Portaria de 7 de janeiro de 1825). Para desincumbir-se do encargo foi dispensado de suas atividades judiciárias e teve dois colaboradores de mérito: Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus SAMPAIO e o brigadeiro Domingos Alves Branco MONIZ BARRETO. Teria ainda a colaboração de um escrevente, Estanislau de SOUSA CALDAS. Acresce que a impressão do trabalho retardou-se mais de seis meses na Imprensa Nacional. Mesmo assim apareceu a *Introdução* em 1825 e, em seguida, a *Parte 1.<sup>a</sup>* (1827), e a *10.<sup>a</sup>*, dividida em três seções (1827, 1829 e 1830). BLAKE, *Diccion. bibliogr.*, v. 1899, p. 200. Nunca foram reeditadas.

A *Introdução* é o primeiro trabalho relativo às fontes necessárias à elaboração de uma *História do Brasil* e, assim, "o primeiro trabalho historiográfico brasileiro". Dele existe uma versão manuscrita no arquivo da Família imperial, ora no Museu Imperial de Petrópolis, que foi cotejada com a impressão, em curioso estudo do prof. Hélio VIANNA: "A primeira versão da *Introdução à História dos principais sucessos políticos*", *Revista de história*, São Paulo, 1963. Em numerosos opúsculos são igualmente abordados importantes problemas históricos em defesa do Brasil. V. Cândido Mendes de ALMEIDA, *Introdução aos Princípios de direito mercantil*, 6.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1874; Braz do AMARAL, "Visconde de Cairu", *RIHGB*, v. 170 (1939); Moses Bensabat AMZALAK, "José da Silva Lisboa, visconde de Cairu", *Brasília*, Coimbra, v. II, 1943; Clóvis BEVILÁQUA, "A cultura jurídica no Brasil", *Anais do 1.<sup>o</sup> Congresso de História da América* (1922), t. IX, Rio de Janeiro, 1930; Alcides BEZERRA, "O visconde de Cairu, vida e obra", *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 34, Rio de Janeiro, 1937; Inocêncio M. Góis CALMON, "Cairu, jurista e advogado", *RIHGB*, n.º 62, 1936; Aloísio de CARVALHO FILHO, "Cairu. Político e intelectual", *ib.*; Afonso Arinos de MELO FRANCO, "O visconde de Cairu", *Digesto econômico*, n.º 28, São Paulo, 1947; Bento da Silva LISBOA, 2.<sup>o</sup> barão de Cairu, "J. da S. Lisboa, v. de Cairu", *RIHGB*, t. I (1839); Eugênio Vilhena de MORAIS, "Obscuridade de Cairu", *Jornal do Comércio*, 16 de julho de 1937;

micas de valor desigual<sup>(43)</sup>. Joaquim Felício dos Santos é o autor de uma das mais interessantes monografias regionais, que reúne à

“No bicentenário de J. da S. Lisboa, *ib.*, 15 de julho de 1956; Excerptos da obra *O espírito de Cairu*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1958; Luís Nogueira de PAULA, Introdução aos *Princípios de Economia política*, Rio de Janeiro, 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1956; Hélio VIANNA, *Contribuição à história da imprensa no Brasil* [O visconde de Cairu, jornalista e panfle-tário], Rio de Janeiro, INL, 1945; “Retificações à bibliografia do visconde de Cairu”, *Anais do 1.º Congresso de hist. da Bahia*, Salvador, 1950. v. v, 1951, p. 323; Elyσιο de Oliveira BELCHIOR, *Visc. de Cairu, sua vida e sua obra*. Monografia premiada pela Confederação Nacional do Comércio e pela Administração Nacional do SENAC, Rio de Janeiro, 1959; Antônio PAIM, *Cairu e o liberalismo econômico*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1968; San Tiago DANTAS, “Cairu, protagonista de sua época”, *Figuras do Direito*, Rio de Janeiro, 1962; Marcello de IPANEMA, *Das coisas raras. Notas para um catálogo de periódicos*, Rio de Janeiro, 1949; Alceu Amoroso LIMA, “Época, vida e obra de Cairu”, *A ordem*, Rio de Janeiro, ix-x, 1936; José Soares DUTRA, *Cairu*, Rio de Janeiro, 1943; Wanderley PINHO, “A abertura dos portos”, *RIHGB*, v. 243 (1959); *A abertura dos portos, Cairu. Os ingleses. A independência*, Salvador, Univers. da Bahia, 1961.

43. Alexandre José de MELO MORAIS, médico e historiador (Alagoas, 1816-Rio de Janeiro, 1882) foi um prolífico e ardoroso escritor, a quem se deve a divulgação de numerosos e importantes documentos, mas destituído de qualquer espírito de método científico. Basta dizer que o seu periódico *O médico do povo* (1854), de propaganda homeopática, começou, pouco a pouco, a divulgar matéria histórica e, a partir do n.º 21, passou a chamar-se *O Brasil histórico* (1864), prosseguindo na numeração aliás interrompida várias vezes. A massa enorme de periódicos, seriados, opúsculos e livros por ele publicados, com interrupções e entremeados de polêmicas, é extremamente desigual. Alguns constituem elementos únicos em relação a certos períodos. Dispõe de opulenta documentação dos arquivos de Meneses de Drummond, de Accioli e de Cairu. Muito utilizadas são a *Corographia histórica, cronographica, genealogica, nobiliária e política do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1858-1860, 5 t.; a *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio*, Rio de Janeiro, 1871-1873, 2 t., e a *Chronica geral e minuciosa do Imperio do Brasil...*, 2 partes, Rio de Janeiro, 1879-1882 (com republicação sistemática por Melo Moraes Filho, Rio de Janeiro, Garnier, 1866). José Honório RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, São Paulo, 1965 (Historiadores brasileiros, p. 91); Roberval Bezerra de MENESES, “Uma página da medicina do segundo império”, *Brasil médico*, 1963; Jorge de LIMA, “Biografia de A. J. de Melo Moraes.

precisão histórica o bom gosto literário<sup>(44)</sup>. Joaquim Norberto de Sousa Silva<sup>(45)</sup> e o cômego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro

Esboço de uma psicobiografia através de um livro de botânica”, *Terceiro congresso de hist. nacional*, t. III, 1941, p. 293.

44. Joaquim Felício dos SANTOS (1825-1895), irmão do líder católico Antônio Felício dos Santos, juriconsulto e jornalista. Posto que não se apresente com aparato erudito e sejam evidentes as falhas de pesquisa, o livro conseguiu, acima de tudo, alcançar o tom de alta seriedade, aliado a um extremo bom-gosto. É, ao mesmo tempo, uma peça de história e uma jóia literária. “Reúne ao rigor da história o encanto do romance”, disse dele Capistrano de Abreu. Brito BROCA, “O romance de Diamantina”, *Horas de leitura*, Rio de Janeiro, INL, 1957 (Bibliot. de divulgação cultural, x). A 3.<sup>a</sup> edição das *Memórias do Distrito Diamantino da comarca de Serro Frio*, Rio de Janeiro, Castilho, 1924, é precedida de um estudo biográfico de autoria de Nazaré de Meneses.

45. Joaquim Norberto de SOUSA SILVA, carioca (1820-1891), era funcionário incumbido do arquivo do Ministério do Império (que corresponde ao atual Ministério do Interior). Acostumado a lidar com documentos, organizou um inventário dos papéis da sua repartição (RIHGB, t. 22, p. 649) e tomou providências acerca da classificação e guarda dos mesmos. Foi Presidente do IHGB. Era poeta e literato de abundante produção. Sua obra histórica, ainda que não seja numerosa e de primeira ordem, é baseada em boa e metódica documentação. Além disso é bem redigida. A principal é a *História da conjuração mineira* (Rio de Janeiro, 1873, reeditada pelo INL, 1948, 2 v.), elogiada por Lúcio José dos SANTOS, a propósito da qual teve de sustentar polêmicas. Enfrentou também um debate com Gonçalves Dias sobre o acaso no descobrimento do Brasil (RIHGB, t. xv, p. 125). Além disso escreveu inúmeras biografias e preparou muitos textos de autores antigos para publicação. A sua contribuição para a história literária é também importante e nela estão os seus maiores títulos. Sua bibliografia encontra-se em SACRAMENTO BLAKE (*Diccion. bibliogr.*, iv, 1898, p. 211). V. Almir Câmara de Matos PEIXOTO, *Direção em crítica literária* (Joaquim Norberto de Sousa Silva e seus críticos), Rio de Janeiro, MEC, 1951 (especialmente o cap. IV: “Norberto como historiador”). Esta obra defende cabalmente Joaquim Norberto como historiador e crítico literário. Demonstra como tem sido mal estudada sua contribuição notável para a história cultural. Merece referência o fato de ter sido Joaquim Norberto o autor sem málcia de umas falsas poesias, *Dirceu de Marília*, atribuídas à noiva de Gonzaga. O caso foi exaustivamente estudado por Domingos de Carvalho da SILVA, *Gonzaga e outros estudos*, Rio de Janeiro, Orfeu, 1970, p. 167. Suas deficiências como historiador estão ressaltadas por



deixaram vultosas e preciosas contribuições, mas nenhuma fundamental<sup>(46)</sup>.

23. A geração de historiadores que se seguiu tem como figura central Capistrano de Abreu<sup>(47)</sup>. Sem ter realizado uma obra

Waldemar de Almeida BARBOSA, *A verdade sobre Tiradentes*, Belo Horizonte, Inst. de Hist., Letras e Artes, s. d., p. 47 e ss.

46. O cônego Joaquim Caetano Fernandes PINHEIRO, carioca (1825-1876), se não é autor de nenhuma obra de vulto, foi um culto e competente historiador, incontestavelmente o precursor de nossa historiografia literária em seu *Curso elementar de literatura* (1862), refundido no *Resumo de história literária* (1873). Os *Estudos históricos* (1876) compreendem boa parte de seus trabalhos. Foi cronista oficial do Império. Doutrinariamente era um intelectual representativo do catolicismo liberal e regalista, dominante ao tempo do bispo conde de Irajá, de quem foi prestimoso secretário. Daí suas notas antijesuíticas à obra do historiador protestante Robert Southey, muito mais simpático aos inicianos que o representante da Igreja. A reação ortodoxa combateu-o. Tem sido injusta e incompreensivelmente posto à margem. Sua bibliografia, além da que ocorre em BLAKE, figura em Osvaldo Melo BRAGA, "O cônego J. C. Fernandes Pinheiro. Ensaio bibliográfico", RIHGB, v. 240, p. 232. Neste mesmo número da *Revista* encontram-se diversos estudos comemorativos de seu centenário. Um bom estudo biográfico, bem fundamentado, é o do seu sobrinho-neto Mário Portugal Fernandes PINHEIRO, publicado na RIHGB, v. 238 (1958), p. 179, de que há separata. O mesmo autor tem trazido importantes contribuições para o estudo da vida e da obra do cônego em opúsculos polêmicos: *Outras reivindicações a favor do cônego F. P.*" (Rio de Janeiro, 1956); *A exatidão e a pesquisa histórica*, 2 v., (Rio de Janeiro, 1957), e *Sagrada mansidão* (Rio, 1959). V. ainda o elogio fúnebre de José Tito Nabuco de ARAÚJO, RIHGB, 39, 2.<sup>a</sup>, p. 504. Sobre o cônego Fernandes Pinheiro, v. a referência de Vilhena de Moraes em sua resposta a Basílio de Magalhães no *Jornal do Comércio* de 31 de janeiro de 1932: "Representa, infelizmente, na história eclesiástica do império regalista, a figura trágica e dolorosa do padre sem vocação. Não celebrava. Os próprios hábitos talares só raramente os vestia quando tinha de examinar no Colégio de Pedro II. Tendo em pouco ou nenhum caso a ortodoxia da doutrina, censura sempre acrimoniosamente em seus trabalhos a Companhia de Jesus, à qual, entretanto, soube tecer, com justiça, louvores, o próprio protestante Southey."

47. João CAPISTRANO DE ABREU: (Maranguape, Ceará, 1852-Rio de Janeiro, 1927), estudou no Seminário de Fortaleza; em seguida no Recife, visando ao ingresso na Faculdade de Direito na qual não chegou a ingressar, não se diplomando em nenhum curso superior. Dotado de extraordinária

monumental equivalente à de Varnhagen, foi a maior capacidade do Brasil como cultura histórica. O espírito científico, a riqueza de informações, a cultura geral, o estilo pessoal, conciso, sóbrio, adequado ao gênero e, acima de tudo, uma curiosidade e um espírito de cooperação raros, fizeram-no presente, direta ou indiretamente, a quase todas as grandes realizações históricas do tempo. Anotador e prefacista incomparável, valorizou extraordinariamente os documentos e trabalhos que passaram por suas mãos. Os *Prolegômenos à História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, por ele editada em 1918, “constituem”, no dizer de Hélio Vianna, “no consenso geral, o ponto mais alto atingido pela crítica histórica no Brasil”.

capacidade de estudo, ainda que rebelde a qualquer sistema escolar, ficou a par do movimento filosófico contemporâneo. Inclinou-se, a princípio, para os estudos geográficos. Encaminhou-se depois para os históricos. Entrou, por concurso, no quadro dos funcionários da Biblioteca Nacional e, em seguida, pelo mesmo sistema, no magistério oficial (Colégio Pedro II). Sua obra mais notável são os *Capítulos de historia colonial*, Rio de Janeiro, 1907, que têm merecido sucessivas edições. Pela sua originalidade, porém, distingue-se outra: *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1899. A sua bibliografia foi reunida por Tancredo de BARROS PAIVA, *Anais do Museu Paulista*, IV, 1931, e J. A. Pinto do CARMO, *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, INL, 1942. Do mesmo autor: *Capistrano de Abreu e as suas traduções*, Rio de Janeiro, 1953. O estudo mais completo sobre Capistrano de Abreu é o de Hélio VIANNA, *C. de Abreu*. Ensaio biobibliográfico, Rio de Janeiro, MEC, 1955. Boas contribuições biográficas trouxe o trabalho de Pedro Gomes de MATOS, *João Capistrano de Abreu*, Fortaleza, 1953; igualmente importante é o ensaio de José Aurélio Saraiva CÂMARA, *Cap. de Abreu. Tentativa biobibliográfica*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969 (Documentos brasileiros, 136); v. Alba Cañizares do NASCIMENTO, *Capistrano de Abreu. O homem e a obra*, Rio de Janeiro, 1931. Edgard de Castro REBELO, *C. de A. e a síntese histórica*, Rio de Janeiro, 1956; Américo Jacobina LACOMBE, “Cap. de Abreu”, *Autores e livros*, IV, p. 13; João Pandiá CALÓGERAS, Conferência na RIHGB, v. 101, p. 342, reeditada em *Res nostra*, São Paulo, 1930. Por ocasião de seu centenário realizou-se um curso de conferências no IHGB, aparecidas na Revista, v. 221 (1953). Sua *Correspondência* foi publicada pelo INL com introdução e notas de José Honório Rodrigues em 3 t., Rio de Janeiro, 1954-1956. Está precedida de importante prefácio e da conferência realizada no curso supra-referido. As cartas a Tomás Lino de Assunção foram divulgadas na coleção *Documentos dos arquivos portugueses que importam ao Brasil*, Lisboa, S. P. N., 1944, n.º 6 em diante. Foram

24. Os outros nomes de primeira grandeza da fase final do século XIX e início do XX são os de Joaquim Nabuco<sup>(48)</sup>; barão do Rio Branco<sup>(49)</sup>; Manuel de Oliveira Lima<sup>(50)</sup>, e Pandiá Calógeras<sup>(51)</sup>.

depois reunidas em livro: Luís da SILVEIRA, *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946. Ainda de José Honório RODRIGUES, "Duas obras básicas de Cap. de Abreu", *Vida e história*, Rio de Janeiro, 1966, p. 73 e "Cap. de Abreu e a historiografia brasileira", *História e historiadores do Brasil*, São Paulo, 1965, p. 34.

48. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de ARAÚJO (1849-1910) foi um dos maiores políticos e pensadores brasileiros, tendo assumido um papel primordial na campanha abolicionista. Um dos maiores nomes do Brasil como orador e escritor, deixou algumas importantes obras de caráter histórico. A primeira é a biografia paterna: *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*, 3 v., Rio de Janeiro, Garnier, 1897-1899 (com diversas reedições). Outra é uma autobiografia sentimental: *Minha formação*, Rio de Janeiro, 1900, livro realmente singular em nossa literatura, onde há traços pessoais marcantes sobre a nossa formação nacional. Sobre Nabuco: Oswaldo Melo BRAGA, *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro, INL, 1952; Armando Brito de SOUSA e Armando Ortega FONTES, *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro, MRE, 1945; *Joaquim Nabuco e o pan-americanismo*. Contribuição bibliográfica das companhias de seguro do grupo Sul-América, Rio de Janeiro, 1949. [Bibliogr. por Nelson Werneck Sodré, Múcio Leão e Otto Maria Carpeaux.]

49. José Maria da Silva PARANHOS JÚNIOR, depois Barão do RIO BRANCO, foi a maior figura da política exterior do Brasil na república. Desde moço dedicou-se a estudos de história militar e história da geografia (especialmente de fronteiras), tornando-se o maior especialista no assunto. Esses conhecimentos ele veio a ter oportunidade de aplicar em suas célebres memórias, quando defendeu o Brasil perante os tribunais arbitrais nas duas questões de fronteiras em que funcionou como nosso representante, bem como nas negociações diretas com alguns países vizinhos. Por ocasião de seu centenário realizou o IHGB um curso de conferências, mais tarde publicada na RIHGB, v. 187 (1945) e 188. Foi presidente do IHGB. V.: *Obras do Barão do RIO BRANCO*, Rio de Janeiro, MRE, 1945, 9 v. O tomo VII, denominado "Biografias" e o VIII, "Estudos históricos" são particularmente importantes. As *Ejemerides*, também ali incluídas, já tiveram anteriormente duas edições na RIHGB (t. 82-1917, e v. 168-1938). Há nova tiragem em 1969. Importatíssima contribuição para a divulgação do Brasil no exterior foi a colaboração que ele prestou na *Grande encyclopédie*, de BERTHELOT. Esta contribuição foi depois reunida em volume a parte com o título: LÉVASSEUR, E., *Le Brésil* (Extrait de la *Grande encyclopédie*). Teve

25. Seria injusto encerrar esta resenha sem mencionar o nome de um autor tão utilizado pelos pesquisadores quanto raramente mencionado: o Padre Rafael Maria Galanti, SJ (1840-1917), italiano de origem, mas fixado no Brasil, onde escreveu. Professor dos colégios jesuíticos de Itu e de Nova Friburgo, elaborou um compêndio: *Lições de história do Brasil* (1895) e, logo depois, a *História do Brasil* (5 v., 1896-1905). Obra composta longe dos arquivos, compendia e sistematiza todos os bons autores correntes, em plano sistemático, com clareza, e fornecendo, em geral a indicação das principais fontes. Em certos capítulos foi precursor. Como expositor é de valia manifesta.

26. Também não é possível, entre os mestres da história-pátria, deixar de mencionar o autor de um compêndio que, pela superioridade com que foi planejado e pelo bom gosto com que foi redigido, assumiu uma posição excepcional em nossa bibliografia. Trata-se da *História do Brasil* (Curso superior), de João Ribeiro, Rio de Janeiro, Alves, 1900. É um dos poucos escritores de pri-

duas edições, ambas de 1889. A segunda, consideravelmente aumentada, traz em apêndice um *Album de vues du Brésil*, exécuté sous la direction de M. J. M. da Silva PARANHOS, baron de RIO BRANCO. *A Esquisse de l'histoire du Brésil*, impressa em 1889, já teve edição a parte pelo Instituto Rio Branco em 1958.

Sobre a obra, v.: Cláudio GANNS, *Bibliografia sobre o barão do R. B.*, Rio de Janeiro, MRE, 1946; Maria Carolina FLEIUSS, *Biobibliografia*, RIHGB, v. 186 (1945); Armando Ortega FONTES, "Trabalhos do barão do R. B.", RIHGB, v. 189 (1945); *Ministério das Rel. Exteriores, Div. cultural: Arquivo do barão do R. B.*, concluído por Aluizio NAPOLEÃO, Rio de Janeiro, 1951; Luís VIANNA F.<sup>o</sup>, *A vida do barão do R. B.*, Rio de Janeiro, 1959; Álvaro LINS, *Rio Branco*, 2 v., Rio de Janeiro, 1945; João LYRI F.<sup>o</sup>, *O Barão*, Rio de Janeiro, 1935; Antônio Carlos VILLAÇA, *O barão*, Rio de Janeiro, 1935; Aluizio NAPOLEÃO, *O segundo Rio Branco*, 1941.

50. Manuel de OLIVEIRA LIMA (1867-1928), ao contrário da maior parte de nossos historiadores, teve uma formação especializada no Curso Superior de Letras, hoje Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo aluno de grandes historiógrafos portugueses. Entrou para a diplomacia no início da República. Aposentou-se como ministro e passou ao magistério na Universidade Católica da América (Washington, D.C.). A essa instituição legou sua preciosa biblioteca, núcleo de um importante centro de estudos brasileiros. Era membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB. De sua produção destacam-se: *O reconhecimento do Império*, Rio de Janeiro, Garnier, 1901; *Dom João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, 1909, 2 v.; *Evolução histórica da América latina comparada com a da América Inglesa*, Rio

de Janeiro, Garnier, 1914; *O movimento da independência, 1821-1822*, São Paulo, 1927; *Dom Pedro e Dom Miguel*, São Paulo, 1925; *O Império brasileiro*, São Paulo, 1927; *Memórias*, Rio de Janeiro, 1937 (Coleção Documentos brasileiros). Por ocasião de seu centenário publicou o Itamarati uma coletânea de conferências e discursos: *Ministério das Relações Exteriores*. Div. de documentação. Comissão de estudos de textos de história do Brasil. *Centenário de Oliveira Lima*, Rio de Janeiro, 1968. (Conferências de Américo Jacobina Lacombe, Barbosa Lima Sobrinho, J. Sousa Leão Filho, Hélio Vianna, Elmano Cardim, Heitor Lyra, John P. Whalen, Manuel Cardozo e Vasco Leitão da Cunha.) O Governo de Pernambuco, por seu lado, publicou: *Oliveira Lima, o centenário do seu nascimento*. (Conferências de Nilo Coelho, Gilberto Freyre, Luís Delgado, Hélio Vianna), Recife, Arquivo Estadual, 1968. Gilberto FREYRE publicou ainda: *O Dom Quixote gordo*, Recife, 1968. Seu necrológio no Instituto Histórico foi feito por Ramiz Galvão (RIHGB, 104, 1928) e sobre ele pronunciou ainda Max FLEIUS uma conferência (RIHGB, t. 104, 1928, p. 822). A *Revista de história*, fase dirigida por Fidelino de Figueiredo, dedicou-lhe o número 16, 1927-1928. V. ainda o *Catalogue of the exhibit held in the Mullen Library of the Catholic University of America*, 1967.

Sobre a biblioteca, v.: Alcides BEZERRA, "A biblioteca de Oliveira Lima em Washington", *Publicações do Arquivo Nacional*, n.º 26, p. 221; Ruth E. V. HOLMES, *Bibliographical and historical description of the rarest books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University of America*, Washington, 1926; Manoel CARDOZO, "A Guide to the Manuscripts in the Lima Library, The Catholic University of America", *Handbook of latin american studies*, n.º 6, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1940.

A *Coleção Centenário*, publicada pelo INL, em convênio com o Conselho Federal de Cultura, publicou um utilíssimo volume: *Obra seleta*, organizado sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho, que para o mesmo escreveu excelente introdução, Rio de Janeiro, MEC, 1971.

51. João Pandiá CALÓGERAS (Rio de Janeiro, 1870 — Petrópolis, 1934), formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, foi dos mais completos estadistas brasileiros, ocupando várias pastas e exercendo funções legislativas e diplomáticas. Era notável erudito, autor de obras da maior importância sobre problemas brasileiros. Limitamo-nos a mencionar os trabalhos ligados à História: *As minas do Brasil e sua legislação*, 3 v., Rio de Janeiro, 1904-1905. (Trata-se de um parecer legislativo sobre um projeto de lei de minas. O histórico do descobrimento das riquezas minerais é considerado clássico.); *La politique monétaire du Brésil*, Rio de Janeiro, 1910. (Trabalho escrito diretamente em francês para a Quarta Conferência Pan-americana. Hoje editado em português, sob o título *A política monetária do Brasil*, tradução de T. Newlands Neto, São Paulo, CEN, 1960. Coleção Brasiliana. É imprescindível para a história financeira.); *Formação*

meira linha, profundo conhecedor da língua e de gosto literário, que se dedicou à história<sup>(52)</sup>.

27. Os autores contemporâneos serão citados nas bibliografias parciais, no correr dos estudos que devem seguir a este livro introdutório.

28. Mencionemos agora a contribuição estrangeira para a História do Brasil. Um fenômeno dos mais graves nos estudos gerais contemporâneos é o isolamento em relação à América ibérica, raramente levada em conta. Nos grandes trabalhos históricos, alguns com importante aparato bibliográfico, a literatura hispano-luso-americana é geralmente mal representada. No entanto, a contribuição da América do Norte e do Sul na solução de várias crises universais foi decisiva. "A lacuna provém da pouca difusão dos idiomas hispânicos nos principais centros de estudos", diz um dos nossos maiores eruditos. E continua: "Raros são os estrangeiros em condições de se inteirarem da documentação existente em língua portuguesa"<sup>(53)</sup>.

29. Começando pelos autores em língua inglesa<sup>(54)</sup>, a obra mais importante é, sem dúvida, a de Robert Southey, já referida,

*histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930. (Resumo de história do Brasil em curso para estrangeiros. Foi traduzido para o inglês. Tem numerosas reedições.) *A política exterior do Império*, 3 v. Os dois primeiros editados pelo IHGB nos tomos consagrados à biografia de D. Pedro II, 1927-1928. O terceiro publicado em São Paulo, 1933 (Col. Brasileira). Esta obra ficou infelizmente incompleta. Sobre Calógeras, v.: Antônio Gontijo de CARVALHO, *Calógeras*, São Paulo, 1935 (Col. Brasileira); *Calógeras na opinião de seus contemporâneos*, São Paulo, 1934 (Coletânea de vários autores); Afonso Arinos de MELO FRANCO, "História econômica. Calógeras", *Digesto econômico*, n.º 36, nov., 1947; Elmano CARDIM, "Calógeras", *ib.*, n.º 214, 1970; Alceu Amoroso LIMA, *Estudos*, III, 1.ª parte, Rio de Janeiro, 1930.

52. Coelho Neto confessou um dia que seu ideal seria escrever uma História do Brasil. Mas apesar de ser um grande conhecedor da matéria, jamais empreendeu esta obra. Otávio de FARIA, capítulo sobre Coelho Neto da *Literatura no Brasil* dirigida por Afrânio COUTINHO, 2.ª ed., v. III, Rio de Janeiro, 1969, p. 216.

53. J. F. de ALMEIDA PRADO, "A projeção da História do Brasil na do progresso universal", *RIHGB*, v. 186 (1945), p. 90.

54. Uma bibliografia das obras mais usuais em língua inglesa sobre o Brasil foi feita por W. A. R. RICHARDSON, "Selected bibliography in english", em apêndice à sua tradução da obra de Américo Jacobina LACOMBE, *Brazil, a brief history*, Rio de Janeiro, MRE, 1954, p. 101.

“o primeiro que se ocupou da História do Brasil com espírito científico”<sup>(55)</sup>. Trabalho complementar do de Southey, largamente utilizado pelos estudiosos brasileiros, é o de John Armitage, *The History of Brazil from the arrival of the Braganza Family in 1808*

A biblioteca de um colecionador inglês reúne os principais trabalhos sobre o Brasil em sua língua: *Brasiliana. Coleção Sir Henry Lynch*, organizado por Júlia Godóis VIANA e Maria Carolina MINELLI, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, 1959 (Prefácio de A. J. LACOMBE).

Há ainda boas indicações bibliográficas no trabalho de J. C. OAKEN-FULL, *Brazil. Past, present and future*, Londres, John Bale Sons & Danielsson, 1919.

Acrescentem-se alguns catálogos preciosos, entre os quais: MAGGS BROS, *Bibliotheca americana*, Londres [1926], e *Bibliotheca brasiliensis*, Londres [1930].

Utilíssimo é o estudo de Olga PANTALEÃO, *Fontes primárias inglesas para o estudo da história de São Paulo no século XVI*, São Paulo, 1949.

Um dos mais completos repertórios bibliográficos sobre o Brasil predominantemente em língua inglesa é o que ocorre na obra de BAILEY W. DIFFIE, *Latin American Civilization, Colonial period*, Nova York, Octagon Books, 1967.

55. Robert SOUTHEY (1774-1843) foi um dos grandes nomes da literatura inglesa, poeta laureado. Era originário de Bristol, de família burguesa. Estudou em Oxford. Visitou a Espanha e Portugal por duas vezes (1795 e 1800), tornando-se especialista em assuntos ibéricos, tendo para isso um motivo decisivo: seu tio, o rev. Herbert HILL, homem ilustrado, amigo do erudito frei Manuel do CENÁCULO, era capelão da comunidade britânica em Lisboa, onde reuniu preciosa coleção de livros e documentos, especialmente portugueses. Esta coleção foi a base dos estudos de Southey, que planejou escrever uma vasta história portuguesa. A transmigração da corte e o súbito interesse europeu pela monarquia na América motivaram a antecipação da secção relativa ao Brasil, programada originalmente como parte de uma grande obra que nunca se completou. (Entre os papéis de Southey constantes do catálogo do leilão de seu espólio figuraram vários códices de capítulos de história portuguesa cuja pista se perdeu.) Southey vivia em uma casa de campo em Keswick, dedicado exclusivamente às letras. A História do Brasil rendeu-lhe muito pouco; menos, diz ele, do que um artigo na *Quarterly review*. Mas animava-o o ser o “Heródoto de uma nação fadada a grandes destinos”, nas suas próprias palavras. Os mss. da *História do Brasil* e ainda dois volumes da coleção das minutas foram adquiridos pela Bibl. Nacional do Rio de Janeiro e seriam utilizados pelo sábio Rodolfo GARCIA numa edição por ele revista e anotada que não chegou a ser feita.

Southey foi o primeiro escritor de nível internacional que se ocupou da História do Brasil, e fê-lo em moldes científicos modernos. Em sua numerosa produção, a *Vida de Nelson* e a *Guerra da Península* interessam ainda ao Brasil. É hoje autor pouco lido, especialmente no campo da poesia, em que punha mais eloquência do que propriamente inspiração poética, dizem os críticos. Era na juventude ardente democrata, entusiasta das idéias da Revolução Francesa. Com o tempo tornou-se conservador. Contudo rejeitou um título de baronete. Sua obra é extensa: 10 volumes de poesia, 40 de prosa e 6 de *Life & Correspondence* (1849-1850). Era pessoalmente encantador. Sua casa era um centro simpático e acolhedor, onde se vivia em intensa vida intelectual. Apesar de protestante, revelou uma alta compreensão da mentalidade religiosa portuguesa, considerando um erro a extinção dos jesuítas. De sua linguagem disse MACAULEY (*Essays*, 1886, p. 100) que era castiça e “salvava seus escritos menos importantes”. Já seu rival, Lord Byron, era menos benevolente e considerava a *História do Brasil* livro básico contra a insônia. (João RIBEIRO, *Obras. Crítica*, VI, Rio de Janeiro, 1961, p. 319.) Nunca deixou de ser artista ao tratar de temas sociais. Isto mesmo lhe exprobra MACAULEY no ensaio referido: “Government is to Mr. Southey one of the fine arts... What he calls his opinions are, in fact, merely his tastes”. WÄTJEN (*O domínio colonial holandês no Brasil*, trad. de P. C. Uchoa Cavalcanti, São Paulo, 1938, Brasileira, n.º 23, p. 47) elogia-lhe contudo o método e a isenção.

Como observa William ATKINSON (*British contributions to Portuguese and Brazilian studies*, Londres, 1945, p. 37), a História do Brasil, ainda que fragmento de um todo, e único a ser impresso, constitui, no conjunto, um todo nobre e independente. A conclusão da obra, intitulada “Visão geral do estado do Brasil”, é uma verdadeira e primorosa monografia de cerca de 200 páginas com algumas observações que são verdadeiros conceitos originais a respeito do espírito brasileiro que espantam pelo caráter quase profético. Southey sentiu-se altamente grato com a colaboração que recebeu das autoridades brasileiras, especialmente do conde dos Arcos, então governador da Bahia. De modo especial neste capítulo final a obra se revela o primeiro ensaio sistemático da organização e da interpretação dos fatos da História do Brasil. Sua confiança no futuro da terra manifesta-se quando prevê uma sociedade onde “nenhuma barreira sistemática se erguerá contra a harmonia social”. Procurou, pela primeira vez, elogiar não só os heróis guerreiros, mas os construtores pacíficos do país. A história, dizia ele, “registra os nomes daqueles que destroem cidades e esquece aqueles que as fundaram”.

Em suas cartas expande-se, como é natural, com mais liberdade: “Quando o Brasil se tornar a grande e próspera nação que um dia há de ser, eu serei tido na conta do primeiro a ter tentado dar forma consistente à sua



to the abdication of Dom Pedro the First in 1831 (Londres, 1836. 2 v.). É obra séria e útil, sem o caráter científico, porém, de seu predecessor<sup>(56)</sup>.

30. A contribuição francesa<sup>(57)</sup> é representada primeiramente por Ferdinand Denis, autor de um excelente resumo, hoje

história, até agora crua, desconexa e desprezada". (Carta a C. Townsend, VII, 1819.)

Sobre Southey, ver: S. C. WEST, *Robert Southey, the rev. Herbert Hill and the bishop of Beja*, Londres, 1948; W. HALLER, *The early life of Robert Southey, 1774-1803*, Nova York, 1917; ROSE MACAULEY, "Southey em Portugal". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9-VII-1945, transcr. na RIHGB, v. 194 (1948), p. 117. As comemorações do centenário de Southey, prejudicadas pelo ambiente da Segunda Guerra Mundial, estão narradas pelo Embaixador Joaquim de Sousa LEÃO F.<sup>o</sup>, "No centenário de Southey", RIHGB, v. 194 (1948), p. 124. Leia-se especialmente o discurso que então pronunciou o diplomata brasileiro. J. SIMMONS, o mais recente biógrafo do historiador (*Southey*, Londres, 1945), fez então uma importante conferência. Algumas cartas inéditas, obtidas pelo Embaixador Sousa Leão F.<sup>o</sup>, foram publicadas na RIHGB (v. 178, 1943), com apresentação de Rodolfo GARCIA. Finalmente, encerrando as comemorações centenárias da morte de Southey no Brasil, pronunciou AFRÂNIO PEIXOTO uma primorosa conferência: "Southey e a História do Brasil", RIHGB, v. 181 (1943), p. 87.

56. A obra de John ARMITAGE suscitou uma série de dúvidas. Houve quem a atribuisse a Evaristo da VEIGA, que teria utilizado um pseudônimo. A autoria está hoje devidamente comprovada (RIHGB, t. 25, p. 588. Vide também o prefácio da edição dirigida por Eugênio Egas). Quanto à tradução, foi também atribuída a Evaristo. É fora de dúvida, porém, que foi feita, aliás excelentemente, por Joaquim Teixeira de MACEDO, irmão do conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo. Apareceu em 1837, mas sem as notas e documentos. A segunda, com o mesmo texto, é de 1914, organizada por Eugênio EGAS. É completa. Há uma terceira, organizada por GARCIA JÚNIOR, que aproveitou o texto de Teixeira de Macedo, a documentação, as notas de Egas e ainda juntou novas, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943. Está divulgada em Livro de bolso (Edições de Ouro). Mas a revisão desta última edição deixa muito a desejar.

ARMITAGE era comerciante e observador imparcial, ligado ao grupo liberal de Evaristo da Veiga. Mas não era um erudito.

57. A bibliografia francesa sobre o Brasil é imensa. Começa pelo livro de Charles LECLERC, *Bibliotheca americana*, Paris, 1867, com um suplemento em 1878. Segue-se Ch. CHADENAT, *Le bibliophile américain*, Paris, 1889-1897 e a *Bibliotheca brasiliensis*, Paris, 1907. Editado por Chadenat é o trabalho de Anatole Louis GARRAUX, *Bibliographie brésilienne; catalogue*

raríssimo<sup>(58)</sup>. Outro autor que dedicou excelentes trabalhos de erudição ao Brasil foi Paul Gaffarel<sup>(59)</sup>.

*des ouvrages français & latins relatifs au Brésil (1500-1898)*, Paris, 1898. Deste trabalho foi feita segunda edição em 1962, na coleção Documentos brasileiros, Rio de Janeiro, José Olympio, precedida de um ensaio de Francisco de Assis Barbosa, *Alguns aspectos da influência francesa no Brasil*, de que há separata. É ainda esta obra base segura de investigações.

O INL editou uma útil compilação de Georges RAEDERS, *Bibliographie franco-brésilienne* (com a colaboração de Edson Nery da Fonseca), Rio de Janeiro, 1960. Presta bons serviços, posto que seja somente um catálogo de exposição, o livro: *France et Brésil*. Avant propos de Charles BRAIBANT, Paris, 1955. (Exposição organizada pelos Archives Nationales de France, no Hôtel de Rohan.)

58. Jean Ferdinand DENIS (1798-1890) é o patriarca dos estudos brasileiros em França. Sua bibliografia encontra-se em Simões dos REIS, *Bibliografia da História da literatura brasileira de Silvio Romero*, 1, 1, Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1944. Denis veio ao Brasil em 1816, aqui permanecendo algum tempo. De volta à Europa desistiu da carreira consular, a que se destinava, passando a exercer as funções de bibliotecário. Em 1861 foi lotado na biblioteca Sainte Geneviève, de que passou a diretor em 1865, aposentando-se em 1885. Transformou-se numa espécie de consultor geral de assuntos brasileiros. Dele disse Castilho que foi "o mais lusitano coração que nunca palpitou em peito franco". (*Revista universal lisbonense*, 1, 1842-1843.) Dos papéis recolhidos à Biblioteca de Sainte Geneviève publicou KOEHLER um minucioso catálogo em 1913.

A poucos homens deve o Brasil tanto, pela permanente e vigilante defesa de nossa cultura nos meios culturais da Europa. A ele dedicou MELO MORAIS o seu livro *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* (Rio, 1871), numa hora amarga para os franceses, com essas expressivas palavras: "Enquanto o vosso nobre coração geme dentro da pátria, eu me recordo do que vos devemos. Recordo-me do historiador consciencioso de nossas glórias literárias e políticas, do generoso escritor que, proficiente em nossa história, de há muitos anos tomou a si fazer-nos conhecidos dentro e fora da França."

De sua extensa produção destaca-se: *Le Brésil, ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume*, Paris, 1822, 6 v.; *résumé de l'histoire du Brésil*. . . , Paris, 1825; *Histoire géographique du Brésil*, Paris, 1833; *Une fête brésilienne célébrée à Rouen em 1550*, Paris, 1850; *Brésil*, Paris, 1837 (*L'Univers. Histoire et description de tout les peuples*). Trad. port.: *O Brasil*, Salvador, 1955, 2 v.

Sobre Denis há abundante bibliografia, da qual destacaremos: José Luís ALVES, "Elogio histórico", RIHGB, t. 53, 2.<sup>a</sup>, p. 624-625; ESCRAGNOLLE

31. Entre os alemães<sup>(60)</sup> dois nomes soblevam todos os demais. O sábio Karl Friedrich Philipp von Martius<sup>(61)</sup>, autor da

DÓRIA, “*Um amigo no Brasil*”, RIHGB, t. 75, 1.<sup>a</sup> (1912), p. 219-230; Afonso Arinos de MELO FRANCO, “Algumas cartas copiadas no arquivo de F. Denis”, *Brasília*, Coimbra, II, 1943 (com separata); *Jornal do Comércio*, n.º de 3 de agosto de 1930 (com uma coletânea de artigos e documentos sobre Denis); Henrique de Campos FERREIRA LIMA, “Um amigo de Portugal e do Brasil”, *Rev. de história* (1927-1928), v. XVI; Joaquim Norberto de SOUSA SLIVA, Discurso, RIHGB, t. 53, 2.<sup>a</sup>, p. 474-477; RAMALHO ORTIGÃO, *Em Paris*, Lisboa, 1868 (Uma visita a Ferdinand Denis); Pierre MOREAU, “Fred Denis et les romantiques, d’après des documents inédits”, *Revue d’histoire littéraire de la France*, n.º 4, Paris, 1926, p. 530-564; Ferdinand DENIS, *Journal* (1829-1848), avec introduction et notes par Pierre Moreau, Friburgo, Libr. de l’Université, 1932; Henri CORDIER, *Mélanges américaines*, Paris, 1913. (Contém o elogio feito no Congresso de americanistas em 1890, por ocasião do falecimento de Denis.) A respeito da biobibliografia de F. Denis elaborou o sr. Cícero DIAS, adido à nossa delegação na UNESCO, um minucioso catálogo comentado que resgata, em parte, nossa dívida para com o simpático erudito francês. *Catalogue du fonds Ferdinand Denis*. Paris, 1972.

59. Paul L. F. GAFFAREL (1843-1920) era professor na Faculdade de Letras de Dijon. Sua obra principal é a *Histoire du Brésil français*, Paris, 1878. Sobre ela pronunciou-se o barão de RAMIZ em estudo publicado na RIHGB, t. 41 (1878), 2.<sup>a</sup>, p. 399, republicado no t. 102 (1927), p. 569. Ao lado de sérias restrições ressalta Ramiz Galvão os excelentes serviços prestados pelo erudito francês. A ele também se refere CAPISTRANO DE ABREU em suas notas a Frei Vicente do Salvador (*Hist. do Brasil*, São Paulo, 1918), 140 e 264. Se é por vezes superficial, “compendiou notícias esparsas... revelou alguns inéditos e prestou excelentes serviços quando saiu à luz”.

60. Os primeiros guias bibliográficos teuto-brasileiros foram os de Oscar CANSTATT, *Kritisches repertorium der deutsch-brasilianischen literatur*, Berlim, 1902, a que se segue o *Nachtrag zum kritisches repertorium der deutsch-brasilianischen literatur*, Berlim, 1906. Ambos foram traduzidos e atualizados por Eduardo de Lima CASTRO e Hans Jurgen W. HORCH com o título de: *Repertório crítico da literatura teuto-brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Presença, 1967 (Com a colaboração de INL). Ainda é útil o trabalho de Joseph SCHERRER, “Historisch-geographischer katalog für brasilien”, *Anais da Bibl. Nac.*, XXXV (1913), p. 313.

61. Karl Friedrich Philipp von MARTIUS (1794-1868), um dos maiores botânicos do mundo, que dirigiu a obra monumental a *Flora brasiliensis* (40 volumes *in folio*, com 3.000 estampas e descrição de 20.000 espécies vegetais), foi um dos maiores amigos do Brasil. Além da famosa viagem

memória: "Como se deve escrever a história do Brasil", enviada de Munique em 1843 ao Instituto Histórico, a que já nos referimos, e Handelmann, cuja obra influenciou vários autores brasileiros<sup>(62)</sup>.

que empreendeu em nosso país, em companhia de J. B. VON SPIX (*Reise in Brasilien*, 3 v. e um atlas, Munique, 1823-1831, traduzida por iniciativa do IHGB por D. Lúcia Furquim LAHMEYER sob o título de *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro, 1938), escreveu a memória "Como se deve escrever a História do Brasil", RIHGB, VI (1845), p. 381 (reproduzida na *Revista de imigração e colonização*, IV, n.º 2, Rio de Janeiro, 1943). Ela teria fornecido as diretrizes para a obra de Varnhagen.

Sobre o grande sábio bávaro há imensa bibliografia. Mencionemos: PACHECO LEÃO, *Martius*, Rio de Janeiro, 1918; P. Balduino RAMEO, *Martius*, São Paulo, Inst. Hans Staden, 1952; Silvio ROMERO, "Carlos Fred. F. von Martius e suas idéias acerca da História do Brasil", *Revista da Academia Brasileira de Letras*, III, n.º 8 (1912); José Soares DUTRA, *Martius*, Rio de Janeiro, 1942; Frederico SOMMER, *A vida do botânico Martius*, São Paulo, Melhoramentos, s.d.; *Centenário da chegada de Martius ao Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IHGB, 1918; PADBERG-DRENKPOL, "Como Goethe apreciou as obras de Martius sobre o Brasil", *Boletim do Museu Nac.*, v. VIII, Rio de Janeiro, 1932; Carlos da Silva ARAÚJO, *Von Martius e o Cristo que ofertou ao Brasil*, Rio de Janeiro, 1941; C. TESCHAUER, "Explorações e estudos de Carlos von Martius", *Anais do I Congresso Internacional de Hist. da América*, v. v, 1927, p. 382; Afonso d'Escragnoille TAUNAY, "A viagem de Spix e Martius", *Anais do Museu Paulista*, v. III, p. 220; Exposição comemorativa do sesquicentenário de Karl F. Ph. von Martius, Rio de Janeiro, Bibl. Nac., 1968; "A obra do sábio naturalista e amigo do Brasil", *Boletim do Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura*, 1937.

62. Gottfried Heinrich HANDELMANN (1827-1891), professor da Universidade de Kiel e diretor de um museu de antiguidades, é autor de uma *Geschichte von Brasilien*, Berlim, 1860. Só foi traduzida parcialmente pelo ministro Rafael de Mayrink na *Revista americana* em 1918-1919. Uma tradução completa, aproveitando aquela iniciativa, foi feita em 1931 (RIHGB, t. 108, 1930), por D. Lúcia Lahmeyer, com revisão do general Bertoldo Klinger. O ministro alemão Hubert Knipping colaborou com uma excelente bibliografia do autor. A edição foi anotada por Basílio de MAGALHÃES.

Dada a pouca difusão da língua alemã no Brasil, a tradução da obra de Handelmann, que João Ribeiro confessava ter tido grande influência na elaboração de seu célebre compêndio (v. art. no *Jornal do Brasil* de 3 de novembro de 1931, incluído em *Crítica*, v. VI, Rio de Janeiro, Acad. brasileira, 1961, p. 25), era aguardada com ansiedade. A ela se referia, também com grandes gabos, Oliveira Lima.

32. Apesar de não abordarmos neste trabalho a historiografia contemporânea, não é possível deixar de mencionar um aspecto alarmante da produção atual no campo das ciências sociais. O interesse crescente despertado pelo Brasil e as grandes possibilidades oferecidas aos estudantes estrangeiros têm provocado um sem-número de trabalhos de nível universitário que estão ultrapassando de muito a produção brasileira. Já algumas publicações estão se preocupando com o problema e anunciando que “o passado do país está sendo escrito em inglês”. Além da produção bibliográfica de alta importância, as coleções reunidas de livros raros, publicações oficiais, periódicas e seriados, originais ou reprografados, existentes nas universidades estrangeiras, fazem com que, em alguns casos, estejamos dependentes de centros no exterior para o estudo de certos temas brasileiros. Uma lei votada há poucos anos visando a obstar a emigração de livros e documentos para o exterior, não parece ter atingido seus objetivos, nem concorrido para solucionar uma situação das mais complexas.

Há temas de história nacional que podem ser muito mais bem estudados em centros americanos do que no Brasil. A título meramente exemplificativo, já que o assunto obriga um desenvolvimento muito maior, mencionaremos alguns livros americanos que são essenciais ao estudo do Brasil contemporâneo. Basta dizer que os autores de teses aprovadas sobre temas latino-americanos constituem uma Associação de História especializada que conta para

Por ocasião da edição brasileira apresentou o prof. VILHENA DE MORAIS sérios embargos à posição que se pretendia atribuir à obra de Handermann na historiografia brasileira. Numa série de artigos publicados no jornal *A razão*, de São Paulo, de outubro de 1931 a janeiro de 1932, sob o título geral de “Quem conta um conto...”, apontou falhas graves, tanto na orientação quanto na elaboração do livro, que visa muito mais à emigração e expansão dos alemães no Brasil que ao estudo da formação brasileira. Em relação ao século XIX, especialmente, a informação do autor é de uma deficiência inexplicável. As referências à Inconfidência mineira e à Revolução pernambucana de 1817, bem como à Guerra dos Farrapos, chegam a ser afrontosas. Defendeu HANDELMANN, mas desta vez pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em janeiro de 1932, o anotador, prof. Basílio de MAGALHÃES. A ele treplicou, pelo mesmo jornal, a 31 de janeiro, o prof. VILHENA DE MORAIS. Esta polêmica não foi infelizmente reunida na RHBG. De qualquer modo, não cremos que se possa repetir o benévolo conceito de Alcides BEZERRA, “Handermann, autor da melhor história do Brasil que se conhece”. (*Historiadores do Brasil no século XIX*, Rio de Janeiro, 1927, p. 9.)

mais de 2.000 sócios. É presidida pelo historiador Thomas E. Skidmore. Esta entidade reúne-se bienalmente. O mesmo professor preside à Conferência de Historiadores Latino-americanos, cuja secção de *brasilianistas* conta mais de 116 membros.

33. Um dos melhores trabalhos sobre a história política recente do nosso país é precisamente o do mesmo professor Thomas E. Skidmore. *Politics in Brazil, 1930-1964. An experiment in democracy*, Oxford University Press. (Traduzido para o português sob o título de *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*, Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969.) O mesmo tema fora versado por Karl Loewenstein, professor de ciência política do Amherst College, em *Brazil under Vargas*, Nova York, MacMillan, 1942. Recentemente dois trabalhos de John W. S. Dulles se impõem para a história de nossos dias: *Vargas of Brazil. A Political biography*, Univ. of Texas Press, 1967, e *Unrest Brazil. A Political military crisis, 1955-1964*, Univ. of Texas Press, 1970.

O papel do exército na história da República está estudado em dois estudos monográficos: June E. Hahner, *Civilian-military Relations in Brazil, 1889-1898*, Univ. of South Carolina Press, 1969, e Alfred Stepan, *The military in politics. Changing patterns in Brazil*, Princeton University Press, 1971, feito à vista de nossos arquivos militares.

A história econômica regional encontra-se modelarmente realizada por Stanley J. Stein, *Vassouras. A brazilian coffee county, 1850-1900*. Univ. of Harvard, Cambridge, 1957. (Traduzido para o português com o título de: *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba com referência especial ao município de Vassouras*, São Paulo, Brasiliense, 1961.) O mesmo autor escreveu outro importante livro sobre a economia brasileira, ainda não traduzido: *The brazilian cotton manufacture, textile enterprise in an under-developed area. 1850-1950*, Cambridge, Mass., 1957.

Trabalhos fundamentais para a história econômica são os de Joel Bergsman, *Brazil. Industrialization and trade policies*, Oxford Univ. Press, 1971; Warren Dean, *A industrialização de São Paulo, 1971* (Col. Corpo e alma do Brasil), e Werner Baer, *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, também traduzido pela Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

O messianismo brasileiro está estudado, com documentação inédita, na obra de Ralph Della Cava, *Miracle at Joazeiro*, Columbia Univ. Press, 1971.

A história da Igreja Católica é também objeto de estudos monográficos americanos sem correspondentes brasileiros, como, por exemplo, o de Sister M. Ancilla O'Neill, *Tristão de*

*Athayde and the catholic social movement in Brazil*, The Catholic Univ. of America Press, Washington, 1939 e Sister Mary Crescentia Thornton, *The Church and Freemasonry in Brazil, 1872-1875. A study in regalism*, Washington, The Catholic Univ. of America, 1948, já em 2.<sup>a</sup> edição. A mesma autora tem pronto novo estudo sobre a Igreja na primeira república. Acrescente-se a notável monografia de A. J. R. Russell-Wood, *Fidalgos and philanthropists*, Berkeley e Los Angeles, Univ. of California Press, 1968. Trata-se de um estudo magistral do funcionamento da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, uma das muitas que exerciam a função de assistência social na colônia.

Centenas de bolsistas americanos pesquisaram no Brasil assuntos históricos, sociais, econômicos e literários. É mais fácil conhecer certos temas da formação brasileira em bibliotecas americanas que recolheram microfiches nos depósitos arquivais e bibliotecas do Brasil do que em centros brasileiros, desprovidos, quase sempre, de verbas para a aquisição de livros.

Com menos recursos, há outros países empenhados na pesquisa da história do Brasil. Citamos, ainda a título exemplificativo, duas notáveis obras inglesas acerca da história econômica do Brasil: a de Richard Graham, *Britain, and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge, University Press, 1968, e Leslie Bethel, *The abolition of the brazilian slave trade*, na mesma editora, 1970.

Em França, tem aumentado ultimamente o interesse pelos estudos brasileiros. O Instituto de Altos Estudos para a América Latina da Universidade de Paris e o Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Sorbonne têm editado trabalhos de valor incontestável. No primeiro apareceu o minucioso estudo de Jean Roche, *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, Paris, 1959, e, mais recentemente, o estudo de Yves Leloup, *Les villes de Minas Gerais*, Paris, 1970 (Travaux et mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, n.º 25). O antigo diretor do Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros, prof. Léon Bourdon, está editando, com aparato completo de erudição, as *Notes dominicales prises pendant un voyage au Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818* por L. F. de Tollenare sob o patrocínio da Fundação Calouste Goulbenkian. Ainda recentemente, num colóquio comemorativo do cinquentenário da criação do ensino do português na Bretanha, reuniu-se em Rennes, Universidade de Haute Bretagne, um importante colóquio, em que os temas brasileiros ocuparam parte importantíssima. Deve-se esta reunião aos esforços do Professor Jean Michel Massa, autor de estudos profundos sobre

Machado de Assis, um dos quais acaba de ser editado no Rio de Janeiro, em co-edição com o Instituto Nacional do Livro: *A juventude de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Civilização ed., 1971.

34. É bem verdade que há quem aponte sérias falhas nestes estudos, em face das deficiências dos estrangeiros tanto no que se refere à língua quanto à psicologia do povo. Mas a verdade é que o material carreado para a utilização dos estrangeiros deveria alertar as autoridades brasileiras, não para impedir a colaboração deles, mas para incrementar uma ação correspondente por parte dos nacionais.



## 8 — CONCLUSÕES

A convicção que deve brotar naturalmente do estudioso ao terminar um curso superior de história deve ser o da imprescindibilidade dessa ciência para a solução dos problemas prementes e práticos contemporâneos ou, melhor, a necessidade do ponto de vista histórico para a compreensão integral dos problemas atuais. “Para o homem moderno”, diz um notável professor, “ocupam o estudo e a importância da história um lugar de primeira linha... Sentimos *existencialmente* que nós mesmos, a presente realidade social e, mais especificamente, nossa conjuntura sociológica, política e econômica só podem ser compreendidas e solucionadas dentro e em relação com uma dimensão histórica, cujos sucessivos *momentos* devem ser enquadrados num plano global, que nós, cristãos, chamamos de *providencial*” (1). Como já disse um pensador inglês: “estudamos história a fim de alcançarmos *o nosso conhecimento próprio*” (2). E, de sua parte, acentua Gabriel Marcel que “o importante hoje em dia é que o homem deve redescobrir o sentido do eterno” (3).

2. Estamos presos à nossa história inevitavelmente, diz Maritain: “Somos solidários com o passado na ordem intelectual como em todas as demais, e mesmo abstraindo do fato de sermos animais *políticos*, em virtude de nossa diferença específica, seríamos surpreendidos em verificar até que ponto pensamos *historicamente*, até que ponto somos tradicionais, mesmo quando temos em vista reformar tudo. Convém, pois, ir buscar bem longe no passado as raízes e a primeira virtude germinativa das idéias que governam o mundo de hoje” (4).

1. Flodoaldo Proença RICHTMANN, “Rumo a uma sociologia da história”, *Verbum*, xxiii, 1966, p. 103.

2. R. G. COLINGWOOD, *The Idea of History*, Oxford, 1946. p. 315.

3. Gabriel MARCEL, *Être et avoir*, 1918-1933, Paris, 1935.

4. Jacques MARITAIN, *Trois réformateurs*, Paris, 1925, p. 1.

Não é compreensível o exame de qualquer situação presente, diz um sociólogo de renome, sem uma perspectiva histórica. A primeira perspectiva

## *As Distorções do Ensino da História*

3. É evidente que este sentimento de respeito pode ser abafado por várias deformações comuns. A primeira é a que resulta do excesso de cronologia e onomástica, exatamente nos primeiros anos de formação. Nenhum aluno entenderá a utilidade para seus estudos que resultará de decorar uma lista de nomes rebarbativos ao iniciar o estudo de capítulos que, aliás, podem despertar a mais viva simpatia através de uma exposição metódica e interessante.

4. Outra deformação consiste no excesso oposto: na ablação quase total daquilo que é tratado depreciativamente como informação factual ou narrativa. Assim é que alunos que chegam à universidade desconhecendo quase inteiramente os acontecimentos e as personalidades de uma época, mesmo as noções elementares, essenciais à conversação usual, recebem de chofre noções sintéticas e conclusões filosóficas cujas premissas eles ignoram totalmente. Mutila-se, assim, o ensino da ciência. A história não pode ser apenas o estudo do *porquê*, mas também o do *como*. Desconhecem-se pessoas e episódios vulgares, mas aceitam-se conclusões que permanecem sem sentido nos resumos fornecidos como “ciência feita”.

5. Ora, a interpretação não esgota o estudo histórico. Os criadores de grandes teorias, quando enfrentaram temas históricos, meteram-se a fundo no estudo dos fatos para justificarem suas conclusões. Mas não falta quem interprete literalmente — para não dizer primariamente — o conceito de que, encontrada a interpretação, nada mais resta ao historiador<sup>(5)</sup>. Este menosprezo pelo modo através do qual se processaram os acontecimentos, não le-

é a *teórica*, a segunda a *sociológica*. A terceira é necessariamente *histórica*, voltada para o passado. A quarta é a *praxiológica*. (Raymond ARON, *Paix et guerre*, 4.<sup>a</sup> ed., Paris, 1962.) O desprezo pelo aspecto histórico é sempre grave sintoma de crise de pensamento, um dos mais graves sinais da falta de orientação de nosso tempo, “mais grave até que a decadência do ideal de liberdade. O desprezo pela verdade histórica se exhibe com impudência por toda a parte, nos dois mundos em que se convencionou dividir a humanidade”. (H. I. MARROU, *De la connaissance historique*, Paris, 1954, p. 14.)

5. Um dos mais respeitáveis defensores da teoria marxista da história usou de uma expressão que tem sido evidentemente distorcida. Após enunciar a “determinação imperiosa” da evolução brasileira pelo fator econômico, declara que, com evidenciação desse fator, “cessa a missão do

vando em conta as peculiaridades de cada fenômeno, nem os efeitos dessemelhantes de causas comuns, levou um autor insuspeito a lastimar o abandono da autêntica pesquisa histórica por parte de escolas que, na fórmula distorcida, *cessam a sua função* no momento em que conseguem aplicar a fórmula interpretativa. “Os cientistas de orientação marxista”, diz o antropólogo Darcy Ribeiro, “aceitando embora uma teoria geral do processo histórico, pouco têm contribuído para desenvolvê-la, em virtude da tendência a converter a maioria dos seus estudos em *meras exemplificações*, com novos materiais, das teses marxistas clássicas”<sup>(6)</sup>.

6. Uma outra deformação consiste no excesso da história anedótica. O aluno vicia-se em apreciar somente os capítulos carregados de pitoresco e cria o gosto pela leitura de livros leves, vendo só interesse nas intrigas e enredos do que se costuma chamar a *pequena história*. Realmente é difícil fazer acreditar que tal gênero de estudos tenha relevância política ou sociológica.

7. As conseqüências da falta de interesse de um povo pela história são de uma gravidade muito maior do que se pode imaginar. A falta de respeito pelo passado provoca um completo desprezo pela continuidade política. Por outro lado abre margem a outro sentimento, igualmente perigoso e anti-histórico: — o *saudosismo*, que envolve o passado numa aura de sistemática simpatia e deforma a perspectiva histórica, fazendo do presente uma era antipática. Gera a idéia de uma contínua decadência, conduzindo, portanto, à descrença nas convicções e ao desânimo na atuação. *Tout est si beau quand on se retourne . . .*

8. Não é possível terminar esta apreciação preliminar sem uma palavra a respeito dos trabalhos literários, que não são de ciência histórica, muitas vezes citados em alguns capítulos. Pensamos, em boa companhia, que não há nenhum progresso em matar nos estudantes o gosto pelas leituras de tipo literário, desde que sirvam

historiador” (Edgardo de Castro REBELO, Carta acerca da obra de Max FLEUSS, *História administrativa do Brasil*, na Introdução à segunda edição, São Paulo, Melhoramentos [1925], p. XIX). É óbvio que o saudoso mestre não queria dizer que a missão do historiador fosse simplesmente a aplicação de uma fórmula, com a destruição das etapas através das quais foi ela alcançada, mas a sua evidência. Ele próprio, em trabalhos posteriores, foi de uma meticulosidade implacável na elaboração dos elementos da pesquisa.

6. Darcy RIBEIRO, *Estudos de antropologia da civilização*, 1. *O processo civilizatório*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 2. (Grifo nosso.)

para despertar o interesse pelos temas e pela época. Períodos há em que não há somente interesse, mas necessidade de serem estudados em face da produção literária. Assim, Balzac<sup>(7)</sup> e Stendhal são imprescindíveis para a compreensão da França da Restauração; Machado de Assis para o Brasil do Segundo Reinado<sup>(8)</sup>. Em recente coletânea de especialistas franceses, afirma G. Rustin que as indicações literárias, feitas com reserva, servem para “alimentar e estimular a imaginação”<sup>(9)</sup>. E acrescenta: “Mesmo os romances

7. A respeito da importância de Balzac para o historiador nada melhor do que a seguinte passagem de ENGELS: “Balzac, whom I consider a far greater master of realism than all the Zolas, past, present, or future, gives us in his *Comédie humaine* a most wonderfully realistic *history* of french *society*, describing, chronicle fashion, almost year by year from 1816 to 1848, the ever increasing pressure of the rising bourgeoisie upon the society of nobles that established itself after 1815 and that set up again, as far as it could (tant bien que mal) the standard of the *vieille politesse française* (old French manners). He describes how the last remnants of this, to him, model Society gradually succumbed before the intrusion of the vulgar moneyed upstart or was corrupted by him. How the grande dame, whose conjugal infidelities were but a mode of asserting herself, in perfect accord with the way she had been disposed of in marriage, gave way to the bourgeoisie, who acquired her husband for cash or cashmere. And around this central picture he groups a complete history of French society from which, even in economic details (for instance, the redistribution of real and private property after the French revolution) I have learned more than from all the professional historians, economists and staticians of the period together”. Friedrich ENGELS, “Letter to Margaret Harkness, April, 1888”, original in Marx-Engels-Lenin Institute, Moscou, *apud* Peter OWEN, *Modern continental literary criticism*, Londres, 1964.

8. Os personagens de MACHADO DE ASSIS, assinala um dos mais profundos críticos brasileiros, são “criaturas brasileiras que viveram durante um determinado período da história brasileira. Daí porque a vida criada pelo ficcionista espelha, nas páginas dos seus livros, com igual intensidade e de modo inseparável, o humano e o brasileiro, o natural e o social, o permanente e o contingente”. Astrojildo PEREIRA, “Machado de Assis, romancista do segundo reinado”, *Interpretações*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante, 1944, p. 19. De Manuel Antônio de ALMEIDA, diz ainda o mesmo autor, que “fornece-nos uma série de documentos de primeira ordem, em nada inferiores às famosas aquarelas de Debret”. *Ib.*, p. 54.

9. L. JOSSERAND, *L'enseignement de l'Histoire*, Pref. de E. Herriot, Paris, Cahiers de pédagogie moderne, 1951, p. 120.

mais suspeitos poderão, nesse sentido, prestar os maiores serviços. Alain, que sustenta, com evidente exagero, que neles e nas Memórias encontra-se a melhor cultura histórica, afirma que Seignobos costumava dizer aos estudantes que, em relação a Luís XIII e Luís XIV, não há nada que supere a lenda dos mosqueteiros. O prof. Levy-Schneider, da Faculdade de Lyon, recomendava reviver, em imaginação, o tempo da Revolução Francesa através dos *Dieux ont soif*".

9. Foi um dos maiores expoentes científicos da cultura histórica da França, e um dos que mais influenciaram os estudos históricos daquele país que escreveu estas palavras cheias de espírito: "Les lecteurs d'Alexandre Dumas ne sont peut-être que des historiens en puissance, auxquels manque seulement d'avoir été dressés à se donner un plaisir plus pur, et à mon gré, plus aigu: celui de la couleur vraie"<sup>(10)</sup>. Tudo está em dosar adequadamente as leituras, de modo a servirem estritamente de motivação e atrativo. Com isso cultivaremos o bom gosto dos estudiosos de história, que alguns professores se comprazem em massacrar, como se só fosse científico o texto caracterizado pela sensorialidade e pela insensibilidade. "Gardons-nous", continua a mesma autoridade, "de retirer à notre science sa part de poésie. Gardons-nous surtout, comme j'en ai surpris le sentiment chez certains, d'en rougir. Ce serait une étonnante sottise de croire que, pour exercer sur la sensibilité un si puissant appel, elle doive être moins capable de satisfaire aussi notre intelligence."

10. Observa Hilaire Belloc, que escreveu algumas das mais importantes páginas de história em nosso tempo, que o prestígio desproporcionado conferido às ciências exatas durante o século XIX fez com que se confundisse a ciência com as massas de observações minuciosas que constituíram naquela época a maior ocupação dos sábios. Esta grande massa de observações, com o nome de "ciência moderna", afetou todas as artes e todos os estudos; atingiu especialmente o espírito da história<sup>(11)</sup>. Que a geração de historiadores que hoje se forma, reencontre o caminho da história sensível à beleza, às emoções superiores, sem abandonar o rigor e a exatidão que são o timbre das ciências.

10. Marc BLOCH, *Apologie pour l'historien*, p. XI.

11. Hilaire BELLOC, *Richelieu*, Leipzig, 1932, p. 14.